

TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA CANAVIEIRA PARAIBANA: TENDÊNCIAS ATUAIS

*Éricson Nóbrega Torres**

*Noemi Paes Freire***

*Emilia Moreira****

*Ivan Targino*****

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana. Resgata sua evolução histórica na região, analisa, com base nos dados dos censos agropecuários sua dinâmica entre 1985 e 1995, sua composição segundo a categoria e o sexo e sua distribuição espacial, por tamanho de estabelecimento e por tipo de atividade em 1995. Com base na pesquisa de campo, focaliza as atuais condições de vida e trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar, busca entender a complementariedade existente entre campesinato e assalariamento através de um estudo de caso realizado num assentamento de reforma agrária, bem como a atuação do movimento sindical frente aos desafios impostos pelo sistema de trabalho na cana. Resgata ainda as perspectivas dos canavieiros e de seus representantes sindicais com relação à recente retomada da atividade sucro-alcooleira no rastro do aumento do preço do açúcar e das perspectivas de produção do etanol.

Palavras chave: espaço agrário; trabalho assalariado; campesinato; sindicalismo rural; atividade canavieira.

* Geógrafo. Estudante do Curso de Mestrado em Geografia –PPGG/UFPB. ent6587@yahoo.com.br

** Estudante do Curso de graduação em Geografia /UFPB . bolsista de IC/CNPq. noemipaes@bol.com.br

*** Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB . Pós-Doutorado na EHESS-Paris/França; Doutorado pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle. Paris França. erodat@hotmail.com

**** Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB . Pós-Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Paris- França; Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Paris- França. ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho é um dos produtos da pesquisa “Espaço Agrário Paraibano: transformações na organização da produção e do trabalho”, desenvolvida com o apoio do CNPq. Ele parte da discussão sobre espaço e espaço agrário para resgatar a evolução da organização do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana. Com base nos dados dos censos agropecuários mapeia e analisa a evolução do trabalho assalariado rural na Zona da Mata entre 1985 e 1995, sua composição segundo a categoria, o sexo e a idade e sua distribuição espacial e segundo o tipo de produtor e o tamanho dos estabelecimentos agrícolas em 1995. Com base na pesquisa de campo focaliza as atuais condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, busca entender a complementariedade existente entre campesinato e assalariamento bem como a atuação atual do movimento sindical frente aos desafios impostos pelo sistema de trabalho na cana. Com base em pesquisas e experiências de cooperação realizada por um dos autores junto ao movimento sindical da região nos anos 80 e 90 do século XX, compara sua atuação atual com a vivenciada naqueles períodos. Resgata ainda as perspectivas dos canavieiros e de seus representantes sindicais com relação à recente retomada da atividade canavieira no rastro do aumento do preço do açúcar e das perspectivas de produção do etanol, bem como a percepção dos canavieiros de áreas de assentamento sobre a importância da atividade para a reprodução desse tipo de campesinato.

Utilizou-se a concepção de espaço segundo Santos (1996; 1997); resgatou-se a noção de espaço agrário segundo Ruy Moreira (1980) e o processo de formação do espaço agrário brasileiro com base na análise deste autor. Analisaram-se os dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995/1996 relativos à Zona da Mata Paraibana fornecidos pelo IBGE. A análise dos dados foi complementada com a pesquisa de campo realizada em três momentos: o primeiro consistiu na participação numa assembléia dos canavieiros realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Santa Rita, onde também foi possível realizar conversas informais com os trabalhadores e escutar suas preocupações/reivindicações; o segundo, também no STR de Santa Rita, consistiu na realização de entrevista com o presidente do sindicato e numa conversa informal com o secretário; o terceiro momento coincidiu com o das visitas a um dos assentamentos rurais da região onde vivem cerca de 50 trabalhadores assalariados da cana, para a realização de entrevistas.

Da concepção de espaço e de espaço agrário à formação do espaço agrário brasileiro

De acordo com SANTOS (1997), “*o corpus de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário*” (SANTOS, 1997, p.16), sendo assim decidimos iniciar nosso trabalho fazendo uma breve discussão sobre a compreensão do conceito espaço dentro da ciência geográfica que atenderá também às posteriores necessidades de compreensão do espaço agrário paraibano.

Santos diz compreender porque os geógrafos dedicaram-se muito mais à definição da geografia do que a do espaço entendendo que a definição do espaço é extremamente árdua “porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 1996, p. 120), objeto de preocupação antigo, desde filósofos como Aristóteles e Platão. Porém o espaço que interessa aos geógrafos é o espaço humano, ou espaço social, ou espaço geográfico. Em sua opinião:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano (SANTOS, 1996, p. 119).

Santos afirma ainda que para um grande número de autores modernos e clássicos o espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem. Obtém-se assim uma visão já ultrapassada de um espaço inerte que se apresenta apenas como palco das ações humanas, como reflexo da sociedade, como se o espaço não interviesse no processo histórico. Essa seria conforme Santos, uma visão positivista do espaço da qual nem os marxistas escaparam. Ele critica essa forma positivista de ver o espaço que considera um produto da herança filosófica de Kant e Newton. No seu entender o espaço não pode ser considerado como uma forma de percepção e nem mesmo como um reflexo da sociedade, pois, desta forma, seria pensado como sendo uma coisa de dentro do homem, e diversas seriam as formas de entendê-lo, já que os indivíduos têm percepções diferenciadas. Ele acredita, assim como Durkheim, em um espaço de fora do indivíduo, que tem autonomia e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade.

Segundo a acepção durkheimiana o espaço é pois uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltipla pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia em sua realidade objetiva (SANTOS, 1996, p. 128)

A natureza em sua concepção é objeto de permanente transformação pela atividade humana, e por isso ela pode ser considerada como uma realidade social, e não exclusivamente natural. Desta forma, a natureza socializada, segundo Santos não deve ser considerada como natureza natural, já que as marcas do trabalho humano já se encontram inseridas em sua paisagem. Ela pode ser identificada como o espaço geográfico. Durante o processo de construção do espaço geográfico, a partir do trabalho humano sobre o meio, a sociedade e a natureza reagem uma sobre a outra numa transformação dialética e em constante evolução. Assim como a natureza é modificada pelo trabalho, a sociedade também se modifica seja pela evolução intelectual que se apreende a cada dia, seja pela liberação de suas forças físicas durante os processos de produção e o espaço geográfico é desta forma o trabalho materializado tanto no homem, como em si próprio.

Para Santos (1996) o espaço não é apenas um fato social, mas um fator social e uma instância social. É interessante observar, segundo o autor, que durante o processo de evolução do espaço geográfico a organização espacial tende a fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força, e isso pode ser observado em diversos aspectos. Tomando como exemplo a ocupação espacial é possível observar que ao longo dos anos naturalmente acontecem mudanças tanto qualitativas quanto quantitativas, mas as raízes do povoamento geralmente influenciam o que vem em seguida. É como se as modificações produzidas em diversas épocas não fossem capazes de apagar completamente as características da organização do espaço em sua origem.

Num espaço produzido dentro do sistema capitalista de produção em expansão, onde há uma procura desordenada por um lucro máximo, uma série de vantagens oferecidas por algumas localizações faz com que ele prefira umas e despreze outras, causando assim uma concentração ainda maior deste capital, e, além disso, o país acaba sendo obrigado a dedicar às zonas que já são ricas uma parte cada vez maior de seus recursos e orçamento.

Para Santos (1996) uma vez estabelecida uma situação de dominação ela continua a firmar-se mesmo se outras localidades também sofrem crescimentos importantes. Santos (1996) complementa que se o espaço acompanhasse cada transformação que ocorresse no conjunto das relações sociais, adaptando-se imediatamente às suas necessidades, ele não teria senão um papel passivo mediante as outras estruturas sociais, porém, para o autor o espaço é dotado de uma “inércia dinâmica” que faz com que ele siga uma tendência de reproduzir a estrutura global que lhe deu origem e, ao mesmo tempo, se imponha a essa reprodução social como uma mediação indispensável que às vezes altera o objetivo inicial ou lhe imprime uma orientação particular.

Segundo Santos, o espaço não é jamais um produto terminado, nem fixado, porém as formas espaciais são resistentes à mudança social e servem como testemunho do passado – que está fixado no presente; e do futuro – pelo fato da finalidade já atribuída às coisas construídas desde o momento em que ocupam um lugar em um ponto qualquer da superfície da Terra.

Sobre o tratamento dado pelos geógrafos ao seu objeto Santos (1997) coloca a importância de buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, situação e movimento, formulando conceitos que permitam dar conta do todo e das partes que interagem neste conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que compõe o espaço geográfico, numa tentativa de se reconhecer a significação e o valor geográfico que esses geógrafos desempenham no processo social.

De acordo com suas idéias o método a ser utilizado deverá ter como objetivo estudar o espaço de forma ontológica, em sua essência. Pensando assim Santos (1997), propõe dois grupos distintos, o das categorias analíticas internas, que seriam – paisagem a configuração territorial do trabalho, o espaço produzido ou espaço produtivo, as rugosidades, as formas conteúdo, que podem ser vistos através de recortes espaciais tais como: a região, o lugar, redes e escalas, tecnoesfera, psicoesfera, cotidiano, ordem mundial e local; também o grupo dos processos básicos de transformação e organização do espaço, originariamente externos ao espaço reconhecidos a partir do estudo dinâmico das categorias – a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalidade e a temporalização e idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia.

O estudo das categorias internas deve ser feito de forma sistêmica e fazer uma reflexão sobre a essência do espaço e não se resumir apenas à descrição.

De acordo com Ruy Moreira (1980), são as relações de classes que orientam a dialética do espaço do lugar e para ele é exatamente esse o porquê da fusão sociedade-espaço em uma mesma totalidade social. Para o mencionado autor, o espaço se organiza de acordo com a estrutura de classes e estampa em sua morfologia e organização o seu caráter de classe. Na concepção Ruy Moreira, as classes sociais surgem na natureza das relações de produção, e para ele as relações de produção são fator determinante da sociedade e do espaço. Portanto, para que possamos compreender de que forma o espaço agrário se organizou é de fundamental importância sabermos quais as classes sociais presentes em cada modo de produção e quais as transformações que ocorreram nas relações estabelecidas entre as classes ao longo da construção deste espaço. É com base nesses pressupostos que ele analisa o processo de formação do espaço agrário brasileiro.

Moreira (1980) afirma que a lógica da formação do espaço agrário brasileiro foi regida inicialmente pelo modo de produção escravista-mercantil marcado, segundo ele, pela existência de três classes sociais fundamentais antagônicas: a dos senhores de engenho, detentores da terra, de prestígio e de poder; a dos lavradores de partido que possuíam escravos, mas não possuíam engenho e; a dos escravos.

Essas classes possibilitaram o surgimento de três formações econômico-sociais distintas as quais deram origem a três formações sócio-espaciais. Cada classe social

caracteriza um espaço particular, e as relações entre as áreas nada mais são que relações entre classes sociais, relações de dominação, contradições e lutas de classes.

Moreira (1980) coloca que as relações sociais escravistas constituem a base da formação econômico-social brasileira até o último quartel do século XIX. O espaço agrícola era dominante e a sua organização tinha fins declaradamente mercantis. O espaço era organizado de forma fragmentada segundo as relações de classes. Era dividido em monocultura de cana e policultura de subsistência. O espaço da monocultura canavieira dividia-se em grandes propriedades de lavradores de partido e de senhores de engenho, que geralmente ocupavam as áreas mais privilegiadas e férteis, à beira rio e próximo ao litoral, o que facilitava, entre outras coisas, o escoamento da produção, uso das águas, recebimento de cana e lenha. Ao redor dos engenhos localizavam-se os canaviais do proprietário do engenho e a dos trabalhadores de partido mais além. Restava à policultura de subsistência independente ocupar as periferias, em forma de pontos dispersos ao redor dos canaviais.

A policultura produzida pelos escravos nos domingos e feriados localizava-se em lugares afastados do engenho. Essa produção tinha como base a mandioca e era na maioria das vezes insuficiente para garantir a reprodução da força-de-trabalho escrava. Muitas vezes a produção policultora escravista era complementada pela produção de lavradores agregados, geralmente mestiços, que dividiam a sua produção com o grande proprietário.

Para Moreira (1980), o final do século XIX marca o fim da formação econômico-social escravista-mercantil acompanhando, no plano mundial, a consolidação do modo de produção capitalista que segue em sua fase imperialista.

O autor ressalta que as mudanças nas relações de produção partem da quebra da autarquia da grande lavoura e da transformação do escravo em um “quase campesinato”.

Os senhores interessavam-se em manter o monopólio da terra, mas, ao mesmo tempo, desejavam a elevação da produtividade do espaço rural. Para que isso ocorresse eles precisariam dar acesso a terra à população recém-liberta, porém isto não implicava em ela ter a propriedade real da terra. Como afirma Moreira “o campesinato ganha a posse da terra e não sua propriedade real” (1980: p.41). Além disso, desta forma, os grandes proprietários retêm o máximo de reserva de força-de-trabalho no âmbito do domínio da “grande lavoura”, além de deixar sob a responsabilidade dos camponeses a sua própria reprodução.

É assim que surgem, no lugar dos escravos, múltiplas formas de campesinato: posseiros, parceiros, moradores de condição, arrendatários, intermediários e colonos. Surgem também os primeiros proletários rurais. E para nós é a partir daí que surgem as primeiras formas de trabalho assalariado no espaço agrário paraibano e do trabalho assalariado como um complemento da renda familiar camponesa.

A partir destas mudanças nas relações de produção a principal transformação espacial identificada ocorreu na agricultura de subsistência, como afirma Ruy Moreira:

A lavoura de subsistência dominial, em sua dupla forma, a do lavrador agregado e a do escravo, adquire a feição dominante da parceria, embora mantenha-se voltada sobretudo para a reprodução da força de trabalho dominial. A lavoura de subsistência independente mantém sua natureza predominantemente familiar, praticando-a desde proprietários minifundiários a posseiro, estes multiplicando-se sobretudo nas fronteiras de expansão agrícola. (1980, p.45)

Para Ruy Moreira os termos do novo processo de acumulação resumem-se basicamente: “a) na transformação do trabalhador rural em vendedor de sua força de trabalho, único meio de produção cuja propriedade o capital lhe permite; b) na transformação dos meios de produção em capital; e, c) na transformação da terra em mercadoria” (1980, p. 45).

Segundo o autor, nas porções do espaço agrário onde a penetração das relações capitalistas de produção completa-se, significa dizer que houve a eliminação das lavouras de

subsistência e dos sistemas de parceria em geral. Para ele dentro do capitalismo não há espaço para formas de campesinato, pois este modo de produção causaria a expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção obrigando-os a ter que vender sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência necessários à sua reprodução, tornando-se clientes do mercado urbano, aonde irão comprá-los.

Essa percepção de Ruy Moreira enquadra-se numa leitura unilinear das proposições de Marx, no quadro da discussão sobre o lugar do campesinato no processo de desenvolvimento capitalista na agricultura. Segundo esta leitura o campesinato tenderia a desaparecer como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva. Embora essa visão tenha sido abraçada por Lênin, particularmente no Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, quando defende a tese da desagregação do campesinato, ele posteriormente abre uma primeira e importante revisão desta concepção quando apresenta as duas vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a via prussiana e a via americana (TEPICHT, 1973).

Kautsky, no seu livro “A questão agrária”, embora desenvolva a concepção de Marx sobre a agricultura parcelária, também introduz alguns elementos que contribuem para a discussão sobre a permanência da produção familiar: a constituição de cooperativas e a ação do Estado, através de políticas que favoreçam os pequenos produtores.

Com a publicação dos Grundrisse (MARX, 1977), o debate ganha novos contornos. A extinção da pequena produção já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista na agricultura, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação. Como contraponto a essa posição, são importantes as contribuições de Chayanov ao precisar que a pequena produção tem condições de se manter mesmo em uma economia de mercado, uma vez que ela está organizada com base na lógica da reprodução da unidade camponesa que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e de produção.

É com base nesses pressupostos que este trabalho foi realizado. O resgate do processo histórico de formação do espaço agrário da Zona da Mata paraibana reproduz em grande escala a lógica do processo analisado por Ruy Moreira no estudo da formação do espaço agrário brasileiro e confirma a assertiva apresentada por Milton Santos de que o espaço é um produto social em constante movimento, portanto não é jamais um produto terminado, nem fixado. O trabalho de campo por sua vez reforça a compreensão de que nem sempre o capital se desenvolve destruindo o campesinato. Esses aspectos serão melhor abordados a seguir.

O espaço agrário da Zona da Mata paraibana

Foi na Mesorregião da Mata Paraibana que teve início a conquista do atual território estadual. A apropriação das terras pelo colonizador esteve desde o princípio atrelada a atividade canavieira. Como afirma Moreira e Targino (1997: p.32):

O predomínio da cana na paisagem da Zona da Mata paraibana é uma constante, do início da colonização aos dias atuais. Porém, a forma como se organizou o espaço nem sempre foi a mesma. Ela sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos, ora das mudanças nas relações técnicas e sociais de produção.

De fato, as modificações nas relações técnicas e sociais de produção observadas desde o início da colonização que culminaram com a substituição da escravidão pelo sistema de morada refletiram-se na organização do espaço regional engendrando novas paisagens e novas dinâmicas. No final do século XIX e início do séc XX, o surgimento da usina de açúcar foi responsável por mudanças significativas nas relações de trabalho tradicionais principalmente por promover o avanço do trabalho assalariado. Isto sem falar na intensificação da

concentração fundiária por ela promovida uma vez que uma única usina apropriava-se regra geral das terras de vários engenhos.

O surgimento da usina não embutiu o surgimento de uma nova classe dominante. Ela constituiu apenas um reflexo da modernização dos meios de produção, uma vez que é a classe dominante inicial que permanece no poder, se reafirma e se fortalece. Esse fortalecimento se dá através do que Emilia Moreira (1997) denomina de “concentração de poder”: o senhor de engenho “beneficiado” com os incentivos do Estado para a implantação da usina transforma-se numa nova figura “a do usineiro” que acaba por concentrar o poder não só ao anexar terras de engenhos como por transformar os senhores-de-engenho em meros fornecedores de cana para a usina destituindo-os da força política que antes eles aglutinavam¹.

O surgimento da usina de açúcar representou: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção, e conseqüentemente do poder político, econômico e social nas mãos de poucos; b) mudanças significativas nas relações de trabalho – com a instalação das usinas de açúcar, a cana se expande e invade as terras dos moradores, ocasionando a sua expulsão e por rebatimento a retração dessa forma tradicional de trabalho; c) a expansão do trabalho assalariado e do emprego sazonal. Uma vez expulsos, os moradores vão para as cidades e são em parte convertidos em trabalhadores assalariados nos próprios canaviais.

Segundo Lygia Sigaud,

(...) os trabalhadores ao abandonarem os Engenhos vão se instalar nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, sujeitos a inundações e desabamentos constantes. Privados agora das terras dos Engenhos, vão ter que vender sua força de trabalho todo dia no mercado (SIGAUD, 1979, p.87).

Esse processo vai se intensificar a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, com a modernização do parque agroindustrial canavieiro e a expansão conseqüente da cana via Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). Observa-se a partir da implantação desse Programa:

o aumento da área cultivada e da quantidade produzida com cana (em 1970, a região produziu 936.276 toneladas de cana contra 4.576.485 toneladas em 1985, o que representou um aumento de 388,8% no período; a área colhida, de 19.698 hectares em 1970, passou para 92.760 hectares em 1985, o que equivale a crescimento da ordem de 370,9%) (MOREIRA et alii, 2003); a intensificação da mecanização e da quimificação da atividade (ampliação nunca vista do uso de fertilizantes químicos, pesticidas, fungicidas, etc.) com sérios reflexos sobre a organização da produção e do trabalho. Verifica-se também a modernização do parque industrial através da implantação de 4 destilarias anexas às antigas usinas e de 7 destilarias autônomas (MOREIRA, TORRES e MARQUES, 2005, p.13).

O PROALCOOL, ao promover a modernização da atividade sucro-alcooleira na Paraíba, dentro da perspectiva de uma modernização agrícola conservadora, propiciou a reconcentração da propriedade da terra e promoveu uma expulsão maciça dos trabalhadores moradores que haviam sobrevivido ao sistema usina. A partir de então, cresce significativamente a mão-de-obra assalariada no campo da Mesorregião da Mata Paraibana. A revolução-verde, apoiada em mudanças tecnológicas no processo produtivo, substituiu grande número de trabalhadores, sobretudo na limpeza da cana, no combate a pragas e doenças e no preparo do solo por máquinas e outros equipamentos. Assim ao se subordinar ao modelo

¹ Ao discutir o conceito de território e buscar construir o conceito de Território de Esperança, Moreira (2007), faz menção a essa disputa pelo controle do território dentro dos próprios grupos oligárquico regionais.

capitalista de produção, à montante e à jusante do processo produtivo, o setor canavieiro vai cada vez mais necessitar de um trabalhador “livre”, isto é desligado da terra e que tenha de seu, unicamente a força-de-trabalho para vender no mercado.

Se do ponto de vista do capital esse processo representa a “libertação da terra” e sua metamorfose em capital, do ponto de vista do trabalhador ele significa o “cativo da terra”, isto é, a impossibilidade do acesso a ela e não ser enquanto força-de-trabalho assalariada. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.264).

Entre 1970 e 1980, o número de trabalhadores assalariados temporários na região canavieira da Paraíba aumentou em 18,5% (MOREIRA e TARGINO, 1997). Destaque maior teve a microrregião do Litoral Sul no aumento do número de trabalhadores assalariados justamente aquela onde foi mais forte a ação do PROALCOOL (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esse crescimento do trabalho assalariado foi acompanhado pela precarização das condições de trabalho e de vida dos canavieiros.

O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade, um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários começaram a ser agenciados por “gatos” ou empreiteiros que contratam os serviços a serem realizados com os proprietários (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 266).

Isso sem falar do empobrecimento dos trabalhadores que passaram a viver nas periferias das cidades com trabalho garantido apenas na época de safra da cana. Em suma, fica claro que a evolução das relações de trabalho na Zona da Mata paraibana, assim como em todo o estado, sempre esteve ligada à forma como se organiza o espaço agrário, passando da mão-de-obra escrava para o sistema de morador e deste para o trabalho assalariado. Ou seja, a cada movimento vivenciado pela forma de produção dominante, observam-se mudanças profundas na organização do espaço com reflexos nas relações de trabalho.

O trabalho assalariado na Mesorregião da Mata paraibana em 1995 e sua dinâmica no período de 1985/95-96

Analisando as informações obtidas através do censo agropecuário verificou-se que na Zona da Mata paraibana existiam, em 1995, 56.155 pessoas ocupadas na agropecuária. Deste total, 13.265 (ou 23,6%) eram empregados assalariados. Os empregados assalariados permanentes totalizavam 8.703 pessoas o que correspondia a 66% do total dos assalariados. Os empregados assalariados temporários totalizavam 4.562 pessoas o que equivalia a 34% do total dos assalariados. Os assalariados permanentes representavam 15% do pessoal ocupado na região e os assalariados temporários 8%.

No que tange as atividades econômicas, a que mais se destacou pelo emprego de trabalho assalariado em 1995, foi a agricultura, que absorveu 85% do total dos empregados assalariados da região. A pecuária, absorveu apenas 10%, a agropecuária 2% e as atividades de horticultura e exploração florestal/silvicultura absorveram 2% e 1% respectivamente.

A maior parte dos trabalhadores assalariados era empregada nos estabelecimentos administrados pelos proprietários (86% do total). Os estabelecimentos administrados por arrendatários e ocupantes empregavam respectivamente 9% e 5% dos trabalhadores assalariados, e os estabelecimentos administrados por parceiros não chegavam a empregar nem 1% dos trabalhadores assalariados.

Chama-se a atenção para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Neste aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 hectares ocupavam o maior número de pessoas em 1995, isto é, eram os pequenos

estabelecimentos que absorviam o maior número da mão-de-obra agrícola na região. Por outro lado, observa-se que a partir de 50 hectares, a medida que cresce o tamanho dos estabelecimentos, decresce o número de pessoas neles ocupadas.

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se, que os estabelecimentos com mais de 500 hectares além de empregar pouca gente, são os que empregam mais a mão-de-obra assalariada. Enquanto os pequenos estabelecimentos, além de empregar mais gente, empregam mais a mão-de-obra familiar. Ao contrário do que ocorre em relação ao total do pessoal ocupado, verifica-se que à proporção que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, aumenta o número de empregados assalariados.

No que se refere ao trabalho infantil existiam, em 1995, 6.442 crianças ocupadas em atividades agropecuárias na Zona da Mata Paraibana, o que representava 11% do total do pessoal ocupado no agro regional. Desse total, 1,5% trabalhavam como assalariadas. Os empregados permanentes infantis totalizavam 94 crianças, o que corresponde a 98% do total de crianças assalariadas no agro da Zona da Mata Paraibana em 1995; e os empregados temporários infantis, totalizavam apenas 2% do total dos assalariados com menos de 14 anos. A atividade econômica que mais utilizou o trabalho assalariado infantil em 1995, foi a agricultura, com 67% do total do trabalho assalariado infantil. Verificou-se que a maior concentração dessa forma de trabalho ocorria nos estabelecimentos dos proprietários (que empregavam 97% do total de crianças assalariadas na agricultura da região). Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes empregando 2% e por último o dos arrendatários empregando apenas 1%.

Em 1995, 15.157 mulheres trabalhavam na agricultura na Zona da Mata, o que representava 27% do total do pessoal ocupado. Do total de mulheres ocupadas 828 (ou 5%) eram empregadas assalariadas sendo 479 assalariados permanentes o que corresponde a 58% do total de mulheres assalariadas no agro da região, e 349 assalariadas temporárias (42% do total das mulheres assalariadas). No que tange as atividades econômicas, a que mais se destacou pelo emprego do trabalho assalariado feminino em 1995, foi a agricultura, que absorveu 83% do total do trabalho assalariado feminino. Segue em importância a pecuária, que absorveu 14% do total do trabalho assalariado feminino e por último a agropecuária (trabalho misto na agricultura e pecuária) e a horticultura, empregando 2% e 1% respectivamente do total das mulheres assalariadas. A distribuição do trabalho assalariado feminino segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas é demonstrativa de que são os grandes estabelecimentos os que mais empregam essa mão-de-obra. De fato, em 1995, os estabelecimentos com mais de 500 hectares empregaram 45% do total das trabalhadoras assalariadas da Zona da Mata. Em segundo lugar, destacam-se os estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares, com 26%. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares empregaram 18,7% das mulheres assalariadas, os que estão na faixa de 50 a menos de 100 hectares empregaram 3,9% e por último os que estão entre 100 a menos de 200 hectares, empregaram 7,3% do total.

Outro ponto a ser destacado, diz respeito à distribuição do trabalho assalariado feminino por tipo de estabelecimento, segundo o produtor. Verificou-se que a maior concentração do trabalho assalariado feminino ocorria nos estabelecimentos dos proprietários que empregaram em 1995, um total de 96% do total das mulheres assalariadas na Zona da Mata. Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes e dos arrendatários ambos empregando apenas 2% da mão-de-obra feminina assalariada.

Na década de 1985-1995 observou-se uma redução no número de trabalhadores assalariados na atividade primária desenvolvida na Zona da Mata Paraibana. De 29.371 assalariados existentes em 1985, passa-se para 13.265 em 1995, o que representa uma redução de -54,8%. Constatou-se uma grande redução no número de empregados temporários, que

passou de 20.258 para 4.562, enquanto os empregados permanentes tiveram uma redução de 4,5%. Observa-se uma redução no número de crianças trabalhando como assalariadas nas atividades agropecuárias (que passaram de 562 para 96 entre 1985 e 1995) e das mulheres (redução da ordem de 74,4%).

Essa importante redução do emprego de trabalho assalariado pode ser explicada em grande parte pela crise enfrentada pela principal atividade agrícola empregadora de mão-de-obra assalariada na região, a atividade canavieira². Tal crise exprime-se através da retração da área plantada com cana, da redução da produção de açúcar e álcool, da falência de usinas tradicionais e da redução dos períodos de safra de nove para quatro meses, com reflexos importantes sobre o emprego.

Condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana, sua dinâmica atual e perspectivas com relação à retomada da atividade canavieira

Tendo em vista que ainda não foi realizado o novo censo agropecuário, após a análise dos dados fez-se necessário a pesquisa direta como forma de levantar informações atuais sobre a realidade estudada. Para tanto se levou adiante várias atividades que incluíram desde a presença em assembléias de canavieiros realizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de um dos municípios da Zona da Mata visitado, o de Santa Rita, a realização de entrevistas com representantes do movimento sindical e com canavieiros recrutados para o corte da cana na safra de 2007.

O primeiro contato com os trabalhadores foi realizado durante uma assembléia no STR de Santa Rita onde discutiu-se a contratação para a atual safra. A assembléia foi presidida pelo presidente do sindicato que explicou as normas atuais da contratação. Em seguida chegaram à assembléia um fiscal e um agrônomo de uma das usinas do município, a Usina São João, para também realizarem seus discursos de preparação para a contratação explicando as regras atuais. A partir das intervenções realizadas pelos representantes dos trabalhadores e da classe patronal já foi possível identificar alguns aspectos relativos às condições de trabalho na cana para a safra de 2007:

- em princípio ficou acertado que todos os trabalhadores teriam suas carteiras assinadas durante o período da safra, o que significa que deverão ter um contrato de seis meses;
- os trabalhadores deverão trabalhar em um regime chamado de “5 por 1” onde o trabalha cinco dias seguidos e folga 1, de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias;
- todos os trabalhadores estavam sendo levados a se sindicalizarem. De acordo com o presidente do STR, essa é uma exigência do Ministério do Trabalho. Todos os trabalhadores que compareceram a assembléia tiveram que regularizar sua documentação ou se associar ao sindicato se fossem para o trabalho na cana pela primeira vez;
- foi colocado que os trabalhadores deverão receber dos empregadores os equipamentos de segurança necessários;
- os trabalhadores são arrematados pelos arrematadores ou recrutadores mas o contrato e o pagamento é feito diretamente na empresa;
- os recrutadores receberão um percentual de 8% relativo ao salário do número de pessoas por ele recrutado;
- o trabalhador receberá um valor fixo por produção. Para receber um salário mínimo (R\$ 380,00) ele terá que cortar 2,5 toneladas de cana por dia. Na Usina São João, porém, a meta diária estabelecida pelos empregadores é de 8 toneladas ao dia o que faz com que os trabalhadores em geral recebam mais que um salário mínimo. Ficou

² Sobre a crise da atividade canavieira na Zona da Mata paraibana e seus efeitos sobre o emprego rural, leia-se: Moreira et al. 2001.

claro que não interessa às usinas trabalhadores que cortem menos cana do que a meta estipulada independente de o limite assegurado ser de 2,5 toneladas;

- as usinas não estão mais contratando mulheres nem crianças para o corte da cana;
- os trabalhadores serão transportados para o campo em ônibus que vão buscá-los e deixá-los em pontos determinados;
- se o percurso no ônibus durar mais de uma hora o trabalhador tem direito de receber esta hora extra de trabalho;
- os trabalhadores recebem uma garrafa térmica de 5 ou 9 litros, para armazenar água; o valor da garrafa é descontado do seu salário;
- o pagamento é feito quinzenalmente de acordo com a produção e o trabalhador recebe um contracheque especificando o valor produzido a cada dia;
- o valor do preço da cana varia de acordo com o grau de dificuldade no corte a depender do tipo de cana e do terreno;
- a cada dia, pela manhã, um fiscal informa aos trabalhadores o valor da cana que eles estão cortando;
- o dia de trabalho começa geralmente às 6:30h e vai até 16:00h com uma pausa para o almoço;
- é grande o número de trabalhadores que cortarão cana pela primeira vez na safra deste ano; estão previstos só no município de Santa Rita e emprego de 2.500 trabalhadores;
- grande parte dos trabalhadores que serão contratados são assentados em Projetos de assentamento dos municípios da região; muitos deles eram canavieiros antes do assentamento e continuaram depois;
- o discurso sindical e patronal converge quanto à produtividade do trabalho esperada do trabalhador. Em ambos os casos defende-se a alta produtividade como algo de interesse tanto do trabalhador por lhe garantir um maior salário, quanto da empresa.

Num segundo momento entrevistou-se o presidente do STR de Santa Rita, Edilson Ribeiro Nunes, 40 anos, filho de um antigo presidente do mesmo sindicato e que já se encontra em seu terceiro mandato consecutivo. Segundo ele, houveram muitas mudanças nas condições de trabalho dos assalariados da cana do município e em relação aos outros estados produtores de cana, é na Paraíba onde são melhores as condições de trabalho, principalmente no que tange a a quantidade de cana cortada para atingir um salário, que segundo ele é de 2,5 toneladas na Paraíba, de 4 toneladas em Alagoas e de 3,5 toneladas em Pernambuco.

Segundo o entrevistado, atualmente no município de Santa Rita funcionam as Usinas Miriri, Agroval, Japungu e São João. A usina que mais emprega trabalhadores é a Japungu que planta cana em 7 municípios e faz inclusive plantio de verão utilizando irrigação. Para ele a produção de cana teve um significativo aumento a partir do ano 2000.

Em relação as principais conquistas dos trabalhadores dos anos 90 para 2007, ele citou: a) o fim do trabalho dos empreiteiros. Responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores eles favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos. Hoje em dia existe o que ele chama de “arregimentadores” que apenas recrutam os trabalhadores e para isso recebem uma comissão sobre o salário do trabalhador, mas toda a contratação e o pagamento é feito diretamente pela empresa; b) a extinção dos tradicionais e precários alojamentos no interior das propriedades, devido tanto à intensidade das denúncias efetuadas como pela intensa fiscalização do Sindicato e do Ministério do Trabalho. Segundo o Sr. Edilson, no caso da Usina Japungu que ainda mantém os alojamentos houve consideráveis mudanças nas suas condições infra-estruturais quando comparadas às dos antigos galpões identificados por Moreira et al. em 1997³; c) a substituição dos gaiolões pelo

³ Esta informação deverá ser comprovada no decorrer do trabalho de campo.

ônibus para o transporte dos trabalhadores; d) a substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã pelo regime de 5 por 1.

Foi relatado que em 1984, houve a primeira Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Estado do Paraíba que serviu para regulamentar as normas gerais de contratação e pagamento dos trabalhadores. Atualmente está vigente o exercício 2005/2006 da Convenção. Ressaltou que hoje em dia os trabalhadores têm mais informações sobre os contratos, formas de pagamento, preço da cana, etc. e também que o sindicato vai a campo duas vezes por semana para fiscalizar as condições de trabalho. Segundo o entrevistado, após o período de safra a Usina Japungu mantém em média 500 trabalhadores com contratos permanentes e a Usina São João em média 300.

Em relação à quantidade de cana que o trabalhador tem que cortar ele relatou que a exigência das usinas varia de 6 a 8 toneladas por dia. Acrescenta que as usinas possuem médicos e que os trabalhadores fazem exames médicos antes de iniciar o período de safra e fazem alongamentos diários antes de iniciar o trabalho. Ele acrescenta que os acidentes com os trabalhadores diminuíram bastante porque os empregadores estão exigindo o uso dos equipamentos de segurança e se o trabalhador não estiver com os equipamentos ele não trabalha. Os equipamentos de segurança são: óculos, boné com abas laterais, avental, caneleira, botas e luvas.

O contrato dos trabalhadores é temporário, e dura em geral, apenas seis meses. Por ser um contrato pré-estabelecido os trabalhadores não têm direito ao seguro desemprego, porém segundo o sr. Edílson, algumas usinas, como a Japungu fornece a guia do seguro aos seus empregados.

Indagado sobre os trabalhadores sem carteira assinada o presidente do STR de Santa Rita afirmou que nas usinas não existem mais trabalhadores “clandestinos”, que pode até haver nas propriedades de alguns fornecedores da usina, mais se o sindicato ficar sabendo os proprietários serão penalizados. Ele acrescenta que existem em média 15 fornecedores de cana para as usinas e que a usina Una, situada no município de Sapé, compra cana do presidente do STR do citado município onde é assentado, produtor de cana com base no trabalho assalariado, além de atravessador, na medida em que compra cana dos outros assentados para negociar com a usina.

O período de safra, segundo ele, é geralmente de agosto a janeiro e na entressafra muitos dos trabalhadores trabalham fazendo bicos na construção civil e na produção de abacaxi “que vem crescendo muito de uns anos pra cá”. Segundo ainda o entrevistado, existe trabalhadores aplicando herbicidas nas plantações, mas apenas “trabalhadores qualificados” com cursos realizados na usina ou no SENAI com faixa etária entre 20 e 35 anos, além disso eles trabalham apenas nos horários em que o sol está mais frio e a empresa fornece todos os equipamentos de segurança, um banho após o trabalho e meio litro de leite por dia. A meta de produção diária na aplicação de herbicidas é de 2 a 2,5 bombas ao dia, variando de acordo com o terreno.

Ele acrescenta que não existem mais mulheres e crianças trabalhando no corte da cana, porém algumas mulheres ainda participam da produção, apenas no plantio, adubagem e limpa. As mulheres saíram do corte entre os anos de 1993 e 1994, e os usineiros deixaram de contratá-las por elas possuírem uma força física menor que a masculina.

Segundo o presidente do STR, atualmente diversas máquinas são usadas na produção: colheitadeiras, enchedeiras, entre outras, sendo que o trabalhador corta a cana e as máquinas recolhem a cana cortada. Ele refere-se à melhoria no transporte dos trabalhadores, os antigos “paus de araras” foram substituídos por ônibus desde 1999.

Para ele hoje é mais fácil conversar com os funcionários das empresas. Foi possível observar que realmente ocorreram mudanças nessas relações a ponto do presidente declarar na assembléia que “o sindicato é hoje um parceiro das empresas e vice-versa” (declaração do

Presidente do STR de Santa Rita em Assembléia dos canavieiros realizada em 05 de julho de 2007).

Num outro momento da pesquisa iniciamos os contatos com canavieiros-assentados. Escolhemos para o primeiro trabalho, o assentamento Massangana III situado no município de Cruz do Espírito Santo, onde cerca de 50 assentados trabalham como assalariados nos períodos de safra da cana. Essa foi uma das coisas que chamou a atenção, o trabalho assalariado como complemento do trabalho camponês e o fato de muitas vezes os assentados se reconhecerem como canavieiros e não como assentados.

Segundo depoimento de alguns assentados, vários motivos os levam a vender sua força-de-trabalho no corte da cana, sendo que três deles podem ser considerados como principais no caso do assentamento Massangana III: a) os lotes localizam-se nos topos dos tabuleiros costeiros, nas chamadas “chãs”, caracterizadas pela dominância de um solo arenoso e pobre em nutrientes; b) em muitos casos os filhos dos assentados não se interessam pela agricultura preferindo assalariar-se; c) a produção do lote não é suficiente para o sustento da família durante todo o ano. Alguns resumem sua produção a um ou dois produtos, a exemplo da mandioca e do caju que comercializam na entressafra da cana para garantir a sobrevivência da família nesse período.

Os trabalhadores admitem que realmente muitas coisas melhoraram nas condições de trabalho na cana e citam com principais mudanças a carteira assinada, o transporte, e as informações sobre o preço da cana cortada no dia. O salário também mudou. Segundo um dos entrevistados antigamente ele recebia um salário e hoje em dia consegue fazer um salário e meio e muitas vezes dois salários. Uma característica importante constatada é que grande parte dos trabalhadores entrevistados já foram moradores das usinas e já possuem mais de 45 anos. Há também um número significativo de jovens filhos dos assentados que não têm interesse nem pelo estudo nem pelo “trabalho na roça” que consideram sem futuro e preferem trabalhar no corte da cana. Eles contam que o ônibus os pega pela manhã entre 5:30h e 6:00h e que eles costumam tomar café no campo. Regra geral ainda utilizam a quarenta, pois é mais prático e simples de preparar. Tem uma pausa para o almoço que geralmente não chega a uma hora. Segundo o que eles nos contaram conseguimos perceber algumas contradições em relação ao que nos relatou Sr. Edilson, presidente do STR de Santa Rita como por exemplo: a) a questão da fiscalização sindical, que segundo os trabalhadores raramente acontece; b) a relação dos representantes sindicais é maior com a empresa do que com os trabalhadores; c) os alongamentos citados pelo Sr. Edilson também segundo os canavieiros entrevistados não acontecem e não há fiscalização para trabalhadores que estejam sem os equipamentos de segurança. Além disso, um dos trabalhadores entrevistados que já passou mal durante a aplicação de herbicidas, desconhece que existam trabalhadores qualificados, e também o direito ao banho e ao meio litro de leite.

Percebemos também a insatisfação dos trabalhadores em relação ao sistema de 5 por 1. De acordo com um dos entrevistados, eles trabalham incluindo os domingos que no sistema antigo era pago como equivalente a dois dias de trabalho. Com o sistema atual de 5 por 1 se a folga cai num outro dia da semana e se trabalha aos domingos não há pagamento em dobro pelo dia o que significa prejuízo. Embora esse depoimento tenha sido dado quando das visitas no assentamento, no momento da realização da assembléia em que todos estavam presentes inclusive os entrevistados de Massangana III, nenhum trabalhador questionou o sistema. Inclusive o presidente do STR o defendeu explicando que:

“Hoje é comum os trabalhadores trabalharem nos domingos. Se vê isso nas lojas e nos supermercados. O que importa é a garantia de emprego e o sistema 5 por 1 foi uma conquista dos trabalhadores” (discurso do Sr. Edilson, Presidente do STR em Assembléia realizada no dia de julho de 2007).

Muitos dos trabalhadores com idade superior a 45 anos se queixam do trabalho pesado. Para um dos entrevistados “o pior trabalho que existe é o trabalho no eito” (depoimento do Sr. Pedro Severino da Silva, assentado de Massangana III e cortador de cana). Apesar disto, quando questionados sobre a perspectiva de retomada da expansão da atividade canavieira para a produção do etanol, tanto o presidente do Sindicato como os canavieiros entrevistados foram unânimes em considerar como positivo. Para eles a expansão da cana representa a garantia de emprego por um período mais longo do ano e de um salário para complementar a renda oriunda da produção de alimentos realizada nos seus lotes.

Considerações finais

Este artigo apresenta os resultados preliminares de um dos aspectos da pesquisa da qual ele é parte. Os dados levantados estão aqui apenas enunciados. Todavia, com base nos mesmos já é possível realizar algumas ponderações. Em primeiro lugar, constata-se que a crise do Proalcool afetou a dinâmica do emprego na Zona da Mata paraibana tendo contribuído para a redução do emprego assalariado na década de 85-95. Este fato se reflete na composição do emprego por sexo e idade sendo que no caso do trabalho assalariado infantil sua redução acha-se fortemente atrelada a outros fatores tais como a política de erradicação do trabalho infantil e a maior vigilância dos organismos governamentais e dos sindicatos. Do ano 2000 até o presente a cana tem encontrado espaço para expandir-se seja motivada pelo aumento do preço do açúcar no mercado internacional, seja pelo estímulo governamental à produção do álcool e mais recentemente, visualizando uma maior valorização com a implantação da produção do etanol. No bojo desse processo três fatos chamam a atenção: a) o arrefecimento da criação de assentamentos rurais na região a partir do ano 2000 com a retomada da lavoura canavieira; b) a participação de grande número de trabalhadores assentados no grupo dos assalariados da cana na região e de alguns como produtores-fornecedores de cana para as usinas; c) o amortecimento da ação sindical e sua articulação com a classe patronal adotando inclusive o mesmo discurso dessa classe. Diante dessas constatações algumas questões merecem reflexão: a) estariam os assentamentos rurais criados na Zona da Mata contribuindo para a mudança na origem do pessoal contratado pelas usinas, antes preocupada em buscar trabalhadores fora e hoje recrutando-os na própria região? b) teriam se transformado os assentamentos em redutos de reserva de mão-de-obra para as usinas? c) seriam os assentados uma mão-de-obra que satisfaz os interesses patronais uma vez que já com o acesso à terra garantido, tornam-se mais flexíveis às imposições e mudanças dos sistemas de trabalho, sendo portanto mais dóceis e menos exigentes quanto aos seus direitos? d) seria a cana um mal necessário para o pequeno produtor da região canavieira? e) seriam os assentamentos tais quais se encontram e dentro da forma atual de sua estruturação um projeto fracassado? Estas e outras questões levam a algumas constatações: na Zona da Mata as mudanças levadas a efeito no espaço agrário são demonstrativas de que este espaço como bem o diz Santos (1986) não é algo findo ou acabado; elas também confirmam as predições de que o desenvolvimento capitalista na agricultura não implica necessariamente na extinção da pequena produção, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação e; por último, que o espaço agrário da Zona da Mata Paraibana atualmente reflete a complementariedade de dois pólos aparentemente antagônicos: a agricultura camponesa e o agronegócio como que reproduzindo uma lógica secular da organização espacial da região.

REFERÊNCIAS

- IBGE. **Censos agropecuários da Paraíba**, 1985 e 1995-96.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.
- MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e as classes sociais rurais. In: **Revista de Cultura Vozes**. Ano 74, volume LXXIV, nº 2, março de 1980.
- MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. In: **Revista Prudentina de Geografia**. Vol II, N.22, Ano 2002
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De Território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa na região semi-árida da Paraíba. In: **Revista do Nera** No. 10. janeiro/julho de 2007 (no prelo).
- MOREIRA, TORRES e MARQUES. Agricultura e Desenvolvimento Tecnológico na Zona da Mata Paraibana. **Revista Caderno do Logepa**, série pesquisa ano 2, N.2, Ano 2004
- MOREIRA e al. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na Zona Canavieira da Paraíba. **Revista da ABET**, vol. I, no. 1/ 2, 2001.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. S. Paulo. Duas Cidades.1979
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 4ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- TEPICHT , Jerzy: **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

**OCUPAÇÕES E RENDA DAS FAMÍLIAS DOMICILIADAS EM
ÁREAS RURAIS EM SANTA CATARINA
NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**

*Lauro Mattei**

RESUMO

Este trabalho apresenta e discute a evolução das ocupações e da renda das famílias que residem em áreas rurais no estado de Santa Catarina, tomando-se como unidade de análise as famílias extensas, conforme definição constante da seção metodológica. O período de análise corresponde aos anos entre 2001 e 2005, sendo que as informações foram retabuladas a partir dos microdados das PNADs. Dentre os principais resultados obtidos, verifica-se que as famílias ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas vêm reduzindo significativamente sua participação na PEA rural estadual. No entanto, constatou-se que esta queda, em parte, foi compensada pelo avanço das ocupações das famílias não-agrícolas e pelo crescimento das famílias pluriativas, fatos que associados causaram um impacto bastante positivo sobre a dinâmica do trabalho rural catarinense.

Palavras-chave: ocupação; renda; pluriatividade.

* Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP. Professor adjunto III dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia da UFSC. mattei@cse.ufsc.br

INTRODUÇÃO

É consenso atualmente na literatura socioeconômica que o emprego rural não pode mais ser analisado apenas a partir de sua vertente agrícola, uma vez que no espaço rural começam a ser desenvolvidas outras atividades que geram ocupações de caráter não-agrícola, as quais estão cada vez menos relacionadas à produção agropecuária tradicional.

Nesse contexto, emerge o debate acadêmico sobre a “nova ruralidade”, o qual se expressa de diferentes maneiras. Por um lado, a visão tradicional que sempre considerou o meio rural apenas como um espaço de produção agrícola perde sua importância, uma vez que os indicadores setoriais já não conseguem mais explicar as transformações em curso, especialmente nos aspectos relativos às mudanças do processo de trabalho. Com isso, observa-se que, paralelamente ao enorme êxito obtido pela “Revolução Verde” em termos de expansão da produção agrícola mundial, está cada vez mais nítido o rompimento do enfoque que reduzia as funções do “rural” às atividades restritas da produção agrícola.

Por outro lado, a diversificação dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduz a uma heterogeneidade muito grande, tanto do uso da terra como da ocupação dos territórios rurais. Decorre daí uma desarticulação dos laços tradicionais que tinham a agricultura como a única fonte de sustentação da produção e de geração de renda, o que possibilita a emergência de um diversificado processo produtivo, que vai desde a produção agropecuária tradicional até um conjunto de atividades econômicas relacionadas aos serviços, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da própria produção agropecuária.

Portanto, estudos que focalizam sua atenção sobre as atividades e rendas não-agrícolas que são utilizadas pelas famílias de agricultores como recursos e estratégias para garantir sua reprodução social têm avançado significativamente nas últimas décadas, porém com pouca ênfase nos impactos dessas mudanças sobre as economias locais e, particularmente, sobre as populações rurais e o modo de vida dos agricultores familiares.

No Brasil, diversos autores vêm dando destaque às análises sobre a multifuncionalidade do espaço rural, visando apreender essas mudanças que estão em curso. Neste caso, destaca-se o grupo de pesquisadores vinculados ao “Projeto Rurbano”¹, cujos estudos mostraram que a dinâmica do meio rural brasileiro já não pode mais ser explicada exclusivamente pelo lado da esfera agrícola, tendo em vista a expansão de um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela dinâmica populacional rural brasileira.

Com isso, observa-se uma alteração significativa na estrutura e na composição do trabalho rural, uma vez que muitas atividades que antes eram exercidas por várias pessoas se individualizaram, liberando mão-de-obra familiar. Além disso, cresceram também os índices de flexibilização e informalização do trabalho rural, tendo em vista que aumentou o número de agricultores e de seus familiares ocupados com atividades não-agrícolas.

¹ - É um projeto temático que procura “caracterizar o novo rural brasileiro”, analisando as transformações no emprego rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS E DF). Tal projeto está sob a coordenação do IE/UNICAMP e conta com o apoio financeiro da FAPESP. Maiores informações encontram-se no site <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>

De um modo geral, verifica-se que essas mudanças afetam mais fortemente o sistema de produção familiar, o qual vem se especializando e permitindo que as lides agrícolas sejam crescentemente asseguradas apenas pelo chefe da exploração, liberando os demais membros familiares que passam a buscar ocupação em atividades fora da agricultura. Nesta lógica, as famílias procuram se reproduzir desenvolvendo, simultaneamente, atividades agrícolas e não-agrícolas.

Este trabalho procura caracterizar a evolução da estrutura ocupacional rural no estado de Santa Catarina, a partir dos dados secundários disponíveis até o momento, analisando-se a participação dos diversos ramos de produção na geração de emprego, visando identificar o papel das ocupações não-agrícolas no contexto do emprego rural catarinense, tomando-se como unidade de análise as famílias ocupadas e domiciliadas no meio rural do referido estado.

Para tanto, o texto contém mais três seções, além desta breve introdução. Na primeira delas, discutem-se os procedimentos metodológicos usados para a tabulação dos microdados das PNADs, tendo em vista a separação das informações adotada pelo conjunto de pesquisadores envolvidos com o projeto de pesquisa acima referido. Na segunda seção são analisadas as principais características do trabalho rural catarinense, destacando-se a evolução das ocupações não-agrícolas, os ramos de atividade e a composição da renda da PEA rural catarinense. Na terceira seção são apresentadas e discutidas as principais conclusões relativas às informações utilizadas.

1 - NOTAS METODOLÓGICAS

Durante os anos noventa o IBGE introduziu diversas mudanças metodológicas em seus dois principais instrumentos de pesquisa estatística (nos Censos Demográficos, a partir de 1991, e nas PNADs, a partir de 1992), visando atenuar os problemas decorrentes, em grande medida, da não atualização dos perímetros urbanos.

No Censo Demográfico (CD) foram introduzidas novas categorias territoriais, além daquelas categorias que já vinham sendo adotadas há mais tempo, quais sejam: áreas urbanas, áreas urbanas isoladas, áreas rurais e áreas rurais isoladas. A partir de 1991 foram incorporadas ao CD três novas categorias domiciliares: os aglomerados rurais do tipo extensão urbana; os aglomerados rurais isolados e as áreas urbanas não-urbanizadas.

As áreas **urbanas** são aquelas urbanizadas dentro dos perímetros urbanos dos municípios, contando com todos os tipos de serviços. Já as áreas **urbanas não-urbanizadas** são aquelas áreas localizadas no âmbito do perímetro urbano, sem existência de todos os serviços e que ainda podem desenvolver atividades agropecuárias ou mesmo manterem-se ociosas. Finalmente, as áreas **urbanas isoladas** são aquelas que não são contíguas ao núcleo do município, embora legalmente consideradas como urbanas.

No meio rural temos as áreas **rurais exclusive**, que são aquelas áreas que não se enquadram em nenhum critério de serviços, aglomeração ou de densidade. São as áreas tradicionais que classicamente se diferenciam do urbano. Já os **aglomerados rurais do tipo extensão urbana** toma como referência o fato de que a distância do núcleo principal deve ser inferior a um quilômetro. Sinteticamente pode-se dizer que são áreas que legalmente não foram ainda incorporadas ao perímetro urbano dos municípios. Quando a distância referida for maior que um quilômetro, as áreas são classificadas como **aglomerados rurais isolados**. Neste último caso, definiram-se três tipos específicos para esses aglomerados: **os povoados** (áreas aglomeradas que não são vinculadas a um único proprietário e que possuem algum tipo de serviços com

edificações permanentes); **os núcleos** (áreas vinculadas a um único proprietário e com independência em relação aos serviços) e **os outros** (áreas com ausência de serviços e sem vínculos com um único proprietário).

Com isso, atualmente os dados estatísticos gerados pelo IBGE podem ser agrupados em oito categorias, as quais ajudam a captar com maior precisão os processos de transbordamento de áreas que não são mais possíveis de serem analisadas a partir da velha dicotomia que simplesmente separava o urbano do rural.

Além disso, há ainda a possibilidade de separar as informações não apenas pela situação domiciliar (oito categorias domiciliares acima), mas também pela localização do município onde foi realizada a amostra, as chamadas áreas censitárias. Neste caso, as informações podem ser agrupadas em **Regiões Metropolitanas**, que são as informações dos municípios que fazem parte de uma região metropolitana legalmente constituída, e **Regiões Não-Metropolitanas**, cujas informações representam o restante dos municípios não enquadráveis na situação anterior.

A partir dessas mudanças, os microdados do CD e das PNADs retabulados pelo “Projeto Rurbano” foram analisados a partir de dois cortes estatísticos básicos. O primeiro corte separou as informações, de acordo com a área censitária, em regiões metropolitanas e não-metropolitanas, com o objetivo de isolar os efeitos das áreas metropolitanas sobre as demais áreas².

O segundo corte organizou as informações, de acordo com a situação domiciliar, em quatro situações distintas, a saber:

- a) áreas urbanas: compreende apenas as informações referentes à categoria já existente anteriormente, considerada como urbano urbanizada;
- b) áreas periféricas (periferia): compreende as informações referentes às categorias urbano não-urbanizada e aglomerados rurais do tipo extensão urbana (áreas limítrofes ao perímetro urbano). Essa abertura visa captar os efeitos da extensão das áreas urbanas sobre as áreas rurais, dentro da lógica do *continuum urbano-rural*;
- c) áreas de povoados: compreende as informações referentes às categorias urbana isolada, povoados e outros dos aglomerados rurais isolados. Essa abertura incorpora as áreas não vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços, além das áreas urbanas não-urbanizadas, que possuem funções similares (desenvolvem atividades agropecuárias);
- d) áreas rurais exclusivas (rural agropecuário): compreende as informações referentes às categorias rural exclusiva e os núcleos dos aglomerados rurais isolados. Essa abertura incorpora as áreas de um único proprietário onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, independente de possuírem ou não serviços, e delimita com maior precisão aqueles espaços onde predominam as atividades agropecuárias.

Finalmente, quanto ao trabalho das pessoas, deve-se registrar as mudanças introduzidas pelas PNADs na condição de ocupação. A principal delas diz respeito ao fato de que antes de 1992 este instrumento estatístico não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência da pesquisa como trabalhadores não-remunerados, como trabalhadores na produção para o próprio consumo ou como trabalhadores na construção para uso próprio. A partir desta data são consideradas como ocupadas as pessoas que declaram ter trabalhado pelos menos 1 hora

² - Obviamente que esse corte só faz sentido para aqueles estados que possuem regiões metropolitanas, o que não é o caso específico de Santa Catarina.

na semana de referência nas três condições de ocupação acima citadas (trabalho não-remunerado, para o autoconsumo e na construção para uso próprio).

Esta mudança inviabiliza qualquer tipo de comparação com séries históricas anteriores. No entanto, o “Projeto Rurbano” desenvolveu uma metodologia que reconstituiu os dados da forma como usualmente as PNADs eram elaboradas, eliminando-se os efeitos das novas categorias. Com isso, a designação “PEA restrita” presente nas tabelas que fazem parte deste estudo representa uma distinção em relação aos dados publicados pelas PNADs a partir de 1992.

Outro tratamento dispensado às informações diz respeito à posição na ocupação da pessoa de referência do domicílio, com o objetivo de analisar duas variáveis importantes: a ocupação e a renda. Assim, a tipologia construída no âmbito do Projeto Rurbano separa as famílias extensas³ por posição na ocupação da pessoa de referência no domicílio em distintas categorias, conforme será discutido na sequência. Com isso, foi construída uma unidade analítica que articula ocupação e renda do conjunto de pessoas que vivem sob um mesmo teto e que dispõe coletivamente de uma quantidade de recursos financeiros e de bens para autoconsumo.

Do ponto de vista das categorias de famílias, as informações foram organizadas em cinco categorias, como segue. Assim, o **empregador** compreende os casos em que uma pessoa da família se declarou como tal na semana da pesquisa, independente da posição na ocupação dos demais membros familiares. As famílias foram classificadas como **conta-própria** quando um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. A família foi classificada como sendo de **empregados (trabalhadores assalariados)** caso não existisse nem empregador e nem conta-própria e pelo menos um dos seus membros declarou exercer alguma atividade na semana de referência. Por fim, a família foi considerada como **não-ocupada** quando nenhum membro declarou-se ocupado na semana de referência⁴. A quinta categoria, na verdade, deriva de uma subdivisão das famílias empregadoras. Desta forma, as famílias dessa posição foram consideradas como **empregadoras com até dois empregados** (famílias com pelo menos um membro na posição de empregador e com contratação de até dois assalariados permanentes na atividade econômica) e **empregadoras com mais de dois empregados** (famílias com pelo menos um membro na posição de empregador e com contratação de mais de dois assalariados permanentes na atividade econômica).

A partir da construção desta categorização familiar, as famílias foram classificadas de acordo com o tipo de atividade exercida pelos seus membros na semana de referência. Assim, **famílias agrícolas** são aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades agropecuárias na semana de referência,

³ Designação criada no âmbito do “Projeto Rurbano”, significando uma categoria intermediária nos dados das PNADs e representando a unidade de análise relevante. Essa unidade exclui os pensionistas, os empregados domésticos e os seus parentes e considera, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados. Entende-se por agregado a pessoa que não era parente da pessoa de referência da família e nem do seu cônjuge e que não pagava hospedagem nem alimentação a membro da família.

⁴ - As famílias foram classificadas como sendo aposentadas e/ou pensionistas quando declararam possuir uma ou mais pessoas nessa condição e quando nenhum de seus membros estivesse desempregado procurando emprego. Por outro lado, foram classificadas como “procurando emprego” quando pelo menos um de seus membros declarou ter procurado trabalho na semana de referência. Considerou-se também a situação mista quando havia pelo menos um aposentado e/ou pensionista e outro membro procurando emprego numa mesma família. Finalmente, o resíduo foi classificado como “outros não-ocupados”, quando nenhuma das alternativas anteriores fosse preenchida.

considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros; **famílias pluriativas**, aquelas em que pelo menos um dos membros da família extensa declarou exercer dupla ocupação (principal ou secundária) em atividades agrícolas ou não-agrícolas na semana de referência; e **famílias não-agrícolas**, aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam ocupadas apenas em atividades não-agropecuárias na semana de referência, tanto em termos de ocupação principal como secundária.

2 – A EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES DAS FAMÍLIAS DOMICILIADAS EM ÁREAS RURAIS EM SC ENTRE 2001 E 2005

Mesmo que o tratamento das informações citado na seção metodológica tenha gerado avanços no conhecimento sobre a localização domiciliar da população economicamente ativa, deve-se reconhecer que ainda restam problemas relativos à própria fonte geradora dos dados, uma vez que a PNAD não permite fazer desagregações regionais dentro de uma mesma unidade da federação, exceto naqueles casos em que a unidade da federação possui área metropolitana. Este procedimento, entretanto, não é possível em Santa Catarina porque não existem regiões metropolitanas na referida unidade da federação. Portanto, as informações utilizadas na seqüência obrigatoriamente têm que ser analisadas de forma agregada. Mesmo assim, a PNAD ainda é a mais atualizada e abrangente base de dados para se analisar as ocupações e rendas das pessoas e das famílias brasileiras.

A tabela 1 apresenta as famílias existentes em SC no ano de 2005, de acordo com o seu tipo, atividade de seus membros e situação domiciliar. Inicialmente observa-se que, do total de 1.8 milhões de famílias contabilizadas em 2005, 1.4 milhões estavam domiciliadas em áreas urbanas, o que representava aproximadamente 80% do total das famílias catarinenses. Já as famílias domiciliadas em áreas rurais respondiam por apenas 16%, enquanto aquelas domiciliadas em áreas classificadas como “periferias” representavam 3%. O restante diz respeito à situação domiciliar “povoado”.

De um modo geral, nota-se que a grande maioria das famílias (96%) localiza-se em áreas urbanas ou em áreas rurais exclusivas, revelando que as novas situações domiciliares introduzidas pelo IBGE em SC a partir de 1991 têm pouca contribuição às análises que procuram fugir da dicotomia tradicional que separa o rural em oposição ao urbano. Em função disso, as análises ao longo deste estudo somente farão uso dessas novas situações domiciliares quando, de fato, elas tiverem alguma expressão estatística no conjunto dos dados.

Tabela 1: Famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio. Santa Catarina, 2005 (1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	Não Metropolitano					Total
	Urbanizado	Periferia	Povoado	Rural Agropec.	Sub-Total	
Empregadora total	136,4	-	-	33,4	170,4	170,4
Agrícola	-	-	-	18,2	21,1	21,1
Pluriativo	3,5	-	-	10,0	13,5	13,5
Não-agrícola	130,0	-	-	5,3	135,9	135,9
Conta-Própria	310,4	7,6	7,0	138,8	463,8	463,8
Agrícola	14,6	-	-	90,8	106,0	106,0
Pluriativo	17,6	-	3,5	32,2	53,3	53,3
Não-agrícola	278,1	7,6	-	15,8	304,5	304,5
Empregados	800,5	38,7	7,6	84,3	931,1	931,1
Agrícola	22,8	-	-	17,6	42,2	42,2
Pluriativo	13,5	-	-	13,5	28,1	28,1
Não-agrícola	764,2	38,7	4,7	53,3	860,9	860,9
Não-ocupado na semana	196,8	-	3,5	34,6	236,6	236,6
TOTAL	1.444,1	48,6	18,2	291,1	1.802,0	1.802,0

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-" : representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

Do ponto de vista das categorias familiares, verifica-se que as famílias de empregados respondiam por 52% do total das famílias catarinenses, enquanto as famílias de conta-própria representavam 26% do total. Ou seja, essas duas categorias respondiam por quase 80% do número total. Já as famílias classificadas como não-ocupadas na semana de referência respondiam por 13%, enquanto as empregadoras eram responsáveis pelo percentual restante.

Em termos das tipologias adotadas (de acordo com a atividade econômica exercida), observa-se que as famílias não-agrícolas prevalecem em todos os casos, sendo seguidas pelas famílias agrícolas e, em número bem menor, pelas famílias pluriativas, independentemente da forma que essa pluriatividade seja utilizada. Este baixo percentual de participação das famílias classificadas como pluriativas indica que este fenômeno (pluriatividade) provavelmente não tenha a expressão em Santa Catarina, da mesma forma que vem ocorrendo outras unidades da federação onde o mesmo está sendo analisado. Este aspecto deverá ser retomado ainda na sequência deste texto quando serão utilizadas informações específicas das áreas rurais para analisar questões centrais do presente projeto de pesquisa.

A tabela 2 apresenta a evolução do número de famílias extensas entre 2001 e 2005. Inicialmente, nota-se que ocorreram taxas anuais de crescimento significativas para todas as categorias de famílias, exceto no caso das famílias de conta-própria, uma vez que estas sofreram alterações praticamente inexpressivas entre o primeiro e o último ano da série considerada.

Tabela 2: Evolução das famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio.
Santa Catarina, 2005, (1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
TOTAL						
Empregadora Total	143	129	145	141	170	4,5 *
Agrícola	16	10	16	13	21	9,2
Pluriativo	9	13	16	10	13	5,9
Não-agrícola	118	106	113	118	136	3,9
Conta-Própria	458	463	486	513	464	1,3
Agrícola	115	130	105	109	106	-3,3
Pluriativo	48	56	50	62	53	3,2
Não-agrícola	296	276	330	342	305	2,7
Empregados	820	851	848	877	931	2,9 ***
Agrícola	38	40	43	42	42	2,7 **
Pluriativo	17	28	24	30	28	11,0 *
Não-agrícola	765	783	781	806	861	2,7 ***
Não-ocupado na semana	189	200	208	200	237	4,7 **
TOTAL	1.609	1.642	1.687	1.731	1.802	2,8 ***

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-": representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

As famílias de empregadores apresentaram taxas de crescimento da ordem de 4,5% ao ano. Em termos absolutos isso significou um aumento de 27 mil famílias nesta condição ocupacional. Com isso, sua participação no conjunto das categorias familiares passou de 8,5%, em 2001, para 9,5%, em 2005. Considerando-se a abertura acima mencionada desta categoria familiar, verifica-se que as famílias empregadoras que contratam mais de dois empregados eram 100 mil, enquanto aquelas com até dois empregados respondiam pelo restante da categoria, ou seja, 70 mil.

As famílias de empregados, que em termos absolutos têm a maior expressão no conjunto das famílias catarinenses, tiveram taxas anuais de crescimento significativas da ordem de 2,9%, implicando em um acréscimo numérico de 111 mil famílias no período considerado. Com isso, a participação desta categoria aumentou de 50,5% para 52% entre 2001 e 2005. De algum modo, este comportamento revela que a reprodução social das famílias catarinenses está atrelada, cada vez mais, à venda da força de trabalho no âmbito das atividades econômicas.

As famílias consideradas não-ocupadas na semana de referência também apresentaram taxas de crescimento positivas da ordem de 4,7% ao ano, implicando na incorporação a esta categoria de aproximadamente 48 mil famílias. Com isso, a participação desta categoria passou de 12% para 13% entre o primeiro e último ano da série considerada. Mais adiante será retomada a análise sobre esta condição familiar, a partir dos distintos tipos de famílias que dela tomam parte, conforme nota de rodapé que se encontra nos procedimentos metodológicos.

Finalmente, a categoria das famílias classificadas como conta-própria foi a única a reduzir sua participação no total, caindo de 28,5%, em 2001, para 25,5%, em 2005, embora os números absolutos se mantivessem no mesmo patamar durante o período considerado. Em grande medida, este comportamento está atrelado ao movimento das famílias desta condição que residiam em áreas rurais, conforme veremos nas tabelas subsequentes.

Como afirmamos em passagem anterior, as novas situações domiciliares produziram poucos efeitos sobre os dados de SC, razão pela qual as duas próximas tabelas apresentarão essas mesmas tipologias familiares acima mencionadas apenas para as situações domiciliares rural e urbana.

Assim, a tabela 3 apresenta a evolução das diversas categorias familiares domiciliadas em áreas urbanas. Inicialmente, observa-se que a categoria das famílias empregadoras está fortemente concentrada nesta situação domiciliar, respondendo por 81% do total, ou seja, das 170 mil famílias empregadoras existentes em 2005, nada menos que 137 mil residiam em áreas urbanas. Em termos da tipologia familiar, nota-se que não se registrou a existência de famílias agrícolas, enquanto que as pluriativas são praticamente inexpressivas. Isto implica dizer que a maioria absoluta das famílias empregadoras com residência urbana é do tipo não-agrícola.

Tabela 3: Evolução das famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio. Santa Catarina, 2005, (1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Urbana						
Empregadora Total	117	110	117	115	137	3,6
Agrícola	-	-	-	-	-	
Pluriativo	-	6	5	4	4	
Não-agrícola	112	102	111	109	131	3,8
Conta-Própria	303	296	332	352	325	3,2 *
Agrícola	6	11	6	8	15	15,7
Pluriativo	19	20	18	21	21	2,8
Não-agrícola	278	265	308	322	289	2,7
Empregados	741	765	770	795	847	3,1 ***
Agrícola	16	18	19	20	25	9,6 ***
Pluriativo	12	17	17	16	15	3,3
Não-agrícola	712	730	734	759	808	2,9 ***
Não-ocupado na semana	158	176	181	173	202	4,8 **
TOTAL	1.319	1.348	1.400	1.435	1.511	3,4 ***

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-" : representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Urbano - Janeiro/2007

Já as famílias de conta-própria residentes em áreas urbanas representam 70% do total desta categoria familiar, ou seja, das 464 mil famílias de conta-própria, 325 mil residiam em áreas urbanas. Destas, apenas 15 mil foram enquadradas como agrícolas e 21 mil como pluriativas, sendo que todas as demais foram declaradas como não-agrícolas. A baixíssima presença de famílias agrícolas nesta situação domiciliar é explicada, em grande medida, pelo fato de não fazer parte da tradição catarinense as pessoas residirem em áreas urbanas e manterem suas atividades ocupacionais exclusivamente na agricultura. Ao mesmo tempo, a possibilidade das pessoas residentes em áreas urbanas e ocupadas em atividades não-agrícolas de destinarem um tempo de sua ocupação para atividades agrícolas é bastante reduzida, decorrendo daí a baixa inserção das famílias pluriativas na categoria ocupacional das famílias de conta-própria urbanas.

As famílias de empregados residentes em áreas urbanas, por sua vez, representam 91% desta categoria familiar, ou seja, das 931 mil famílias de empregados,

nada menos que 847 mil residiam no meio urbano catarinense. Destas, a maioria absoluta (808 mil) faz parte da tipologia de famílias não-agrícolas. Este comportamento também pode ser explicado pelas dificuldades que uma família de trabalhadores assalariados encontra no sentido de combinar sua ocupação assalariada urbana com outras formas de ocupação, especialmente na agricultura. Daí a baixa representatividade, tanto das famílias agrícolas de empregados, como das pluriativas.

Finalmente, deve-se mencionar que dentre as 237 mil famílias não-ocupadas na semana de referência da PNAD, 202 mil (85%) estavam domiciliadas em áreas urbanas, sendo que a maioria delas é composta por aposentados e pensionistas, conforme veremos mais adiante.

A tabela 4 apresenta a evolução destas mesmas categorias familiares, porém residentes em áreas rurais. A categoria das famílias empregadoras, embora tendo apresentado crescimento ao longo do período analisado, é pouco expressiva no contexto rural, atingindo apenas 19% do total desta categoria. Mesmo assim, deve-se registrar que dentre os diferentes tipos de famílias, as de natureza agrícola apresentaram as maiores taxas de crescimento. Com isso, elas passaram a responder por mais de 50% dentre as tipologias adotadas.

Tabela 4: Evolução das famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio. Santa Catarina, 2005, (1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA		2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Rural							
Empregadora Total		25	19	28	25	33	8,9
	Agrícola	13	7	14	11	18	10,8
	Pluriativo	6	7	11	6	10	8,7
	Não-agrícola	6	5	-	8	5	
Conta-Própria		155	167	154	161	139	-2,5
	Agrícola	108	119	100	101	91	-5,0 **
	Pluriativo	29	36	32	41	32	3,5
	Não-agrícola	18	11	22	20	16	3,1
Empregados		79	85	78	83	84	0,9
	Agrícola	22	21	23	22	18	-3,9
	Pluriativo	5	11	7	14	13	23,9 *
	Não-agrícola	52	53	47	46	53	-0,9
Não-ocupado na semana		30	23	27	27	35	4,1
TOTAL		290	294	287	297	291	0,2

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-": representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007

As famílias de conta-própria residentes em área rurais mantiveram uma tendência de queda já observada na década anterior, sendo que esta redução foi significativa apenas entre as famílias exclusivamente agrícolas, enquanto que nos demais tipos familiares não se observaram alterações relevantes. Mesmo assim, os conta-própria permanecem sendo a maior categoria ocupacional, ao responder por 48% do total das famílias que residem em áreas rurais. Isto quer dizer que em praticamente a metade das famílias rurais, pelo menos um dos seus membros exercia atividades por conta-própria. Por outro lado, verifica-se que 91 mil famílias foram classificadas como exclusivamente agrícolas, ou seja, 65% das famílias de conta-própria ainda se

reproduzem exclusivamente a partir da agricultura, fato que é possível devido ao sistema de produção agropecuária familiar que predomina em todo território catarinense.

As famílias de empregados, segundo contingente familiar mais numeroso presente no meio rural catarinense, embora não tenham apresentado tendência significativa de crescimento, revelam algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, nota-se a expressiva participação das famílias não-agrícolas nesta categoria. Isso pode significar que, para uma parcela importante das famílias de assalariados rurais, o espaço rural é apenas um local de moradia, tendo em vista que o exercício profissional pode estar sendo realizado em outra esfera, o que é facilitado pelas proximidades das cidades e também pelos meios de transportes. Além disso, deve-se considerar também que os custos com habitação no meio urbano normalmente são mais elevados.

Uma segunda questão importante ainda relativa às famílias de empregados diz respeito ao baixo percentual de participação das famílias exclusivamente agrícolas. Esse baixo grau de assalariamento na agricultura está diretamente relacionado ao modelo de produção agropecuária que, no caso de SC, não é dinamizado pelas relações capitalistas clássicas que colocam frente a frente os detentores do capital e os vendedores da força de trabalho.

Por último, mas não menos importante, ressalta-se o crescimento, ainda que tímido, das famílias pluriativas dentre a categoria de assalariados. Embora sua participação percentual seja baixa, em números absolutos elas mais que dobraram no período considerado, especialmente ao conseguir combinar diversas atividades, tanto na agricultura como em outros setores produtivos.

Finalmente, a categoria das famílias não-ocupadas aumentou ao longo dos anos considerados, elevando sua participação para 12% dentre todas as categorias familiares residentes em áreas rurais. No entanto, deve-se destacar que a grande maioria das famílias classificadas nesta categoria (95%) era composta por aposentados e/ou pensionistas, revelando que o meio rural é importante espaço para as famílias de idosos que, após obter o benefício previdenciário, permanecem residindo neste local.

A tabela 5 apresenta a evolução das famílias extensas não-ocupadas na semana de referência da pesquisa. Inicialmente, observa-se que o número total aumentou a taxa significativa da ordem de 4,7% ao ano, o que significou um aumento de 47 mil famílias entre 2001 e 2005. Neste caso, verifica-se que a categoria de famílias classificadas como aposentadas e pensionistas responde pela grande maioria. No entanto, as maiores taxas de crescimento ocorreram na categoria familiar com algum membro procurando emprego. Em parte, este crescimento último pode estar associado aos problemas que os trabalhadores encontram para se alocar produtivamente, considerando-se que a taxa geral de desemprego do país cresceu bastante na última década.

Tabela 5: Evolução das famílias extensas não ocupadas na semana segundo o local de domicílio. Santa Catarina, 2001/2005, (1000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% ^a a)	
TOTAL	189	200	208	200	237	4,7	**
Só pensionistas e/ou aposentados	157	171	161	163	201	4,6	*
Pens./Apos. e procurando emprego	9	15	20	17	17	16,3	*
Só procurando emprego	11	3	14	8	8	1,4	
outros não ocupados	13	11	14	12	11	-1,5	
Urbano	158	176	181	173	202	4,8	**
Só pensionistas e/ou aposentados	129	149	136	138	167	4,5	*
Pens./Apos. e procurando emprego	8	15	19	16	16	16,3	*
Só procurando emprego	10	3	13	8	8	3,6	
outros não ocupados	11	9	13	11	11	1,1	
Rural	30	23	27	27	35	4,1	
Só pensionistas e/ou aposentados	27	22	25	25	33	5,7	
Pens./Apos. e procurando emprego	-	-	-	-	-		
Só procurando emprego	-	-	-	-	-		
outros não ocupados	-	-	-	-	-		

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-": representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007

Do ponto de vista da situação domiciliar, nota-se que a grande maioria dessas famílias localiza-se em áreas urbanas. Neste caso, deve-se mencionar o predomínio absoluto da categoria familiar composta por aposentados e pensionistas, os quais cresceram a taxas significativas, porém inferiores às taxas de crescimento daquela categoria que tinha algum membro que estava procurando emprego, sinalizando que é grande a dificuldade de obter emprego nas áreas urbanas catarinenses.

Finalmente, observa-se que também ocorreu um crescimento das famílias de aposentados e/ou pensionistas residentes em áreas rurais. Este é um processo que está em curso desde meados da década de 1990, quando o benefício da previdência social foi entendido às famílias de trabalhadores rurais de todo o país. De algum modo, a extensão deste benefício permitiu que muitas famílias, mesmo compostas apenas por pessoas idosas, permanecessem domiciliadas no meio rural catarinense, o que pode ter contribuído para arrefecer o processo de êxodo rural.

A tabela 6 apresenta a evolução das pessoas de acordo com as categorias familiares domiciliadas em áreas rurais. Do ponto de vista das famílias empregadoras, nota-se que ocorreu uma expansão absoluta das pessoas deste grupo familiar, o que é atestado pela taxa anual de crescimento de 6,8%, configurando uma tendência em razão da significância do referido crescimento. No entanto, este movimento não é idêntico entre os diversos tipos familiares, uma vez que as pessoas que fazem parte das famílias não-agrícolas apresentaram taxas anuais negativas de 0,5%.

Quanto à categoria familiar conta-própria, observa-se uma tendência de queda das pessoas que fazem parte deste grupo familiar, a qual se expressa através das taxas anuais negativas da ordem de 3,3%, significativas aos níveis considerados e apontando claramente uma tendência. Em grande medida, este comportamento foi influenciado pela expressiva redução das pessoas pertencentes às famílias agrícolas, que sofreram redução de 22 mil pessoas entre 2001 e 2005. Este movimento pode estar indicando as dificuldades que o sistema de produção familiar encontra para manter as pessoas residindo em áreas rurais. Além destas, as famílias de conta-própria não-agrícola

também tiveram redução absoluta das pessoas. Este movimento adverso nestes dois grupos familiares não conseguiu ser compensado pela expansão das pessoas que fazem parte das famílias pluriativas que, embora tenham apresentado taxas de crescimento positivas, não chegaram a constituir uma tendência, devido a não significância dessas taxas.

Tabela 6: Evolução das pessoas pertencentes às famílias extensas segundo o tipo e o local de domicílio. Santa Catarina, 2005, (1.000 pessoas).

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Rural Agropecuário						
Empregadora Total	99	85	108	98	128	6,8 *
Agrícola	49	33	50	40	66	8,2
Pluriativo	29	32	51	30	45	8,3
Não-agrícola	21	20	7	28	17	-0,5
Conta-Própria	598	638	583	605	521	-3,3 *
Agrícola	402	443	362	367	329	-5,7 **
Pluriativo	125	150	137	167	139	3,2
Não-agrícola	71	45	85	71	53	-1,6
Empregados	300	313	271	307	307	0,2
Agrícola	74	76	81	82	64	-2,0
Pluriativo	18	47	32	55	54	25,9 *
Não-agrícola	208	191	158	170	189	-3,0
Não-ocupado na semana	64	44	66	49	71	3,0
TOTAL	1.062	1.081	1.028	1.059	1.027	-0,9

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-": representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Urbano - Janeiro/2007

Finalmente, na categoria familiar de empregados residentes em áreas rurais observa-se um crescimento apenas tímido do número absoluto de pessoas. Em parte, isso decorre da redução verificada nas famílias agrícolas e também nas famílias não-agrícolas, o que confirma as dificuldades de expansão do assalariamento agrícola no meio rural catarinense, conforme já mencionadas em outras passagens deste texto. Mas o fato mais relevante é o crescimento das famílias pluriativas, que apresentaram taxas anuais significativas da ordem de 26%. Este crescimento sinaliza claramente uma tendência, uma vez que as pessoas que fazem parte deste grupo familiar têm a possibilidade concreta de ampliar suas ocupações combinando atividades produtivas.

De alguma forma, este processo pode ser observado nas informações constantes da tabela 7, que apresenta apenas a evolução das pessoas economicamente ativas para os mesmos tipos de famílias residentes em áreas rurais. O primeiro aspecto a ser considerado é que o total das pessoas ocupadas, independentemente dos tipos familiares, apresentou taxas negativas da ordem de 0,4% ao ano. Mesmo não se configurando uma tendência, essa redução da taxa geral de ocupação indica as dificuldades que as pessoas que residem em áreas rurais encontram para se manter economicamente ativas.

Especificamente em relação às categorias ocupacionais, observa-se que as pessoas que fazem parte das famílias de conta-própria são a ampla maioria (60% do total em 2005). Entretanto, esta categoria ocupacional familiar foi a única que apresentou queda da taxa de crescimento da ordem de 2,7% ao ano, implicando em uma

redução de sua participação nas ocupações rurais totais de 65%, em 2001, para 60%, em 2005. Este movimento ocorreu devido à forte retração das ocupações de pessoas das famílias agrícolas que, ao longo do período considerado, sofreram perda 37 mil pessoas. Mesmo que as pessoas ocupadas que fazem parte das famílias pluriativas e não-agrícolas tenham aumentado, este crescimento não foi suficiente para compensar a queda verificada nas ocupações de caráter estritamente agrícola.

De um modo geral, pode-se dizer que a queda das pessoas das famílias ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas acabou afetando o desempenho da PEA rural, que apresentou redução de 0,4% ao ano no período considerado. Deve-se ressaltar, entretanto, que este impacto poderia ter sido bem maior, caso não tivesse ocorrido aumento do número de pessoas residentes em áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas, ou mesmo daquelas pessoas que fazem parte das famílias pluriativas.

Tabela 7: Evolução das Pessoas Ativas (conceito restrito) das famílias extensas segundo o tipo e o local de domicílio. Santa Catarina, 2005, (1.000 pessoas).

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (%aa)
Região Não Metropolitana - Rural Agropecuário						
Empregadora Total	72	49	77	65	85	6,4
Agrícola	37	21	36	24	44	5,3
Pluriativo	25	18	35	25	30	7,1
Não-agrícola	10	10	5	16	11	6,4
Conta-Própria	391	431	380	411	350	-2,7
Agrícola	260	300	232	250	223	-4,8
Pluriativo	93	108	105	122	98	2,2
Não-agrícola	38	23	43	39	30	0,5
Empregados	132	145	136	151	147	2,6 *
Agrícola	33	33	38	33	26	-4,7
Pluriativo	14	27	19	41	32	23,2 *
Não-agrícola	85	85	79	78	88	0,0
Não-ocupado na semana	-	-	3	-	-	
TOTAL	597	625	596	628	583	-0,4

Nota: exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

"-": representa 5 ou menos observações;

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Urbano - Janeiro/2007

Um movimento no sentido contrário foi observado na categoria dos empregados, que ampliou sua participação no total das ocupações rurais de 22%, em 2001, para 25%, em 2005. Este aumento na participação desta categoria no total se deve, fundamentalmente, ao crescimento significativo das pessoas que fazem parte das famílias pluriativas, acompanhado pelo crescimento das pessoas das famílias não-agrícolas. De algum modo, este movimento revela que o assalariamento das famílias residentes em áreas rurais no estado de Santa Catarina tem um forte viés não-agrícola, argumento que é corroborado pelo fato de que o assalariamento exclusivamente agrícola caiu a taxas de 4,7% ao ano no período considerado.

Finalmente, deve-se mencionar que a categoria dos empregadores apresentou, em termos absolutos, um ligeiro aumento. Porém a participação desta categoria ocupacional no total das ocupações rurais é ainda baixa, permanecendo ao redor de 15% no final do período.

No âmbito da tipologia familiar adotada, deve-se registrar o comportamento das famílias pluriativas, que apresentaram aumentos do número de pessoas em todas as categorias consideradas, sendo que este crescimento foi significativo para as famílias de empregados rurais. Isso revela que a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas está se constituindo em uma estratégia de reprodução social das famílias que permanecem domiciliadas em áreas rurais.

É importante observar como estes diferentes tipos de ocupação das famílias geram efeitos sobre a renda rural. Antes, porém, deve-se alertar que a análise da renda a partir das PNADs apresenta limitações que podem distorcer alguns resultados. Em grande medida, as dificuldades estão diretamente relacionadas à forma de coleta dos diferentes tipos de remuneração das atividades agrícolas (renda em dinheiro e remuneração do trabalho em produtos), a qual exige do declarante uma série de cálculos que podem afetar o conteúdo das informações, levando a uma subestimação dessas rendas.

Além disso, no sistema de produção familiar há certo volume de produtos destinado ao autoconsumo que não fazem parte da renda total. Isso gera uma dificuldade maior de estimar o valor da produção destinada ao autoconsumo, o que afeta diretamente a renda da categoria das famílias de conta-própria. Com essas ressalvas, as informações das PNADs serão utilizadas, tendo em vista tratar-se de uma das únicas fontes sequencial de renda da população rural.

A tabela 8 apresenta a evolução da renda média das famílias residentes em áreas rurais entre 2001 e 2005, período em que a economia manteve sua estabilidade e as informações não sofrem os efeitos de deflatores usados em períodos de conversão de moeda, como foi o caso da década passada. Registre-se que o deflator utilizado foi o INPC, o mesmo que é usado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs entre si.

Do ponto de vista das categorias ocupacionais, nota-se a existência de um movimento linear em relação aos rendimentos, uma vez que todas as categorias familiares, exceto aquelas de não-ocupados, apresentaram elevação da renda média, sendo que apenas as famílias de empregadores e de empregados constituíram uma tendência a partir dos níveis de significância considerados.

Quanto à tipologia familiar, observa-se um movimento correlato ao anterior, tendo em vista que tanto as famílias agrícolas, as pluriativas como as não-agrícolas tiveram elevação da renda média, o que por si só é um bom indicador de desempenho das atividades econômicas no meio rural. No entanto, em termos de valores monetários, verificam-se diferenças importantes entre os diversos tipos de famílias.

Assim, verifica-se que em todas as categorias ocupacionais a renda média das famílias agrícolas é inferior as demais, chamando a atenção o caso da categoria de empregados em que a renda média das famílias agrícolas atinge a metade da renda dos outros tipos familiares. Em parte, isso realça as precárias condições de rendimento do contingente de trabalhadores que vende sua força de trabalho nas áreas rurais.

Por outro lado, a renda média das famílias pluriativas é muito superior à renda dos demais tipos de famílias consideradas, especialmente da categoria dos conta-própria e dos empregados, justamente as duas mais importantes do meio rural catarinense. Isso significa que o recurso à pluriatividade está sendo extremamente eficaz para elevar o patamar da renda média das principais categorias ocupacionais do meio rural catarinense. Em função disso, as famílias pluriativas são aquelas que detêm os maiores valores da renda média dentre todos os tipos de famílias considerados neste estudo.

Tabela 8: Evolução da renda média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Santa Catarina, 2001/05, (1.000 famílias).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA		2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	tx cresc. (% aa.)	
		2001/05 ^a						
RURAL TOTAL								
Empregadora Total		1898,51	2236,61	3103,12	2494,57	2741,01	8,8	*
	Agrícola	1058,38	2010,80	2894,78	2772,88	2048,97	17,9	
	Pluriativo	2086,15	2359,31	3163,71	2686,70	4488,73	18,1	*** *
	Não-agrícola	3372,27	2406,59	4102,17	1965,73	1823,26	-	- -
Conta-Própria		1155,01	1140,47	1354,34	1349,60	1235,04	3,1	
	Agrícola	937,31	1004,19	1244,13	1184,79	1128,62	5,5	*
	Pluriativo	1545,90	1443,78	1712,18	1791,14	1575,25	2,6	
	Não-agrícola	1827,82	1626,00	1373,65	1300,56	1242,32	-9,5	*** *
Empregados		813,61	981,45	1113,14	1040,84	1133,02	7,5	**
	Agrícola	568,52	663,02	730,08	611,56	603,43	0,4	
	Pluriativo	1136,99	1362,07	1375,39	1322,06	1617,39	7,0	**
	Não-agrícola	868,80	1019,19	1255,23	1141,66	1174,07	7,4	*
Não-ocupado na semana		655,95	888,63	623,30	567,23	668,60	-4,0	
TOTAL		1068,15	1140,36	1390,66	1289,52	1314,17	5,5	*

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Março 2007

Finalmente, a renda média das famílias não-agrícolas apresentou tendência de expansão em todas as categorias ocupacionais, exceto no caso dos conta-própria, onde se observou altas taxas de queda da renda. Mesmo assim, deve-se ressaltar que o patamar de renda deste tipo familiar está mais próximo do nível de renda das famílias pluriativas, demonstrando certa vitalidade das ocupações não-agrícolas no sentido de manter um nível de renda bem mais elevado que aquele oriundo das ocupações em atividades exclusivamente agrícolas.

A tabela 9 apresenta a composição da renda média familiar para as diferentes categorias ocupacionais e tipos de famílias no ano de 2005. Inicialmente, nota-se que a renda rural total naquele ano era composta por rendimentos advindos das atividades agrícolas (49,9%; das atividades não-agrícolas (30,1%); de aposentadorias e pensões (16,6%); e de outras fontes (3,4%).

Do ponto de vista das categorias consideradas, observa-se que as fontes de renda têm importâncias distintas para os vários tipos de famílias. Assim, a renda das famílias de conta-própria – a maior categoria ocupacional do médio rural catarinense – é composta majoritariamente por rendimentos advindos das atividades agrícolas (66,3%) e por uma participação bem menos expressiva das outras fontes. Para a categoria dos empregados a situação é oposta, uma vez que a renda agrícola tem uma baixa presença na renda total (19,2%), enquanto que a renda advinda das atividades não-agrícolas responde por 63% do rendimento dessa categoria ocupacional. Finalmente, as famílias de empregadores têm uma renda total dominada pelos rendimentos das atividades agrícolas (65,1%), sendo bem menos expressiva a participação das outras rendas, especialmente das rendas não-agrícolas.

Tabela 9: Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Santa Catarina, 2005, (R\$ set. 2005).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA	APOS/PENS	OUT_FONT	2005 R\$
	%	%	%	%	
Rural Total	49,9	30,1	16,6	3,4	1314,17
Empregadora Total	65,1	24,5	5,8	4,6	2741,01
Agrícola	84,6	0,0	6,7	8,7	2048,97
Pluriativo	62,9	31,4	4,7	1,0	4488,73
Não-agrícola	0,0	87,2	7,3	5,5	1823,26
Conta-Própria	66,3	18,1	13,0	2,6	1235,04
Agrícola	83,7	0,0	12,9	3,4	1128,62
Pluriativo	54,9	34,2	10,4	0,5	1575,25
Não-agrícola	0,0	77,3	19,6	3,1	1242,32
Empregados	19,2	63,0	14,9	2,9	1133,02
Agrícola	86,7	0,0	8,6	4,7	603,43
Pluriativo	41,7	46,8	7,0	4,6	1617,39
Não-agrícola	0,0	79,3	18,8	2,0	1174,07
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	92,9	7,1	668,60

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Março 2007

Em relação aos tipos familiares, verifica-se que as diversas fontes de renda têm um grau de participação bem distinto na composição final da renda de cada família residente em áreas rurais. Assim, as famílias agrícolas têm sua renda total fortemente condicionada pelo desempenho econômico das atividades agrícolas, muito embora algumas delas recebam influências de outras fontes de rendimento. É o caso típico das famílias agrícolas dos conta-própria, em que as rendas de aposentadorias e pensões respondem por cerca de 13% da renda total da referida categoria. Esta situação foi impulsionada a partir de meados dos anos de 1990, quando os benefícios previdenciários foram estendidos aos trabalhadores rurais. Já as rendas das famílias agrícolas de empregados e empregadores são menos influenciadas por este fator, razão que faz com que os rendimentos advindos das atividades agrícolas sejam amplamente majoritários.

As famílias não-agrícolas têm sua renda total oriunda majoritariamente das atividades econômicas executadas fora da agricultura, sendo que em todas as categorias ocupacionais este tipo de renda atinge 75% ou mais da renda familiar. No entanto, deve-se ressaltar a importância das rendas de aposentadorias e pensões que, no caso específico das famílias não-agrícolas de conta-própria, atinge aproximadamente 20% da renda desta tipologia familiar. Percentual quase idêntico é verificado também para as famílias não-agrícolas de empregados, componente que é bem menos expressivo na composição da renda das famílias de empregadores.

Já as famílias pluriativas têm sua renda total oriunda de diversas fontes de trabalhos combinados. No caso das famílias pluriativas dos conta-própria, nota-se que a renda agrícola ainda responde por quase 55% da renda total, participação que é bem menos expressiva no caso das famílias pluriativas de empregados (41,7%). O fato comum é que a participação da renda de aposentadorias e pensões em todas as categorias ocupacionais é bem menor, comparativamente às famílias agrícolas e não-agrícolas. Ou seja, a renda de aposentadorias é bem relevante na composição da renda total das famílias pluriativas que residem em áreas rurais.

Finalmente, as famílias de não-ocupados na semana de referência da pesquisa, como não poderiam deixar de ser, têm sua renda total oriunda quase que integralmente de aposentadorias e pensões (93%), sendo a mesma complementada pela participação de outras fontes. Aliás, essas outras fontes têm relevância apenas na composição da renda desta categoria e na composição da renda das famílias agrícolas de empregadores.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças em curso na forma de ocupação da população rural podem ser melhor compreendidas quando se analisa as alocações produtivas do conjunto de membros das famílias. Neste caso, ao se agregar as informações dos indivíduos ao redor do grupo familiar, torna-se possível avaliar o comportamento de duas variáveis fundamentais nos estudos sobre a ruralidade contemporânea: a alocação da força de trabalho e as diferentes fontes de renda de todos os membros familiares.

Em termos das informações agregadas para o estado de Santa Catarina, observa-se que na última década cresceu a participação das atividades não-agrícolas na PEA rural catarinense, tanto no quesito ocupação quanto no quesito renda. Assim, em 2005 aproximadamente 30% da PEA rural catarinense se encontrava ocupada neste setor de atividade. Num contexto de crise econômica e de desemprego crescente, essas ocupações estão sendo decisivas para amenizar os impactos negativos da queda das ocupações exclusivamente agrícolas.

Do ponto de vista da evolução das pessoas economicamente ativas que fazem parte dos diversos tipos de famílias residentes em áreas rurais, nota-se que o total das pessoas ocupadas, independentemente dos tipos familiares, apresentou taxas negativas da ordem de 0,4% ao ano. Em grande parte, isso se deve à queda da ordem de 2,7% ao ano das pessoas que fazem parte das famílias de conta-própria. Em termos absolutos este movimento implicou na redução 37 mil pessoas ativas no período considerado. Mesmo que as famílias pluriativas e não-agrícolas tenham aumentado, este crescimento não foi suficiente para compensar a queda verificada nas ocupações de caráter estritamente agrícola.

Com isso, pode-se dizer que a queda das pessoas das famílias ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas acabou afetando o desempenho da PEA rural, que apresentou redução de 0,4% ao ano no período considerado. Deve-se ressaltar, entretanto, que este impacto poderia ter sido bem maior, caso não tivesse ocorrido aumento do número de pessoas residentes em áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas, ou mesmo daquelas pessoas que fazem parte das famílias pluriativas.

Desta forma, a análise referente às famílias residentes em áreas rurais no estado de Santa Catarina procura entender essas mudanças. Inicialmente, os dados revelam que quase 48% das famílias rurais ocupadas pertenciam à categoria dos conta-própria. Isso quer dizer que em praticamente a metade das famílias com domicílio rural, pelo menos um dos seus membros exercia atividade por conta-própria no ano de 2005. Do ponto de vista da tipologia familiar predominam nesta categoria as famílias agrícolas, as quais respondiam por 65% do total das famílias identificadas como conta-própria, enquanto que as famílias pluriativas representavam 23%. Essas informações indicam a predominância no estado de um sistema de produção agropecuário de base eminentemente familiar, em que a produção agrícola e a produção pecuária mantêm suas respectivas importâncias, mesmo diante do fenômeno do desemprego e do crescimento das ocupações não-agrícolas, além da própria tendência de queda deste grupo familiar no contexto rural.

O segundo grupo mais numeroso são os empregados, sendo que em 2005 o mesmo somava 84 mil famílias. No entanto, nota-se que mais de 63% das famílias desta categoria desenvolviam atividades exclusivamente não-agrícolas, sugerindo que os empregados mantêm residência rural muito mais para fugir dos problemas relacionados ao meio urbano (custos aluguéis, violência, falta de habitação, etc.) do que para procurar se reproduzir enquanto atores sociais ligados à produção agropecuária.

Do ponto de vista da tipologia familiar adotada, nota-se que as famílias agrícolas apresentaram quedas significativas entre os conta-própria, além de queda também na categoria dos empregados, paralelamente a um pequeno crescimento na categoria dos empregadores. Já as famílias não-agrícolas, por sua vez, cresceram em quase todas as categorias consideradas, destacando-se a expansão entre as famílias de empregados rurais.

Em relação às famílias pluriativas, nota-se que elas apresentaram aumento do número de pessoas em todas as categorias consideradas, sendo que este crescimento foi significativo para as famílias de empregados rurais. Isso revela que a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas está se constituindo em uma estratégia de reprodução social das famílias que permanecem domiciliadas em áreas rurais.

A expansão deste tipo de famílias no meio rural catarinense tem efeitos positivos sobre o comportamento da renda média. Neste caso, verifica-se que as famílias pluriativas têm renda muito superior à dos demais tipos de famílias consideradas, especialmente da categoria dos conta-própria e dos empregados, justamente as duas mais importantes do meio rural catarinense. Isso significa que o recurso à pluriatividade está sendo extremamente eficaz para elevar o patamar da renda média das principais categorias ocupacionais do meio rural catarinense. Em função disso, as famílias pluriativas são aquelas que detêm os maiores valores da renda média dentre todos os tipos de famílias considerados neste estudo.

Obviamente que a trajetória acima descrita contém alguns elementos que precisam ser considerados no debate que relaciona os temas das ocupações não-agrícolas com o tema da pluriatividade. Inicialmente deve-se reconhecer que o surgimento das ocupações rurais não-agrícolas provocou modificações na forma de relacionamento da sociedade com o espaço geográfico rural. No entanto, não se deve confundir as mudanças nas formas ocupacionais da população rural com processos sociais que deságuam no surgimento do agricultor pluriativo, como destacam alguns autores (Del Grossi & Graziano da Silva, 1998).

Segundo Schneider (2003), esta associação indevida decorre da falta de compreensão das diferenças entre dinâmica do mercado de trabalho e o processo de transformações que ocorre na composição das famílias rurais. A separação dessas duas dimensões, de acordo com o autor, permite aos estudiosos observar que nem sempre o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias com domicílio rural.

É exatamente este fenômeno que os dados sobre as ocupações das famílias rurais catarinense retratam. Por um lado, a pluriatividade não apresentou uma tendência consistente de crescimento e, por outro, as ocupações não-agrícolas cresceram numericamente nas demais categorias ocupacionais consideradas. Isso revela que a pluriatividade depende menos de alterações no mercado de trabalho e mais da dinâmica, composição e estruturação das famílias que residem em áreas rurais.

Diante deste cenário, o desenvolvimento rural não pode mais ser analisado a partir de um setor específico, mas sim ser focado como o somatório de um conjunto de atividades econômicas, em que as inter-relações entre as atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas são cada vez maiores. Além disso, a identificação do trabalho

rural restrita à esfera agrícola fica mais tênue, uma vez que a população rural tem a possibilidade de trabalhar em múltiplos setores de atividades econômicas, sejam eles localizados em áreas rurais ou em áreas urbanas.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, F. O.(1994). **Famílias e explorações agrícolas**. Lisboa, 27 pp.
- CARNEIRO, M.J. (1998). **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 228p..
- DEL GROSSI, M.E. (1999). **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1981 a 1995**. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado).
- DEL GROSSI, M. E e GRAZIANO da SILVA, J. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In: **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº 11, pp.26-52.
- FULLER, A. (1983). Part-time farming and the farm family: a note for future research. In: **Sociologia Ruralis**, v.23, n.1, pp.5-9.
- FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. In: **Journal of Rural Studies**, v.6, pp.361-373.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE (Coleção Pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. (1999). **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97**. Relatório de pesquisa n.2, 68p.
- KAGEYAMA, A. (1998). **Tipologias das famílias agrícolas pluriativas**. 21p.
- MARSDEN, T. (1989). Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. In: **Sociologia Ruralis**, 29: pp.312-317.
- MATTEI, L. (1999). Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina. Campinas: UNICAMP (tese de doutoramento em Economia).
- SACCO DOS ANJOS, F. (1995). **A agricultura familiar em transição: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL/Editora Universitária.
- SARACENO, E. (1994). The modern functions of small farm system: an Italian experience. In: **Sociologia Ruralis**, v.34, n.4, pp.308-328.
- SCHNEIDER, S. (1996). **Agricultura familiar e pluriatividade: as controvérsias do debate**. 27p.
- SCHNEIDER, S. (2003). **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS.
- SCHNEIDER, S. (1999). **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed.Universidade/

UFRGS.

SEYFERTH, G. (1973). A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirin: um estudo de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Museu nacional (Dissertação de mestrado em antropologia Social).

TESTA, V.M.; NADAL, R.; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I.T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense: propostas para discussão.** Florianópolis: EPAGRI, 1996, 247p.

EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DAS RENDAS DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E RURAIS NA REGIÃO SUL DO BRASIL: 2001-2005

*Lauro Mattei**

*Marcelino de Souza***

RESUMO

Este trabalho analisa o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das famílias agrícolas e rurais da Região Sul do Brasil utilizando-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 e 2005. As estimativas mostraram que: os cinturões verdes das regiões metropolitanas exercem poucas influências na geração de emprego para as famílias agrícolas e pluriativas; na região rural do Sul do Brasil como um todo o número de famílias rurais cresceu, porém houve uma diminuição significativa do número de famílias agrícolas pertencentes ao universo da agricultura familiar e um aumento confiável do número de famílias de empregados; para cerca de 1/3 das famílias o rural é apenas local de moradia; as rendas de aposentadorias/pensões continuam a representar maior significado nas famílias de conta-própria agrícolas. Os resultados apontam para a necessidade de continuar as pesquisas tendo em vista a confirmação ou não da tendência apontada.

Palavras-chaves: Diversificação Econômica; Ocupações e Rendas; Pluriatividade.

* Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP. Professor adjunto III dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia da UFSC. Email: mattei@cse.ufsc.br

** Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). marcelino.souza@uol.com.br

Introdução

Nas últimas décadas tornaram-se bastante comuns estudos sobre as transformações produtivas do espaço rural, com destaque para aqueles trabalhos cujas preocupações se concentraram na dinâmica do trabalho e nas novas funções econômicas e sociais desempenhadas pelo “mundo rural”.

Neste contexto, emerge o debate acadêmico sobre a “nova ruralidade”¹, o qual se expressa de diferentes maneiras. Por um lado, a visão tradicional que sempre considerou o meio rural apenas como um espaço de produção agrícola perde sua importância, uma vez que os indicadores setoriais e de mercado já não conseguem mais explicar as transformações em curso, especialmente nos aspectos relativos às mudanças do processo de trabalho. Com isso, observa-se que, paralelamente ao enorme êxito obtido pela “Revolução Verde” em termos de expansão da produção agrícola mundial, está cada vez mais nítido o rompimento do enfoque que reduzia as funções do “rural” às atividades restritas da produção agrícola.

Por outro lado, a diversificação dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduz a uma heterogeneidade muito grande, tanto do uso da terra como da ocupação dos territórios rurais. Decorre daí uma desarticulação dos laços tradicionais que tinham a agricultura como a única fonte de sustentação da produção e de geração de renda, o que possibilita a emergência de um diversificado processo produtivo, que vai desde a produção agropecuária tradicional até um conjunto de atividades econômicas relacionadas aos serviços, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da própria produção agropecuária.

Com isso, diz-se que perdeu sentido, por um lado, as análises que opõem de forma sistemática o rural ao urbano, tendo em vista que tanto os processos produtivos como as relações sócio-econômicas se aproximam e interagem entre si e, por outro, as análises que desconsideram essa mesma diversificação econômica e social, a qual incorpora ao mundo rural novos processos produtivos até recentemente desconhecidos desse ambiente.

Essas mudanças provocam uma alteração significativa na estrutura e na composição das ocupações rurais, uma vez que, com a especialização produtiva, muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora estão sendo desenvolvidas por um número bem menor, liberando mão-de-obra familiar. Nesta lógica, parte das famílias rurais se reproduz desenvolvendo, simultaneamente, atividades agrícolas e não-agrícolas.

No Brasil, diversos autores vêm dando destaque às análises sobre a multifuncionalidade do espaço rural, visando apreender essas mudanças que estão em curso. Neste caso, destaca-se o grupo de pesquisadores vinculados ao “Projeto Rurbano”², cujos estudos mostraram que a dinâmica do meio rural brasileiro já não pode mais ser explicada exclusivamente pelo lado da esfera agrícola, tendo em vista a expansão de um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela dinâmica populacional rural brasileira.

¹ Trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades dos distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais (Laurenti, 2000, p.2).

² É um projeto temático que procura “caracterizar o novo rural brasileiro”, analisando as transformações no emprego rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS E DF). Tal projeto está sob a coordenação do IE/UNICAMP e conta com o apoio financeiro da FAPESP. Maiores informações encontram-se no site <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

Neste caso, os temas das ocupações e, especialmente, das rendas revelam-se importante por três razões que se inter-relacionam: a primeira diz respeito à insuficiência de rendimento levando a uma situação de pobreza; a segunda razão refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos; a terceira razão diz respeito à instabilidade, aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola (Hill, 1999: 345).

Nos dias atuais os agricultores encontram-se com rendas líquidas agrícolas estagnadas, levando-os a suplementá-las com outras fontes, tais como aposentadorias, pensões e rendas não-agrícolas. Com isso, estes tipos de renda estão cada vez mais presentes na composição da renda geral das famílias rurais, indicando a necessidade de que os impactos das mesmas sejam levados em conta nos estudos da ruralidade contemporânea. Isto porque o conhecimento do comportamento das ocupações e também das rendas é indispensável para a formulação adequada de políticas de desenvolvimento rural³.

Deste modo, este artigo procura caracterizar a evolução da estrutura ocupacional e das rendas das famílias agrícolas e rurais da região Sul do país, a partir dos dados secundários disponíveis até o momento, analisando-se a participação dos diversos ramos de produção na geração de emprego e renda, tomando-se como unidade de análise as famílias ocupadas da referida região.

Para tanto, o texto contém mais três seções, além desta breve introdução. Na primeira delas, discute-se rapidamente os procedimentos metodológicos usados para a tabulação dos microdados das PNADs, tendo em vista a separação das informações adotada pelo conjunto de pesquisadores envolvidos com o projeto Rurbano. Na segunda seção são analisadas as principais características do trabalho rural sulino, destacando-se a evolução das famílias por área censitária e a composição da renda rural regional. Na terceira seção são apresentadas e discutidas as principais conclusões relativas às informações utilizadas.

1. Procedimentos Metodológicos

As informações foram obtidas através de tabulações especiais realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 a 2005 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizou-se os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

1.1 O Trabalho das Pessoas

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio e são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras: idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos, etc. Mas, também pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário

³ O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), é um processo no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

da pesquisa o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência da mesma é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são dirigidas em relação à última semana deste mês, e ainda se possível, ao dia 30 de setembro. Estes são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre todas as pessoas que exerceram alguma atividade de pelo menos uma hora na semana, quer seja em negócio próprio ou de empregador, quer seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Antes de 1992 a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados.

Infelizmente essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs com as anteriores⁴. Mas, a partir dos microdados foi possível reconstruir a série utilizando-se os mesmos critérios dos anos 80, excluindo-se aquelas pessoas que eram consideradas como ocupadas⁵, que denominaremos doravante de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados de 1992 em diante, aos quais designamos de “PEA ampliada”. A utilização desse conceito se deve a opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho “ampliado” considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (Del Grossi, 1999).

1.2 A Unidade de Análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO de famílias que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados). Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo

⁴ Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada pela pesquisa da PNAD definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho: trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso e isolou-se uma categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

⁵ Cf. Graziano da Silva, J. & Del Grossi, M. E. (2001).

naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território⁶.

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: famílias de **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu negócio⁷; famílias de **conta-própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; e as famílias **não-ocupadas**: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa.

Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência em **agrícolas**: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas**: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas**: famílias nas quais pelo menos um dos seus membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

1.3 A Noção de Rural e Urbano

Quanto à definição das áreas rurais estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais** -

⁶ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

⁷ O corte das famílias empregadoras que vamos utilizar está baseado na classificação para efeitos de enquadramento no programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) que separa os empregadores com 3 ou mais empregados e os com até dois empregados permanente. Consideramos como representantes legítimos da agricultura familiar as famílias de conta-própria, as quais por definição não contratam empregados permanentes mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. As famílias de empregadores com até dois empregados permanentes, que utilizam trabalhadores temporários, trataremos como empresas familiares ou “farmers caboclos”, por representar uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, onde não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (Sobre a categoria “farmers caboclos” ver Graziano da Silva, 1999).

extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados:** aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais – núcleo:** aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros:** aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente dita. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO:** representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO:** representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, consideraram-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

1.4 As Rendas das Famílias nas PNADs

As rendas declaradas nas PNADs podem apresentar uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas. Isso porque as PNADs pedem que as pessoas informem o rendimento do último mês, no caso deles serem fixos (como os assalariados); e uma estimativa da média mensal no último ano para os rendimentos variáveis. No caso específico das rendas agrícolas, cujos preços e custos dos produtos variam sazonalmente, para se obter uma estimativa mensal fidedigna seriam necessários vários cálculos mesmo para aqueles produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais correspondem ainda a uma pequena parte no país.

Del Grossi (1999:110) observa ainda que “na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente a renda das famílias de conta-própria esteja subdeclarada”.

Infelizmente não foi possível corrigir a subestimação das rendas variáveis das PNADs, especialmente aquelas de origem agrícola. A opinião de especialistas, todavia, indica que a subestimação maior não tem origem nas rendas agrícolas, mas na subdeclaração das rendas mais altas em geral. Esta se constitui em uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas: a subestimação de valores, mais precisamente das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Assim, se a renda das famílias de conta-própria está subdeclarada, a renda das famílias de empregadores está

mais subestimada ainda, e não por falta do instrumento de coleta, mas pela subdeclaração das pessoas mais ricas.

Uma averiguação recente através de várias pesquisas de campo realizadas pelos pesquisadores do projeto Rurbano em várias regiões do País permite afirmar que a participação da renda de autoconsumo na composição da renda familiar não se revelou elevado como era a hipótese de trabalho, onde se esperava forte subestimativa nas declarações de rendimento das PNADs.

2. Evolução das Formas de Ocupação e Rendimentos na Região Sul, 2001 – 2005

As informações que serão discutidas e analisadas na seqüência deste texto se concentram no campo específico do mundo rural. Apenas as duas primeiras tabelas tratarão da dinâmica geral do conjunto de famílias existentes na Região Sul do País, utilizando-se os cortes censitários mencionados na seção anterior. Isto porque, como é de conhecimento de todos, na referida região existem apenas duas áreas metropolitanas (Porto Alegre e Curitiba), sendo que em ambas é baixa a presença de famílias agrícolas e também de famílias pluriativas.

A tabela 1 apresenta as informações agregadas relativas ao ano de 2005, contendo dados sobre área censitária (região metropolitana e não-metropolitana) e situação domiciliar (quatro situações mencionadas na parte metodológica). Inicialmente observa-se que do total de 8.378 milhões de famílias existentes no Sul do país, apenas 2.268 milhões delas encontravam-se localizadas em áreas metropolitanas, ou seja, 27% do total.

Em termos da condição de ocupação, nota-se que as famílias de empregados respondiam por cerca de 54% do total de famílias localizadas em áreas metropolitanas, enquanto as famílias de conta-própria respondiam por 25% do total. Com isso, essas duas categorias ocupacionais representavam quase 80% de todas as famílias existentes em 2005 nas duas regiões metropolitanas.

Essas informações são mais relevantes quando se analisa as famílias de acordo com a função exercida. Assim, nota-se que as famílias agrícolas de empregados representavam apenas 8% do total desta categoria, ao passo que as famílias agrícolas de conta-própria eram apenas 5% do total desta categoria. Isso significa que o percentual de participação das famílias agrícolas no conjunto das famílias residentes em áreas metropolitanas é bastante baixo, comportamento este que também é verificado para as famílias pluriativas.

Estes indicadores revelam que as ocupações exclusivamente agrícolas em áreas metropolitanas vêm se reduzindo drasticamente nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que permitem afirmar que os famosos “cinturões verdes” das regiões metropolitanas, idéias tão disseminadas nas décadas de 1970 e 1980, exercem poucas influências no sentido de gerar ocupações das famílias agrícolas e mesmo das pluriativas.

TABELA 1

Tipos de famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio: Região Sul, 2005.
(1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA/ LOCAL DE DOMICÍLIO	Metrop.	Não Metropolitano					Total
		Urbaniz.	Periferia	Povoado	Rural Agropec.	Sub- Total	
Emp. com 3 ou + emp.							
permanentes	103,0	234,6	-	-	14,0	251,0	354,0
Agrícola	-	3,5	-	-	-	6,5	6,7
Pluriativo	-	11,1	-	-	-	14,1	15,3
Não-agrícola	101,6	220,0	-	-	8,2	230,5	332,1
Emp. com até 2 emp.							
perm.	55,1	159,5	-	-	62,1	222,8	277,9
Agrícola	-	9,4	-	-	37,5	46,9	48,2
Pluriativo	2,3	19,3	-	-	19,9	39,2	41,5
Não-agrícola	51,5	130,8	-	-	4,7	136,7	188,2
Conta-Própria	566,6	1.137,2	23,3	10,5	668,5	1.839,5	2.406,1
Agrícola	27,0	59,1	-	3,5	446,2	511,7	538,7
Pluriativo	18,3	84,4	-	4,1	169,7	261,1	279,4
Não-agrícola	521,3	993,6	17,5	-	52,7	1.066,7	1.588,0
Empregados	1217,0	2.493,8	72,0	10,5	363,4	2.939,7	4.156,6
Agrícola	9,7	84,0	-	-	153,8	241,3	251,0
Pluriativo	8,4	73,3	-	-	45,8	121,4	129,8
Não-agrícola	1.198,8	2.336,5	70,2	6,4	163,9	2.577,0	3.775,8
Não-ocupado na semana	326,4	723,8	5,8	4,1	123,5	857,2	1.183,7
TOTAL	2.268,1	4.748,9	104,6	25,1	1.231,5	6.110,2	8.378,3

NOTA: "-" : representa 5 ou menos observações;

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

As regiões não-metropolitanas, ao concentrar mais de 73% do total de famílias, apresentam diversas situações que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, nota-se que a categoria dos empregados representava 48% do total das famílias localizadas nesta área censitária, enquanto que a categoria dos conta-própria representava 30%. Assim, essas duas categorias juntas detinham 78% do total das famílias localizadas em áreas não-metropolitanas. Já a categoria dos não-ocupados na semana de referência respondia por outros 14% do total.

Mantendo-se a dicotomia áreas metropolitanas x áreas não metropolitanas, mas tomando-se como referência as categorias de famílias, tem-se a seguinte relação: do total das famílias de conta-própria, 76% delas localizavam-se em áreas não-metropolitanas; para a categoria dos empregados este percentual era de 71%; para a categoria dos empregadores era de 75%; e para a categoria de não-ocupados era de 72%.

Estes elevados percentuais de participação das famílias residentes em áreas não-metropolitanas podem estar revelando uma característica importante da região Sul do país: a relativa presença nas três unidades da federação de diversos pólos regionais compostos por cidades de médio porte que atraem população, não havendo a

predominância de grandes concentrações populacionais a exemplo do que se verifica nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza.

Em segundo lugar, observa-se que as novas situações domiciliares adotadas pelo IBGE a partir de 1991 produziram poucos efeitos sobre a distribuição domiciliar das famílias em áreas não-metropolitanas, uma vez que a grande maioria delas ou está domiciliada em áreas urbanas, ou estão localizadas em áreas rurais típicas, sendo baixa a representação das outras duas situações domiciliares (periferia e povoado).

Concentrando as atenções apenas na área não-metropolitana e tomando-se como referência as categorias familiares em relação à situação domiciliar de cada uma delas, tem-se o seguinte quadro: 36% das famílias de conta-própria residem em áreas rurais; apenas 12% das famílias de empregados têm moradia fixa em áreas rurais; 16% das famílias de empregadores e 14% das famílias de não-ocupados vivem em áreas classificadas como rurais exclusive. A maior presença das famílias de conta-própria em áreas rurais, comparativamente as demais categorias, pode ser explicada pelo sistema agropecuário, que nas três unidades da federação tem alta incidência da produção de base familiar.

Do ponto de vista da tipologia familiar, verifica-se que no âmbito da categoria conta-própria, as famílias agrícolas representavam 28% do total; as pluriativas 14% do total, sendo que dentre estas a maioria combinava atividades agrícolas com atividades não-agrícolas; e as famílias não-agrícolas respondiam pelo restante, ou seja, 58% do total de famílias desta categoria ocupacional.

Estes percentuais são um pouco diferente para a categoria dos empregados, uma vez que as famílias agrícolas respondiam por apenas 8% do total; as pluriativas por apenas 4%, enquanto que o restante era composto pelas famílias não-agrícolas. Este comportamento, em grande medida, pode ser explicado pela menor incidência do trabalho assalariado na agricultura das três unidades da federação que compõem a região sulina.

Finalmente, considerando a tipologia familiar e correlacionando-a com a situação domiciliar, tem-se o seguinte quadro: 87% do total de famílias agrícolas dos conta-própria estavam domiciliadas em áreas rurais, enquanto que para as famílias pluriativas este percentual era de 65%; e apenas 5% das famílias não-agrícolas dos conta-própria localizavam-se em áreas rurais. A baixa presença de famílias agrícolas desta categoria ocupacional residentes em áreas urbanas revela uma característica importante da agricultura na região Sul do país, ou seja, não é tradição as pessoas residirem em áreas urbanas e se manterem ocupadas exclusivamente na agricultura.

Do ponto de vista da categoria de empregados, nota-se que as famílias agrícolas domiciliadas em áreas rurais respondem por 64% do total. Isso significa não ser muito expressiva na Região Sul a prática das famílias residirem em áreas urbanas e se ocuparem exclusivamente em atividades agrícolas, como é verificado em outras regiões do país. Já o inverso se observa com as famílias pluriativas, uma vez que apenas 38% delas residem em áreas rurais. Finalmente, das famílias não-agrícolas apenas 6% declaram ter domicílio rural.

Este quadro geral fica mais fácil de ser entendido quando se faz uma análise evolutiva. Neste sentido, a tabela 2 apresenta a dinâmica dessas famílias para áreas urbanas das regiões não-metropolitanas, destacando-se a evolução das mesmas no período entre 2001 e 2005. Os dados agregados revelam que o número total de famílias cresceu a uma taxa média de 2,6% ao ano, implicando em um acréscimo de 462 mil famílias no período considerado.

Considerando-se as categorias familiares, nota-se que as maiores taxas anuais de crescimento foram das famílias de não-ocupados (4,4%) e das famílias de empregados

(2,7%) seguidas pelas famílias empregadoras (2,3%) e das famílias de conta-própria (1,4%), grupo que teve o menor crescimento no período analisado.

TABELA 2

Evolução das famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio. Região Sul, 2005.
(1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA/ LOCAL DE DOMICÍLIO	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa de Cresc. 2001/05 (% ao ano)	
Região Não Metropolitana - Urbana							
Emp. com mais de 2 emp.	208	196	204	209	235	3,1	*
Agrícola	5	-	4	5	4		
Pluriativo	8	16	11	16	11	6,6	
Não-agrícola	195	177	189	188	220	3,1	
Emp. com até 2 empr	156	159	152	172	160	1,2	
Agrícola	13	9	8	12	9	-4,7	
Pluriativo	12	18	13	19	19	10,4	*
Não-agrícola	131	131	130	141	131	0,8	
Empregadora Total	364	355	356	381	394	2,3	*
Agrícola	19	12	12	17	13	-4,4	
Pluriativo	20	35	24	36	30	8,8	
Não-Agrícola	325	308	319	328	351	2,2	*
Conta-Própria	1.079	1.101	1.170	1.142	1.137	1,4	*
Agrícola	52	51	43	56	59	3,6	
Pluriativo	72	92	86	87	84	2,6	
Não-agrícola	955	959	1.042	999	994	1,2	
Empregados	2.255	2.296	2.324	2.442	2.494	2,7	***
Agrícola	74	82	80	85	84	2,9	**
Pluriativo	71	73	77	81	73	1,7	
Não-agrícola	2.110	2.141	2.167	2.275	2.336	2,7	***
Não-ocupado na semana	588	656	698	663	724	4,4	**
TOTAL	4.287	4.409	4.548	4.628	4.749	2,6	***

NOTA: "-" : representa 5 ou menos observações.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

Quanto à tipologia familiar para cada uma das quatro categorias ocupacionais, notam-se alguns aspectos importantes. Tomando-se os conta-própria como referência inicial, verifica-se que nenhum tipo de família desta categoria apresentou uma tendência de crescimento significativa aos níveis considerados, muito embora todas elas tenham mostrado taxas de crescimento positivas. Neste caso, deve-se registrar a inexpressiva participação das famílias agrícolas e pluriativas no ambiente urbano, que é dominado pelas famílias não-agrícolas.

Já dentre as famílias dos empregados, observou-se um crescimento significativo tanto das famílias agrícolas como das não-agrícolas, sendo que estas últimas tiveram as maiores taxas ao longo do período considerado. Este aspecto é relevante porque é este tipo de família que responde pela maioria absoluta das famílias que compõem a

categoria dos empregados. As famílias pluriativas não apresentaram uma tendência consistente, ressaltando-se que em termos absolutos a participação das mesmas é bastante baixa no âmbito desta categoria ocupacional.

Por fim, deve-se mencionar o comportamento distinto verificado dentre as famílias que fazem parte da categoria dos empregadores. Assim, as famílias não-agrícolas foram as únicas que apresentaram uma tendência consistente com taxas de crescimento significativas da ordem de 2,2% ao ano. O oposto foi verificado com as famílias agrícolas desta categoria, uma vez que tiveram que da ordem 4,4% ao ano. As famílias pluriativas, por sua vez, apresentaram taxas anuais de crescimento da ordem de 8,8%, mas não chegaram a definir uma tendência. Deve-se registrar que a participação absoluta das famílias agrícolas e pluriativas na composição da categoria de empregadores é muito baixa.

A tabela 3 apresenta o mesmo tipo de informações, porém restritas às áreas rurais das regiões não metropolitanas. Em termos absolutos, nota-se que ocorreu um aumento de 0,5% ao ano do número de famílias que se encontrava nesta situação domiciliar. No entanto, este crescimento implicou na incorporação de apenas 26 mil famílias ao longo do período considerado.

Considerando-se as categorias familiares, nota-se que as maiores taxas anuais de crescimento foram das famílias de empregadores com até dois empregados (9,9%) e das famílias de empregados (2,8%), sendo que apenas esta última mostrou uma tendência significativa aos níveis considerados. Já as famílias de conta-própria tiveram queda anual da ordem de 1%, enquanto que as famílias compostas por pessoas não-ocupadas na semana de referência se mantiveram no mesmo patamar.

Quanto à tipologia familiar para cada uma das quatro categorias ocupacionais, notam-se alguns aspectos importantes. Tomando-se os conta-própria como referência inicial, verifica-se que nenhum tipo de família desta categoria apresentou uma tendência de crescimento significativa aos níveis considerados, muito embora as famílias pluriativas e as não-agrícolas tiveram crescimento positivo, porém sem se constituir em uma tendência. Neste caso, chama atenção a queda significativa das famílias agrícolas da ordem de 3% ao ano, implicando em uma redução deste tipo de família na composição da categoria conta-própria de aproximadamente 55 mil famílias. Por ser a maior categoria ocupacional presente nas áreas rurais, este tipo de comportamento tem efeitos negativos visíveis sobre a estrutura e organização do trabalho rural⁸.

⁸ Essa queda se verifica em função da redução significativa do número de famílias conta-própria residentes na região não-metropolitana rural do Estado do Paraná. Esse movimento vem se sucedendo durante toda a década dos anos 90 e continua também durante os cinco primeiros anos desta nova década. Uma explicação para essa redução na década de 90 é apresentada por Souza (2004). Esta redução pode ser explicada também com base no argumento de Vasconcelos & Castro (1999:44), ou seja, como decorrência do reduzido dinamismo econômico que se encontra uma parcela ainda muito elevada da população residente em municípios rurais paranaenses, envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais.

TABELA 3

Evolução das famílias extensas segundo o tipo e local de domicílio. Região Sul do Brasil, 2005. (1.000 famílias).

TIPO DE FAMÍLIA/ LOCAL DE DOMICÍLIO	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa de Cresc. 2001/05 (% ao ano)	
Não Metro - Rural Agrop.	1.206	1.214	1.215	1.226	1.232	0,5	***
Emp. com mais de 2 emp.	15	17	13	15	14	-3,0	
Agrícola	4	4	-	4	-		
Pluriativo	-	3	3	4	-		
Não-agrícola	8	10	8	8	8	-2,3	
Emp. com até 2 emp.	51	32	47	55	62	9,9	
Agrícola	30	16	27	31	38	11,9	
Pluriativo	17	13	17	18	20	7,3	
Não-agrícola	5	-	-	6	5		
Conta-Própria	697	723	715	708	669	-1,0	
Agrícola	501	504	492	472	446	-3,0	***
Pluriativo	142	173	152	178	170	3,9	
Não-agrícola	54	46	71	59	53	2,1	
Empregados	320	334	330	343	363	2,8	***
Agrícola	148	144	159	164	154	2,1	
Pluriativo	40	51	47	42	46	0,9	
Não-agrícola	132	139	124	136	164	4,2	
Não-Ocupado	123	107	110	107	123	0,0	

NOTA: "-" : representa 5 ou menos observações.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

Já na categoria ocupacional dos empregados, observou-se um crescimento de todos os tipos de famílias, sendo que as famílias não-agrícolas apresentaram as maiores taxas ao longo do período considerado. Este aspecto é relevante porque é este tipo de família, juntamente com as famílias exclusivamente agrícolas, que respondem pela maioria absoluta das famílias que compõem a categoria dos empregados. As famílias pluriativas não apresentaram uma tendência consistente, ressaltando-se que em termos absolutos a participação das mesmas é bastante baixa no âmbito desta categoria ocupacional.

A categoria ocupacional dos empregadores com até 2 empregados representava apenas 5% do total das famílias residentes em áreas rurais no ano de 2005, sendo que a maior parte delas (61%) era composta por famílias exclusivamente agrícolas, ressaltando que a participação das famílias não-agrícolas é praticamente irrelevante dentre os empregadores com até dois empregados.

Por último, ressalta-se que as famílias de não-ocupados na semana de referência representavam cerca de 10% do total de famílias com domicílio rural. No entanto, não se observou nenhuma alteração das taxas de crescimento no período considerado, o que não permite fazer qualquer tipo de afirmação a respeito deste grupo.

Todavia, se somarmos este tipo de famílias (não-ocupados) ao conjunto de famílias não-agrícolas das demais categorias ocupacionais chega-se a 353 mil, ou seja, 29% do total das famílias da região Sul do país. Isto significa que para este contingente familiar o espaço rural é, prioritariamente, um local de moradia.

Obviamente que o processo acima referido tem implicações sobre a composição da renda familiar anual, uma vez que diante dos novos padrões de consumo e conhecendo o estilo de bem-estar existente no meio urbano, as famílias agrícolas se sentem motivadas a buscar outras fontes de renda como forma de melhorar a qualidade de vida rural. Normalmente esta aspiração é atingida através da elevação do rendimento familiar via ocupações em outras atividades, além daquelas tradicionais ligadas à agricultura. Mesmo com uma série estatística bastante curta, são essas questões que trataremos nas tabelas seguintes.

Deste modo, a tabela 4 apresenta a composição da renda média das famílias residentes em áreas rurais da Região Sul do País no ano de 2005. Inicialmente, observa-se que a renda advinda das atividades agrícolas ainda continua sendo a mais importante na composição da renda agregada. No entanto, deve-se destacar o papel crescente das demais fontes, especialmente das rendas advindas das atividades não-agrícolas, que representavam 25% da renda total, e das rendas advindas de aposentadorias e pensões, que respondiam por cerca de 20%. Finalmente, as chamadas “outras fontes de rendimento” têm uma participação bem menos expressiva na composição geral (4,5%). Este fato encontra guarnição na literatura internacional, a qual aponta que “outras rendas são menos importantes na composição da renda familiar rural” (Mackinnon et al., 1991:63).

TABELA 4

Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Região Sul do Brasil, 2005.
(R\$ set. 2005)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)	NÃO- AGRIC. (%)	APOS/ PENS. (%)	OUTRAS REND. (%)
Não Metro Rural Agropecuário	50,2	25,0	20,2	4,5
Emp. com mais de 2 empreg.	42,2	49,5	7,0	1,3
Agrícola	92,1	0,0	7,9	0,0
Pluriativo	60,4	35,0	4,6	0,0
Não-agrícola	0,0	88,7	8,3	3,0
Empregadora com até 2 empreg.	70,3	17,9	8,5	3,3
Agrícola	84,3	0,0	10,5	5,2
Pluriativo	64,6	26,4	7,5	1,4
Não-agrícola	0,0	99,4	0,0	0,6
Conta-Própria	59,7	16,2	19,9	4,2
Agrícola	72,9	0,0	22,9	4,3
Pluriativo	47,7	33,7	14,5	4,1
Não-agrícola	0,0	80,6	15,7	3,7
Empregados	32,8	49,8	12,5	4,8
Agrícola	82,0	0,0	11,8	6,2
Pluriativo	50,3	38,7	7,1	3,9
Não-agrícola	0,0	80,7	14,9	4,4
Não-Ocupado	0,0	0,0	87,9	12,1

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Janeiro/2007.

Em termos das categorias ocupacionais, nota-se que para os empregadores com até dois empregados a renda agrícola responde por 70% da renda total, enquanto que as rendas não-agrícolas representam 18% e as transferências sociais mais 8,5%. Para as famílias dos conta-própria a composição da renda sofre alterações importantes em relação à categoria anterior. Assim, as atividades agrícolas respondem por 60%, enquanto que as rendas de aposentadorias aparecem como a segunda fonte mais importante, com quase 20% da renda total da categoria. Pode-se dizer que este é um processo recente no meio rural sulista, tendo em vista que estes benefícios foram estendidos à população rural na última década do século XX.

Já a categoria dos empregados tem a maior parte de sua renda total (50%) advindas de atividades não-agrícolas, sendo que a renda agrícola representa apenas 33% da renda geral, enquanto que as transferências sociais representam outros 13%. Finalmente, as informações sobre a categoria dos não-ocupados na semana de referência da pesquisa mostram que quase 88% da sua renda advêm de transferências sociais.

Do ponto de vista da tipologia familiar, é importante observar o papel diferenciado que cada uma das fontes de renda consideradas exerce sobre a composição da renda total dos distintos grupos familiares. Assim, nota-se que 73% da renda das famílias agrícolas dos conta-própria é oriunda das atividades agrícolas, sendo bem expressiva também a participação das rendas de aposentadorias (23%). Este fato já é bastante documentado na literatura brasileira, especialmente sobre o papel desempenhado pelas transferências sociais na reprodução social dos agricultores familiares, conforme destacado por Delgado & Cardoso (2000). Já as famílias pluriativas desta mesma categoria ocupacional têm uma composição bem mais dispersa entre as diferentes fontes, muito embora a renda agrícola continue prevalecendo com 48% da renda total. Neste caso, verifica-se um peso menor das rendas de aposentadorias e pensões. Por fim, as famílias não-agrícolas têm a ampla maioria de sua renda advinda das atividades não-agrícolas (por definição), sendo menor também o papel das rendas de transferências sociais.

Quanto à categoria dos empregados, nota-se que as famílias agrícolas tem quase toda renda advinda de atividades agrícolas, sendo menor a participação das aposentadorias, comparativamente ao mesmo tipo de família dos conta-própria. Já as famílias pluriativas de empregados também apresentam uma boa dispersão na composição geral de sua renda, sendo que as rendas agrícolas são majoritárias e a participação da renda de aposentadorias é bem menos expressiva. A composição das rendas das famílias não-agrícolas tem um comportamento muito semelhante às rendas dessas famílias da categoria de conta-própria.

Na categoria dos empregadores com até dois empregados, nota-se a expressiva participação das rendas agrícolas (84%) na renda total das famílias agrícolas, sendo bem menor a participação das rendas de transferências sociais. Ao mesmo tempo, verifica-se a forte presença das rendas da agricultura (65%) na renda total das famílias pluriativas desta categoria. Por fim, a renda das famílias não-agrícolas é praticamente composta pela fonte não-agrícola.

A análise dessas informações pode ser complementada por meio da verificação dos dados de todo período considerado. Assim, a tabela 5 apresenta a evolução da renda média dos diferentes tipos de famílias extensas entre 2001 e 2005.

Inicialmente, observa-se que a renda agregada das áreas rurais não-metropolitanas sofreu um crescimento da ordem de 2,6% ao ano. Em termos monetários, este aumento significou um acréscimo de aproximadamente R\$ 80,00 na renda média rural da região Sul. Obviamente que este movimento é muito diferente

entre as diversas categorias ocupacionais e os distintos tipos de famílias, conforme veremos na sequência.

Do ponto de vistas das categorias ocupacionais, temos o seguinte quadro: os conta-própria tiveram taxas anuais de crescimento da ordem de 2,8 %; os empregados de 3,6%; os não-ocupados 0,8%; os empregadores com até dois empregados 0,4%; e os empregadores com mais de dois empregados -3,0%. Ressalta-se que apenas as taxas dos empregados indicam uma tendência, tendo em vista que as mesmas mostraram-se significativas aos níveis considerados.

Quanto à tipologia familiar adotada, nota-se que as famílias agrícolas dos conta-própria tiveram taxas de crescimento significativas da ordem de 4,1% ao ano⁹, enquanto que as famílias não-agrícolas desta categoria tiveram taxas negativas da ordem de 7,6%, o que também caracterizou uma tendência. Por fim, as famílias pluriativas desta categoria, embora apresentassem taxas de crescimento de 1,9% ao ano, não se configurou nenhuma tendência a respeito da renda deste tipo de famílias.

TABELA 5

Evolução da renda média dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Região Sul do Brasil, 2001/05.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa de Cresc. (% a. a.) 2001/05 ^a
NÃO METRO RURAL AGROP.	962,80	997,68	1116,10	1097,73	1043,00	2,6
Emp. com mais de 2 emp.	4459,70	3845,47	5881,83	3509,36	4005,49	-3,0
Agrícola	3113,59	7013,38	1887,64	6089,16	4569,69	-
Pluriativo	5293,63	3459,01	7099,26	3996,60	6464,67	-
Não-agrícola	4896,51	2643,34	5937,55	2120,21	2926,29	-11,8
Emp. com até 2 emp.	1807,63	3140,86	3276,87	2376,82	2118,02	0,4
Agrícola	1692,57	2897,76	3732,40	2140,59	1811,83	-1,7
Pluriativo	2128,72	3683,29	2656,42	2958,62	2731,46	2,8
Não-agrícola	1340,03	2063,26	2333,05	1830,71	1929,23	-
Conta-Própria	1029,13	975,54	1089,26	1168,78	1077,51	2,8
Agrícola	900,37	857,12	956,04	1028,57	1003,54	4,1
Pluriativo	1296,27	1263,45	1483,92	1555,06	1284,92	1,9
Não-agrícola	1524,94	1203,18	1203,10	1134,92	1056,78	-7,6
Empregados	705,82	808,79	862,11	820,96	837,53	3,6
Agrícola	510,97	604,49	549,71	577,20	598,44	2,7
Pluriativo	930,73	971,80	1032,28	1083,20	1066,14	3,9
Não-agrícola	824,98	939,59	1166,73	995,99	967,87	3,8
Não-ocupado na semana	513,64	653,25	576,35	540,89	586,10	0,8

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP. Janeiro de 2007.

⁹Ainda que desconhecida a explicação para o crescimento significativo destas rendas levantamos a hipótese de que o crescimento deve ser oriundo da obtenção de outras fontes de renda que irão compor a renda familiar e fornecer algum tipo de sustentação a mesma.

Em termos das famílias de empregados, nota-se uma evolução positiva da renda, tanto para as famílias agrícolas como para as não-agrícolas, porém sem se configurar qualquer tendência, tendo em vista que os valores não foram significativos aos níveis considerados. Apenas as famílias pluriativas tiveram este comportamento, uma vez que apresentaram taxas anuais de crescimento significativas da ordem de 3,9% ao ano.

Além destes fatos, mais dois aspectos podem ser destacados. O primeiro diz respeito ao nível da renda das famílias agrícolas em relação aos demais tipos, ou seja, a renda dessas famílias é muito inferior comparativamente às demais famílias, especialmente para as categorias de conta-própria e de empregados. Isso significa que as famílias agrícolas têm dificuldades de equiparar suas rendas com as demais famílias consideradas apenas a partir da agricultura.

O outro aspecto a ser destacado é o papel das distintas fontes de renda entre os diferentes tipos de famílias. Assim, nota-se que as famílias pluriativas, por ter uma maior diversidade de fontes de renda, conseguem obter uma renda média muito superior a dos demais tipos de famílias.

3. Considerações Finais

As mudanças em curso na forma de ocupação da população rural podem ser mais bem compreendidas quando se analisam as alocações produtivas do conjunto de membros das famílias. Neste caso, ao se agregar as informações dos indivíduos ao redor do grupo familiar, torna-se possível avaliar o comportamento de duas variáveis fundamentais nos estudos sobre a ruralidade contemporânea: a alocação da força de trabalho e as diferentes fontes de renda de todos os membros familiares.

Desta forma, a análise dos resultados a partir dos dados anteriormente apresentados relativos às ocupações e rendas das famílias rurais da Região Sul do Brasil neste início de nova década permite tecer algumas conclusões, ainda que preliminares.

Uma das primeiras constatações é que os cinturões verdes das regiões metropolitanas, ao contrário do que geralmente se poderia pensar, exercem poucas influências na geração de emprego para as famílias agrícolas e pluriativas. Outra constatação é o aumento significativo do número total de famílias nas áreas rurais do Sul do Brasil no período 2001-2005. Este fato deve estar provavelmente relacionado à tendência confiável de crescimento do número de famílias de empregados. Uma outra conclusão, confirmada inclusive por outros trabalhos, é o fato de que as famílias de empregados estão mais associadas às famílias monoativas, quando comparadas às famílias de conta-própria e de empregadores que são mais pluriativas.

Ao analisar a composição das rendas médias das famílias rurais, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a se constituir na principal fonte de renda das famílias. A par disso, notou-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadoria e de pensões para os diferentes grupos de famílias, em especial, aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar, especialmente entre as famílias que dependem exclusivamente da atividade agrícola, o que pode atestar certa dependência em relação a esta fonte de renda. Em relação às *outras rendas*, as participações são bastante pequenas, em geral, confirmando os resultados e as análises existentes na literatura internacional.

Em relação às rendas médias das famílias, observou-se um pequeno aumento, ainda que não significativo, das rendas médias das famílias nas áreas rurais como um todo. Aventa-se a hipótese de que este aumento das rendas médias deriva de um complexo conjunto de ocorrências, em especial, do apoio creditício e da presença de outras fontes de rendas na composição da renda média familiar. Particularmente no caso

da agricultura familiar, estes fatos são prementes, já que o período considerado foi marcado por dificuldades decorrentes de fenômenos climáticos adversos, os quais fizeram com que a renda agrícola fosse deprimida.

Ademais, a análise das rendas médias familiares no período 2001-2005 permitiu detectar que as famílias pluriativas, em geral, apresentaram os maiores níveis de rendas nos distintos grupos de famílias. Portanto, os dados mostram o impacto positivo da pluriatividade na renda familiar.

No entanto, destaca-se que a análise desenvolvida neste trabalho contemplou apenas um curto período temporal (cinco anos), havendo, por isso, a necessidade de alargamento do período de análise com acréscimo de outras informações, as quais poderiam reforçar ou refutar tendências que foram apontadas no transcorrer do estudo, sobretudo em relação às formas de ocupação e às fontes de rendimento das famílias rurais da Região Sul do Brasil.

Além disso, os resultados em seu conjunto apontam para a necessidade de aprofundamento da análise dos impactos das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, as quais pretendem melhorar as condições de vida deste importante segmento da população rural, bem como contribuir para melhorar o próprio desenvolvimento rural. A estratégia para se alcançar este desenvolvimento tem como condição necessária a diversificação de atividades no meio rural, quer seja das atividades agrícolas, quer seja das atividades não-agrícolas¹⁰.

No que diz respeito às atividades agrícolas, faz-se necessário abandonar a busca contínua da competitividade e rentabilidade das explorações pouco competitivas e com estrangulamentos variados (ambientais e estruturais), seja através do aumento das produtividades físicas ou da rentabilidade dos fatores de produção. Em seu lugar, essas atividades devem se pautar pela diferenciação objetiva e perceptível do produto ofertado ao consumidor, visando atender de forma explícita e implícita os seus desejos e necessidades. Isto porque a agricultura, ainda que não se constitua no pilar mais forte ou mais dinâmico em certas situações, é sempre uma âncora segura para todos os outros setores econômicos e sociais.

Quanto à diversificação das atividades não-agrícolas, considera-se que a promoção da pluriatividade é o instrumento mais adequado para se desenvolver a *modernização* rural, sendo que nas regiões de minifúndio trata-se de se *sustentar* a pluriatividade; já nas áreas intermediárias trata-se de *recriar* a pluriatividade, enquanto que nas áreas de risco ou que já estão sofrendo o despovoamento e o abandono, trata-se de *inventar* a pluriatividade, facilitando o funcionamento do mercado de trabalho local e regional, como forma de reter população, criar poder de compra, gerar novas oportunidades de negócio e novos agentes de desenvolvimento. Em síntese, trata-se de apoiar as diversas estratégias dos agricultores, convertendo-os, cada vez mais, em empresários rurais.

¹⁰ A esse respeito e sobre as “recomendações” apresentadas nos dois parágrafos subsequentes deste artigo, são fundamentais as reflexões de Cavaco (2004: 109-111) a qual apresenta uma discussão aprofundada sobre as estratégias atuais de desenvolvimento rural, em especial, para a realidade portuguesa, mas que em certo sentido também pode ser aplicado para a realidade brasileira, em especial, para a Região Sul do Brasil.

Bibliografias

- BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, N° 1988, nov.-déc.pp.3-8.
- CAVACO, C. Desafios de Desenvolvimento Rural: Notas de Leitura. **Finisterra**, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIX-78, Lisboa. 2004.
- DELGADO, Guilherme Costa & CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília, IPEA. 2000.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo & GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNA'S: Ocupações rurais não-agrícolas. **Anais...** Londrina, PR: IAPAR 2000. p. 35-54.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 220f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas – SP.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Rural nonfarm employment and incomes in Brasil: patterns and evolution. **World Development**, v. 39, n. 3, p. 443-453. 2001.
- HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**. 15 (3):345-358. 1999.
- HOFFMANN, Rodolfo. A subdeclaração dos rendimentos. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2 (1): 50-54, jan./mar. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual de Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendi.../metodologia99.sht>>.Acesso em: 09/08/2002.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: 2004. CD-ROM.
- LAURENTI, A. C. Terceirização dos Trabalhos Agrários e o “Novo Rural”. **ORNAs**, Ocupações Rurais Não-Agrícolas: Anais: Oficina de Atualização Temática. Londrina, PR: Instituto Agrônômico do Paraná. 2000.
- MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1: 58-71. 1991.

SOUZA, M. de. Agricultura, Ocupações e Rendas das Pessoas nas Áreas Rurais do Estado do Paraná: 1992-99. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre-RS, v. 25, n.2, p. 523-543, 2004.

VASCONCELOS, J. R. de & CASTRO, D. Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos anos 90. Brasília: IPEA. **Texto para Discussão**. Nº 624. 1999.

A QUALIDADE DO EMPREGO RURAL NA REGIÃO NORDESTE (2002 E 2005)

*Carlos Alves do Nascimento**

*Irlene José Gonçalves Souto***

*Samantha Rezende Mendes****

*Régis Borges de Oliveira*****

RESUMO

O artigo objetiva analisar a qualidade do emprego rural em atividades agrícolas e não agrícolas. Os melhores indicadores são das atividades não agrícolas – com poucas exceções – na comparação com as atividades agrícolas. Contudo, as análises basearam-se em níveis de qualidade dos empregos que são, em média, muito baixos. Os resultados dos índices obtidos para os homens e mulheres podem subsidiar a formulação de políticas de emprego para a população rural do Nordeste.

Palavras-chave: Qualidade do Emprego Rural; atividades agrícolas e não agrícolas; Nordeste.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1995), Mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia e Revisor de periódicos da Economia Ensaio. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e dos Recursos Naturais. Atuando principalmente nos seguintes temas: pluriatividade, ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas, trabalho doméstico remunerado. can@ie.ufu.br

** Graduanda e pesquisadora de Iniciação Científica (PBIIC/UFU) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia. irlenegoncalves@yahoo.com.br

*** Graduanda e pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia. samantha86_rezende@yahoo.com.br

**** Graduando e pesquisador de Iniciação Científica (PBIIC/FAPEMIG/UFU) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia. regisoliveira@gmail.com

ABSTRACT

This paper aims to analyze the quality of the rural employment in agricultural and non-agricultural activities. The best indices are of the non-agricultural activities – with few exceptions – in the comparison with the agricultural activities. However, the analyses based itself in levels of quality of the jobs that are, on average, too short. The results of the indices obtained for the men and women can subsidize the formulation of politics of employment for the Northeast rural population.

Key words: Rural Employment Quality, agricultural and non agricultural activities, Northeast.

A Qualidade do Emprego Rural na Região Nordeste (2002 e 2005)

1. Introdução

Até o final dos anos 70 os impactos negativos do processo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira eram atenuados pela expansão do emprego industrial urbano, decorrentes das políticas industrializantes capitaneadas pelo Estado. Entretanto, a partir dos anos 80 essa capacidade possuída pelo setor industrial de atenuar a queda contínua do emprego na agricultura começou a se enfraquecer e perder seu dinamismo quanto à geração de novos postos de trabalho mesmo nas fases ascendentes dos ciclos econômicos¹. Nos anos 90, por sua vez, ficou clara a situação de incapacidade estrutural da indústria e da agricultura em gerar novas oportunidades ocupacionais suficientes para absorver o grande exército de desempregados e subempregados que aumenta a cada ano, no campo e na cidade.

Como agravante, algumas pesquisas² revelam uma mudança no perfil das ocupações urbanas, que nos anos setenta eram compostos basicamente de empregos e ocupações que exigiam pouca qualificação e, portanto, constituíam-se em possibilidades de emprego para os migrantes recém chegados do campo. Nos anos mais recentes, o mercado de trabalho urbano está deixando de ser uma alternativa de inserção social para os pobres do campo tendo em vista a crise em certos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil) onde estes trabalhadores teriam melhores chances de emprego. As oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos nos anos oitenta já não favoreciam os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural, e com o processo de reestruturação produtiva vivenciado pela economia brasileira nos anos 90, esta situação aprofundou-se³.

Por outro lado, no entanto, esse quadro geral de desemprego estrutural tanto na indústria quanto na agricultura, está impondo à sociedade brasileira uma “adequação criativa” ao novo mundo do trabalho que se delineia já no presente. Em resposta ao conjunto de transformações sofridas pela agricultura e pela indústria nas últimas décadas, traduzindo-se em saturação dos empregos de natureza industrial e agrícola, percebe-se no Brasil a proliferação de atividades não-agrícolas nas áreas rurais do país, revelando a capacidade criativa e adaptativa da sociedade face às condições impostas pelos novos tempos. Nas áreas rurais, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. São sinais de “esperança” que surgem com a multiplicação por todas as áreas rurais do país, de maneira praticamente espontânea – a despeito da quase completa ausência de políticas públicas que caminhem nessa direção –, uma diversidade de atividades não-agrícolas, assim como também de novos “usos” e “funções” dos espaços rurais⁴.

Como forma de adaptação a essa nova configuração, o trabalhador rural ou os membros de sua família vão buscar complementar a sua renda, e de sua família, em outras atividades que não sejam atividades agrícolas. As famílias rurais agrícolas vão se tornando pluriativas – ou seja, passam a combinar atividades agrícolas com atividades não agrícolas – ou famílias não agrícolas – quer dizer, famílias cujos membros que se encontram ocupados se dedicam a atividades estritamente não agrícolas – e, desta forma, o meio rural deixa de ser sinônimo de agricultura passando a conviver com atividades antes consideradas tipicamente

¹ Conforme Mattoso e Baltar (1998).

² Ver, por exemplo, Baltar, Dedecia e Henrique (1992).

³ Pochmann (2000, 2001).

⁴ Campanhola e Graziano da Silva [orgs.] (2000; 2004); Del Grossi (1999); Abramovay (2000); Veiga (2001; 2006).

urbanas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA [orgs.], 2000, 2004; NASCIMENTO, 2002).

Nesse sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas⁵. A novidade apontada por estes trabalhos reside justamente no fato de que se começa a reconhecer que em determinados contextos regionais o rural deixou de ser identificado exclusivamente com as atividades agropecuárias.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho procura contribuir com o avanço desse esforço de estudar as mudanças que estão passando as áreas rurais do país. Focamos nossa análise, no entanto, na investigação da qualidade das novas atividades rurais não agrícolas, em comparação à qualidade das atividades agrícolas, detendo-se a observação sobre a População Economicamente Ativa empregada (PEA assalariada) residente nas áreas rurais não metropolitanas da região Nordeste do Brasil.

Para atingir esse objetivo construímos índices de qualidade do emprego (IQE) relativos aos trabalhadores nordestinos assalariados, das áreas rurais e urbanas não metropolitanas, para os anos de 2002 e 2005.

O intuito dessa pesquisa consistiu, portanto, em investigar as diferenças relativas à qualidade das distintas atividades (agrícolas e não agrícolas) em que os trabalhadores assalariados do Nordeste encontravam-se empregados nos anos de 2002 e 2005. Restringimos nossa análise aos trabalhadores assalariados residentes nas áreas não metropolitanas nordestinas rurais e urbanas, de modo que o trabalho consistiu em uma análise comparativa dos IQEs entre as atividades agrícolas e não agrícolas dos assalariados rurais, assim como também entre os IQEs dos assalariados rurais e dos urbanos – neste último caso, entre grupos de atividades semelhantes; ou seja, agrícola com agrícola e não agrícola com não agrícola, conforme detalhamento a seguir.

Para a construção do Índice, utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2002 e 2005. O ano de 2001 não foi analisado devido a mudanças ocorridas na metodologia utilizada pelo IBGE a partir do ano de 2002, o que impossibilita a comparação com os anos anteriores – por exemplo, 2001.

Tomamos como referência o trabalho de outro autor, Balsadi (2000), para a criação dos IQEs para a região Nordeste do Brasil. Esse autor foi o primeiro, no âmbito do Projeto Rurbano, a realizar esse esforço de investigação das condições de trabalho assalariado da população rural em atividades não agrícolas, comparativamente às atividades agrícolas, e suas congêneres urbanas. A pesquisa de Balsadi (2000) foi realizada para o Estado de São Paulo. Sempre que convier faremos menções comparativas dos IQEs do Nordeste com os IQEs de São Paulo.

O emprego rural não-agrícola é denominado por ERNA (emprego rural não-agrícola), no caso de a pessoa estar ocupada em atividades não-agrícolas. Isso é importante para diferenciar essa categoria das demais nas ocupações rurais não agrícolas (ORNA), que incluem os trabalhadores por conta-própria, empregadores e não remunerados. Portanto, não será contrastada a PEA rural total ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, pois as ocupações (profissões) dos trabalhadores por conta-própria, empregadores e não remunerados são muito mais difíceis de padronizar para compará-las nas duas atividades (conforme BALSADI, 2000).

⁵ Na União Européia, a pesquisa mais ampla neste sentido foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada Arkleton Trust (1992). No Brasil, inúmeros avanços no estudo desse tema têm sido desenvolvidos pelo Projeto Rurbano (NEA/IE/UNICAMP), cujos trabalhos encontram-se compilados em sete volumes intitulados de forma genérica por “O Novo Rural Brasileiro” (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA [orgs.], 2000 – 4 vol. –, 2004 – 3 vol.)

Por outro lado, trabalhou-se apenas com os dados dos empregados (agrícolas e não-agrícolas) em algumas das principais profissões, agrupadas por características comuns, como será descrito adiante. O objetivo é comparar apenas os trabalhos de densidades e conteúdos semelhantes (assalariado com assalariado, segundo algumas características principais).

O artigo está organizado, além desta introdução, em mais três seções: a primeira apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. A análise dos resultados da pesquisa é exposta na segunda seção. E na última seção são esboçadas as considerações finais.

2. A Metodologia da Pesquisa

2.1. Seleção dos grupos de atividades agrícolas e não agrícolas para construção dos Índices de Qualidade do Emprego – IQEs

As variáveis selecionadas para análise das características da PEA rural agrícola e não agrícola com posição na ocupação de assalariados (homens e mulheres) foram as seguintes: idade; jornada semanal de trabalho; formalidade (carteira assinada); contribuição para previdência social; rendimento mensal; auxílios recebidos (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde).

Para as atividades não agrícolas, trabalhou-se com os grupos de ocupações de serviços domésticos, construção civil, educação (professores), saúde, comércio, indústria e indústria de transformação (juntas), transporte (motorista).

As ocupações que compõem os serviços domésticos são: cozinheira doméstica, diarista doméstica, lavadeira doméstica, governanta e mordomo no serviço doméstico e atendente doméstico, jardineiro, etc. Foram selecionados 100% dos trabalhadores, homens e mulheres, nessa atividade.

O grupo da construção civil é composto por uma lista grande de ocupações, tais como, por exemplo: pedreiro, ajudante de obras civis, trabalhadores de estrutura de alvenaria, trabalhadores de estruturas de concreto armado, trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado, trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos, estucadores e gesseiros, ajudantes de obras civis, encanadores e instaladores de tubulações, etc. Os códigos das ocupações citadas correspondem a 87,36% dos homens residentes rurais trabalhadores no referido ramo. As mulheres rurais nordestinas estavam pouco representadas (38,85%) nesse ramo, razão pela qual não analisaremos as condições de trabalho para esse grupo feminino.

O conjunto da saúde é formado pelos profissionais das ocupações, tais como: agentes de saúde e do meio ambiente, atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins. O conjunto dos códigos selecionados foi o mais representativo para as mulheres (51,6%) residentes no rural. Para os homens, o conjunto desses códigos selecionados atingiu 83,3% do grupo saúde.

O conjunto da educação foi constituído por professores de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, professores e instrutores do ensino profissional, professores de educação física, professores de nível médio do ensino profissionalizante. Essas ocupações são encontradas para mulheres – 58,3% do total do ramo da educação – residentes nas áreas rurais, nos anos analisados. Para os homens a proporção dos códigos selecionados, no total dos códigos do ramo educação, foi de 55,0%.

No grupo do comércio encontram-se as ocupações de profissionais de marketing, publicidade e comercialização, de representantes comerciais e técnicos de venda, contínuos, caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco), entregadores externos (exceto carteiros), vendedores e demonstradores em lojas ou mercados, repositores e remarcadores do comércio.

Consideramos serem esses os códigos mais frequentes, sendo que 85,54% das mulheres e 52,90% dos homens residentes rurais trabalhavam em alguma dessas ocupações, nos anos analisados.

O grupo da indústria e indústria de transformação é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que formam esses ramos de atividade. Resolvemos tratar conjuntamente esses dois setores para possibilitar número suficiente de casos nas amostras das PNADs. Agregamos todos os códigos mais significativos desses dois ramos de atividades, que juntos atingiam 53,02% do total de homens rurais nordestinos ocupados nesses ramos, e 59,15% das mulheres rurais nordestinas também ocupadas nesses ramos. Os setores que compõem esse ramo são, por exemplo, os das indústrias mecânica e metalúrgica, têxtil, do couro, do vestuário, de madeira e de móveis, de alimentação e bebidas, gráfica, de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação, etc. Percebe-se que esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais.

As ocupações que fizeram parte do grupo de transporte foram basicamente os motoristas⁶, operadores de equipamentos de elevação, os condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo), condutores de veículo sobre rodas (distribuidores de mercadoria). Esses profissionais correspondem a 63,91%, em média, dos empregados homens nesse grande grupo de ocupação para os residentes rurais. Esse grupo foi formado para que os códigos selecionados fossem mais frequentes na amostra. Para esse ramo de transportes não analisaremos a ocupação das mulheres, pelo fato dos códigos não se terem mostrado significativos na amostra da PNAD.

Para as atividades agrícolas, foram considerados os grupos de ocupações de trabalhadores rurais. O grupo de trabalhador rural compreende as seguintes ocupações: trabalhadores na pecuária, trabalhadores agrícolas e trabalhadores na exploração agropecuária em geral. Dentre os trabalhadores rurais (agrícolas), em média, 88,70% dos homens e cerca de 90,86% das mulheres, estavam inseridos nessas ocupações citadas, nos anos analisados. Nesse grupo, os dados foram desagregados segundo empregados agrícolas permanentes e empregados agrícolas temporários.

A escolha das profissões citadas, bem como sua agregação em conjuntos (grupos) com características próximas fundamenta-se na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras das PNADs, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também são as profissões mais expressivas em termos de ocupação da PEA rural agrícola e não-agrícola na região Nordeste. Por fim, procuramos comparar os mesmos códigos selecionados para os grupos de empregos rurais com os correspondentes aos trabalhadores homens e mulheres residentes urbanos.

2.2. Metodologia da Construção dos Índices de Qualidade do Emprego (IQEs)

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e urbana visa, através de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às já existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

O conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. Entretanto, o que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas da PNAD, mensurar os

⁶ Nas Tabelas apresentadas ao longo do trabalho chamaremos grupo de ‘motoristas’.

efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

Para construir o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos foram os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por Kageyama e Rehder (1993 *apud* BALSADI, 2000):

a) Obtenção dos indicadores simples para 2002 e 2005, a partir das variáveis já trabalhadas nas PNADs. São eles:

- % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalho não infantil empregada;
- % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho;
- % de empregados com carteira assinada (Cart);
- % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev);
- rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- % de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (Npob);
- % de empregados que recebiam auxílio moradia (Auxmor);
- % de empregados que recebiam auxílio alimentação (Auxalim);
- % de empregados que recebiam auxílio transporte (Auxtrans);
- % de empregados que recebiam auxílio educação (Auxeduc);
- % de empregados que recebiam auxílio saúde (Auxsau).

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Onde, o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

b) Construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

- TRABFORMAL = (Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4; indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens;
- TRABREND = (Rend_{padronizado} + Npob)/2; agrega as duas variáveis de rendimento;
- TRABAUX = (Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5; agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

c) Obtenção do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) busca refletir as diferentes contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo

peso para os indicadores parciais, e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram as seguintes:

- IQE = 1/3 TRABREND + 1/3 TRABFORMAL + 1/3 TRABAUX
- IQE' = 0,40 TRABREND + 0,40 TRABFORMAL + 0,20 TRABAUX
- IQE'' = 0,50 TRABREND + 0,30 TRABFORMAL + 0,20 TRABAUX

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas, levou-se em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intemporal.

Para essa comparação, ainda de acordo com Kageyama e Rehder (1993 *apud* BALSADI, 2000), trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0} \times 100$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do trabalho (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

3. Análises dos Resultados dos Índices de Qualidade do Emprego (IQE)

Iniciaremos com os comentários referentes aos IQEs com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos trabalhadores empregados. Na seqüência, analisaremos os dois outros IQEs com pesos diferenciados para cada indicador parcial.

Antes de esboçarmos considerações mais detalhadas sobre os resultados dos indicadores de qualidade do emprego da PEA rural (e urbana) nordestina, importa já de antemão sublinhar que de uma maneira geral tais indicadores, de todos os grupos de emprego selecionados, são notadamente baixos. Observe-se que os IQEs variam de 0 a 100. Raríssimas as vezes em que o indicador mostrou-se maior que 50; poucas as vezes em ultrapassou 40; na maioria das vezes ficou entre 20 e 30. Em outras palavras, estaremos aqui tecendo comentários acerca de indicadores que em geral são muito baixos.

As Tabelas 1 e 2 mostram que, para os homens residentes rurais, os grupos de ocupações que estiveram entre os quatro melhores, nos anos considerados, foram os de educação, saúde, serviço doméstico⁷ e construção civil – em 2005 o grupo dos serviços domésticos passou para a 4ª posição, perdendo para o grupo da construção civil que passou para a terceira posição. O grupo da educação (professores) mesmo tendo sofrido uma queda forte no progresso relativo (-21,96%), de 2002 para 2005, ficou ainda na segunda melhor posição. Os grupos da saúde e da construção civil melhoraram de posição em decorrência de seus respectivos progressos relativos terem sido expressivos e positivos.

Quanto aos outros grupos de emprego rurais, observa-se que foram a indústria e indústria de transformação, comércio e os dois grupos de trabalhadores agrícolas, permanentes e temporários, que se encontravam em situações menos satisfatórias. O grupo de

⁷ Os serviços domésticos exercidos pelos homens em geral são as atividades de caseiro, jardineiro, motorista da família, etc (conforme NASCIMENTO, 2002).

trabalhadores agrícolas temporários foi o que apresentou o pior indicador de qualidade entre os demais grupos, nos dois anos analisados. Os trabalhadores agrícolas permanentes apresentaram expressivo progresso relativo, que tirou esse grupo da 6ª posição, em 2002, para a 5ª posição, em 2005, deixando-o numa posição um pouco menos desfavorável, entre esses grupos com indicadores menos satisfatórios.

Considerando essas primeiras observações, os resultados estão apontando para o fato de que os empregos não agrícolas exercidos pelos residentes rurais nordestinos apresentam melhores indicadores de qualidade do que o emprego agrícola temporário. O que esses resultados estão mostrando, portanto, é que a inserção dos residentes rurais nordestinos no mercado de trabalho não agrícola, no período analisado, significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas temporários⁸. O grupo dos trabalhadores agrícolas permanentes apresentou indicadores de condições de trabalhos melhores do que os grupos da indústria e indústria de transformação, comércio e transportes, em 2005.

Sem entrar em detalhes quanto aos grupos de ocupação urbanos, importa ressaltar algumas observações relevantes. Entre os residentes urbanos, os empregos com condições de trabalhos mais desfavoráveis eram a construção civil e os dois grupos de emprego agrícola, temporário e permanente. Pode-se ver que assim como para os empregados rurais também para os empregados urbanos a pior condição de trabalho é dos trabalhadores agrícolas temporários (os volantes, bóias-frias), que residem tanto nas áreas rurais como nas periferias das cidades. Quanto aos trabalhadores agrícolas permanentes nordestinos urbanos, as condições de trabalho destes estiveram na segunda pior posição, em 2005.

Pode-se observar também, na comparação entre a qualidade do emprego rural e urbano, que praticamente inexiste proximidades entre os indicadores dos grupos de emprego dos homens residentes rurais e urbanos. O que se pode observar é uma clara diferença, nos dois anos analisados, a favor de três grupos de emprego urbanos: trabalhadores agrícolas temporários, trabalhadores da indústria e indústria de transformação e trabalhadores do comércio. Ou seja, para esses três grupos de emprego o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores indicadores de qualidade do emprego é o local de residência (urbana) do trabalhador nordestino. O único caso em que é notável a maior diferença a favor de um grupo de emprego rural, nos dois anos em questão, é o do grupo de serviço doméstico. Para os demais grupos as diferenças existem, mas depende do ano em que se observa ora a favor da situação de domicílio urbana ora a favor da situação do domicílio rural dos trabalhadores; ou seja, nesses casos não se pode aferir que o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores indicadores de qualidade do emprego possa vir a ser o local de residência do trabalhador.

⁸ Resultado semelhante foi também encontrado em São Paulo por Balsadi (2000).

Tabela 1

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens, Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações
Selecionados: Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQ E		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	26,4	31,1	6,42
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	22,9	14,7	-10,64
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	26,3	28,0	2,30
Trab. Const. Civil (RUR)	26,4	33,4	9,50
Trab. Comércio (RUR)	23,7	28,1	5,83
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	33,3	30,2	-4,64
Trab. Educação (Professores) (RUR)	45,6	33,6	-21,96
Trab. Saúde (RUR)	34,5	38,2	5,54
Trab. Serv. Domést. (RUR)	33,9	31,9	-3,02
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	31,1	24,1	-10,25
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	31,0	21,8	-13,33
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	34,7	31,8	-4,49
Trab. Const. Civil (URB)	28,9	26,1	-4,01
Trab. Comércio (URB)	30,1	44,1	20,06
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	38,8	28,1	-17,45
Trab. Educação (Professores) (URB)	37,7	42,3	7,43
Trab. Saúde (URB)	41,8	33,7	-14,02
Trab. Serv. Domést. (URB)	26,8	28,2	1,88

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 2

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Homens Empregados,
Residentes Rurais e Urbanos: Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	6º	5º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	7º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	7º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	8º	7º	5º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	4º	6º	2º	6º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	3º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	3º	4º	9º	5º

Fonte: Dados da Tabela 1.

Ao analisar-se o progresso relativo dos grupos de empregos dos homens residentes rurais, nota-se que praticamente a metade deles apresentou progresso relativo positivo e a outra metade apresentou progresso relativo negativo. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários além de ser o que detém o pior indicador de qualidade do emprego, nos dois anos analisados, exibiu também o segundo pior progresso relativo (-10,64%). Apesar do grupo educação (professores) ter experimentado a mais forte queda no progresso relativo (-21,96), ainda ficou na segunda melhor posição no *ranking* das posições relativas. Na comparação com os grupos de emprego urbanos, nota-se que esses apresentaram uma queda nos progressos relativos em um número maior de grupos de emprego.

Enfim, na região Nordeste, além dos indicadores de qualidade das condições do trabalho assalariado dos homens serem notadamente baixos, conforme já mencionado anteriormente, tais indicadores pouco melhoraram, do ponto de vista do seu progresso

relativo, sendo que muitos deles pioraram, mais notadamente nos grupos de trabalhadores urbanos.

Os grupos de emprego das mulheres residentes rurais nordestinas (Tabelas 3 e 4) que se destacaram como os melhores foram saúde (1º lugar) e educação (2º lugar), nos dois anos investigados. Os dois grupos de emprego que exibiram os IQEs menos favoráveis foram os das trabalhadoras agrícolas temporárias e das trabalhadoras da indústria e indústria de transformação.

O grupo de serviços domésticos exibiu a quinta posição relativa, entre os demais grupos, o que significa que para as mulheres residentes rurais assalariar-se em serviços domésticos resulta na obtenção de melhores condições de trabalho do que se assalariar na agricultura como trabalhadora temporária (bóia-fria) ou na indústria e indústria de transformação.

Verifica-se que tanto para os homens quanto para as mulheres, residentes rurais, os empregos que oferecem as condições de trabalho menos favoráveis são nas atividades agrícolas, como trabalhadores temporários, e nas atividades na indústria e indústria de transformação.

De forma assemelhada ao que foi observado para os homens, no tocante às mulheres apenas quatro grupos de emprego (trabalhadoras agrícolas permanentes, indústria e indústria de transformação, educação e saúde) registraram diferenças entre os indicadores de qualidade favoráveis para as trabalhadoras urbanas; ou seja, para esses grupos de emprego, o local de residência (urbana) da trabalhadora mostrou-se como importante para a obtenção das melhores condições de trabalho. No caso do grupo dos serviços domésticos, os indicadores revelam, nos dois anos analisados, que o fator local de residência é praticamente indiferente para a definição das condições de trabalho da mulher nordestina.

Tabela 3

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres, Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações
Selecionados: Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQE		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	29,6	26,6	-4,22
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	22,4	21,5	-1,20
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	21,6	22,0	0,57
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	25,3	31,0	7,59
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	38,1	35,8	-3,73
Trab. Saúde (RUR)	38,5	37,5	-1,30
Trab. Serv. Domést. (RUR)	23,6	26,1	3,34
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	39,4	35,1	-7,09
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	23,6	28,2	6,09
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	32,5	37,5	7,53
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	32,3	31,5	-1,21
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	40,8	40,6	-0,39
Trab. Saúde (URB)	41,0	41,9	1,41
Trab. Serv. Domést. (URB)	23,9	25,7	2,38

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 4
Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Mulheres Empregadas,
Residentes Rurais e Urbanos: Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3º	4º	3º	4º
Trab. Agrícolas Temporários	6ª	7º	7º	6º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	7º	6º	4º	3º
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4º	3º	5º	5º
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	2º	2º	1º	2º
Trab. Saúde	1º	1º	2º	1º
Trab. Serv. Doméstico	5º	5º	6º	7º

Fonte: Dados da Tabela 3.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e grau de formalização do trabalho ($IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$; e $IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$).

Como poderá ser notado, houve pequenas alterações nas posições relativas dos grupos de emprego selecionados, principalmente daqueles dos residentes rurais, evidenciando que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável para os empregos dos homens em atividades agrícolas, temporárias e permanentes, na indústria e indústria de transformação e no comércio, no tocante à qualidade do emprego (Tabelas 5 e 6). Ou seja, independente das ponderações utilizadas, esses quatro grupos ficaram nas últimas posições pelo fato de possuírem indicadores parciais mais desfavoráveis.

Os resultados para o IQE' (Tabelas 5 e 6) mostram que as únicas alterações para os grupos de ocupações dos homens empregados residentes rurais, nos anos considerados, foram os seguintes: os grupos de trabalhadores agrícolas permanentes e de serviços domésticos pioraram de posição – o primeiro passou da 6ª para a 7ª posição, em 2002, e da 5ª para a 6ª posição, em 2005; o segundo passou da 3ª para a 4ª posição, em 2002, e da 4ª para a 5ª posição, em 2005. O grupo de transportes (motoristas) melhorou de posição passando da 4ª para a 3ª posição, em 2002, e da 6ª para a 4ª posição, em 2005. O grupo de indústria e indústria de transformação melhorou de posição em 2002, passando da 7ª para a 6ª posição.

Enfim, ao se alterar os pesos dos indicadores parciais reduzindo a participação do indicador de auxílios e elevando a participação do indicador de formalidade e de rendimentos, implicou em queda das condições de trabalho das atividades agrícolas e dos serviços domésticos, com melhora dos indicadores das demais atividades não agrícolas.

Tabela 5
Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 40-40-20),
Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados:
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	28,6	34,0	7,62
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	25,8	16,1	-13,05
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	30,0	31,5	2,06
Trab. Const. Civil (RUR)	30,2	37,7	10,77
Trab. Comércio (RUR)	28,4	31,6	4,50
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	38,3	34,8	-5,74
Trab. Educação (Professores) (RUR)	54,7	40,1	-32,28
Trab. Saúde (RUR)	41,0	43,0	3,34
Trab. Serv. Domést. (RUR)	35,9	34,5	-2,04
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	34,7	26,3	-12,90
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	34,8	24,5	-15,95
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	39,9	35,7	-6,90
Trab. Const. Civil (URB)	33,1	29,8	-5,04
Trab. Comércio (URB)	34,5	49,9	23,54
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	43,5	32,2	-20,03
Trab. Educação (Professores) (URB)	44,4	49,0	8,19
Trab. Saúde (URB)	46,5	39,5	-13,07
Trab. Serv. Domést. (URB)	28,2	30,1	2,55

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 6
Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens),
Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 40-40-20):
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	7º	6º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	5º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	8º	7º	7º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	3º	4º	3º	5º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	2º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	4º	5º	9º	6º

Fonte: Dados da Tabela 5.

Os resultados para o IQE'' (Tabelas 7 e 8), em que é dado o maior peso para o rendimento, mostram que as alterações ocorridas em relação à primeira ponderação (30-30-30) foram, para os trabalhadores homens rurais, praticamente as mesmas verificadas com o IQE' (40-40-20), com uma única diferença de que o grupo de comércio – IQE'' (50-30-20) – melhorou de posição, passando da 8ª para a 7ª, em 2002.

Enfim, no geral, mantiveram-se as posições do primeiro IQE, em que as piores condições de trabalho são dos grupos de emprego agrícola temporário (com piora do emprego agrícola permanente), indústria e indústria de transformação, comércio e serviço doméstico. Esses resultados revelam a baixa sensibilidade desses indicadores gerais às alterações nas ponderações dos indicadores parciais.

Tabela 7

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 50-30-20),
Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados:
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQE''		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	25,0	31,3	8,32
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	23,5	15,1	-11,03
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	25,9	28,5	3,55
Trab. Const. Civil (RUR)	28,6	34,7	8,64
Trab. Comércio (RUR)	25,3	29,5	5,64
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	39,1	34,3	-7,99
Trab. Educação (Professores) (RUR)	52,8	35,9	-35,65
Trab. Saúde (RUR)	40,1	38,9	-1,94
Trab. Serv. Domést. (RUR)	34,0	32,7	-2,00
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	32,8	25,4	-11,01
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	34,5	21,0	-20,70
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	37,5	32,7	-7,72
Trab. Const. Civil (URB)	30,7	26,4	-6,14
Trab. Comércio (URB)	31,4	49,4	26,24
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	42,4	29,1	-23,23
Trab. Educação (Professores) (URB)	42,4	46,7	7,44
Trab. Saúde (URB)	44,0	35,1	-15,97
Trab. Serv. Domést. (URB)	25,5	27,2	2,33

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 8

Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens),
Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 50-30-20):
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	8º	6º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	5º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	7º	7º	7º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	3º	4º	2º	5º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	3º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	4º	5º	9º	6º

Fonte: Dados da Tabela 7.

Para as mulheres trabalhadoras assalariadas residentes rurais, o principal aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que no IQE' (Tabelas 9 e 10) são pequenas as alterações (notadamente em 2002, com piora mais acentuada no indicador para o grupo de serviço doméstico) ocorridas em relação ao IQE (Tabelas 3 e 4), semelhante ao sucedido com os homens; ou seja, uma menor ponderação para os auxílios influenciou muito pouco no índice de qualidade do emprego – tanto no que se refere às diferenças dos índices entre os grupos de ocupação (Tabela 9), quanto em relação ao *ranking* das posições relativas dos distintos grupos (Tabela 10). O que importa destacar também é que independentemente da ponderação adotada para o IQE, os empregos agrícolas temporários, das mulheres residentes rurais ou urbanas,

disputam os piores indicadores juntamente com o grupo dos serviços domésticos, em comparação com os demais grupos de emprego.

As situações são também pouco alteradas para os grupos de emprego das mulheres nordestinas com residência urbana com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Observa-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e de serviços domésticos permaneceram com os indicadores de qualidade do emprego menos satisfatórios, seguido do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes urbanas.

Tabela 9

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 40-40-20),
Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados:
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQ E'		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	34,1	29,9	-6,24
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	26,3	25,0	-1,72
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	25,3	25,4	0,11
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	29,1	36,0	9,64
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	45,2	42,4	-5,06
Trab. Saúde (RUR)	45,1	44,1	-1,77
Trab. Serv. Domést. (RUR)	23,0	26,4	4,35
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	44,1	40,0	-7,26
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	26,8	31,9	6,90
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	37,1	42,9	9,19
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	37,2	36,1	-1,73
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	47,8	47,5	-0,40
Trab. Saúde (URB)	46,6	47,7	1,89
Trab. Serv. Domést. (URB)	24,2	26,4	2,92

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 10

Posição Relativa dos Grupos de Ocupação das Empregadas (Mulheres),
Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 40-40-20):
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3º	4º	3º	4º
Trab. Agrícolas Temporários	5º	7º	6º	6º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	6º	5º	3º
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4º	3º	4º	5º
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	1º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	2º	1º
Trab. Serv. Doméstico	7º	5º	7º	7º

Fonte: Dados da Tabela 9.

Quanto ao IQE" (Tabelas 11 e 12), relativo às mulheres trabalhadoras rurais, as alterações que houve em relação ao IQE das Tabelas 3 e 4 foram praticamente as mesmas do

IQE', em 2002; os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e indústria e indústria de transformação permaneceram nas piores posições, juntamente, mais uma vez, com o grupo dos serviços domésticos.

Novamente as situações foram também pouco alteradas para os grupos de emprego das mulheres nordestinas com residência urbana com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Outra vez observou-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e de serviços domésticos permaneceram com os indicadores de qualidade do emprego menos satisfatórios, seguido do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes urbanas.

No geral, portanto, as alterações não modificam significativamente as posições dos grupos com melhor e pior condições de trabalho feminino.

Em suma, as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE para as mulheres praticamente não denotaram mudanças significativas no comportamento observado para o progresso relativo, o que deixa claro que uma menor ponderação para os auxílios pouco influencia no índice de qualidade do emprego rural feminino. As modificações não foram acentuadas. É visível que, no geral, as trabalhadoras rurais das atividades agrícolas temporárias, da indústria e indústria de transformação, e dos serviços domésticos apareçam em pior situação – seguidos do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes –, em relação às condições de trabalho, comparativamente às demais atividades não agrícolas.

Tabela 11

Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 50-30-20),
Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados:
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	IQE''		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	31,1	28,8	-3,27
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	24,0	21,8	-2,88
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	22,1	21,8	-0,29
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	26,9	34,7	10,61
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	41,7	38,3	-5,81
Trab. Saúde (RUR)	41,4	39,9	-2,49
Trab. Serv. Domést. (RUR)	20,1	24,0	4,82
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	41,4	36,8	-7,80
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	24,3	29,2	6,44
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	33,6	39,2	8,33
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	33,4	31,8	-2,37
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	44,8	44,7	-0,14
Trab. Saúde (URB)	43,3	44,3	1,67
Trab. Serv. Domést. (URB)	21,4	23,5	2,71

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Tabela 12
Posição Relativa dos Grupos de Ocupação das Empregadas (Mulheres),
Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 50-30-20):
Região Nordeste, 2002 e 2005.

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3º	4º	3º	4º
Trab. Agrícolas Temporários	5º	7º	6º	6º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	6º	4º	3º
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4º	3º	5º	5º
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	1º	1º
Trab. Saúde	2º	1º	2º	2º
Trab. Serv. Doméstico	7º	5º	7º	7º

Fonte: Dados da Tabela 11.

4. Considerações finais

Com a finalidade de analisar a qualidade do emprego das pessoas, homens e mulheres, residentes no meio rural da região Nordeste nos anos de 2002 e 2005 construímos índices de qualidade do emprego (IQEs) que possibilitaram a comparação da qualidade dos empregos, rurais e urbanos, nas atividades agrícolas e não-agrícolas.

Os resultados obtidos com os índices de qualidade do emprego evidenciaram que, tanto para os homens quanto para as mulheres empregadas residentes rurais, os grupos de ocupações não agrícolas selecionados apresentaram melhores condições de trabalho do que os grupos de trabalhos agrícolas temporários (volante, bóia-fria) – exceção dos grupos serviço doméstico e indústria e indústria de transformação que dividem as piores posições com as atividades agrícolas.

Outro resultado importante observado foi que para a maioria dos grupos de emprego selecionados revelou-se indiferente, para a determinação do nível do indicador, o local de residência do trabalhador, se rural ou urbano. Poucos foram os casos em que a situação do domicílio do trabalhador parece indicar como importante para uma melhora nas condições de trabalho.

No rural não metropolitano do Nordeste, os resultados, analisados de uma forma geral, não deixam bem claro – diferentemente do que Balsadi (2000) mostrou para o rural de São Paulo – se a inserção, dos homens e das mulheres, no mercado de trabalho não agrícola é uma forma dos trabalhadores obterem melhores condições de trabalho, em comparação com as atividades agrícolas. Estudando a pluriatividade das famílias rurais nordestinas, Nascimento (2005) sugeriu que no Nordeste a pluriatividade cresce em virtude das famílias rurais agrícolas recorrerem a atividades não agrícolas que em geral são precárias ao ponto de não oferecerem atrativos suficientes para que aquelas famílias substituam suas atividades agrícolas tradicionais (também precárias) pelas não agrícolas, de tal modo que as famílias rurais nordestinas agrícolas vão se tornando pluriativas ao conciliarem atividades agrícolas e não-agrícolas, ambas precárias. Essas observações de Nascimento corroboram com nossas informações no início desse parágrafo.

Um fato importante que deve ser considerado é que as mulheres empregadas no serviço doméstico apresentam um índice de qualidade do emprego desfavorável – segundo pior indicador de qualidade, entre as atividades não agrícolas, depois do grupo indústria e indústria de transformação –, e o serviço doméstico é o ramo de ocupação assalariada que

mais emprega mulheres no meio rural nordestino⁹. O grupo dos serviços domésticos só apresenta melhor colocação no índice de qualidade do emprego em relação às mulheres empregadas na indústria e indústria de transformação e no trabalho agrícola temporário, ou seja, esses números podem estar indicando que, a despeito da precariedade da atividade nos serviços domésticos, ainda é melhor ser doméstica do que bóia-fria/volante (o mesmo verificado para os homens). Balsadi (2000) fez observação semelhante em relação ao rural de São Paulo. Nascimento (2002), também confirmando essa observação, mostra que as famílias agrícolas que tinham algum membro ocupado em serviços domésticos remunerados apresentavam um nível de renda melhor do que as famílias estritamente agrícolas.

Cabe aqui chamar atenção novamente para uma observação importante. De forma quase geral os IQEs (IQE, IQE' e IQE'') obtidos por todos os grupos de emprego selecionados atingem no máximo 40% de seu valor, poucas vezes ultrapassam esse valor e muitíssimo raramente ultrapassam 50% do valor do índice, segundo os critérios selecionados para nosso estudo. Como foi possível perceber, o IQE varia numa proporção de 0 a 100, o que significa que quanto mais próximo de 100 melhor a qualidade do emprego. Assim, toda a análise feita comparando os IQEs entre os grupos de atividades agrícola e não-agrícola e entre o rural e o urbano, baseou-se em níveis de qualidade dos empregos nordestinos que em geral são bastante baixos, considerando as variáveis utilizadas para a construção dos IQEs. Em São Paulo, Balsadi (2000), encontrou IQEs mais elevados, com alguns casos alcançando 70%, entre homens e mulheres, em 1998.

Os resultados dos IQEs obtidos para os trabalhadores homens e mulheres nordestinos fornecem subsídios interessantes no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população nordestina residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não agrícolas possa vir a ter efeitos positivos em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro, ainda resta um grande desafio que é definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas – assim como também em relação às condições das atividades não agrícolas, que não se mostraram tão melhores.

No entanto, o que percebemos é que essa necessária integração entre atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando melhores condições de emprego e conseqüentemente qualidade de vida para a população, ainda é um desafio para as políticas públicas, já que seria necessária a formulação de projetos de desenvolvimento rural que abordem novas questões para além das velhas questões ligadas exclusivamente às atividades agrícolas, à medida que cada vez mais a literatura aponta para um mundo rural cuja dinâmica não se explica mais somente, nem majoritariamente, pelas atividades agrícolas, mas de forma crescente pelas atividades não agrícolas e pelas novas funções que as áreas rurais oferecem (sobre essa nova abordagem ver, por exemplo, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000, 2004; DEL GROSSI, 1999; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2001, 2006).

⁹ Dos empregos rurais assalariados femininos nordestinos 25,3% era a participação dos serviços domésticos, em 2005.

5. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. IV, p. 379-397.
- ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.
- BALTAR, P.; DEDECCA, C.; HENRIQUES, W. (1982). *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Campinas: IE/UNICAMP. (Relatório de Pesquisa)
- BALSADI, O. V. (2000). *Características do Emprego Rural no Estado de São Paulo nos Anos 90*. Campinas, SP, Unicamp-IE. (dissertação de mestrado)
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [orgs.] (2004). *O novo rural brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 3 volumes.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. [orgs.] (2000). *O novo rural brasileiro*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 4 volumes.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP. (Coleção Pesquisas, 1)
- KAGEYAMA, A.; REHDER, P. (1993). O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar.
- DEL GROSSI, M. E. (1999). *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado)
- MATTOSO, J. E.; BALTAR, P. E. A. (1996). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT (Cadernos do CESIT, n. 21), 23p.
- MOYANO ESTRADA, E. (1997). Las Políticas de Desarrollo Rural, in: SHIKI, S. *et al.* (1997). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*. Uberlândia. EMBRAPA/UNICAMP/UFU.
- NASCIMENTO, C. A. (2005). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas: IE/UNICAMP. (tese de doutorado)
- NASCIMENTO, C.A. (2002). *Evolução das Famílias Rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalho Doméstico, 1992-1999*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado)
- POCHMANN, M (2001). A década dos mitos. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M (2000). A Epidemia do Emprego no Brasil: atualidade e perspectiva. Campinas: Unicamp/Cesit/IE.
- VEIGA, J. E. . (2001). O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119.
- VEIGA, J. E. (2006). Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, v. 20, p. 333-353.

**DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO BRASIL:
UMA AVALIAÇÃO DO PRONAF^{1,2}**

*Barbara Cobo**

RESUMO

Com a constatação histórica do papel que a agricultura familiar pode desempenhar como fonte de geração de renda, emprego e qualidade de vida, políticas públicas que visem seu fortalecimento podem se tornar poderosos instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social. Em paralelo, é fundamental a avaliação das políticas públicas em termos de sua eficácia e eficiência econômica, em virtude do atual cenário de limitação dos recursos públicos. Assim a presente dissertação visa, a partir do referencial teórico sobre a agricultura familiar, verificar em que medida o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem alcançando os objetivos e metas constantes na sua formulação.

Palavras-chaves: agricultura familiar; PRONAF; avaliação de políticas públicas.

¹ Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET: Políticas Públicas de Emprego, Políticas Sociais e Distribuição no Brasil: Novos Rumos?, realizado em Recife – PE – Brasil, de 13-16 de Novembro de 2005.

² Esse artigo se baseia na dissertação de mestrado “Agricultura Familiar no Brasil: Propostas e Avaliação dos Resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, defendida em março de 2003 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Carlos Guanziroli.

^{**} Economista, Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Doutoranda no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Coordenação de População e Indicadores Sociais.

ABSTRACT

Considering the historical establishment of the role that the familiar agriculture can perform as a source of income, employment and well-being generation, public policies that target the empowerment of this socioeconomic segment can become effective instruments for the battle against poor and social exclusion. Also, the evaluations of the public policies are crucial in terms of your economical efficiency and efficacy because of the present limitation of public resouces. So, the present dissertation will, considering the theoretical references about the familiar agriculture, verify if the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) is reaching its objectives and goals as described on its formulation.

Desafios impostos ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil

O PRONAF surgiu, em grande medida, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais por uma política específica direcionada aos agricultores familiares. Todavia, as ações para o fortalecimento da agricultura familiar impõem, primeiramente, que se determine o universo a se constituir como alvo da política em questão para, então, se delimitar seu campo de atuação. Com esse intuito, foi firmado um convênio de cooperação técnica entre a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que, a partir de 1994, passou a desenvolver uma série de estudos com os microdados do Censo Agropecuário de 1995/96 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando estabelecer a base metodológica para a elaboração inicial do PRONAF e delimitar o universo de agricultores familiares como alvo de ação do programa³.

Foram grandes as dificuldades encontradas na estimativa do universo de agricultores familiares no Brasil, uma vez que as estatísticas disponíveis, de uma forma geral, não consideram essa categoria econômica em suas classificações. Optou-se por caracterizá-lo considerando os estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: (i) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor e (ii) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado⁴. A partir da delimitação proposta, o estudo conseguiu traçar um perfil da agricultura brasileira com informações sobre o número e área dos estabelecimentos; valor bruto da produção (VBP), calculado a partir da soma do valor da produção colhida/obtida de todos os produtos animais e vegetais nos estabelecimentos considerados; e financiamento total (FT) destinado aos agricultores.

Como resultado, em 1995/96, existia no país cerca de 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, sendo 4,1 milhões familiares (85,2%) e 554,5 mil estabelecimentos patronais (11,4%).

³ O objetivo geral do convênio consistia na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, compreendendo as seguintes metas específicas: (i) elaborar um conjunto de diretrizes para o setor da produção agrícola familiar; (ii) elaborar uma avaliação dos custos dos assentamentos de reforma agrária; e (iii) sugerir diretrizes que aumentem a eficiência do processo de reforma agrária. Com esse referencial, o estudo apontou para a necessidade de formulação de políticas direcionadas ao fortalecimento do segmento da agricultura familiar não só com vistas para um desenvolvimento sustentável como também para impedir o agravamento dos problemas sociais aos quais a reforma agrária procura responder (FAO/INCRA, 1995, p.2).

⁴ Embora a definição de unidade familiar adotada não tenha se baseado no tamanho da propriedade, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares, considerando as áreas dos módulos fiscais municipais constantes da tabela do INCRA, de forma a evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios neste universo.

A histórica questão da concentração fundiária também pode ser vislumbrada na Tabela 1, uma vez que, embora grande maioria, as unidades familiares ocupavam apenas 1/3 da área total, enquanto as unidades patronais ocupavam 240 milhões de hectares, aproximadamente. Por outro lado, observou-se que os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 40% do valor bruto da produção (VBP) total, recebendo, porém, apenas 25,3% do financiamento total concedido no país à agricultura. Infelizmente, não se realizou o Censo Agropecuário que iria a campo em meados de 2005 e que poderia atualizar essas informações⁵.

Não obstante a elevada participação dos agricultores familiares no VBP total, o crédito rural ainda encontrava-se bastante direcionado às unidades patronais. Tal constatação reflete o fato de que há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, “a agricultura familiar e a sua base fundiária - a pequena propriedade - têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer à grande produção e à grande propriedade - setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira” (Carneiro, 1997, p.70).

Tabela 1
Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT). Brasil 1995/96

Categorias	Estabelecimentos		Área (mil ha)		VBP (mil reais)		FT (mil reais)	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL	4.859.859	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0	3.707.112	100,0
Familiar	4.139.368	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
Patronal	554.500	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Instituição PIA/Religiosa	7.142	0,1	263	0,1	72.327	0,2	2.716	0,1
Entidade pública	158.718	3,3	5.530	1,6	465.608	1,0	31.280	0,8
Não identificado	131	0,0	8	0,0	959	0,0	12	0,0

Fonte: FAO/INCRA/MDA, 2000

Assim, de acordo com os resultados apresentados, uma política pública destinada ao fortalecimento da agricultura familiar no Brasil enfrenta alguns desafios. Primeiramente, o elevado contingente de agricultores familiares no país que carecem de linhas de crédito de custeio e investimento adequadas à sua realidade. Tal carência é reforçada pelos dados do Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA que demonstram que a maioria dos estabelecimentos familiares identificados possui baixos níveis de renda e que há

⁵ Embora tenham havido mudanças importantes na agricultura do país desde 1995/96, acredita-se que a estrutura agrária não tenha sofrido grandes alterações.

um grande diferencial de renda entre os agricultores familiares e patronais em todas as regiões do país, sendo a maior eficiência da agricultura familiar sobre a patronal também verificada para todas as regiões brasileiras.

Em segundo lugar, há a questão da terra que impede o desenvolvimento da agricultura familiar em bases sustentadas. No Brasil, cerca de 40% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 ha, sendo que a área média desses verdadeiros minifúndios é de apenas 1,9 ha por estabelecimento (Guanzioli *et al.*, 2001, p.60). No Nordeste, a proporção de estabelecimentos nesse grupo de área chega a atingir quase 60% das unidades familiares e, considerando somente a pequena área disponível à produção e o fato de uma grande parte destes estabelecimentos estar situada na região do semi-árido, estes agricultores dificilmente terão perspectivas de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos.

Um terceiro desafio identificado pelo estudo refere-se ao acesso à tecnologia e assistência técnica. Somente 16,7% dos agricultores familiares utilizavam assistência técnica, sendo que no Nordeste e no Norte esse percentual atingia apenas 2,7% e 5,7%, respectivamente. O uso de tração mecânica ou animal foi considerado extremamente baixo, com a metade dos agricultores familiares fazendo uso exclusivo de força manual. Além disso, apenas 17,3% faziam conservação do solo e o acesso à energia elétrica se constituía em um benefício para somente um pouco mais de 1/3 dos agricultores familiares do país, aproximadamente. Convém assinalar ainda que esses resultados encontram-se bastante diferenciados entre as regiões, com o Sul apresentando sistematicamente melhores indicadores.

Nesse contexto, se por um lado as propostas destinadas à agricultura familiar representam avanços em relação às políticas anteriores e à idéia de desenvolvimento sustentável, por outro enfrentam uma série de desafios em termos de elaboração de políticas de crédito direcionadas, concentração fundiária, prestação de assistência técnica aos agricultores familiares e difusão do uso de energia e conservação dos solos. Foi justamente na tentativa de ocupar esse espaço que, em 1995, foi implementado o PRONAF, baseado, em grande medida, nos estudos desenvolvidos sob o convênio entre a FAO e o INCRA.

PRONAF: Concepção, Desenho e Forma de Implementação

O PRONAF configurou-se, inicialmente, como uma linha de crédito de custeio direcionado aos agricultores familiares. Até sua implementação, o financiamento ao pequeno agricultor restringia-se quase que exclusivamente ao crédito oferecido ao pequeno produtor pelo Banco do Brasil e aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA), extinto em 1999 para ser incorporado ao PRONAF, que tinha destinação específica e limitada aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Em contraste, a linha de crédito do PRONAF estabeleceu condições mais amplas para acesso dos agricultores aos financiamentos, uma vez que estes deveriam cumprir os seguintes requisitos: (a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; (b) não manter empregado permanente, sendo admitido recorrer eventualmente à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; (c) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; (d) no mínimo 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual deveria ser proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e (e) residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos. Com isso, a clientela potencial do Programa aumentou consideravelmente em comparação com o PROCERA, envolvendo não apenas os assentados pelo Programa de Reforma Agrária, como também os demais agricultores familiares em situação socioeconômica similar.

Todavia, o universo da agricultura familiar delimitado pelo PRONAF foi inferior ao universo identificado pelos estudos do Convênio FAO/INCRA. Considerando os requisitos descritos anteriormente, o público-alvo do crédito rural do PRONAF foi estimado, segundo a metodologia desenvolvida por Sabatto (2000) a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, em 3,8 milhões de estabelecimentos, abrangendo uma área de 69,1 milhões de hectares. Embora o universo de agricultores familiares não apresentasse grandes divergências na proporção de estabelecimentos a serem beneficiados (85,2% do total pelo Convênio, contra 78,5% pelos critérios do PRONAF), as diferenças em termos de área e valor bruto da produção foram bem significativas. Esse resultado, segundo Sabatto, se dá em função dos critérios estabelecidos pelo PRONAF, relativos, particularmente, ao limite máximo de área – até quatro módulos fiscais – e aos limites referentes à mão-de-obra contratada, que deixam de

fora um contingente de agricultores familiares que, apesar de pequeno, tem peso econômico considerável.

As normas para a concessão dos créditos passaram por importantes ajustes ao longo da implementação do programa, sendo a mais significativa a criação de grupos de acesso aos créditos do PRONAF em meados de 1999, que inicialmente classificou os agricultores familiares conforme os níveis de renda que alcançavam a partir da atividade agropecuária desenvolvida no estabelecimento agrícola, permitindo que fossem adotados encargos financeiros diferenciados, com bônus e rebates para aqueles de menor renda. A classificação final foi a seguinte: (i) Grupo A: assentados da reforma agrária (primeiro crédito para estruturação de suas unidades produtivas); (ii) Grupo B: agricultor familiar até então excluído das linhas de financiamento, com renda bruta anual familiar de até R\$ 1.500, sem utilização de qualquer tipo de mão-de-obra não familiar; (iii) Grupo C: agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$ 1.500 e R\$ 8.000 e podendo utilizar mão-de-obra de empregados temporários; e Grupo D: agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$ 8.000 e R\$ 27.500 e podendo dispor de empregados temporários e até dois empregados permanentes. Essa classificação sofreu alterações recentes incluindo o estabelecimento de novos grupos e mudanças nos limites para crédito para os grupos A, B, C e D e a inclusão de mais dois grupos: o Grupo A/C refere-se ao primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A e o Grupo E (Proger Familiar Rural), abrange os agricultores com maior renda familiar anual bruta (Tabela 2).

Tabela 2: Grupos do PRONAF

Grupo	Público	Crédito (teto: mil)	Juros aa
A	Assentados RA	18 c,ie	1,15%
A/C	Egressos do A / Procerá	3 c	2%
B	$RBAF \leq 3 \text{ mil}$	1,5 c,i	1%
C	$3 \text{ mil} \leq RBAF \leq 16 \text{ mil}$	3,5 c e 8 i	3%
D	$16 \text{ mil} \leq RBAF \leq 45 \text{ mil}$	8 c e 18 i	4%
E	$45 \text{ mil} \leq RBAF \leq 80 \text{ mil}$	28 c e 32 i	7,25%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nota: c = crédito para custeio; ie = crédito para infraestrutura

Houve ainda uma diversificação das atividades financiáveis, que passaram a incluir pequenas agroindústrias familiares, artesanato e turismo rural. Em outras palavras, orientou-se

a concessão do crédito para atender às demandas da exploração familiar como um todo e não apenas às demandas para o exercício de uma única atividade, como normalmente ocorre no crédito rural. Atualmente, as linhas de crédito do Programa abrangem o estímulo à produção de alimentos básicos (Pronaf Alimentos); a construção de pequenas obras hídricas pelos agricultores da região do semi-árido (Pronaf Semi-Árido); crédito às mulheres agricultoras (Pronaf Mulher); crédito aos jovens que estiverem cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, com idade entre 16 e 25 anos (Pronaf Jovem Rural); linhas de investimento para pescadores artesanais com renda familiar anual bruta até R\$ 40 mil (Pronaf Pesca); plantio de espécies florestais e apoio à implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento, sistemas agroflorestais e produção agroecológica pelos agricultores familiares (Pronaf Florestal e Pronaf Agroecologia); aquisição de animais destinados à pecuária de corte (Pronaf Pecuária Familiar); recursos para o desenvolvimento de projetos de turismo em propriedades rurais (Pronaf Turismo); e Pronaf Máquinas e Equipamentos.

PRONAF: Avaliação dos Primeiros Resultados

Os estudos de avaliação do PRONAF encontrados, de uma forma geral, analisam os resultados do Programa a partir de fontes secundárias de informação, como a própria Secretaria de Agricultura Familiar, Banco Central e demais instituições responsáveis pelo gerenciamento dos recursos do Programa. São, portanto, informações consolidadas e a análise desenvolvida se baseia, única e exclusivamente, na evolução da concessão dos recursos e na tentativa de estabelecer um quadro dos estágios iniciais do Programa. Foram poucas as pesquisas de campo realizadas para avaliação do PRONAF e apenas uma avaliação de impacto utilizando metodologia científica de grupos de controle e tratamento foi encontrada⁶.

⁶ A avaliação do desempenho de programas ou políticas públicas pode se dar de diversas maneiras. A mais usual consiste na análise dos resultados obtidos a partir de fontes secundárias, em geral, junto aos agentes responsáveis pela gestão e execução dos mesmos. Todavia, para uma análise mais consistente dos resultados de um programa, faz-se necessário a implementação de pesquisas de campo avaliatórias, junto a todos os atores envolvidos, a fim de aferir o desempenho do mesmo e a eficácia dos benefícios alcançados. Avaliações experimentais que utilizam procedimentos de seleção aleatória para designação de grupos de tratamento (participantes do programa) e de controle (não participantes) são as mais indicadas por minimizar os problemas decorrentes de erros de especificação de variáveis e de viés de seleção. Mas estas são também mais caras, requerem maiores habilidades técnicas e um tempo mais longo para sua realização. Avaliações quase-experimentais, por sua vez, são mais flexíveis em termos de tempo e são menos dispendiosas, mas também requerem maior conhecimento estatístico para driblar as diferenças decorrentes da construção não aleatória de um grupo de comparação para servir de contrafactual para o grupo de tratamento. Existem ainda avaliações não científicas baseadas em pareceres de

Sendo assim, os dados existentes não são muito conclusivos, mas indicam alguns aspectos importantes do Programa, em especial, no que concerne ao processo de concessão de crédito aos agricultores familiares.

Considerando os desafios para o fortalecimento da agricultura familiar observados na análise dos dados do Censo Agropecuário, a saber, insuficiência de crédito, concentração fundiária, prestação de assistência técnica aos agricultores familiares e difusão do uso de energia e conservação dos solos, esta seção busca, por meio da avaliação dos resultados encontrados por sete pesquisas e estudos distintos, averiguar em que medida o PRONAF foi eficaz em solucionar os obstáculos detectados. Tais pesquisas foram desenvolvidas pela Fundação de Economia de Campinas – FECAMP (2002), Feijó (2001), Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE (2001), Ferreira *et al.* (2001), Núcleo de Estudos e Políticas Públicas – NEPP/UNICAMP (1999), Abramovay e Veiga (1998) e Lúmen Instituto de Pesquisa – PUC/MG (1997). Destas, apenas a FECAMP e Feijó buscaram metodologias de aferição do impacto do programa, sendo que apenas o primeiro utilizou o método experimental com grupos de controle e tratamento.

- **Impactos do PRONAF sobre a renda e a produtividade**

Em termos de impacto produtivo, Feijó (2001) desenvolveu uma metodologia de aferição dos benefícios proporcionados pelas linhas de crédito do PRONAF a partir da avaliação econômica da performance dos principais produtos financiados do Programa. Para tanto, o autor recorreu aos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e da Pesquisa Agrícola Municipal, ambos do IBGE, além das informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre a evolução do PRONAF. Considerando que o tabaco, a soja e o milho foram os produtos que mais se destacaram na destinação dos fundos do Programa (recebendo, em média, mais de 70% dos recursos), o autor assumiu que todos os empréstimos para este grupo de produtos provinham do PRONAF, enquanto as demais plantações não receberam crédito do Programa. Assim, de acordo com essa suposição, o grupo de controle consistiu em um conjunto de 28 produtos de safra selecionados, com relativa disponibilidade de dados para análise nas pesquisas do IBGE.

experts, administradores de programas e participantes, além de uma série de combinações possíveis de metodologias de avaliação que podem chegar a diferentes conclusões sobre o impacto de determinado programa.

Partindo dessa construção inicial, o autor baseou sua avaliação em dois procedimentos: (i) exame da evolução do índice de produtividade média parcial para cada grupo a fim de verificar ano a ano se o grupo selecionado teve crescimento de produtividade acima da média do grupo de controle; e (ii) aplicar o índice Tornqvist-Theil⁷ de produtividade multifator e fazer uma comparação entre os principais produtos do PRONAF e os restantes em termos de crescimento de produtividade.

Os resultados serão resumidos a seguir. Utilizando-se, primeiramente, a medida de produtividade parcial, ambos os grupos apresentaram, na média, crescimento de produtividade positivo nos anos de 1997 e 1999 e negativo em 1998, independente do fator analisado (produto por área ou trabalho por área). Entretanto, ao se considerar apenas o fator área plantada, o grupo de produtos beneficiados pelo PRONAF apresentou melhor performance (crescimento médio de 2,5% do coeficiente anual de produto por área desde 1995, contra 1,7% do grupo de controle). O mesmo não ocorre se o critério utilizado for o trabalho. No geral, os três principais produtos beneficiados pelo PRONAF tiveram uma performance superior ao grupo de controle em 1997 e 1998, sugerindo um indicativo de impacto do PRONAF na produção. Pelo índice Tornqvist-Theil, os resultados em termos de comparação entre os grupos não são muito diferentes, embora essa medida tenha sugerido um crescimento maior de produtividade para o grupo beneficiado em 1997 e 1998 (acima de 5% ao ano).

Entretanto, uma efetiva avaliação de impacto requer a construção de grupos de beneficiados e não beneficiados pelo Programa a partir de uma amostra aleatória de pessoas ou domicílios. No caso específico do PRONAF, uma pesquisa de campo permitiria identificar em que medida o benefício ou crédito recebido foi capaz de incrementar a produtividade do estabelecimento em comparação com àqueles que não receberam o mesmo. A metodologia de comparação das produtividades, a partir das pesquisas do IBGE, foi a opção encontrada pelo autor para suprir a ausência dessa pesquisa de campo e, portanto, os impactos gerados pelos créditos do PRONAF resultantes dessa análise devem ser observados com certa cautela. Por

⁷ Considerando as limitações de interpretação do índice de produtividade parcial (*single factor productivity*) como medida de produtividade, os autores optaram por utilizar uma medida mais complexa, multifatorial, que abrange as mudanças na utilização dos vários insumos. Mais especificamente, foi utilizado o índice Tornqvist-Theil, obtido ao se assumir uma função de produção mais flexível que permite uma representação menos restrita da substituição dos insumos (para maiores detalhes ver Christensen, Laurits R.; Jorgenson, Dale W.; Lau, Lawrence J., *Transcendental Logarithmic Production Frontiers*, Review of Economic and Statistics, vol.55, n.1, February, 1973, pp.28-44).

outro lado, considerar como hipótese que PRONAF só beneficiou 3 produtos é uma suposição muito forte, dada a grande diversificação da agricultura familiar.

O estudo elaborado pela FECAMP (2002), por sua vez, buscou avaliar a existência de possíveis associações entre a presença do PRONAF e variáveis econômicas (renda, produtividade, tecnologia), sociais (nível de vida) e ambientais (uso de agrotóxicos, ações de conservação). Para a avaliação do Programa, foi realizada uma pesquisa de campo em 21 municípios de 8 unidades da federação, a partir da seleção aleatória de 1.994 domicílios, sendo que destes 996 receberam crédito do PRONAF (grupo de tratamento) e 998 não receberam (grupo de controle ou comparação).

Em termos de perfil dos entrevistados, os resultados da pesquisa indicam que os dois grupos de produtores não diferem muito quanto às características demográficas, de renda e de ocupação. De uma forma geral, a amostra selecionada apresentou um elevado grau de pobreza (metade dos domicílios da amostra tinham renda domiciliar abaixo de 1,7 salário mínimo), condições similares de nível de vida e uma forte presença de atividades não-agrícolas e de outras fontes de renda em ambos os grupos. Todavia, as produtividades da terra e do trabalho se mostraram superiores para o grupo com PRONAF (15% e 19% maiores que o grupo de controle, respectivamente). Os avaliadores atribuem essa superioridade às diferenças tecnológicas existentes entre os dois grupos, uma vez que o uso de mecanização, insumos químicos, irrigação e assistência técnica é mais difundido entre os produtores que receberam crédito do PRONAF.

Para a avaliação da existência de possíveis associações entre a presença do PRONAF e as variáveis selecionadas, foram feitos testes de independência utilizando a distribuição de qui-quadrado cujos resultados serão resumidos a seguir. Em primeiro lugar, não se verificou associação significativa entre pobreza e presença do PRONAF ou pobreza e pluriatividade nos domicílios da amostra. Na verdade, “a extensão da pobreza entre os produtores mostrou-se associada fundamentalmente à sua localização geográfica - região e situação urbano-rural - e não a variáveis relativas às ocupações (pluriatividade) ou ao crédito do PRONAF” (FECAMP, 2002, p.12). Por outro lado, ao contrário do que se esperaria, a renda média familiar não apresentou diferenças significativas entre os dois grupos, quando testada isoladamente. Na opinião dos avaliadores, isto se deve em parte a fatores metodológicos da própria pesquisa:

A mensuração de impactos requer um monitoramento ao longo de um período maior, sob a forma de painel amostral, para acompanhar o mesmo grupo e medir suas variações de renda. Além disso, por mais que a amostragem tenha tido o cuidado de selecionar “pares” sem PRONAF semelhantes aos produtores com PRONAF, é possível que fatores aleatórios estejam afetando a comparação das rendas médias. É possível pensar, ainda, que, dado o curto período de análise, o resultado esteja indicando simplesmente que, no ponto de partida, a distribuição do crédito esteja se dando de forma igualitária, sem privilegiar, na origem, nenhum grupo especial de renda (FECAMP, 2002, p.109).

Contudo, quando realizados modelos de regressão múltipla envolvendo a variável renda familiar, o PRONAF mostrou um efeito negativo e significativo (de 20% a menos) na renda média per capita. Dessa forma, o estudo ressalta que, “mantidos constantes todos os demais fatores, inclusive aqueles que dependem fortemente do crédito do PRONAF, como a tecnologia e a produtividade, aparece uma associação negativa entre PRONAF e renda familiar” (FECAMP, 2002, p.20). Segundo os avaliadores, se poderia justificar essa associação negativa supondo que, controlando todas as demais variáveis, foram os agricultores mais pobres que mais recorreram ao PRONAF. Essa avaliação, todavia, é estática e limita a aferição do impacto do programa sobre a pobreza dos agricultores. Além disso, conforme será observado adiante, a distribuição dos recursos do PRONAF se deu de forma desfavorável aos agricultores mais empobrecidos (grupos B principalmente). Que ficaram com uma pequena participação dos recursos oferecidos. Uma análise mais acurada poderia ser obtida por meio de uma pesquisa de trajetória de sistemas produtivos e de seguimento do uso do crédito, envolvendo perguntas sobre como foi aplicado o crédito recebido nas últimas safras e qual foi seu impacto sobre a renda do produtor.

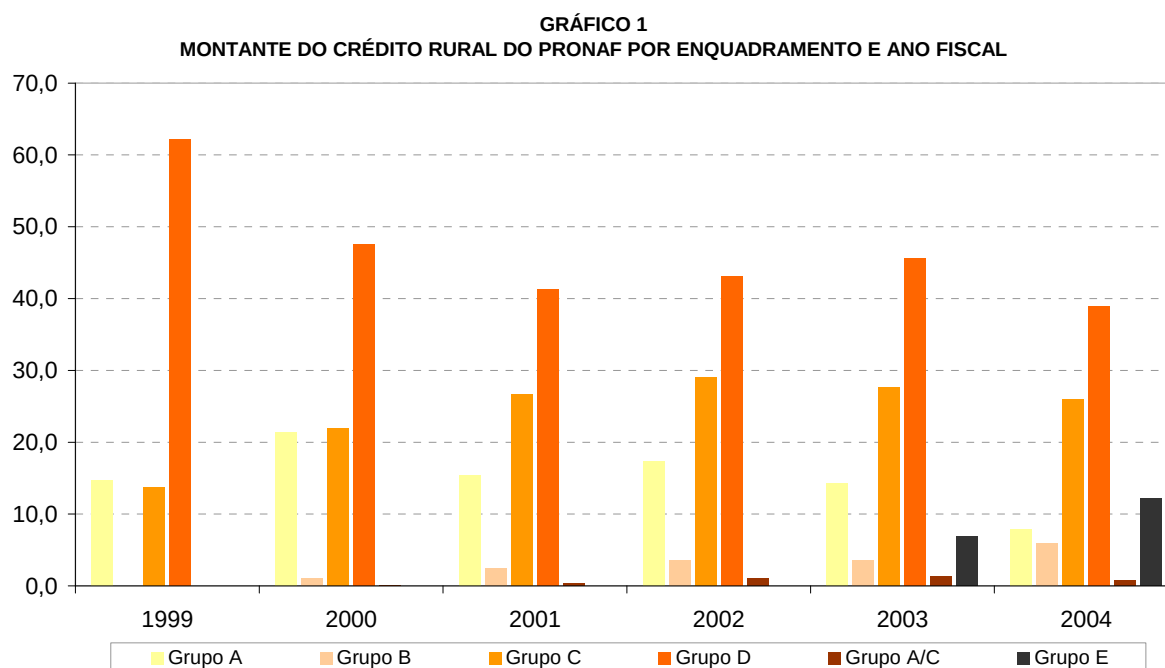
No que se refere ao nível tecnológico e à produtividade agrícola, o estudo encontrou uma forte associação positiva com o PRONAF. Nesse sentido, os créditos do Programa vêm contribuindo para a adoção de técnicas agrícolas modernas, substituindo o crédito rural tradicionalmente destinado a comprar insumos químicos e máquinas (FECAMP, 2001, p.101). Todavia, o estudo alerta para as possíveis consequências da adoção desse novo padrão agrícola pelos produtores com PRONAF, uma vez que foi encontrada uma associação positiva entre a presença do Programa e o aumento da erosão e da frequência no uso de agrotóxicos e não foi encontrada associação significativa entre o PRONAF e ações de recuperação de áreas degradadas.

Embora os resultados apontem alguns aspectos interessantes sobre a presença do PRONAF nos domicílios, os próprios avaliadores afirmam que “o período analisado, de um ano, não permite falar em “impactos” do PRONAF, mesmo porque algumas das variáveis estudadas precisariam de um longo período para se modificar, como por exemplo escolaridade, pobreza e pluriatividade”. Além disso, reforçam a idéia de que “não se pode atribuir sentidos claros de causalidade nos modelos de regressão, a não ser em casos típicos como o efeito do crédito na compra de insumos e no aumento da produtividade agrícola”. Nesse sentido, sugerem o acompanhamento em painel da amostra selecionada para uma aferição mais acurada dos impactos do PRONAF. Seria interessante também, aproveitando a metodologia desenvolvida, inserir perguntas mais qualitativas nos questionários subsequentes, que permitam um melhor entendimento do uso dos recursos do Programa tanto em custeio quanto em investimento.

- **Distribuição regional dos recursos e perfil do produtor**

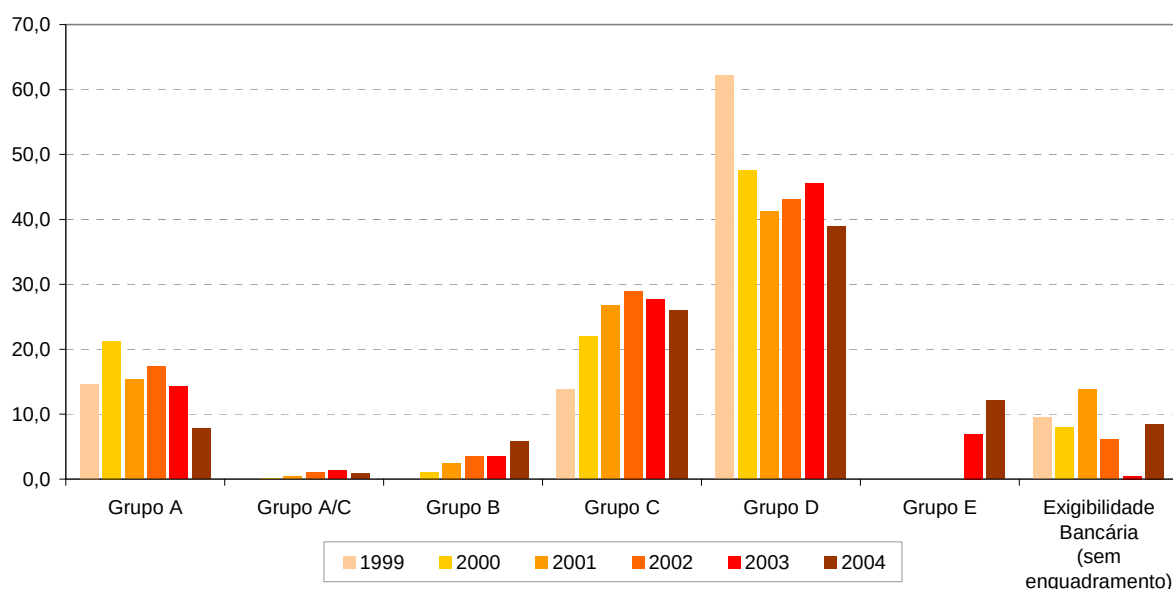
Os dados sobre a evolução das aplicações de crédito do PRONAF em custeio e investimento mostram que o número de contratos cresceu continuamente de 1995 a 2000, sofrendo uma pequena redução em 2001 e 2002 e aumentando significativamente nos dois últimos anos. De 1999 a 2004, o número de contratos dobrou, passando de 802.849 para 1.611.463. O valor total financiado, por sua vez, que permaneceu em torno de R\$ 2 bilhões, em média, entre 1997 e 2001, também apresentou um aumento bastante expressivo nos dois últimos anos. Entre 1999 e 2004, o crescimento relativo do montante de crédito concedido foi de cerca de 200%, atingindo no último ano 5,5 bilhões de reais. O aumento mais que proporcional do montante financiado em relação ao número de contratos indica um aumento do volume médio dos empréstimos, que passou de cerca de R\$ 2.400 em 1999/2000 para R\$ 3.685 em 2004, um patamar próximo ao de 1997 (R\$3.532). Todavia, enquanto a redução do valor médio dos contratos observada entre 1997 e 2001 indicava um alargamento da base de agricultores familiares beneficiados (já que o número de contratos cresceu a uma taxa superior ao montante de crédito concedido), o aumento desse valor médio entre 2001 e 2004 pode ter sido influenciado pela inclusão do Grupo E, com acesso a linhas de crédito mais elevadas que os demais grupos.

Os gráficos 1 e 2 mostram a participação dos grupos no montante total de crédito concedido por ano fiscal entre 1999 e 2004. Observa-se em todos os anos uma predominância do Grupo D na destinação dos créditos do Programa. Embora com participação ainda bastante significativa (oscilando entre 39% e 45% nos últimos quatro anos), esse grupo chegou a receber mais de 60% dos recursos do PRONAF EM 1999. Os outros dois grupos com participações mais significativas foram os Grupos A e C. Ferreira et al. (2001) defendem que a excessiva segmentação dos agricultores beneficiários, associada à incorporação de novos segmentos (como os assentados da reforma agrária anteriormente atendidos pelo PROCERA), tornou mais complexo o gerenciamento do programa, gerando agravamento da luta pelos recursos entre os grupos. Assim, o fato de historicamente os grupos D e A apresentarem maior acesso aos recursos do Programa se deve ao fato de os primeiros possuírem maior capacidade de pagamento e os assentados contarem com a salvaguarda do Tesouro em seus empréstimos (Ferreira et al., 2001, p.502). Tal fato ocorre muito embora a maioria dos agricultores familiares esteja enquadrada nos grupos B e C.



Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados inflacionados pelo INPC de dezembro de 2004.

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NO MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF
BRASIL - 1999-2004



Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados inflacionados pelo INPC de dezembro de 2004.

A enquête realizada por Ferreira & Garcia (2002), em municípios com concentração de operações de crédito nos anos de 2001 e 2002, mostrou que o desenho do PRONAF e as práticas adotadas pelo sistema bancário acabaram por marginalizar justamente o segmento com maior incidência de pobreza rural – o Grupo B. Por outro lado, os autores afirmam que, na enquête, foi unânime a idéia de que houve um “retrocesso” na substituição do PROCERA para o PRONAF como forma de financiamento do Grupo A, uma vez que os assentados passaram a competir com os demais grupos pelos recursos.

Em resumo, se a situação do grupo A é melhor que a do “B”, longe está de ser algo satisfatório, na percepção dos principais atores do programa. Para muitos, é alta a probabilidade de que, com o tempo e com a débil atenção governamental, os assentados pela reforma agrária ao invés de transitarem para o grupo C e, depois, o “D”, acabem caindo na situação de pobreza que hoje caracteriza os integrantes do grupo B. A criação da etapa intermediária – linha A/C – para atender aos assentados que esgotaram as possibilidades de financiamento, por conta de empréstimos recebidos da linha A ou do extinto Procera, contemporiza, mas não resolve o problema destes agricultores (Ferreira & Garcia, 2002, p.10).

Esse indicativo de viés dos recursos para os agricultores mais capitalizados e melhor estruturados, como os agricultores do Grupo D, encontra respaldo em algumas pesquisas de campo realizadas. O LUMEN Instituto de Pesquisa (PUC/MG), por exemplo, realizou um *survey* em Minas Gerais no ano de 1997 com vistas a verificar se o perfil do agricultor

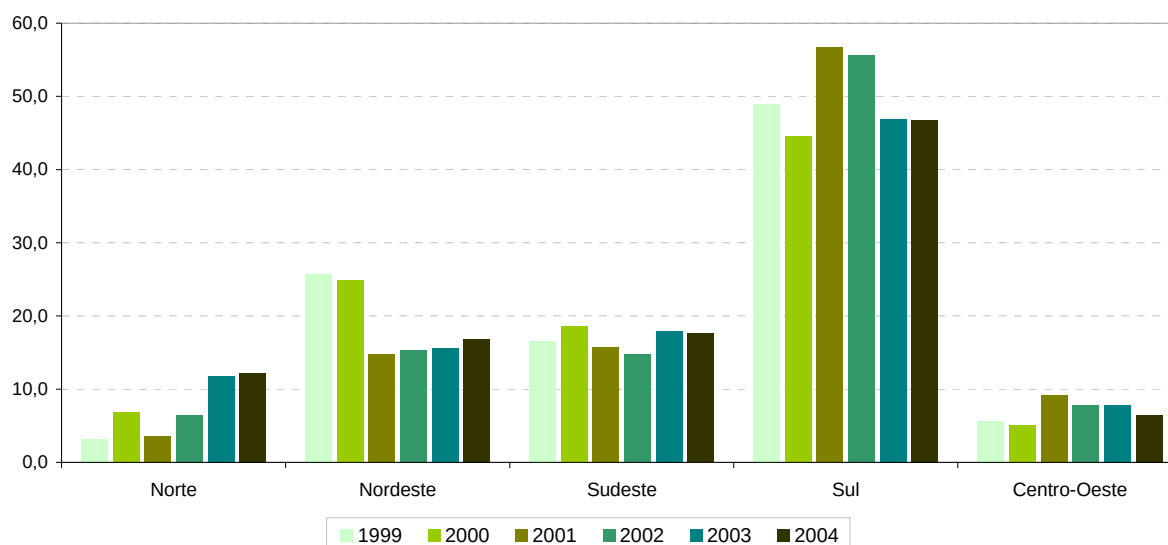
beneficiado acompanhava o perfil médio do agricultor da região⁸. Os resultados apontaram que o agricultor beneficiado com o PRONAF (modalidade custeio) possuía quatro características que o destacava do conjunto dos agricultores da região: (a) renda superior à média regional; (b) era um usuário do sistema de crédito rural; (c) possuía uma relação mais próxima com os serviços extensionistas que a média dos agricultores; e (d) possuía vínculo mais estreito com as cooperativas regionais. É, portanto, um agricultor mais bem informado, mais abastado e com maior grau de associativismo que a média regional.

A pesquisa implementada, em 1998, pelo Núcleo de Estudos e Políticas Públicas da Unicamp (NEPP), por sua vez, também indicou que, na disputa pelo crédito, o agricultor mais estruturado acabou sendo beneficiado. Uma justificativa para esse fato pode ser encontrada a partir da análise feita pelos avaliadores das informações contidas nos questionários aplicados junto aos funcionários das instituições financeiras. Estes apontaram como maiores problemas à operacionalização do PRONAF-Crédito as garantias exigidas aos agricultores familiares e o limite de renda bruta estabelecido, inadequado para algumas regiões em função da atividade agrícola exercida. Este fator se torna ainda mais emblemático para o caso do crédito para investimento.

Por fim, ao se analisar a distribuição regional dos financiamentos de custeio e investimento concedidos pelo PRONAF, observa-se um outro importante fator de concentração de recursos do PRONAF. A região Sul vem sendo responsável, em média, por cerca da metade dos créditos concedidos nos últimos 6 anos, enquanto a região Nordeste, que concentra praticamente a metade dos estabelecimentos familiares do país, teve sua participação reduzida de 26% em 1999 para 17% em 2004 (sendo que entre 2001 e 2003 a participação média da região foi de 15%) (Gráfico 3).

⁸ Vale ressaltar que os beneficiários em questão receberam financiamento apenas para custeio, uma vez que os créditos para investimento, neste ano, ainda eram incipientes ou mesmo inexistentes.

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO MONTANTE DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO PRONAF
- GRANDES REGIÕES - 1999-2004



Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES. Dados inflacionados pelo INPC de dezembro de 2004.

Análise de risco nas operações de crédito para agricultura familiar

Em recente trabalho, Bittencourt (2001, p.17) afirma que, de fato, o sistema de crédito rural estruturado na atual rede bancária não tem atendido aos interesses dos agricultores familiares, “pois os bancos não têm interesse em atender quem movimenta pouco dinheiro, tem poucas garantias e deseja fazer empréstimos de pequeno porte, pois estes apresentam custos operacionais elevados para os seus padrões”. De fato, o próprio Relatório Final da pesquisa do LUMEN destaca que os técnicos das instituições financeiras resistem a adotar qualquer expediente que considerem de risco e acabam por considerar na análise das operações de crédito princípios técnicos que são desprovidos de qualquer motivação de natureza social, reproduzindo a prudência adotada em qualquer transação financeira.

O aspecto mais relevante dessa postura de "prudência" adotada pelas instituições bancárias que operam com crédito rural destinado à agricultura familiar consiste no tratamento dado às garantias. Para reduzir os riscos e incertezas envolvidos no negócio rural, os bancos exigem garantias que, em último caso, podem atingir os bens do mutuário e seus avalistas. Em contrapartida, os produtores rurais acabam por desenvolver também uma atitude “conservadora” e cautelosa em relação aos empréstimos, já que alguns resultados negativos podem custar seu próprio patrimônio (Buainain & Souza Filho, 1998, p.11).

Não se trata aqui de descartar a exigência de qualquer contrapartida por parte dos beneficiários do Programa. A avaliação realizada por Buainain & Souza Filho para o PROCERA buscou demonstrar justamente que a concessão automática de crédito a determinado público-alvo, sem qualquer garantia e em condições especiais de remuneração, afetou, negativamente, a eficiência na utilização dos recursos do Programa. De forma análoga, Rezende (1999, p.13) aponta que a alta taxa de subsídio concedido sobre o principal e os juros dos créditos do PROCERA, associada à certeza por parte dos assentados de que o crédito não era para ser pago, acabaram por gerar baixas taxas de retorno dos empréstimos e a utilização dos mesmos para consumo imediato ou produção para autoconsumo, considerando que não havia a necessidade de se criar capacidade de pagamento futuro:

Assim, começando pela alta taxa de subsídio concedido (inclusive sobre o principal), continuando pela falta de punição pelo não-pagamento da dívida por parte do assentado, prosseguindo pela indiferença do banco quanto à qualidade dos projetos e a sua factibilidade, estendendo-se pela ausência de qualquer responsabilidade por parte da assistência técnica e completando-se pela absoluta falta de fiscalização, temos aí toda uma cadeia de causalidade que, ancorada na falta do desejável enquadramento orçamentário tanto dos recursos do Incra quanto dos fundos constitucionais, impede, com toda a certeza, que o Procera atinja seus objetivos, tão importantes para o sucesso da reforma agrária no Brasil (Rezende, 1999, p.14).

Dessa forma, Buainain & Souza Filho defendem que a entrega de certas garantias que reduzam o risco incorrido pelo credor em caso de inadimplência é entendida como um elemento endógeno e lógico das operações de crédito. Para o caso específico dos agricultores familiares, como, em geral, estes não podem cumprir as exigências de garantias tradicionais baseadas em ativos reais (propriedades imobiliárias, ativos negociáveis em mercados formais, endosso de terceiros), o desafio consiste em introduzir formas inovadoras de garantias que melhorem a disciplina financeira e estimulem o uso eficiente dos recursos. Uma opção considerada pelos autores é a utilização de regras vigentes na sociedade que prevêem sanções sociais para os transgressores, suficientes para inibir a atitude negativa e sua generalização (Buainain & Souza Filho, 1998, p.24).

Gestão do crédito

De uma forma geral, os resultados das pesquisas apontam uma sugestão quase consensual para minimizar as dificuldades existentes na relação entre agricultores e instituições financeiras, em particular, o Banco do Brasil: a descentralização da gestão dos recursos. Para evitar o direcionamento dos recursos aos agricultores mais bem sucedidos, foi recorrente a sugestão da substituição das instituições financeiras responsáveis pela operacionalização do Programa por um fundo de aval, com a participação de agricultores familiares e governo (instâncias federal, estadual e municipal), gerenciado por meio de um sistema de crédito cooperativo. Dessa forma, não só se poderia aumentar a competitividade na oferta do crédito aos agricultores, levando a um aperfeiçoamento dos trâmites burocráticos e melhora na relação credor-tomador, como também se possibilitaria o atendimento aos agricultores excluídos do sistema de crédito atual por não possuírem garantias bancárias a oferecer.

Nesse contexto, Bittencourt (2001) defende a criação de cooperativas de crédito ou outras formas de organização do microcrédito para atender um maior número de agricultores familiares, incluindo, principalmente, àqueles menos favorecidos, excluídos do atual sistema de crédito rural. As vantagens dessas instituições consistem no fato delas terem maior autonomia de gestão administrativa, poderem captar recursos de seus associados (através de depósitos à vista e a prazo), fornecerem diferentes modalidades de crédito e poderem atuar como repassadores de recursos oficiais de crédito, como os recursos do PRONAF. O baixo custo operacional, em função da menor estrutura física e de pessoal, permite que as cooperativas de crédito forneçam empréstimos com juros abaixo do praticado pelos bancos e remunerem as aplicações de seus associados com taxas superiores às do mercado. Além disso, a maior parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município, contribuindo para o desenvolvimento local.

Um exemplo significativo da viabilidade da utilização de mecanismos de crédito cooperativo no meio rural brasileiro é encontrado no *Sistema Cresol de Crédito Solidário*, que atua em diversos municípios da região Sul do país operando com recursos do PRONAF. Segundo estudo realizado por Bittencourt & Abramovay (2003), no que concerne a um dos principais obstáculos detectados na concessão dos recursos do Programa, a saber, a questão das garantias, os créditos grupais com aval solidário têm surtido efeito altamente positivo e

educativo para o quadro social. Nestes casos, quando um membro do grupo não quita sua dívida, ela é assumida pelo restante do grupo, o que cria um controle social do grupo sobre o conjunto de seus membros e sobre a própria cooperativa. Todavia, os autores ressaltam que o Sistema Cresol ainda enfrenta desafios em relação aos agricultores beneficiados, uma vez que, embora tenham atingido um público que não tinha anteriormente acesso ao sistema bancário (como o Grupo C), os segmentos mais pobres da população rural ainda não foram atingidos (como o caso do Grupo B). Mas, sem dúvida, o Sistema Cresol constitui um exemplo representativo de que inovações institucionais no financiamento da agricultura familiar, principalmente no que se refere ao sistema de crédito cooperativo, podem contribuir para uma maior abrangência do PRONAF.

De forma análoga, as pesquisas sobre o PRONAF-M revelam que os municípios também enfrentam dificuldades quanto ao cumprimento das exigências da Caixa Econômica Federal (CEF), especialmente no que diz respeito ao conteúdo técnico dos projetos e à documentação de habilitação para o financiamento. De acordo com a pesquisa do NEPP, os gestores municipais demandam maior flexibilidade na aplicação dos recursos, menor burocracia e maior elasticidade no prazo tanto para apresentação de documentação quanto para o cumprimento das suas tarefas na implementação do Plano. Além disso, diversos atores julgaram que a CEF não está preparada para atuar com crédito agrícola, por desconhecer as especificidades do setor.

Em contrapartida, os gestores e executores do programa no âmbito da CEF citaram como principais problemas no processo de liberalização dos recursos a demora na contrapartida da prefeitura e a falta de estruturação dos municípios para receber os recursos, principalmente no que se refere ao cumprimento das exigências legais requeridas. A CEF encontra, ainda, dificuldades operacionais na legalização dos terrenos onde serão construídas as benfeitorias, uma vez que, em muitos casos, os terrenos são privados, cedidos pelos seus proprietários para a realização das obras. Entretanto, o Relatório do NEPP afirma que essa tensão permanente parece vir sendo acomodada de forma gradativa, com as prefeituras ganhando em aprendizado acerca das normas e procedimentos do intermediador financeiro e a CEF atuando de forma mais ativa junto às prefeituras na elaboração dos projetos.

Conclusão

A pressão exercida pelos movimentos sociais, a recomposição das fontes de financiamento para o setor agrícola em direção a fontes alternativas aos recursos do Tesouro e à cultura de subsídios e o reconhecimento da potencialidade socioeconômica do desenvolvimento rural via fortalecimento da agricultura familiar, impulsionou a formulação de políticas públicas direcionadas a este segmento. O presente trabalho buscou analisar a recente inclusão do segmento socioeconômico da agricultura familiar na agenda de debates e formulação de políticas públicas no país, em especial, considerando os primeiros resultados de avaliação de desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementado a partir de 1994. A análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 realizada pelo convênio de cooperação técnica FAO/INCRA permitiu identificar alguns desafios impostos ao desenvolvimento da agricultura familiar brasileira em bases sustentáveis, dos quais se destacam: o acesso e cobertura de crédito a cerca de 4 milhões de agricultores familiares, cuja grande maioria sempre esteve à margem do sistema de crédito rural; o acesso à assistência técnica e à técnicas agrícolas mais modernas que permitam incrementar a produtividade agrícola dos estabelecimentos familiares; o fomento às práticas de associativismo dos agricultores; e a democratização do acesso à terra com conseqüente redução da concentração fundiária.

O PRONAF, em certa medida, foi concebido para resolver esses desafios. Todavia, as estimativas de impacto disponíveis para o PRONAF não fornecem resultados muito conclusivos nem contemplam todos os desafios detectados. Em particular, os esforços de avaliação concentraram-se nos aspectos referentes ao crédito, produtividade e assistência técnica, observando-se uma carência em termos de implementação de mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliações sistemáticas e científicas do Programa para que se possa averiguar a eficácia do mesmo e as correções que devem ser implementadas no seu desenho ou em sua forma de implementação. De qualquer forma, o estudo de Feijó sobre os produtos mais contemplados com os recursos do PRONAF e a pesquisa de campo implementada pela FECAMP apontam indícios de impacto do Programa na produtividade dos estabelecimentos cujos produtores recorreram aos créditos do PRONAF. Este último grupo também apresentou maior acesso à assistência técnica, embora esta ainda se encontre em níveis extremamente baixos em toda a amostra selecionada para a pesquisa. No que se refere à renda, o impacto do

PRONAF deve ser analisado com cautela uma vez que apresenta resultados ambíguos, dependendo do instrumento de análise adotado. Nesse caso, a análise de dados de painel e o desenvolvimento de pesquisas de trajetória de sistemas produtivos e de seguimento do uso do crédito poderiam fornecer resultados mais consistentes.

Em termos do acesso dos agricultores familiares ao crédito, foram observados problemas na adequação do sistema de crédito rural tradicional a essa nova clientela que, em sua maioria, não possui garantias reais para oferecer como contrapartida nos empréstimos. A criação de fundos de aval e de cooperativas de crédito para repasse dos recursos do PRONAF tem sido sugestão recorrente nas pesquisas para contornar tais dificuldades e algumas iniciativas nesse sentido já podem ser encontradas no meio rural brasileiro, como Sistema Cresol de Crédito Solidário.

Por fim, vale ressaltar que não há dúvida que o fomento à agricultura familiar por meio de programas da natureza do PRONAF deve considerar não apenas os desafios suscitados pela análise estrita dos dados do Censo Agropecuário, mas, em conjunção com os demais setores da economia, deve estar inserida numa lógica macroeconômica de geração de renda de forma desconcentrada e de tecnologia apropriada, de criação de ocupações produtivas acompanhando as mudanças em andamento no mercado de trabalho rural, de subsídio às políticas de segurança alimentar, de impedimento do aumento dos fluxos migratórios para as cidades e de contribuição para a redução das desigualdades econômicas, espaciais e sociais. Contudo, o PRONAF foi concebido de forma a criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, a partir de sua inserção competitiva no mercado e uma sólida base produtiva. A viabilidade econômica da agricultura familiar sob a ótica microeconômica é defendida por autores como Vergopoulos e Mann & Dickinson, entre outros. A questão que se coloca é se o PRONAF foi capaz de criar tais condições produtivas e competitivas na agricultura familiar. Após a análise dos resultados de algumas pesquisas de avaliação, percebe-se que nenhuma delas permite concluir decisivamente sobre a performance deste programa nem sobre o alcance dos objetivos que o guiaram desde a sua criação em 1996. Pode-se dizer, entretanto, que a tendência das avaliações do PRONAF aponta no sentido de mostrar sua importância e relevância no atual contexto de desenvolvimento agrícola e agrário do Brasil.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v.43, n.15, dez. 2001. pp.121-140.
- ABRAMOVAY, Ricardo & VEIGA, Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n.641)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2000. Disponível em: www.bacen.gov.br
- BISWANGER, H. et al. Poder, distorções, revolta e reforma nas relações de terras agrícolas. Brasília, 1994.
- BINSWANGER, H. e ELGIN, M. Quais são as perspectivas para a reforma agrária? Pesquisa e Planejamento Econômico. São Paulo, vol.19, n.1, abril 1989. pp.1-18.
- BITTENCOURT, Gilson A. & ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. Revista Economia Ensaios. São Paulo: vol.16, n.1, 2003.
- BITTENCOURT, Gilson A. Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento. São Paulo: Núcleo de Estudos Agrários, 2.ed. revisada., 2001 (Estudos NEAD n.4).
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Mimeo. 2002.
- BUAINAIN, Antônio M. & SOUZA FILHO, Hildo M. Procerá: Impactos Produtivos e Capacidade de Pagamento. Projeto FAO/INCRA - Relatório Final. Campinas, novembro de 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: CPDA, n.8, abril, 1997. pp.70-82.
- CASTRO, Ana Célia & FONSECA, Maria da Graça. A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste. Brasília: IPEA, 1995. (Série IPEA n.148).
- FAO/INCRA/MDA. Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto. Silva Cardim (FAO) e Carlos Guanziroli (INCRA) (coord). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, fevereiro de 2000.
- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Carlos Guanziroli (coord.). Segunda versão. Março, 1995.
- FECAMP - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA DE CAMPINAS E CONVÊNIO PCT/IICA-PRONAF. Estudos de Caso em Campo para Avaliação dos Impactos do Pronaf. Campinas, outubro/2002. Disponível em: www.pronaf.gov.br
- FEIJÓ, R. The impact of a family farming credit programme on the rural economy of Brazil. Anais da ANPEC, XXIX Congresso de Economia. Salvador, 11 a 14 de dezembro de 2001.
- FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura Vozes, número 1, ano 90. Editora Vozes, 1997.

- FERREIRA, B. e GARCIA, R. Financiamento da agricultura brasileira: avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf): Relatório – pesquisa exploratória: Avanços e Problemas: o PRONAF visto de baixo. REDE IPEA DE PESQUISA: PESQUISA BRA 97/13. Rio de Janeiro: IPEA, maio, 2002.
- FERREIRA, Brancolina et al. A Agricultura e o PRONAF: Contexto e Perspectivas. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. José G. Gasques & Júnia Cristina P.R.da Conceição (org.). Brasília: IPEA, 2001. p. 479-539
- FRIEDMAN, H. Household Production and the National Economy : Concepts for the Analysis of Agrarian Formations. Journal of Peasant Studies, 7, 1980, pp.158-184.
- GASQUES, José G. & CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R. da. Financiamento da Agricultura – Experiências e Propostas. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. José G. Gasques & Júnia Cristina P.R.da Conceição (org.). Brasília: IPEA, 2001. p. 95-156.
- GASSON, R.; CROW, G. et al. The Farm as A Family Business: a Review. Journal of Agricultural Economics. “s.l.”, v.39, n.1, jan 1988. pp.1-41
- GUANZIROLI, Carlos et al.: Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.
- GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil. Econômica. Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol.1, n.1, jun.1999. p.27-52.
- GUANZIROLI, Carlos. Agrarian reform in the context of modernized agriculture: the case of Brazil. Dissertação (Doutorado). University of College London: Department of Economics: August, 1990.
- HELFAND, Steven M. & REZENDE, Gervásio C. de. Agricultura Brasileira nos Anos 1990: o impacto das reformas de políticas. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. José G. Gasques & Júnia Cristina P.R.da Conceição (org.). Brasília: IPEA, 2001. p. 247-302.
- IBASE. Avaliação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDRs em Quatro Estados: ES, MG, PE, SC - Relatório Final da Avaliação. Tomo 1 - Conjunto dos Quatro Estados. 2001.
- INSTITUTO DE CIDADANIA. Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Projeto Fome Zero. Versão 3. Outubro, 2001.
- LAGO, Luiz Aranha C. do. A Retomada do Crescimento e as Distorções do ‘Milagre’: 1967-1973. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Marcelo de Paiva Abreu (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.233-294.
- LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA - PUC MINAS. Relatório da Pesquisa de Análise da Execução do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Minas Gerais. Belo Horizonte, outubro de 1997.
- LUND: J. & HILL: G. Farm Size, Efficiency and Economies of Size. Journal of Agricultural Economics. “s.l.”, v.30, n.2, 1979. pp.145-158.
- MANN, S. & DICKINSON, J. Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista. Literatura Econômica. “s.l.”, v.9, n.1, fev 1987. pp.7-26.
- MARTINE, George. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, n.3, junho, 1990. pp.3-44.

- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livros 1, Volumes I e II. 14.ed.. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1994.
- MUELLER, Charles. Fronteiras, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.13, n.2, agosto 1983. Rio de Janeiro: IPEA, pp.619-660.
- NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico. 7.ed. Tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- NEAD - Núcleo de Estudos Agrícolas e Desenvolvimento Agrário: Efeito das políticas setoriais e macroeconômicas no preço da terra rural no Brasil. 2002. Disponível em: www.nead.org.br/biblioteca/pdf/nead3/05estudos_nead3.pdf
- NEPP - Núcleo de Estudos e Políticas Públicas. Avaliação Qualitativa de Programas Sociais Prioritários. Relatório Síntese. Caderno n.40. São Paulo: UNICAMP, 1999.
- RAMOS, Carlos Alberto. Programa de Garantia de Renda Mínima. Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas. Ana Lucia Lobato (org.). Brasília: IPEA, 1998. pp.21-46.
- REYDON, Bastiann & PLATA, Ludwig. O Plano Real e o Mercado de Terras no Brasil: lições para a democratização do acesso à terra. 2002. Disponível em: www.dataterra.org.br/Documentos/Bastiaan.htm
- REZENDE, Gervásio C. de. Abertura Comercial, Restrição Fiscal e Política Agrícola na Década de Noventa. Mimeo. 1999.
- REZENDE, Gervásio C. de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. Rio de Janeiro: IPEA: maio, 1999. 22p. (Texto de Discussão n.648).
- RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. 3.ed. Tradução de Paulo Henrique R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ROSSI, Peter H. & FREEMAN, Howard E. Evaluation: a systematic approach. 5.ed. USA: California: SAGE Publications, Inc, 1993.
- SABATTO, Alberto di. O Público-Alvo do Crédito Rural do PRONAF: estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995 e 1996. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO – UTF/BRA/051/BRA, 2000.
- SHUCKSMITH, D. M. et al.. Pluriactivity, farm structures and rural change. In: Journal of Agricultural Economics. "s.l", v.40, n.3, set. 1989. pp.345-360.
- SILVA, Enid Rocha A. da. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/98. Brasília: IPEA: agosto de 1999a. 48p. (Texto para Discussão n.664).
- SILVA, J. Graziano & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. Projeto Rurbano, 2002a. III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas a Caminho as Sustentabilidade – III EJACC. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>
- SILVA, José Graziano da & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. Projeto Rurbano, 2002b. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>

- SILVA, José Graziano et al. O que o Brasil pode fazer para combater a fome. Anais do Seminário internacional de políticas de segurança alimentar e combate à fome e à pobreza rural. Campinas: Unicamp, 02 e 03 de abril de 2002c.
- SILVA, J. Graziano. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? Revista Ciência Hoje, SBPC, v.27, n.170, abril 2001, pp. 81-83.
- SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Coleção e Pesquisas. Campinas: Instituto de Economia, n.1, 1999b. pp.1-33.
- SILVA, José Graziano da. Políticas agrícolas para o novo rural brasileiro. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Poços de Caldas, 10 a 14/08/98. 1998a. pp. 117-142.
- SILVA, José Graziano da. Agricultura e reforma agrária: uma avaliação dos anos de 1995/97. O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate. Aloizio Mercadante (org.). Campinas: Unicamp/IE, 1998b. pp.249-262.
- SILVA, J. Graziano. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. Revista Agroanalysis, v.16, n.3, março 1996, pp. 8-11.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalism and Peasant Productivity. The Journal of Peasant Studies. "s.l.", 1980. pp.446-465.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE AGRICULTORES E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO JEQUITINHONHA¹

*Kênia Fabiana Cota Mendonça**

*Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro***

RESUMO

O declínio na rentabilidade na agricultura, a acentuação das migrações campo/cidade, masculinização e envelhecimento no campo têm levado os filhos de agricultores a deixarem a unidade familiar. Diante disto, os estabelecimentos da agricultura familiar estão perdendo seus sucessores; com isso há risco de todo saber um técnico qualificado, apreendido ao longo da vida no campo pelos jovens rurais, ser perdidos. O objetivo deste artigo é analisar a formação dos jovens agricultores familiares e, quase sempre os sucessores nas unidades familiares do alto Jequitinhonha. Os resultados da pesquisa indicam que o acesso à educação formal não é elemento de estímulo ao abandono do meio rural, ao contrário do que pode parecer; é um meio encontrado pelos agricultores para garantirem futuro para seus filhos. A sucessão está mais relacionada à renda e à falta de perspectivas, o que leva os pais à incentivarem seus filhos a sair da terra. Conclui-se que é fundamental que a educação formal seja aliada ao saber técnico passado de geração em geração e que sejam implantados programas públicos de incentivo ao agricultor familiar, capaz de despertar o interesse dos jovens para sua inserção profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho.

Palavras-chave: agricultura familiar; sucessão; formação de agricultores; herança.

¹ A pesquisa que deu base a este artigo foi apoiada pelo CNPq (553.367.2005-6).

* Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (2005), mestranda em Administração pela UFLA, linha de pesquisa gestão social, ambiental e desenvolvimento. kenialavras@yahoo.com.br

** Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (1979), mestre (1986) e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (1997). eduardomr@ufla.br

1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, observa-se que a insatisfação com a remuneração obtida na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo, têm levado os filhos de agricultores a deixarem o negócio familiar para encontrarem oportunidades mais promissoras de geração de renda fora do meio rural. Entretanto, a falta de interesse dos filhos de agricultores em permanecer no campo gerou um problema para toda a sociedade: os estabelecimentos da agricultura familiar estão perdendo seus sucessores. Caso esse problema não seja resolvido, o campo se desabitara. Além disso, todo saber técnico qualificado que foi apreendido ao longo da vida no campo pelos agricultores familiares poderá ser perdidos.

A qualificação técnica do agricultor acontece, principalmente, junto à família. É no fazer-aprender que os filhos de agricultores tornam-se qualificados para exercer as atividades relacionadas ao campo. O saber é passado de pai para filho, sendo este conhecimento renovado e atualizado. São saberes profundamente ambientalizados, adaptados à minúcia do território e muito pouco replicáveis. Logo, os filhos não herdam somente terra, herdam também saberes fundamentais para sua reprodução como agricultores.

Entretanto, observa-se que este saber técnico assimilado e repassado durante gerações não vem sendo transmitidos, como na geração anterior, aos filhos dos agricultores, visto que existe uma ênfase na educação formal, motivada pela falta de interesse e busca por melhores condições de vida.

Este artigo divide-se em 5 partes, além desta breve introdução. Na segunda parte é possível visualizar os procedimentos metodológicos, onde se explica a metodologia utilizada. No tópico 3 apresenta-se o embasamento teórico. E encerrando, são apresentados os resultados, as considerações finais e as bibliografias utilizadas.

2. OBJETIVO E METODOLOGIA

Este artigo objetiva verificar como é realizada a formação dos agricultores familiares e dos sucessores no alto Jequitinhonha. Resulta de pesquisa realizada em 2007 sobre sucessão, herança e formação dos agricultores familiares da região. A escolha por esta região deve-se, principalmente, ao fato de concentrar grande parcela de agricultores familiares. Foram realizadas pesquisas em 10 comunidades rurais nos municípios de Turmalina e Veredinha, selecionadas pelos critérios renda e processo de sucessão.

O corte da renda foi feito com base nas definições do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que considera: Agricultores Familiares Periféricos, aqueles cuja renda não ultrapassam R\$ 10.000/ano; Agricultores Familiares em Transição, que possuem renda entre R\$ 10.000 a R\$ 28.000/ano; e, Agricultores Familiares Consolidados, que geram renda superior a R\$ 28.000/ano.

Quanto ao corte do processo de sucessão, foi estabelecido o seguinte critério: (a) sucessão planejada: casos de famílias em que os filhos encontram-se entre 15 e 25 anos de idade e estão sendo preparados para a sucessão; (b) sucessão concluída: família onde processo de sucessão está ocorrendo, o sucessor já foi definido, entretanto ainda não ocorreu a efetivamente transferência do terreno; e, (c) sucessão estabilizada: família onde já ocorreu a sucessão, ou seja, o sucessor exerce há algum tempo as mesmas atividades desenvolvidas por seus pais.

Os agricultores entrevistados foram tipificados e selecionados pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, apoiador e parceiro desta pesquisa, que trabalham a

mais de dez anos com as famílias de agricultores da região. Ao todo foram realizadas nove entrevistas, conforme detalhado no Quadro 1.

As entrevistas foram do tipo focalizada, onde um roteiro, constituído de tópicos, foi seguido. Os tópicos tiveram a finalidade de orientar o pesquisador e evitar que temas relevantes deixassem de ser abordados. O roteiro utilizou somente questões abertas com o objetivo de obter informações sobre o tema, buscando, sempre que possível um maior detalhamento do assunto abordado. Foi elaborado seguindo uma seqüência que permitisse conduzir a entrevista em forma de conversa. A coleta de dados foi realizada no terreno da família, por meio de entrevistas gravadas e/ou registradas em caderno de campo, que enfocaram dados demográficos, capacitação dos sucessores jovens, sistema de herança e migração, informações sobre casal e filhos. Para tratamento dos dados coletados foi realizada análise de conteúdo.

Posição da renda Posição da sucessão	Agricultores Familiares Periféricos	Agricultores Familiares em Transição	Agricultores Familiares Consolidados
Planejado	1	1	1
Concluído	1	1	1
Estabilizado	1	1	1

Quadro 1: Esquema sintético do grupo pesquisado.

3. O TEMA NA LITERATURA

3.1 Agricultura familiar

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, existem 4.139.369 estabelecimentos familiares que correspondem a 85,2% do total de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares (30,5% da área total). Comparando estes dados com o da agricultura patronal, responsável por 11,4% dos estabelecimentos rurais e ocupando 67,9% da área, pode-se afirmar que a lógica da atividade familiar é mais eficiente que a patronal no quesito renda total por hectare, visto que produzem uma média de R\$ 104/ha/ano contra R\$ 44/ha/ano da patronal. Além disto, responde por 37,9% de toda a produção nacional. Este percentual demonstra sua importância tanto para produtos destinados ao mercado interno quanto àqueles destinados à exportação. É responsável, ainda, por 76,9% do pessoal ocupado no meio rural, sendo que apenas 4% são assalariados; todo o restante do trabalho é desenvolvido pelos membros da família (INCRA/FAO, 2000).

Agricultura familiar é um conceito que articula família, terra e trabalho, como definido por Lamarche

“(...) a noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é uma família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base de relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objeto essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar” (LAMARCHE, 1993, p. 104).

É sobre a terra que as famílias realizam seu trabalho e garantem sua sobrevivência. Os produtos da roça são responsáveis pelo abastecimento do consumo coletivo. Heredia (1979), pesquisando agricultores da Zona da Mata pernambucana, verificou que dentro do roçado predominam os cultivos considerados fundamentais a dieta alimentar, que estes podem ser consumidos diretamente ou indiretamente pela família. Cabe esclarecer que o consumo indireto se dá pela venda do excedente que é transformado em produtos essenciais não fabricados pelos agricultores, tais como: açúcar, carne, sal e querosene. Portanto, o necessário para a reprodução física e social do agricultor(a) é fornecido pelos produtos do roçado consumido diretamente e, outra parte, por meio da compra.

Para reduzir os riscos envolvidos na lavoura, a família busca cultivar duas ou mais variedades de produtos em espaços distintos de uma mesma roça ou de um mesmo sítio, sem, entretanto, excluir qualquer cultivo. O consorciamento, combinação de produtos de longa duração com produtos de curta duração no mesmo espaço de cultivo, também é muito utilizado e visa otimizar o espaço e relacionamento de cada planta com as demais (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Os cultivos podem ser associados de várias formas: pode-se semear fileiras separadas ou colocar vários tipos diferentes de sementes em uma mesma cova (HEREDIA, 1979).

O trabalho é central para a produção e, conseqüentemente para a reprodução do grupo, sendo que todos os membros da família participam do processo de trabalho. No alto Jequitinhonha não se observa a clássica divisão entre trabalho masculino e feminino, tanto no que diz respeito ao trabalho na lavoura quanto na lida com o gado. Nesta região, todas as etapas do trabalho na lavoura são realizadas pelo casal e filhos, com exceção da tarefa de roçar “que pela *bruteza* do serviço, é trabalho masculino realizado pelos adultos da família”, mas se a mulher é viúva, separada, sozinha ou se não tem filhos adultos ela própria faz a tarefa de roçar (GALIZONI, 2000, p. 19). De acordo com a mesma autora, as mulheres, nesta região, dominam as técnicas de lavoura, trabalham na roça, realizam a venda de excedentes e transmitem conhecimentos a seus filhos de maneira praticamente indistinta dos homens.

A sucessão e herança são processos de tomada de decisão que vão sendo construídos ao longo dos anos pelo grupo familiar, visando evitar a fragmentação da terra e garantir a reprodução da família. De acordo com Woortmann (1994), a migração é a solução mais lógica adotada pelos agricultores familiares, uma vez que permite a reprodução daqueles que migram e dos que ficam, pois possibilita a busca por novas terras ou emprego, em outro lugar, e a preservação no lugar de origem.

Agricultores podem realizar três modalidades de migração: a migração do pai, a migração definitiva e a migração pré-matrimonial do filho ou filha (sazonal). A primeira modalidade acontece para assegurar a permanência da família no lugar e a posição do pai na hierarquia familiar. Já a migração definitiva visa garantir a integridade do patrimônio familiar. Pode ocorrer tanto antes da partilha da herança como depois, podendo, assim, o migrante perder o direito à terra. A decisão de migrar definitivamente deve ser tomada no começo da vida adulta tanto pelos rapazes como pelas moças, sendo que as saídas femininas são mais definitivas que sazonais (RIBEIRO & GALIZONI, 2000).

E, finalmente, a migração pré-matrimonial do filho ou filha (sazonal), objetiva acumular recursos que possibilitarão ao jovem iniciar sua vida de casado. Esta desempenha também um significado simbólico, pois é por meio da migração que a pessoa reintegrará a sociedade com seu status transformado de rapaz para homem, visto que saiu do seio familiar e, sozinho, enfrentou o mundo (WOORTMANN, 1990).

Galizoni (2000, p. 78) afirma que a principal característica da migração na região do alto Jequitinhonha é ser sazonal. Os rapazes e as moças passam o período da seca trabalhando em outras regiões e retornam na época das águas para ajudar a família nas lavouras, sendo que o recurso obtido por eles é empregado no consumo da familiar, “para a aquisição de bens mais

dispendiosos ou fonte de formação de patrimônio na forma de gado visando adquirir mais terra”. Acrescenta, que tanto a apropriação da terra quanto a migração são processos decididos em familiares e não individualmente.

Como visto, a terra significa trabalho e trabalho significa família. O acesso a ela é dado pela descendência. Mas, diferentemente, do que institui o Código Civil Brasileiro em que todos os filhos têm direito sobre ela, os agricultores familiares visando evitar fragmentação da terra estabelecem costumes próprios que simplificam ou adaptam as regras a esse Código.

3.2 Sucessão e herança

Analisando a unidade familiar de produção, Chayanov destacou a “diferenciação demográfica”: o número de filhos na agricultura familiar leva a uma contradição, pois num primeiro momento os filhos são forças de trabalho que possibilitam a produção/reprodução da família e, até certos períodos a produção de excedentes; mas, em outros momentos, estes mesmo filhos são herdeiros, comprometendo a reprodução familiar, provocando excessivo fracionamento da terra (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Portanto, quanto maior o número de filhos maior o trabalho excedente e maior a possibilidade da família acumular terra; mas maior será o número de filhos herdeiros e mais seletiva, portanto, a sucessão.

Godói (1993) verificou que quando os agricultores eram perguntados sobre a herança após a morte dos pais, estes respondiam que o inventário era feito via cartório e a terra dividida entre todos os filhos. Entretanto, a pesquisa revelou que, apesar de terem conhecimento sobre as regras do Código Civil, os agricultores as ignoravam e a terra permanecia indivisa com uma única documentação.

No alto Jequitinhonha, o regime de terras, predominante, é no *bolo*, ou seja, são glebas familiares com formas de uso, apropriação e domínio privada ou comunitária, mas com os documentos em comum. Esse tipo de regime visa garantir a terra em tamanho e condições ambientais mínimas necessárias a permanência dos lavradores. Desta forma o sujeito de “acesso à terra não é um indivíduo, mas sim uma família, entendendo, neste termo, um grupo de parentesco, em que as famílias nucleares são uma de suas faces” (GALIZONI, 2000, p. 44).

Portanto, conservar a integridade do patrimônio territorial, impedindo a dispersão das terras é a principal variável observada pelos agricultores quando articulam as formas de transmissão da herança. Cabe considerar que, segundo Gouveia (2003), o excessivo fracionamento do patrimônio terminaria por inviabilizar sua capacidade produtiva.

Tendo em vista que, muitas vezes, a terra não pode ser partilhada, a escolha do herdeiro por parte do grupo familiar torna-se fundamental. Assim, os sistemas seletivos de herança privilegiam um ou poucos herdeiros, mas incorporam estratégias de prover condições de sobrevivência aos demais filhos em outros ofícios ou outra terra.

Heredia (1979), ao analisar a organização interna de unidades de produção familiar na Zona da Mata de Pernambuco, observou que a transferência efetiva da terra, da casa e dos animais de uma geração para outra se dava com a morte do chefe de família, o pai. Segundo ela, quando todos os filhos fazem parte da unidade doméstica, o filho maior é quem assume a direção do grupo, sendo substituído por outro herdeiro quando casa. Em situação contrária, quando a maioria dos filhos já não faz parte do grupo doméstico, a casa e a terra são transferidas ao filho menor (caçula), independente do sexo, uma vez que este será o último a abandonar o grupo doméstico e é quem ajudará aos pais durante o período de declínio produtivo. Expressam-se nestas situações a preocupação de se manter indiviso o patrimônio, permitindo deste modo que, pelo menos um dos membros do grupo doméstico originário, mantenha sua condição de camponês.

O caso demonstrado acima privilegia o ultimogênito como herdeiro sucessor. Contudo, a primogenitura também pode ser observada conforme relatado por Sant'Ana e Costa (2004) em estudo realizado em três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Os autores, corroborando Moura (1978) e Woortmann (1994), constataram que na partilha da herança ocorre a exclusão das mulheres, embora estas recebam um dote ou compensação.

No alto Jequitinhonha, todos os filhos têm direitos iguais à herança, entretanto são as trajetórias e destinos dos membros da família que irão construir o herdeiro. Mas, na prática somente alguns herdaram, uma vez que o “ajuste ecológico estaria ameaçado pelo fracionamento das terras” (GALIZONI, 2000, p. 72).

Observa-se, ainda, que no alto Jequitinhonha a mulher às vezes é herdeira, o que pode ser justificado pelo fato da mulher colocar trabalho sobre a terra, realizando praticamente as mesmas tarefas que os homens. Galizoni (2000) esclarece que a mulher

“(...) não é privada da terra, principalmente porque trabalha na lavoura, e através dos produtos de seu trabalho constrói seu direito. Mas há grande distância entre construir seu direito e efetivá-lo, e neste campo a mulher, em casos de demanda, pode levar desvantagem; a não ser quando casada ou, se viúva ou solteira, possuir filhos maiores que garantam concretamente o espaço de trabalho” (GALIZONI, 2000, p. 76).

A herança é direito adquirido por todos os filhos, mas a sucessão é um privilégio de um ou poucos filhos. No alto Jequitinhonha, observa-se a predominância de somente um sucessor, apesar de existirem vários herdeiros. Esses sucessores, na maioria dos casos, além de herdarem terra suficiente para manter sua família, recebem também outros recursos, como animais, engenhos para moagem de cana-de-açúcar, alambiques, dentre outros, mas sempre relacionados às atividades desenvolvidas por seus pais. Portanto, percebe-se que na distribuição da terra e dos bens, o sucessor recebe uma combinação de recursos mais importante que aquela dirigida aos outros filhos herdeiros.

De acordo com Mello *et al.* (2003, p. 10) o conjunto acumulado de conhecimentos transmitidos e progressivamente incorporados pelas gerações são a base de sustentação cultural, “que permite ao agricultor entender e interagir com o mundo no qual está inserido, formada pelo conhecimento do meio, pelo domínio das técnicas tradicionais, pelos contatos úteis em termos de serviços e acesso aos mercados, também possibilita ampliar as habilidades do agricultor e assim desempenhar as atividades tradicionalmente desenvolvidas pela agricultura familiar”.

Ribeiro *et al.* (2005, p. 13) mostram que os agricultores da região do alto Jequitinhonha conhecem o solo pelo tipo de vegetação (presente ou não) na área, o que lhes permite ajustar as plantas às diferentes terras disponíveis, “num método inverso à ciência dos solos, que ajusta a terra às plantas”. Nesta região existe, portanto, um conjunto de conhecimentos acumulado pelos agricultores que faz parte do patrimônio da família e que é transferido para os filhos junto com a terra. Sendo que a transmissão do saber faz-se no próprio trabalho que é o fazer-aprender.

É, por isso que por volta dos dez anos de idade, os meninos recebem um pequeno trecho no chão de roça para cultivarem (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Os produtos cultivados nestes “roçadinhos” são os mesmos plantados no roçado familiar, e são reservados ao consumo individual do filho que o cultivou, diferentemente dos produtos do roçado que é para consumo da família (HEREDIA, 1979). Neste mesmo período, o filho começa também a “lidar com o gado” e acompanhar o pai à feira, carregando e descarregando produtos, observando como são feitas as negociações. Assim, pode-se dizer que chão de roça

não produz apenas agricultura, mas também agricultores, uma vez que é um “campo de treinamento” para futuros sitiantes (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Galizoni (2000) demonstrou que na região do alto Jequitinhonha, os agricultores cedem roçadinhos a seus filhos, constatando, ainda, que esses espaços de trabalho individualizado são também desenvolvidos pelas filhas, conferindo direitos individuais sobre os bens adquiridos.

Portanto, é por meio dos roçadinhos e do roçado familiar que os pais transmitem os conhecimentos de gestão e técnica do exercício do trabalho a todos os filhos e, aquele que apresentar maior “vocação” será preparado para ser o sucessor do empreendimento familiar (RIBEIRO, 1998/1999). Ribeiro e Galizoni (2000) destacam que o “processo de treinamento era integral e eficaz: a fazenda ou a unidade familiar não treinavam apenas um produtor em sentido técnico e estrito, mas um senhor para a fazenda e um chefe para a unidade familiar.”

Observa-se que para escolha do sucessor, a família estabelece um “jogo” entre todos os membros do grupo doméstico, que irá depender da trajetória dos outros membros do grupo familiar, assim como das conjunturas dadas pela migração, trabalho, casamento, processo de formação de patrimônio e ambiente.

4 RESULTADOS

No alto Jequitinhonha, transmissão do saber faz-se no próprio trabalho que é o fazer-aprender. Foi possível observar nas entrevistas realizadas que o conhecimento sobre as técnicas de agricultura e sistemas de produção são passadas desde cedo a todos os filhos. Um dos sucessores afirmou que começou a trabalhar com *“um ano, como se diz, desde a hora que começa a caminhar, porque o que o pai ensinou a gente, foi trabalhar mesmo, enxada nas costas, ele na frente e a gente a atrás”* (Senhor Ailton). Na maioria das entrevistas, notou-se que o pai é o principal responsável pelos ensinamentos da lavoura, e que somente nos casos em que o pai era falecido que os agricultores aprenderam com a mãe e/ou com o irmão mais velho. Mas, dizer que o pai é o principal responsável pelos ensinamentos não exclui os outros membros do grupo familiar do processo ensino-aprendizado, uma vez que os ensinamentos são passados pelo conjunto familiar.

Os ensinamentos começam com os filhos pequenos observando diariamente o trabalho dos pais. Realizam pequenas tarefas e, à medida que vão crescendo o trabalho vai se intensificando até dominarem todas as atividades desenvolvidas na unidade familiar. Foi observado durante a realização das entrevistas, filhos de agricultores trabalhando em hortas, produzindo cachaça e açúcar mascavo e gerenciando a unidade familiar enquanto o pai desenvolvia atividade fora de seu terreno.

Apesar do roçadinho ser espaço de ensino utilizado pela família na região para a formação de agricultores, nenhum dos agricultores entrevistados desenvolveu esta atividade quando trabalhava junto aos pais. Foi encontrado somente um caso em que a filha de treze anos de um dos agricultores desenvolvia atividade individual (roçadinho) no terreno dos pais.

A migração constitui-se também como um espaço de aprendizado para o agricultor, uma vez que permite o intercâmbio de conhecimentos de outras regiões com os saberes locais. Com base nos dados obtidos na pesquisa, verificou-se que dos nove sucessores entrevistados, somente um não realizou a migração sazonal, que talvez possa ser justificado pelo fato de ser o único sucessor que tem somente irmãs, ou seja, é o único filho homem da família. O principal destino destes agricultores foram os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Observou-se, ainda, que alguns dos atuais sucessores também buscaram realizar outras atividades na mesma região, como é o caso de agricultores que trabalharam em padaria no município de Minas Novas e, na Acesita e na Suzano no município de Turmalina, mas todos afirmam que voltaram a trabalhar como agricultores porque não gostaram da atividade que

exerceram e porque gostam do serviço da roça. Quanto aos irmãos destes sucessores, verificou-se que 87 % moram fora da comunidade onde os pais possuíam o terreno.

Os agricultores familiares da região do alto Jequitinhonha freqüentam poucos anos educação formal, conforme se pode verificar no Gráfico 1. Esses poucos anos de educação formal, concentrado, principalmente, nos agricultores com idade superior a 30 anos, pode ser justificado pela dificuldade de acesso a escola. De acordo com um dos sucessores, ele e seus irmãos acordavam às quatro e trinta da manhã, caminhavam uns oito quilômetros até a escola e, apesar das aulas acabarem às onze horas, retornavam da escola somente por volta das duas horas da tarde, visto que faziam o mesmo percurso.

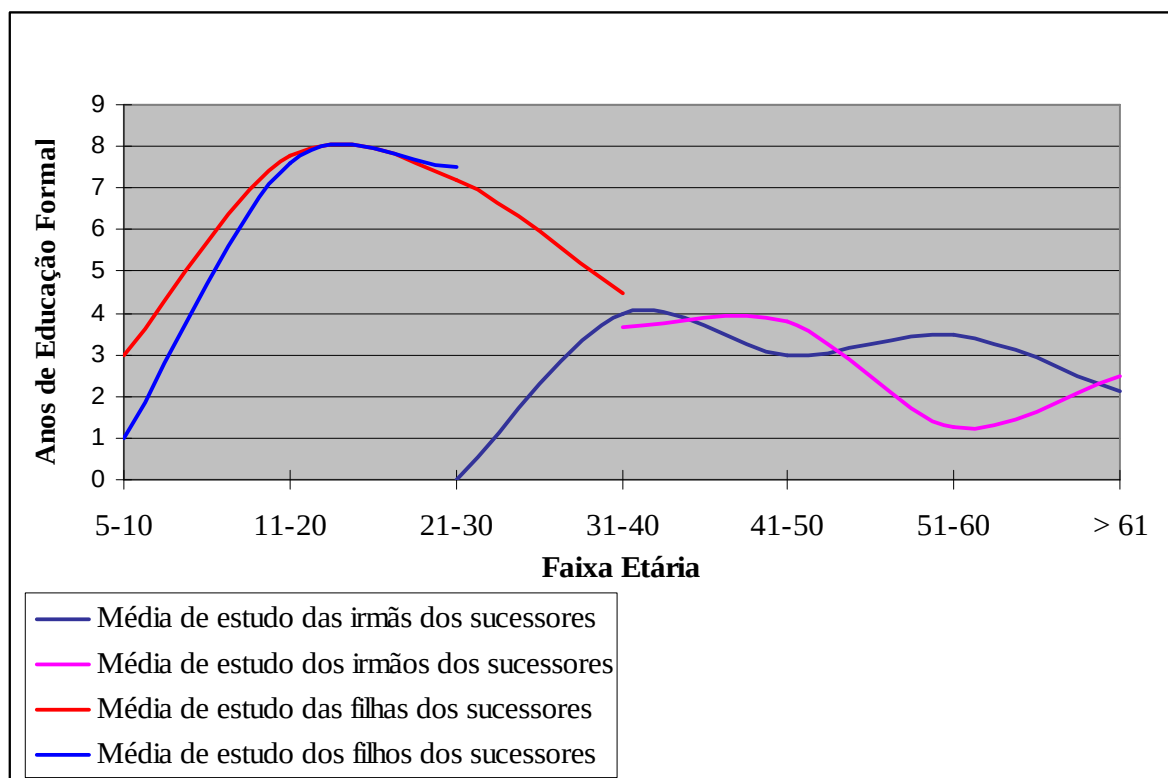


Gráfico 1: Média de anos de estudo por idade dos agricultores do alto Jequitinhonha.

De acordo com a maioria dos entrevistados, eles não freqüentaram a escola porque, além de terem que ajudar no trabalho da roça para obtenção do sustento da família, o acesso à escola era dificultado pelo fato de, na época, as escolas públicas serem distantes das comunidades rurais onde viviam.

Analisando as informações sobre o grau de escolaridade dos filhos dos sucessores, também apresentados no Gráfico 1, nota-se que enquanto, o nível de escolaridade dos sucessores e irmãos dos sucessores concentrava-se entre um e quatro anos de escola, os filhos dos sucessores apresentaram escolaridade média de oito anos de estudo, sendo que os que cursaram somente um ano de estudo têm idade inferior a sete anos. Esses dados confirmam que o padrão de freqüência escolar alterou-se nitidamente, o que pode ser justificado pela maior oferta de escolas públicas na região e pela valorização da escola pela família. Várias das comunidades pesquisadas possuem escolas que oferecem até o quarto ano, sendo que a prefeitura oferece transporte escolar que buscam e levam as crianças.

Outro fator que pode ter contribuído ao aumento de escolaridade é a existência da Escola Família Agrícola na região, uma vez que esta adota a pedagogia da alternância, na qual os jovens agricultores passam duas semanas no estabelecimento agropecuário da família e uma semana na escola, sendo que depois de três anos recebem o diploma de qualificação em

agricultura, além do diploma de Ensino Fundamental. A metodologia utilizada por esta escola permite que os conhecimentos adquiridos trabalhando no sítio dos pais sejam articulados com os conhecimentos da área técnica, geral e humana aprendidos na escola.

Cabe destacar que, não foi observada diferença significativa no nível de escolaridade entre os três segmentos de agricultores (periféricos, em transição e consolidados), o que mostra que a educação formal não foi elemento decisivo na trajetória econômica destes. Diante disto, é possível afirmar que os conhecimentos tradicionais são valiosos para permanência dos agricultores no meio rural. Examinando, ainda, a relação educação e gênero, chega-se à mesma conclusão, tanto os rapazes quanto as moças praticamente têm o mesmo acesso à educação.

A análise dos dados da pesquisa realizada na região do alto Jequitinhonha mostrou que tanto no processo de sucessão quanto de herança, não se verifica a predominância da primogenitura ou da ultimogenitura. Há um processo de seleção para ver quem sai e quem fica, que depende dos casamentos realizados e das situações externas à família, tal como a possibilidade de trabalhos urbanos ou compra de terrenos em outras regiões. Como se pode observar na Tabela 1, existem famílias onde mais de um filho herdaram; em outras somente homens receberam terra; em algumas outras, ocorreu a partilha ente vários membros, tanto homens quanto mulheres; em outras um único filho, homem, recebeu a terra.

Famílias Pesquisadas	Herdeiros		Nº de filhos		Renda
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Família 1		1	5	4	Periférico
Família 2	6	3	6	3	
Família 3		3	1	3	
Família 4	2	2	2	3	
Família 5	1	2	6	4	Transição
Família 6	1	1	3	3	
Família 7	1	3	4	3	
Família 8	1	2	1	2	Consolidado
Família 9	7	1	7	1	
Família 10	3	6	6	7	
TOTAL	22	24	41	33	

Tabela 1: Herdeiros do alto Jequitinhonha separados por sexo e grupo familiar.

Cabe destacar que nesta região as mulheres herdam terra, sendo que todas as irmãs dos entrevistados que receberam terra trabalham na mesma, umas junto ao marido; outras com a ajuda do marido que possui outra ocupação; outras, as viúvas, junto aos filhos. As mulheres casadas que não receberam terra, algumas trabalham no terreno adquirido junto ao marido ou herdado por este; outras desenvolvem atividades de tapeçaria ou no comércio ou em casa ou são professoras ou trabalham na prefeitura. Já as solteiras nenhuma delas desenvolvem atividades ligadas à terra, a grande maioria é formada para faxineiras, diaristas ou domésticas na região ou em outras localidades, tais como São Paulo e Belo Horizonte. Entretanto, apesar de serem herdeiras, não foi verificado nenhum caso em que as mulheres foram sucessoras.

Tendo em vista os dados coletados, nota-se, ainda, que os filhos de agricultores consolidados tiveram maior acesso à terra que os filhos dos agricultores periféricos, sendo que existiu uma predominância de acesso à terra aos filhos homens: 72% dos homens são herdeiros e apenas 53% mulheres.

Ao que tudo indica, os filhos de agricultores familiares estão buscando por meio da educação formal ingressar no mercado de trabalho urbano. Dos 34 filhos, pouco mais de 30% trabalham na terra junto à família. Considerando que todos os irmãos dos agricultores, quando jovens, trabalhavam junto à família na terra, observa-se uma redução de mais de 50% de filhos aprendendo técnicas de trabalho agrícolas com seus pais. Em parte essa falta de interesse dos jovens pelo campo pode ser justificada pelo incentivo dado pelos pais para perseguirem outra carreira profissional que não agricultura familiar. A maior parte dos pais (sucessores) entrevistados considera a agricultura uma atividade pouco rentável e muito “difícil”. Um dos agricultores falou assim: “a gente não pode falar para o filho ficar na roça porque é difícil demais” e “roça não dá grande coisa”.

Logo, com base nos dados levantados, pôde-se verificar que existe uma ruptura no padrão de sucessão no alto Jequitinhonha. Se anteriormente existia uma pressão da família para a continuidade da profissão de agricultor, atualmente os pais são mais flexíveis e até incentivam os filhos a buscarem novas oportunidades de trabalho. Se antes os pais optavam pelos filhos trabalharem na terra, hoje optam pela educação formal. Foi encontrado caso em que nenhum dos filhos do sucessor o acompanhava na lavoura e na produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar o acesso à educação formal não é um elemento de estímulo ao abandono do meio rural, e sim um meio encontrado pelos agricultores de garantirem futuro para seus filhos frente às dificuldades do setor agrícola. Portanto, o problema sucessório está mais fortemente relacionado à renda. Observou-se que os estabelecimentos que apresentaram maiores dificuldades econômicas aqueles onde os pais mais estimulam os filhos a buscarem outras oportunidades no mercado, mesmo que isso signifique ausência de sucessor em sua terra.

Observa-se, ainda, que existe uma consciência clara por parte dos agricultores da importância da educação formal para o exercício da profissão agrícola. Entretanto, é fundamental que a educação formal seja aliada ao saber técnico qualificado que foi apreendido ao longo da vida no campo pelos agricultores e que os filhos incorporem, da mesma forma que seus pais, um sentimento de ligação profunda com a terra.

Portanto, para que o campo não se torne somente uma região de idosos aposentados, é fundamental que sejam implantados programas públicos de incentivo ao agricultor familiar, capaz de despertar o interesse dos jovens para sua realização profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALENCAR, E. **Pesquisa social e monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003. 132 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. p.7-69.

GALIZONI, F. M. **A terra construída – família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. 98 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GODÓI, E. P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, A. M.; GODÓI, E. P. (orgs). **Além dos territórios**. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 1993. p. 97-131.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder as vidas das agricultoras familiares. **Observatório da Cidadania - Relatório 2003**, n. 7, 2003. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org>>. Acesso em: 03 mar. 2007.

HEREDIA, B. M. A de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1979. 161p.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. In: LAMARCHE, H. (coord.); tradução: TIJIWA, A. M. N. Campinas: Editora UNICAMP, 1993. 336 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978. 100p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (INCRA) e INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (FAO). Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. 74 p.

RIBEIRO, A.E.M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. R.; AYRES, E. C. B.; SILVESTRE, L.H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 7, p. 77-99, 2005.

RIBEIRO, E. M. A formação de sucessores no rural brasileiro: trajetória histórica, pesquisa e perspectivas. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa: Editora Universitária, n. 4/5, p. 271-286, jan./dez. 1998/1999.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: HOROLDO T.; COSTA, H. (orgs). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 163-187.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. de M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 663-683, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994. 336 p.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

**PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS:
UMA ANÁLISE PARA OS ANOS DE 1991 E 2000¹**

*Maria Elizete Gonçalves**

*Marília Borborema Rodrigues Cerqueira***

*Luciene Rodrigues****

*Jefferson Rafael Silva*****

*Zilma Aparecida de Souza Botelho******

*Anelisa Graciele de Oliveira******

RESUMO

Atualmente, tem havido uma grande discussão sobre o rápido processo de envelhecimento populacional, vivenciado por diversos países (desenvolvidos ou em desenvolvimento). Uma vez que a questão do envelhecimento da população afeta fortemente o mercado de trabalho (tamanho e estrutura da força de trabalho), estudos têm sido feitos focando a participação do idoso no mercado de trabalho. Na maioria destes estudos, a análise é feita considerando-se todos os setores da economia. Apesar de um contingente significativo de idosos estarem inseridos no setor primário, praticamente inexistem estudos que contemplam especificamente a participação desses trabalhadores nesse setor. O objetivo deste estudo consiste em analisar a participação dos idosos nas atividades agropecuárias no Estado de Minas Gerais, nos anos de 1991 e 2000, visando identificar/analisar algumas mudanças ocorridas no período.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; mercado de trabalho; atividades agropecuárias.

¹ Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa financiado pela Fapemig.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros e mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Atualmente é doutoranda em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Exercendo atividades de pesquisa (projetos financiados pela FAPEMIG, nas áreas de agricultura familiar e mercado de trabalho/envelhecimento populacional), na UNIMONTES. elizete@cedeplar.ufmg.br

** Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros (1993), especialização em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Montes Claros (1998) e mestrado em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (2003). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Montes Claros. mariliaborborema@yahoo.com.br

*** graduada em Ciências Econômicas pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira (1987), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Montes Claros. rluciene@unb.br

**** Graduado em Sistema de Informação pela Universidade Estadual de Montes Claros. jefael@hotmail.com

***** Graduação em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: zilma.botelho@hotmail.com

***** Bolsista de Iniciação Científica. Graduação em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: ag.anelisa@hotmail.com

1. Introdução

Diversos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, têm vivenciado importantes mudanças demográficas. Entre elas, a transição de uma fase de rápido crescimento populacional para uma fase na qual este crescimento tem ocorrido a taxas decrescentes, ao longo do tempo. Neste processo, tem ocorrido o declínio contínuo nas taxas de fecundidade, bem como das taxas de mortalidade. Alguns autores definem este padrão como “transição demográfica”, cuja consequência mais visível relaciona-se às transformações produzidas na estrutura etária da população, mais especificamente, ao rápido processo de envelhecimento populacional.

Segundo Hondroyannis e Papapetrou (2002), os economistas têm feito poucas tentativas para entender as causas da transição demográfica, ficando tais tentativas por conta dos demógrafos. Apenas recentemente os estudos sobre mudanças na fecundidade têm sido reconhecidos como correlacionados com o crescimento econômico. A partir desta percepção, uma maior atenção tem sido direcionada ao assunto, sendo que os pesquisadores têm buscado medir os efeitos econômicos do envelhecimento populacional.

Considerando que a questão do envelhecimento da população, além de trazer profundas implicações para os gastos e políticas sociais, afeta fortemente o mercado de trabalho (tamanho e estrutura da força de trabalho), parte dos estudos sobre o assunto tem focado a participação do idoso no mercado de trabalho. Geralmente, é analisada a variação nas taxas de participação ao longo do tempo e os fatores determinantes dessa participação. Nestes estudos, a análise é feita considerando-se todos os setores da economia. Ou seja, apesar de um contingente significativo de idosos estarem inseridos no setor primário, praticamente inexistem estudos que contemplam especificamente a participação desses trabalhadores nesse setor.

Portanto, este estudo tem por objetivo analisar a participação dos idosos nas atividades agropecuárias do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1991 e 2000, visando identificar/analisar algumas mudanças ocorridas no período. Será visto que parcela significativa dos idosos que estão inseridos no mercado de trabalho, no Estado, está alocada no setor primário, desenvolvendo atividades na agropecuária. Daí a importância da realização deste estudo. Foram utilizados os microdados dos censos demográficos de 1991 e 2000.

O artigo está estruturado em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda, será abordada a participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro; na terceira, a metodologia de análise e dados; na quarta, a apresentação e discussão dos resultados e; na última, as considerações finais.

2. Mudanças recentes na composição setorial do emprego e a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho

Nos últimos anos, países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm vivenciado importantes mudanças demográficas, com destaque para a transição de uma fase de rápido crescimento populacional para uma fase em que este crescimento tem ocorrido a taxas decrescentes, ao longo do tempo. Como consequência, tem-se presenciado o declínio contínuo nas taxas de fecundidade, bem como das taxas de mortalidade. Este padrão é definido, na literatura, como “transição demográfica”, sendo que a consequência mais visível está relacionada às transformações produzidas na estrutura etária da população, mais especificamente, ao rápido processo de envelhecimento populacional.

Alguns demógrafos inferem que há fortes evidências que o processo (de envelhecimento populacional /queda das taxas de fecundidade) é irreversível, sendo portanto, remotas as possibilidades de retomada no crescimento populacional. A questão do envelhecimento populacional traz profundas implicações para os gastos e políticas sociais, além de afetar o mercado de trabalho (tamanho e estrutura da força de trabalho) e a economia como um todo. Nesse sentido, para o planejamento econômico e social deve ser considerado o impacto do envelhecimento populacional sobre os setores estratégicos da estrutura social: mercado de trabalho, sistema educativo, seguridade social e saúde. São inúmeras as facetas do processo, e inúmeros os seus efeitos sobre o crescimento econômico.

Ao se falar em crescimento econômico, vem à tona a questão do mercado de trabalho. Como a economia estará à mercê de uma mão-de-obra em vias de envelhecimento, serão levantadas algumas questões sobre o mercado de trabalho brasileiro, focando-se principalmente a elevação da informalidade e das taxas de desemprego.

A partir da década de 70 tem ocorrido, em vários países, uma elevação da dispersão setorial do emprego, marcada por um aumento da participação do setor de serviços na composição do PIB, acompanhada por uma progressiva redução da participação industrial.

Autores como Bonelli e Gonçalves (1999) referem-se a uma tendência de redistribuição do emprego entre os macrossetores econômicos mundiais, observada no longo prazo, sendo que nos países ricos a agricultura tende a ser o setor que mais reduz o número de trabalhadores, enquanto o setor de serviços tende a absorver esta mão-de-obra. Segundo os autores:

o emprego na agricultura tende a diminuir continuamente ao longo do tempo, à medida que o PIB aumenta [sendo que] o crescimento da parcela industrial no PIB ocorre a taxas marginais decrescentes nas etapas iniciais do processo de desenvolvimento. Atingindo um determinado patamar de renda *per capita*, aquela parcela tende a reduzir-se. Como consequência (...) tem-se uma tendência de crescimento contínuo do emprego no setor de serviços.

Esta mesma tendência é observada também em alguns países em desenvolvimento. Outro aspecto a ser mencionado diz respeito ao aprofundamento do processo de abertura comercial brasileira, que conduziu a uma transformação dos padrões de competitividade aos quais as empresas nacionais estavam acostumadas, sendo necessária a introdução de ajustes aos seus métodos de produção. A solução encontrada por muitas empresas diante deste novo cenário tem sido a adoção de novas tecnologias, poupadoras de custo (e de mão-de-obra). Em contrapartida, tem sido verificada uma elevação da terceirização e da informalidade.

Cardoso Jr (2000) afirma que atualmente o setor formal ou registrado da economia ocupa menos da metade da população economicamente ativa do mercado de trabalho. Segundo o autor, no período da industrialização brasileira (a partir da década de 40) houve um movimento de expansão do segmento organizado do mercado de trabalho, decorrente do crescimento das atividades assalariadas formais. O aumento do núcleo dinâmico do capitalismo no país permitiu a incorporação de mão-de-obra nas indústrias. No entanto, o autor argumenta que a partir da década de 80 houve a ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho, refletindo no perfil setorial das ocupações ur-

banas localizadas no setor terciário e no alargamento dos segmentos não organizados do mercado de trabalho (setor informal²).

Assim, ocorreu um aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira assinada, além dos pequenos empregadores e trabalhadores autônomos. O autor cita os dados extraídos do trabalho de Pochmann (1997), em que se tinha, para cada 100 empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, aproximadamente 99 sem registro. Neste trabalho constatou-se que dentre as ocupações não assalariadas, a de empregador e a de conta própria foram as que mais cresceram no mesmo período.

Cardoso Jr (2000) destaca quatro aspectos sintomáticos e interligados do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro: o crescimento significativo da informalidade, medida pelo peso crescente dos trabalhadores sem registro e por conta própria no total da ocupação; o aumento da precariedade dos postos de trabalho; a mudança para cima no patamar das taxas de desocupação da mão-de-obra ativa e; a piora distributiva (distribuição funcional da renda e distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho).

Cacciamali (2000), num trabalho em que analisa o processo de informalidade, argumenta que o termo informal “(...) reporta-se à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção e dos processos de trabalho”. A autora destaca dois aspectos daí decorrentes: i) reorganização do trabalho assalariado: há uma reformatação das relações de trabalho. Surgem novas formas de contratação do empregado, através de cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo, entre outras. Ela destaca, como característica de tais contratos, a sua vulnerabilidade (insegurança da relação de trabalho, ausência de regulamentação laboral e de proteção social, etc). ii) O auto emprego. Devido às dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, ou de reemprego, as pessoas auferem renda mediante formas de trabalho por conta própria ou em micro-empresas.

Segundo a autora,

(...) tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o processo de informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais.

Cacciamali (2000) complementa:

o elevado número de contratações ilegais observadas no Brasil nesta década e a expansão de formas de contratação que implícita ou explicitamente burlam a legislação laboral têm efeitos, não apenas sobre o uso indiscriminado do trabalho, mas sobre a cidadania, pois os assalariados sem registro, por um lado não tem acesso a um conjunto de garantias sociais e por outro não compõem um corpo coletivo. Não têm direitos, nem obrigações. (...) (grifo nosso).

² O setor informal, também chamado de mercado de trabalho informal ou mercado de trabalho não organizado é caracterizado por uma oferta abundante de mão-de-obra, geralmente composto por pessoas com baixa qualificação técnica e pouco produtivas, e com poucas perspectivas de ascensão profissional.

A autora expõe de forma bastante precisa a atual situação no mercado de trabalho brasileiro. E, num contexto de rápido envelhecimento populacional, as preocupações relacionadas a esta questão se tornam ainda mais latentes.

As evidências empíricas mostram que o atual contexto da economia brasileira está marcado pelo caráter continuado e de natureza irreversível do processo de envelhecimento da população, bem como do aumento crescente do assalariamento informal e do desemprego, cujas implicações sobre o desenvolvimento econômico são seriíssimas.

Apesar da relevância do assunto, ainda é pequeno o número de estudos que contempla a dicotomia envelhecimento da população e mercado de trabalho. Um importante aspecto relacionado a esta questão e que deve ser enfatizado é o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Goldani (1999), num trabalho onde discute a “feminização da velhice”, refere-se à mudança no papel das mulheres ao longo do tempo. Segundo a autora, a maioria das mulheres brasileiras idosas nascidas até a década de 30 não tiveram carreiras profissionais (dedicavam-se exclusivamente ao marido, filhos, netos). Ressalta a mudança que tem ocorrido nos anos recentes: apesar de não serem profissionais liberais, as mulheres idosas realizam atividades extra-domésticas, participam de organizações e movimentos de mulheres, fazem cursos, viajam e fazem trabalhos remunerados temporários.

Gonçalves, Perez e Wajnman (2004), ao analisar as taxas de participação feminina no mercado de trabalho nas regiões Nordeste e Sudeste, numa perspectiva de coorte, observaram que as coortes mais antigas (mulheres nascidas entre 1932-34) apresentavam taxas de participação nas atividades econômicas extremamente baixas, sobretudo no Nordeste; somente a partir das coortes nascidas pós 1956 é que evidenciou-se um aumento das taxas de atividade em relação às coortes mais velhas. Estes resultados confirmam as proposições feitas por Goldani (1999).

Numa perspectiva mais generalizada, Camarano (2001) ressalta o caráter diferenciado da análise da participação do idoso nas atividades econômicas, em relação às análises tradicionais do mercado de trabalho. A autora argumenta que a questão principal não é a pressão que o idoso pode fazer sobre o mercado de trabalho, e sim em termos de suas participação como um indicador de sua dependência (ou não). Entretanto, destaca que em determinadas atividades econômicas o trabalho do idoso concorre com o trabalho do jovem (por ser idoso - e geralmente aposentado - os custos são menores para o empregador). Dois outros pontos destacados pela autora referem-se à crescente contribuição do idoso à renda familiar e o fato do envelhecimento populacional estar afetando a composição etária da PEA (População Economicamente Ativa): tem ocorrido um aumento da participação da PEA idosa no total da PEA do país.

Importante ressaltar que, em se tratando de UF's (Unidades da Federação), o quadro é similar ao observado no país e nas suas grandes regiões.

Essa breve revisão de literatura mostra que as atuais mudanças na área demográfica - taxas de fecundidade, taxas de mortalidade, envelhecimento populacional - exercem um forte impacto sobre o mercado de trabalho. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em analisar a participação dos idosos nas atividades agropecuárias da economia de Minas Gerais, em dois momentos no tempo: 1991 e 2000, visando uma identificação e análise de algumas mudanças ocorridas no período.

Os dados irão mostrar que contingente significativo dos idosos que estão inseridos no mercado de trabalho, no Estado, está alocado no setor primário. Como as principais atividades exercidas por esse segmento de trabalhadores são as agropecuárias, torna-se importante enfatizar a participação dos idosos nessas atividades.

3. Considerações metodológicas e dados utilizados

Para analisar a participação do idoso no mercado de trabalho do Estado, foi considerada a sua inserção nos setores da economia (primário, secundário e terciário), segundo os segmentos formal e informal. Ênfase foi dada ao setor primário, sendo identificadas as ocupações e atividades exercidas pelos idosos, nesse setor.

Inicialmente, foram calculadas as taxas de participação do idoso no mercado de trabalho de Minas Gerais. Mais especificamente, foram calculadas taxas de participação específicas por grupos quinquenais de idade, tendo-se no numerador os idosos que estavam trabalhando ou à procura de emprego e no denominador o total de idosos no grupo etário correspondente. Considerou-se idosa a pessoa com idade de 60 anos e mais. E, para verificar possíveis diferenciais existentes no mercado de trabalho associados à questão do gênero, o recorte foi feito segundo o sexo.

Para a realização do estudo, foram utilizados os microdados dos censos demográficos de 1991 e 2000, para o Estado. Importante mencionar que houve mudanças metodológicas na elaboração do questionário destes censos. Por exemplo, nas variáveis relacionadas à trabalho: em 1991 perguntou-se ao entrevistado se ele “trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses”, ao passo que em 2000 a pergunta correspondente foi “na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou remunerado”. Essa mudança dificulta uma avaliação das tendências temporais da participação do trabalhador no mercado de trabalho, além de requerer cautela na análise dos resultados relacionados às taxas de participação na força de trabalho. Mudanças relacionadas à ocupação e às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores também são verificadas. Contudo, nesse trabalho procurou-se manter a analogia entre as ocupações e atividades referentes aos dois censos.

Outra consideração a ser feita é que no Censo Demográfico de 2000 foi inserido o quesito “trabalho para auto-consumo, auto-construção e ocupações sem rendimento”. No Censo Demográfico de 1991 as formas de trabalho correspondentes eram “trabalho remunerado e trabalho sem remuneração na ajuda de algum negócio ou estabelecimento”. A partir dessa mudança, tem-se uma ampliação da PEA. Mas, para viabilizar a comparação intertemporal, neste estudo, optou-se por considerar na PEA apenas os trabalhadores remunerados e as pessoas que tomaram alguma providência para conseguir emprego.

A análise foi feita considerando-se, separadamente, a RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), as demais regiões do Estado (sem a RMBH) e o Estado como um todo. Optou-se por separar a RMBH das outras regiões em função das especificidades da região em relação à distribuição setorial do emprego: como a ênfase neste estudo será dada às atividades agropecuárias, ou seja, ao setor primário da economia, e como a RMBH concentra relativamente poucos trabalhadores nesse setor, considerou-se conveniente fazer essa separação.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Inicialmente, serão mostradas algumas características da população idosa de Minas Gerais, da RMBH e das demais mesorregiões (sem a RMBH). Essas características referem-se apenas à população idosa que estava inserida no setor primário da economia, nas datas de realização dos censos.

Tabela 1:
Características dos idosos inseridos no setor primário da Economia do Estado de Minas Gerais, 1991 e 2000

	Minas Gerais		Demais mesor.		RMBH	
Ano: 1991	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
60-64	50,05	54,61	50,04	55,38	50,15	47,39
65-69	28,13	32,21	28,4	31,85	25,24	35,64
70-74	12,98	7,6	12,9	7,11	13,89	12,14
75+	8,84	5,58	8,66	5,66	10,72	4,83
Total	128162	8121	117265	7353	10897	766
aposentado	36,15	27,72	35,8	25,27	39,96	19,43
não aposentado	63,85	72,28	64,2	74,73	60,04	80,57
Total	128162	8120	117265	7353	10897	767
Trab.aposentado	34,83	22,03	34,55	22,55	37,87	17,19
-	65,17	77,97	65,45	77,45	62,13	82,81
Total	128162	8122	117264	7354	10897	768
Ano: 2000	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
60-64	47,74	54,2	47,48	54,78	51,23	44,23
65-69	28,48	26,62	28,57	26,19	27,36	34,07
70-74	14,79	11,58	14,85	10,97	13,88	21,7
75+	8,99	7,6	9,1	8,06	7,53	-
Total	87663	6522	81564	6159	6100	363
aposentado	56,22	50,17	56,24	50,10	55,9	52,24
não aposentado	43,78	49,83	43,76	49,90	44,1	47,76
Total	87664	6522	81564	6158	6100	363
Trab.aposentado	56,22	50,17	56,24	50,1	55,9	51,24
-	43,78	49,83	43,76	49,9	44,1	48,76
Total	87664	6522	81564	6158	6100	363

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000

Em 1991, metade dos idosos do sexo masculino inseridos no setor primário do Estado, estava compreendida na faixa etária de 60 a 64 anos, enquanto as mulheres eram relativamente mais jovens, pois este percentual ficava em torno de 55% (a exceção é verificada para a RMBH, cujo percentual correspondia a 47,39%). Em 2000, algumas mudanças são observadas na estrutura etária: nota-se uma redução nos percentuais de idosos mais jovens no setor primário e correspondente aumento dos percentuais nas idades mais avançadas.

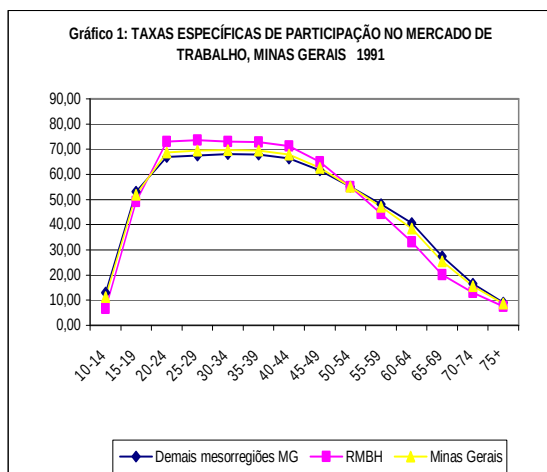
Pode ser observado um aumento expressivo no percentual de idosos aposentados entre 1991 e 2000, sendo que o percentual de homens aposentados é superior ao percentual de mulheres aposentadas, principalmente na RMBH. Entre 1991 e 2000, os percentuais de homens e mulheres aposentados, no Estado, passaram de aproximadamente 36% e 27% para cerca de 56% e 50% respectivamente. Uma parte da significativa elevação no total de aposentados pode ser em função do ligeiro “envelhecimento” dos idosos, no setor. Certamente a diferença metodológica introduzida no Censo de 2000, em relação a 1991, explica parte substancial desse resultado: em 2000 o indivíduo foi questionado se era aposentado, e constavam as respostas sim ou não. Em 1991, ele foi questionado se era aposentado ou pensionista, e constavam as respostas não é, é aposentado, é pensionista e é aposentado e pensionista. Ou seja, há a probabilidade de conter erros de resposta no censo de 1991, no sentido do indivíduo responder incorretamente a pergunta, ao trocar a categoria de resposta, subestimando o total correto de aposentados.

Outra informação que consta na tabela refere-se aos idosos aposentados que trabalhavam. Uma análise por ano revela que, em 1991, quase todos os idosos aposentados

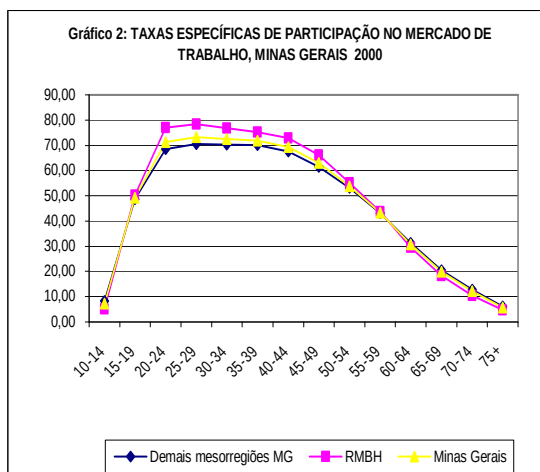
permaneciam na força de trabalho, principalmente se estes idosos eram do sexo masculino. Em 2000, todos os indivíduos que declararam ser aposentados, declararam também continuar participando do mercado de trabalho.

Na sequência, são apresentados os resultados do estudo. Num primeiro momento, as informações apresentadas referem-se à participação do idoso na força de trabalho do Estado, considerando-se a totalidade dos setores econômicos. Posteriormente, os resultados referem-se especificamente ao setor primário.

Os gráficos abaixo mostram as taxas de participação no mercado de trabalho, da população do Estado, para os anos de 1991 e 2000.

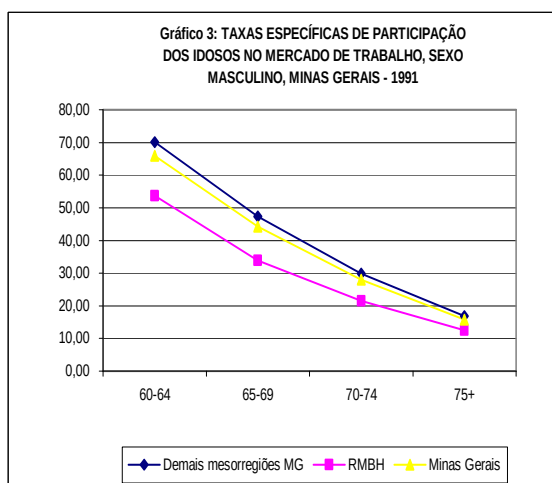


Fonte: Censo Demográfico de 1991

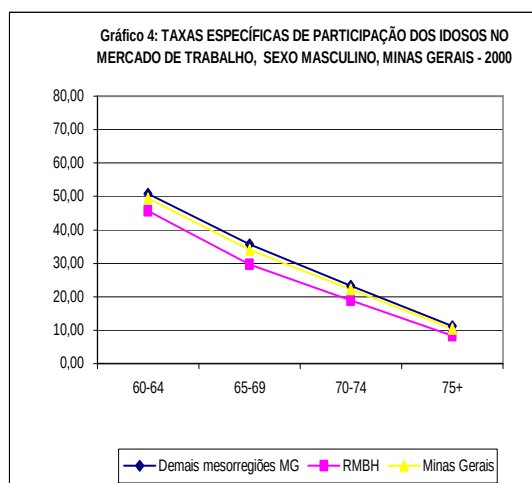


Fonte: Censo Demográfico de 2000

Analisando-se os gráficos, nota-se que entre 1991 e 2000 houve uma redução nas taxas de participação dos jovens no mercado de trabalho (10 a 19 anos) do Estado, além de um aumento nas taxas para a população adulta (20 a 49 anos). Para a população dessa faixa etária (10 a 49 anos), as curvas apresentaram basicamente o mesmo comportamento, no período. Para a população idosa (60 anos e mais) verifica-se uma redução nas taxas de participação no período, além de alterações mais substanciais entre as curvas. Os gráficos seguintes permitem uma análise mais apurada dessas alterações.



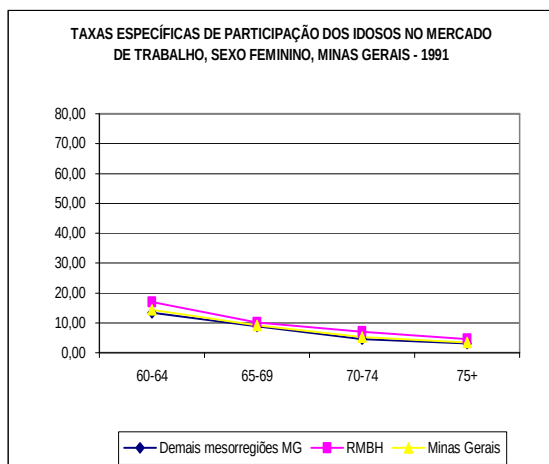
Fonte: Censo Demográfico de 1991



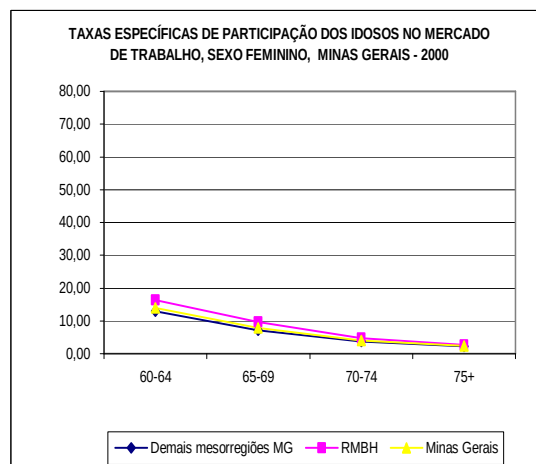
Fonte: Censo Demográfico de 2000

Verifica-se, para os idosos do sexo masculino, que as taxas de participação são bastante afetadas pela idade, sendo bem mais elevadas entre os idosos mais jovens em relação aos idosos de idade mais avançada. Podem ser constatadas variações significativas tanto nas taxas de participação (queda acentuada principalmente nas idades mais jovens) quanto entre as curvas, no período. Em 1991, as taxas, para a RMBH são bem mais baixas em relação às demais regiões do Estado e em relação ao Estado. Em 2000, essas taxas continuaram mais baixas, porém nota-se uma maior aproximação entre as curvas.

As taxas de participação no mercado de trabalho, para as mulheres idosas, podem ser acompanhadas pelos gráficos 5 e 6.



Fonte: Censo Demográfico de 1991



Fonte: Censo Demográfico de 2000

Nota-se uma sensível queda das taxas de participação das idosas mais jovens (60 a 69 anos), entre 1991 e 2000; para as idosas com idade mais avançada essas taxas sofreram mudanças mais acentuadas. Não houve variações significativas entre as curvas (para o Estado, a RMBH e demais mesorregiões), no período analisado.

Uma análise por sexo revela que, em relação aos resultados observados para os idosos, as taxas de participação para as idosas não sofreram variações tão significativas no período. E, enquanto as taxas de participação dos homens foram bem mais baixas para a RMBH em relação ao Estado e às demais mesorregiões, para as mulheres a situação foi contrária: essas taxas para a RMBH foram sensivelmente mais elevadas. Esse último resultado pode estar associado à distribuição dos idosos por setores de atividade, conforme tabela seguinte.

Tabela 2:
Distribuição (%) dos idosos, por setores econômicos/sexo, Minas Gerais, 1991

Região / ano / Sexo	Masculino				Feminino			
	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total
1991								
RMBH	24,82	23,49	51,69	43.898	5,45	7,78	86,77	14.065
Demais mesorregiões MG	63,00	12,74	24,25	186.120	23,93	5,84	70,23	307.29
Minas Gerais	55,72	14,79	29,49	230.018	18,13	6,45	75,42	44.793
2000								
RMBH	12,87	22,22	64,91	47.403	1,83	14,74	83,43	19.913
Demais mesorregiões MG	49,20	14,51	36,29	165.793	15,93	18,17	65,90	38.658
Minas Gerais	41,12	16,23	45,62	213.196	11,13	17,00	71,86	58.572

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000

No ano de 1991 pode ser constatado que, no Estado, a maior parte dos idosos do sexo masculino, inseridos no mercado de trabalho, estava alocada no setor primário da economia. Para as outras mesorregiões, o percentual de idosos no setor primário é superior ao do Estado. Situação diferente ocorre para a RMBH, onde o setor terciário incorpora a maioria dos trabalhadores idosos. Com relação às idosas, conforme esperado, a grande maioria está inserida no setor terciário da economia, sendo que o percentual, neste setor, é bem mais elevado na RMBH em relação às demais mesorregiões e ao Estado.

Em 2000, são bastante visíveis algumas mudanças com relação à participação dos idosos no mercado de trabalho: há uma redução significativa no percentual de idosos (de ambos os sexos) trabalhando no setor primário. Mesmo assim, quase metade dos idosos do sexo masculino das regiões do Estado (excluindo-se a RMBH) trabalhava neste setor naquele ano. O setor terciário foi o que mais absorveu mão-de-obra idosa masculina, na RMBH e no Estado. Importante ressaltar que, em números absolutos, houve uma diminuição de idosos atuando no mercado de trabalho, em relação à 1991.

É possível observar uma redução na participação das idosas no setor primário. Por outro lado, houve um aumento expressivo da participação feminina no setor secundário, acompanhado por uma pequena redução no setor terciário da economia. De forma distinta do que aconteceu em relação aos idosos, verifica-se um aumento, em valores absolutos, na participação feminina no mercado de trabalho de Minas Gerais, no período.

É importante fazer um paralelo entre alguns resultados mostrados na tabela e nos gráficos das taxas de participação: verificou-se que as taxas de participação dos homens foram mais baixas para a RMBH em relação ao Estado e às outras mesorregiões, ao passo que para as mulheres essas taxas para a RMBH foram sensivelmente mais altas. Uma vez que a maioria dos idosos do sexo masculino está alocada nas atividades do setor primário, isso explica as menores taxas de participação observadas na RMBH. Em contrapartida, como a maior parte das idosas está inserida nas atividades do setor terciário, explicam-se as maiores taxas para a RMBH.

É interessante analisar a distribuição dos idosos por setores, considerando-se os segmentos formal e informal da economia (TAB. 3)

Tabela 3:
Distribuição (%) dos idosos, por setores econômicos, sexo masculino, segundo situação de inserção formal e informal, Minas Gerais, 1991 e 2000

Estatísticas de inserção formal e informal, Minas Gerais, 1991 e 2000									
Região / ano / Sexo	Primário			Secundário			Terciário		
Masculino - 1991									
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
RMBH	17,90	82,10	10.897	51,20	48,80	10.311	51,88	48,12	22.690
Demais mesorregiões MG	21,89	78,11	117.265	41,65	58,35	23.718	44,18	55,82	45.137
Minas Gerais	21,55	78,45	128.161	44,54	55,46	34.029	46,76	53,24	67.827
Masculino - 2000									
RMBH	20,68	79,32	6.099	39,19	60,81	10.533	39,40	60,60	30.770
Demais mesorregiões MG	18,82	81,18	81.564	29,56	70,44	24.065	34,35	65,65	60.165
Minas Gerais	18,95	81,05	87.663	32,49	67,51	34.597	36,06	63,94	90.935

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000

Em ambos os anos, a informalidade no mercado de trabalho é bem maior no setor primário da economia, em relação aos outros setores, sendo que houve um ligeiro aumento nessa informalidade no período, para Minas Gerais e demais regiões (excluindo-se RMBH). Nos outros setores, constata-se também um aumento no percentual de

idosos do sexo masculino atuando na informalidade, entre 1991 e 2000. Ao se analisar as ocupações exercidas pelos idosos, no setor primário, poderão ser feitas algumas inferências sobre a alta informalidade existente no setor.

Tabela 4:
Distribuição (%) dos idosos, por setores econômicos, sexo feminino, segundo situação de inserção formal e informal, Minas Gerais, 1991 e 2000

Região / ano / Sexo	Primário			Secundário			Terciário		
Feminino - 1991	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
RMBH	13,18	86,82	767	56,43	43,57	1.094	38,53	61,47	12.203
Demais mesorregiões MG	11,91	88,09	7.353	33,34	66,66	1.794	28,67	71,33	21.581
Minas Gerais	12,03	87,97	8.120	42,08	57,92	2.888	32,23	67,77	33.785
Feminino - 2000									
RMBH	16,70	83,30	364	14,12	85,88	2.935	36,44	63,56	16.615
Demais mesorregiões MG	22,03	77,97	6.158	11,93	88,07	7.023	33,08	66,92	25.477
Minas Gerais	21,73	78,27	6.522	12,58	87,42	9.958	34,41	65,59	42.092

Fonte: Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000

Pode ser observado que, em todos os setores da economia, é bastante elevado o percentual de mulheres trabalhando em condições informais. No setor primário, houve uma diminuição de mulheres atuando na informalidade, no período. Essa redução foi menos significativa na RMBH, em relação ao Estado e demais regiões. Nota-se também que houve um aumento expressivo de mulheres inseridas no setor secundário, o que pode explicar parte da grande elevação nos percentuais de mulheres atuando na informalidade, nesse setor.

As tabelas anteriores mostraram a participação expressiva de idosos atuando no setor primário, notadamente, idosos do sexo masculino. Foi evidenciada também a grande informalidade existente neste segmento. Na tabela seguinte são apresentadas as principais ocupações dos idosos que atuam no setor, o que pode explicar parcialmente a grande informalidade aí existente.

Tabela 5:
Principais ocupações dos idosos no setor primário da economia do Estado de Minas Gerais, 1991 e 2000

Homens	Ocupações	Minas Gerais	RMBH	Demais regiões
		%	%	%
1991	Agricultores	5,08	3,01	5,27
	Criadores de gado bovino	8,76	7,14	8,92
	Produtores agropecuários autônomos ^a	42,31	45,88	41,98
	Outros trabalhadores na agropecuária ^b	40,68	40,14	40,73
	Outras ocupações em geral	3,18	3,93	3,12
2000	Produtores agrícolas ^a	32,55	30,16	32,73
	Produtores em pecuária ^a	19,68	19,28	19,71
	Trabalhadores explor.agropec. em geral	2,52	0,69	2,66
	Trabalhadores agrícolas ^b	23,33	18,69	23,67
	Trabalhadores na pecuária ^b	9,96	13,39	9,71
	Outras ocupações em geral	11,96	17,79	11,53

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Censo Demográfico de 2000.

Nota: Utilizou-se as letras a e b para sinalizar “equivalência” nas ocupações, entre 1991 e 2000.

Infelizmente, as mudanças metodológicas ocorridas na realização do último Censo impedem uma comparação mais precisa relacionada às ocupações exercidas pelos idosos, no setor primário da economia mineira, nos anos de 1991 e 2000. No último censo realizado, houve uma maior desagregação das ocupações e atividades exercidas pelos trabalhadores, nos diversos setores da economia.

Talvez seja possível inferir que a categoria “produtores agropecuários autônomos” que consta no Censo Demográfico de 1991 equivale às categorias “produtores agrícolas e produtores em pecuária”, que constam no Censo Demográfico de 2000. Neste caso, para Minas Gerais, demais mesorregiões do Estado e RMBH, houve uma elevação no total de produtores agropecuários entre 1991 e 2000, cujos percentuais passaram de 42,31% para 52,23%, de 41,98% para 49,44% e de 45,88% para 52,44%, respectivamente, no período.

Caso a categoria “outros trabalhadores na agropecuária”, do censo de 1991, seja equivalente às categorias “trabalhadores agrícolas e trabalhadores na pecuária”, do censo de 2000, nota-se uma redução no percentual de idosos do sexo masculino ocupados nessas funções no Estado (40,68% em 1991 para 33,29% em 2000), nas demais regiões (40,73% em 1991 para 33,38% em 2000) e na RMBH (40,14% em 1991 para 33,38% em 2000). Uma análise por região (Estado, RMBH e demais regiões) revela que não houve variações significativas no período referentes à essa ocupação, uma vez que em ambos os anos os percentuais foram praticamente os mesmos, sendo estas variações significativas somente considerando-se a análise intertemporal.

Talvez devido à maior desagregação das atividades em 2000 e da maior precisão na coleta dos dados, os percentuais de trabalhadores rurais alocados noutras ocupações foi bem superior em 2000 em relação à 1991.

Na TAB. 6 são mostradas as principais ocupações exercidas pelas idosas, no setor primário, no período analisado.

Tabela 6:
Principais ocupações das idosas no setor primário da economia do Estado de Minas Gerais, 1991 e 2000

Mulheres	Ocupações	Minas Gerais	RMBH	Demais regiões
		%	%	%
1991	Agricultores	2,72	3,52	2,64
	Criadores de gado bovino	6,46	5,99	6,51
	Produtores agropecuários autônomos ^a	28,8	36,98	27,15
	Outros trabalhadores na agropecuária ^b	59,41	51,30	60,26
	Outras ocupações em geral	3,32	2,21	3,44
2000	Produtores agrícolas ^a	22,54	33,33	21,91
	Produtores em pecuária ^a	8,94	12,40	8,74
	Trabalhadores explor agropec em geral	1,01	0,00	1,07
	Trabalhadores agrícolas ^b	57,00	26,45	58,80
	Trabalhadores na pecuária ^b	2,21	4,96	2,05
	Outras ocupações em geral	8,30	22,87	7,44

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Censo Demográfico de 2000.

Nota: Utilizou-se as letras a e b para sinalizar “equivalência” nas ocupações, entre 1991 e 2000.

Utilizando-se o mesmo raciocínio anterior (relacionado à equivalência das ocupações), nota-se que houve um aumento nos percentuais de produtores agropecuários do sexo feminino, entre 1991 e 2000, tanto em Minas Gerais (28,8% para 31,48%), como

na RMBH (36,98% para 45,73%) e nas demais mesorregiões do Estado (27,15% para 30,65%).

Em se tratando da categoria “trabalhadores na agropecuária”: no período, a percentagem de mulheres idosas trabalhando nessa ocupação, no Estado e nas demais regiões, praticamente manteve-se constante (em torno de 60%). Na RMBH o percentual que em 1991 equivalia à cerca de 51% sofreu uma redução brusca, caindo para 31% em 2000. Uma análise por ano revela que em 1991 os percentuais de mulheres ocupadas nessa categoria foram bem próximos entre Minas Gerais e demais regiões. Por outro lado, o percentual observado na RMBH foi quase 20% inferior aos percentuais observados no Estado e nas outras regiões.

A seguir, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelos idosos ocupados nas diversas ocupações do setor primário.

Tabela 7:
Atividades desenvolvidas pelos idosos do sexo masculino, setor primário, Minas Gerais, 1991 e 2000

Atividades / ano	Demais mesorregiões	RMBH	Minas Gerais
1991	%	%	%
Cultura de arroz	5,96	4,03	5,80
Cultura de café	20,84	1,26	19,18
Cultura de milho	23,82	41,73	25,34
Horticultura e floríc.	2,79	8,14	3,25
Outras culturas	9,90	8,86	9,81
Pecuária	27,51	24,86	27,29
Demais Ocupações	9,17	11,14	9,34
2000			
Cultivo de arroz	1,16	1,16	1,16
Cultivo de milho	12,13	17,22	12,55
Cultivo outr. Prod.lavoura temp.	5,76	4,23	5,63
Cultivo hortál.leg. e outr. prod.hortic.	4,71	13,85	5,47
Cultivo de café	23,08	0,95	21,24
Cultivos agrícolas mal especificados	11,66	18,79	12,25
Criação de bovinos	27,83	25,67	27,65
Produção mista: lavoura e pecuária	4,29	3,64	4,24
Demais Ocupações	9,39	14,49	9,82

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Censo Demográfico de 2000.

Apesar das mudanças metodológicas ocorridas nos questionários dos censos, relacionadas à codificação e descrição das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, é possível fazer uma comparação intertemporal relacionada à distribuição dos idosos em algumas atividades. Observa-se que tanto no Estado como um todo como nas demais mesorregiões (excluindo-se a RMBH) houve uma redução no percentual de agricultores idosos dedicados ao cultivo do arroz e do milho, entre 1991 e 2000. Por outro lado, aumentou o percentual de idosos empregados na cultura cafeeira. O percentual de trabalhadores idosos empregados na pecuária praticamente manteve-se constante, no período. Na RMBH, em 1991, a maioria dos idosos trabalhava no cultivo do milho e nas atividades da pecuária. Em 2000 esse quadro se manteve, porém com uma grande redução no percentual que cultivava o milho.

Na TAB 7 são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelas idosas, no setor primário, nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 8:
Atividades desenvolvidas pelos idosos do sexo feminino, setor primário, Minas Gerais,
1991 e 2000

Atividades	Demais mesorregiões	RMBH	Minas Gerais
	%	%	%
Cultura de arroz	2,66	3,17	2,70
Cultura de café	34,60	8,82	32,16
Cultura de milho	19,18	41,62	21,30
Horticultura e floríc.	3,48	11,91	4,28
Outras culturas	15,44	5,23	14,48
Pecuária	14,01	16,72	14,27
Demais Ocupações	10,62	12,53	10,80
2000			
Cultivo de arroz	0,73	1,58	0,82
Cultivo de milho	15,50	17,46	15,69
Cultivo outr. Prod.lavoura temp.	8,34	5,71	8,09
Cultivo hortál.leg. e outr. prod.hortic.	15,69	32,82	17,36
Cultivo de café	29,20	2,14	26,57
Cultivos agrícolas mal especificados	12,81	18,35	13,35
Criação de bovinos	11,34	12,19	11,43
Produção mista: lavoura e pecuária	2,64	3,47	2,72
Demais Ocupações	3,74	6,27	3,98

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Censo Demográfico de 2000.

Em 1991 observa-se que a maioria das idosas estavam ocupadas nas atividades do cultivo do café e do milho, tanto no Estado como nas outras mesorregiões (sem a RMBH). Esse quadro se manteve em 2000, porém com uma redução no percentual de mulheres atuando nessas atividades. Uma análise específica por ano revela que não existe variação significativa no percentual de idosas trabalhando na pecuária, mas revela também uma diminuição na percentagem de mulheres exercendo essa atividade. Na RMBH, em 1991, a maioria das idosas trabalhavam no cultivo do milho (cerca de 42%), sendo que esse percentual caiu para menos de 18% em 2000. Nesse ano, a atividade que mais concentrava mão-de-obra feminina, na região e no setor, foi o cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura.

5. Considerações finais

Nos últimos anos tem ocorrido uma redistribuição do emprego entre os setores da economia, principalmente nas regiões mais desenvolvidas, cuja tendência mais visível é uma maior absorção da mão-de-obra pelo setor de serviços e concomitante redução da mão-de-obra pelo setor primário. Neste estudo, os dados apresentados sinalizam para uma situação que reflete essa tendência: tem diminuído a proporção de idosos trabalhando em atividades do setor primário (basicamente atividades agropecuárias) e aumentado a proporção inserida no setor terciário. Porém, a maioria dos idosos do sexo masculino permanece ocupada no setor primário da economia.

O estudo evidenciou algumas especificidades da participação do idoso no mercado de trabalho no setor primário da economia do Estado. Entre 1991 e 2000 houve uma redução substancial da participação desse contingente de trabalhadores na força de trabalho. Este resultado pode estar parcialmente associado às mudanças metodológicas, mencionadas anteriormente. Entretanto, estudos têm mostrado essa tendência declinante

da participação do idoso (sobretudo do sexo masculino) no mercado de trabalho (Camarano, 2002).

No Estado (excluindo-se a RMBH), observou-se que, entre os idosos do sexo masculino, a maioria estava inserida no setor primário no ano de 1991, sendo que em 2000 houve uma realocação de grande parte desses trabalhadores para os demais setores, sobretudo para o setor terciário. Contudo, em 2000, quase metade dos idosos ainda participava do setor primário. As mulheres idosas estavam inseridas principalmente no setor terciário, em ambos os anos. Mas, constatou-se uma redução da participação feminina nesse setor e um aumento dessa participação no setor secundário. A participação feminina no setor primário também se reduziu, no período.

Uma análise por ocupação revelou que a maioria dos idosos do sexo masculino inseridos no setor primário eram produtores agropecuários. Esse resultado pode explicar parte da grande informalidade existente no setor, uma vez que a categoria autônoma / conta própria está incluída no segmento informal. Por outro lado, cerca de 60% (percentual que se manteve, no período) das mulheres idosas foram enquadradas na categoria “trabalhadores na agropecuária”. Provavelmente, a maioria trabalhava em condições informais, o que requer análise mais aprofundada da questão.

Entre as atividades desenvolvidas pelos homens idosos, no setor primário, cerca de 28% eram relacionadas à pecuária. Em 1991, aproximadamente 51% dos idosos estavam empregados no cultivo do arroz, café e milho, sendo que em 2000 esse percentual se reduziu para cerca de 37%. Quanto às mulheres, elas exerciam basicamente atividades agrícolas: em 1991, quase 56% das idosas estavam empregadas no cultivo de milho, arroz e café. Em 2000 esse percentual caiu para cerca de 45%.

Uma das propostas deste estudo foi verificar possíveis vieses de gênero relacionados à participação dos idosos na atividade econômica. Em consonância com estudos anteriores que mostram a inserção desfavorável da mulher no mercado de trabalho (Gonçalves, Perez e Wajnman, 2004), em relação aos homens, os dados apresentados explicitam que a participação da mulher no setor primário da economia (nas atividades agropecuárias) segue o mesmo curso: a percentagem de idosas trabalhando na informalidade é mais alta, em relação aos homens. Além disso, no período analisado, elas trabalhavam em ocupações que aferem uma menor rentabilidade.

Os resultados apresentados evidenciaram a expressiva participação do idoso nas atividades agropecuárias. Outra constatação importante é que, mesmo aposentado, o idoso permanece fazendo parte PEA. Isso é particularmente relevante, uma vez que alguns estudos (entre eles, Camarano, 2001) têm mostrado que a renda auferida pelo idoso (proveniente do trabalho e de benefícios previdenciários) é bastante significativa na composição da renda familiar.

Considerando a tendência de crescimento desse contingente da população no mercado de trabalho, em função da aceleração do processo de envelhecimento populacional e, dada a importância das atividades agropecuárias na economia do Estado, é preciso a adoção de medidas específicas que favoreçam o desenvolvimento dessas atividades (como concessão de crédito e subsídios). Em contrapartida, será possível uma maior e melhor absorção dessa mão-de-obra idosa em vias de crescimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D.M.X. *Diferenciais de Mortalidade e Estrutura de Causas de Morte na Evolução da Esperança de Vida ao Nascer nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, 1985-1995*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. (Dissertação em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

BELTRÃO, K.I.; PINHEIRO, S.S. *Uma avaliação dos dados da PNAD com respeito à “Previdência Social”- população ativa e inativa*. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para discussão, 871).

BONELLI, R; GONÇALVES, R. *Padrões de Desenvolvimento Industrial no Brasil – 1980/95*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 63 p. (Texto para discussão, 645)

CAMARANO, Ana Amélia (2002). *O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho*. IPEA. *Texto para discussão nº. 830*. Rio de Janeiro.

CARVALHO, J.A.M. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1993.

CARVALHO, J. A .M ; WONG, L. *A widow of opportunity: some demographic and socioeconomic implication of the rapid fertility decline in Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995:b (Texto para discussão, 91)

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.O.; RODRIGUES, R.N. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. 2.ed. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CACCIAMALI, M.C. *Globalização e processo de informalidade*. São Paulo: IPE/USP, 2000 (Texto para discussão 01/2000).

GOLDANI, A M (1999). *Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero*. In: *Muito Além dos sessenta.Os novos idosos brasileiros*.Org. Ana Amélia Camarano.Cap 3, pp 75-114. IPEA. Rio de Janeiro, 1999

GONÇALVES, M E; PEREZ, E.R; WAJNMAN, S. *Taxas de Participação (Formal e Informal) Feminina no Mercado de Trabalho das Regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNADs, 1992-2002*. Anais do XIV encontro da ABEP: Caxambu, 2004.

HONDROYIANNIS, G. ; PAPAPETROU, E. *Demographic transition and economic growth: empirical evidence from Greece*. Journal of Population Economics. Springer. Vol. 15 nr. 2. May 2002.

HOSMER, D.W; LEMESHOW, S. *Applied Logistic Regression*. John Wiley & Sons, Nova York: 1989.

JUNIOR, J.C.C. *Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro e Limites do seu Sistema Público de Emprego*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 751).

LEE, R. D. The formal demography of population aging, transfers, and the economic life cycle. In: MARTIN, L.; PRESTON, S. (eds.). *The demography of aging*. Washington: National Academy, 1994a.

NERI, M. ; CAMARGO, J.M; REIS, M.C. *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 743).

PERPÉTUO, I.H. RODRIGUES, R.N. Mudanças no padrão demográfico, migração e suas implicações para a formulação de políticas públicas. In: *IV Conferência Latinoamericana de Población. La transición demográfica en América Latina y el Caribe*, 1993, México. Vol. 2.

TURRA, C. M. *Contabilidade das Gerações: Riqueza, sistemas de transferências e conseqüências de mudanças no padrão demográfico brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000 (Dissertação em Demografia).

WONG, L.R.; HAKKERT, R.; LIMA, R. *Futuro da população brasileira. Projeções, Previsões e Técnicas*. São Paulo: ABEP, 1987. (Seminário técnico sobre projeções populacionais).

GEOGRAFIA DO TRABALHO NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NAS ÁREAS DE DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO

*Juscelino Eudâmidas Bezerra**

RESUMO

A adequação ao modelo preconizado pelo agronegócio na região Nordeste tem se processado de forma veemente graças ao constante processo de reestruturação produtiva da agropecuária. Atualmente, as áreas de expansão da agricultura moderna se organizam a partir do desenvolvimento de atividades altamente lucrativas fruto do processo de transformação da estrutura produtiva desencadeando profundas transformações territoriais e construindo verdadeiras paisagens modificadas pelo avanço da agricultura científica. No Nordeste, em especial nos últimos vinte anos, a produção do agronegócio vem semeando cidades e ampliando o panorama das desigualdades sociais para os trabalhadores rurais expropriados do campo. O resultado tem sido a conformação de uma nova divisão territorial do trabalho dinamizada pelo comando do agronegócio da fruticultura e da soja. No presente artigo, temos como objetivo analisar as transformações no mundo do trabalho a partir do desenvolvimento do agronegócio no espaço agrário nordestino sob a ótica da relação entre geografia e trabalho. Elegemos como eixo central a análise da divisão territorial do trabalho a partir do desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal, signo do avanço do capital no campo nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste.

Palavras-chave: agronegócio; mercado de trabalho; região Nordeste.

* Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e do Grupo de Pesquisa: Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). juscelinob@yahoo.com.br

Introdução

Importantes estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de inserir a geografia no seio da discussão sobre as transformações no mundo do trabalho. Daí, a emergência por parte dos geógrafos de se debruçar numa análise que contemple um aparato teórico-prático da geografia sobre a temática do trabalho. Este percurso teve início a partir do momento em que a geografia passou a analisar não só o trabalho enquanto elemento central na construção e organização do espaço, mas também quando esta passa a analisar o sujeito dessa relação, ou seja, o trabalhador e as relações sociais a partir da ótica antagônica de uma sociedade de classes.

Os desdobramentos do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico em que o trabalho surge como um aporte inteligível na compreensão do espaço, só pôde encontrar maior foco de difusão quando a ciência geográfica passou por um momento de conturbadas rupturas e redefinições no campo teórico, político e ideológico na década de 70 do século XX. A partir daí, uma série de estudos teve como objetivo debater temas e conceitos fortemente amparados numa crítica social das contradições engendradas pelo modelo sociometabólico do capital.

É neste contexto que temas como o trabalho, passaram a fazer parte de uma geografia renovada e atenta para o desdobramento espacial das contradições que regem as relações sociais de produção sob o capitalismo. Contudo, uma plêiade de posicionamentos divergentes marcou o debate da relação entre geografia e trabalho. Assim, a idéia da existência de uma geografia do trabalho não encontrou total aceitação no universo acadêmico.

Muitos consideram que uma geografia do trabalho é algo redundante no sentido de que a própria concepção de espaço numa perspectiva crítica, já carrega consigo o trabalho enquanto elemento primordial. Outros, numa perspectiva mais direcionada, priorizam a análise da fixação do valor no espaço. Nessa perspectiva, para alguns estudiosos, interessa mais à geografia o trabalho morto do que o trabalho vivo. Essa demarcação a princípio simplória tem na raiz de seu discurso a preocupação sobre a demarcação epistemológica sob pena de se cair num âmbito de discussões onde os conceitos e categorias da geografia entrariam mais como apêndice do que como elemento central.

Partilhamos de uma visão, amparada nas proposições de Thomaz Júnior (2002), que possa conceber o trabalho enquanto elemento central na compreensão do espaço. Porém, não partimos de uma idéia em que o trabalho esteja implícito nas concepções teóricas, ou seja, trata-se de compreender que o debate sobre o mundo do trabalho envolve uma discussão de caráter indissociável com a realidade espacial, pois a dimensão espacial da sociedade é fruto de um processo historicamente produzido pelas relações sociais centradas no trabalho enquanto ato teleológico expresso no intercâmbio do homem e a natureza, ou, para não adentrarmos numa posição unívoca, da relação sociedade e espaço.

É sempre importante lembrar que a defesa de uma geografia do trabalho não seja utilizada como retórica ao positivismo científico, bem como da banalização de estudos setoriais que ingenuamente ou propositalmente praticam uma geografia adjetivada sob pena de cair num discurso vago de conteúdo epistemológico e rico em proposições utilitaristas. Portanto, reconhecer o debate deste temário, que em momento algum se propõe como um novo ramo da geografia (THOMAZ JÚNIOR, 2002), é ao mesmo tempo reconhecer a complexidade teórico-metodológica advinda de um enfoque analítico que priorize inexoravelmente a relação homem e meio e sociedade e espaço. Segundo Moreira:

A relação homem-meio e relação sociedade espaço são, ambas, formas de metabolismo, metabolismo natural e metabolismo social, respectivamente, metabolismo por meio do qual o homem faz-se a si mesmo, ao mesmo tempo que faz a sociedade e a história, hominizando-se pelo trabalho.

Chamemos o primeiro de metabolismo ambiental e ao segundo por metabolismo espacial, um ocorrendo dentro do outro.(MOREIRA,2002,p.21)

De acordo com a visão exposta pelo autor, percebemos claramente a importância da categoria do metabolismo como regente do processo de concreção espacial.O desdobramento da interpretação da categoria do metabolismo nos leva à discussão, ao nosso ver central,de um problema claramente exposto por Mészáros quando coloca a idéia dos sistemas de mediação.Segundo Mészáros (2002), no período do domínio expresso do trabalho concreto é possível verificar a consecução de um momento caracterizado como o sistema de mediação de primeira ordem onde reina a busca pela necessidade através do trabalho criador de valores de uso. Neste sistema, a mediação primária reina absoluta enquanto ontologia própria do homem.Segundo Antunes (2003, p.20), “Nenhum desses imperativos de mediação primários necessitam do estabelecimento de hierarquias, estruturas de dominação e subordinação”.

Foi somente no desenrolar de uma nova etapa da história da sociedade e seus modos de produção que a questão do excedente da produção trouxe um ponto fundamental para se entender a lógica de exploração do mercado. No plano das relações de trabalho tivemos o incremento da divisão social do trabalho que contribuiu para que se impusesse a subordinação estrutural do trabalho ao capital.

É neste íterim que passamos por um momento de transição que teve como marco a passagem para um sistema de mediação de segunda ordem que tem como essência o metabolismo societal do capital.Para Mészáros:

“As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como ‘mediações’, em última análise destrutiva da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.” (MÉSZÁROS, 2002, p.179).

O desenvolvimento da sociedade assentada na mercadoria, na expansão da esfera do valor de troca impôs um ritmo frenético de produtividade que em si guarda seu caráter altamente destrutivo fruto da natureza própria do capital intercalado *pari passu* com o aumento gradativo da técnica. Tal fato, imprescindivelmente, nos coloca num novo patamar de compreensão da esfera do trabalho e de seus desdobramentos para o território.Diante dos problemas expostos e do novo grau de organização da classe trabalhadora sob bases antes inimagináveis, o trabalho se coloca paradoxalmente no centro da produção e da destruição, cabe a nós avançarmos rumo a novos horizontes teóricos que possam dar conta da compreensão da esfera do trabalho na sociedade capitalista.

Dessa forma, acreditamos que a geografia do trabalho encontra total pertinência histórica na compreensão do atual sistema temporal devido ao momento onde o debate sobre a centralidade do trabalho se faz salutar frente ao contínuo processo de reestruturação produtiva de caráter flexível que aparece como o envoltório da trama do processo de expansão do capital possibilitando uma série de desdobramentos na organização territorial frente à divisão internacional do trabalho.

Em meio a uma multiplicidade de recortes analíticos da realidade concreta, optamos por perscrutar as transformações no espaço agrário nordestino pela possibilidade de observar o processo, que se dá a nossas vistas, de dominação e apropriação do território sob a égide do agronegócio enquanto discurso marcadamente ideológico. Essa imposição de uma lógica de produção convive e esbarra, a todo o momento, com a expropriação de trabalhadores rurais e camponeses contribuindo na complexização do entendimento das peculiaridades do avanço do capital no campo.

O desenvolvimento do agronegócio no Nordeste

Pensar o agronegócio é, para nós, enveredar para um caminho que nos leva inexoravelmente ao debate sobre a ideologia sendo esta compreendida, de acordo com Mészáros (2004), como uma “uma consciência prática da sociedade de classes”. Nesse sentido, a história da questão agrária no Brasil pode ser sintetizada, utilizando as expressões cunhadas por Martins (1980), como a luta interminável da imposição da *terra de negócio* sobre a *terra de trabalho*. Sendo assim, é impossível não sentir a sensação de *dé já vu* quando observamos como se dá a expansão do agronegócio nas fronteiras agrícolas do Nordeste brasileiro. O que está em voga, portanto, é compreender o processo de produção e reprodução do modelo sociometabólico do capital que cada vez mais ganha expressão no espaço agrário brasileiro. Todavia, não devemos apreender disso tudo que se trata de um processo homogêneo, pois seria negar a capacidade de contestação dos sujeitos históricos como o camponês, bem como os movimentos sociais de responder dialeticamente aos ditames da acumulação do capital no “novo” Nordeste (HAESBAERT, 2002).

O Nordeste compõe atualmente uma das regiões brasileiras que tem sofrido com a expansão e ocupação de lugares voltados para a produção de uma agropecuária moderna. Estas áreas são exemplos do processo pontual como se deu o desenvolvimento da atividade agropecuária denotando que o processo de reestruturação produtiva privilegiou determinados espaços, bem como atividades que pudessem propiciar a expansão contínua das taxas de lucro no setor.

Tal estágio em muito se contrasta com o processo sócio-histórico comumente associado à região já que a mesma possui no imaginário da sociedade brasileira uma imagem diretamente relacionada à pobreza, à estagnação econômica e às calamidades provocadas pelos efeitos climáticos nos períodos de seca. Contudo, com o desenvolvimento do progresso técnico associado à atividade da agricultura podemos constatar que a lógica do capital se instaura de maneira preponderante de modo a subordinar a natureza ao capital.

Nesse sentido é que podemos constatar o desenvolvimento do agronegócio enquanto ideologia que prega a ruptura com o arcaico presente na figura da agricultura de subsistência, ao mesmo tempo em que se apresenta como um vetor de modernidade na agricultura nordestina com o discurso da promoção de uma redenção econômica através de sua vocação exportadora e da criação de empregos no campo. Tal imagem, também disseminada pelo Estado mediante o apoio às políticas de desenvolvimento do agronegócio, apenas oculta seu caráter concentrador dos meios de produção, contribuindo para se instaurar um cenário calamitoso de pobreza e expropriação.

Ao tratar do novo perfil econômico da Região Nordeste, Castro (2002) ressalta que a natureza, neste modelo de desenvolvimento, tem representado um papel importante na reorganização das atividades econômicas não mais sendo vista como ofensiva à regulação econômica do território. A partir daí, segue-se uma série de transformações com o objetivo de inserir a região Nordeste num amplo circuito espacial de produção (SANTOS, 2001) voltado para atender a demanda do consumo globalizado.

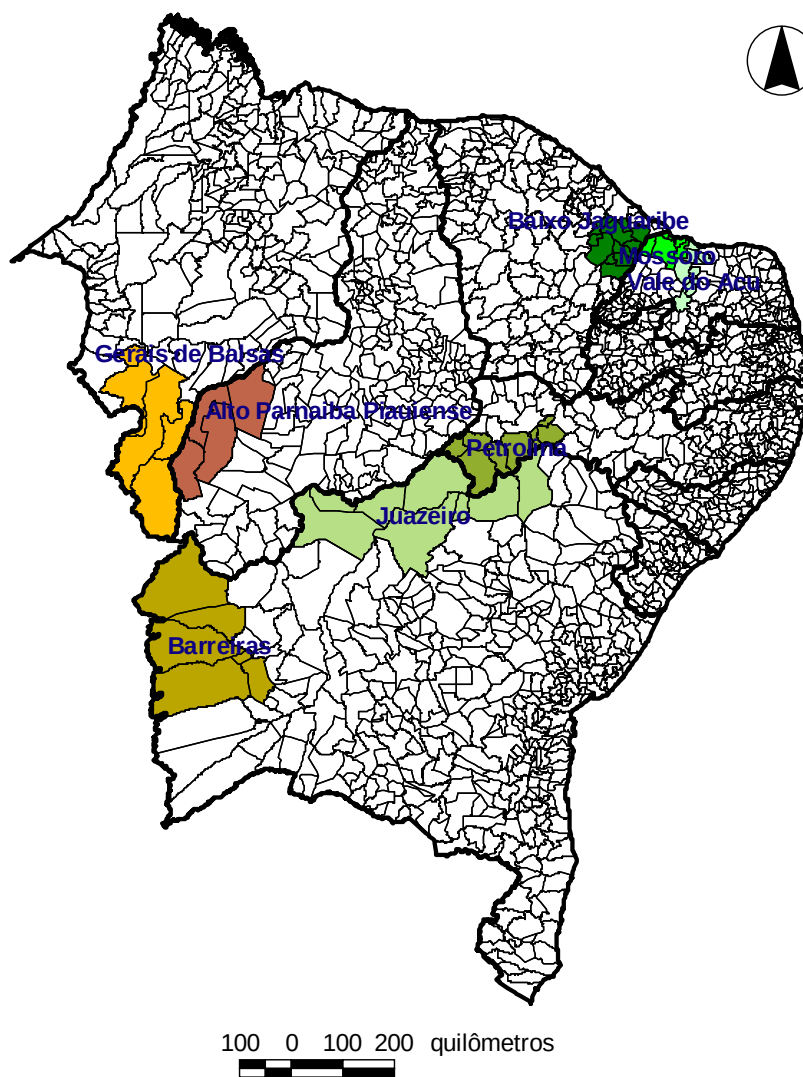
A estrutura produtiva do território nordestino vem sendo amplamente reformulada de forma a garantir meios para a reprodução do capital na agropecuária. O que se procedeu foi à substituição de produtos de menor composição orgânica do capital por produtos de consumo globalizado e maior valor agregado através de transformações no processo produtivo associado à lógica da agricultura científica (Santos, 2000; Elias, 2003). Sobre a agricultura científica e seu desenvolvimento coadunamos com Elias (2003) quando mostra que:

“A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva (...) Isso significa que ela privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente susceptíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e do consumo.”(ELIAS,2003,p.324)

O resultado deste processo no território nordestino foi a fragmentação do espaço agrícola. Desta forma, o conceito que mais se adequa ao período em voga está no que se refere ao processo pontual como se deu a modernização da atividade agropecuária. Assim, concordamos com Santos (2001) quando propõe o entendimento da modernização incompleta em pontos do território brasileiro através da idéia dos *pontos luminosos*.

Diante das transformações ocorridas com a implantação de uma nova lógica de produção da agropecuária, várias atividades foram sendo introduzidas no perfil produtivo da região onde podemos destacar a produção de frutas, bem como a expansão da soja nos cerrados nordestinos. Estas atividades foram as que mais se adequaram as emergências do crescimento do agronegócio mediante a atuação do Estado no fornecimento de créditos financeiros voltados ao aquecimento da agricultura comercial. O resultado desta difusão do agronegócio no Nordeste é a formação de novas áreas de expansão do capital no campo contribuindo para a criação de uma tessitura de desdobramentos para a leitura da dinâmica da divisão territorial do trabalho no campo nordestino (ELIAS, 2006). Sendo assim, pretendemos analisar a organização do mercado de trabalho capitalista como um dos principais impactos sociais da territorialização do capital no campo tendo como marco o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura e da soja no Nordeste.

Localização das áreas de estudo



Microrregiões

	Alto Parnaíba Piauiense
	Baixo Jaguaribe
	Barreiras
	Gerais de Balsas
	Juazeiro
	Mossoro
	Petrolina
	Vale do Acú

Desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal nas microrregiões de expansão da fruticultura

O crescimento da produção de frutas frescas no mundo reflete uma tendência mundial de valorização dos produtos “naturais”. Nessa esteira da renovação dos hábitos alimentares da população, os grupos do setor alimentício souberam captar esta onda de inovação que tem sua raiz no padrão de beleza balizado pela mídia e aquecido pelo setor de marketing, bem como da indústria cultural do cinema e das redes de televisão que juntos buscam impor um modelo único de beleza. Dito isto, não podemos dissociar o surgimento de novos ditames nos hábitos alimentares, do projeto da geração saudável do século XXI. O ponto de união está no processo apontado por Marx de mercantilização da vida onde todas as esferas da vida humana são invadidas por relações de troca baseadas na exploração da mais-valia de outrem.

Nos últimos anos do século XX, a fruticultura se transformou em um dos principais vetores de desenvolvimento econômico do agronegócio da Região Nordeste. Esta atividade foi uma das alternativas mais promissoras para a intensificação da inserção do Nordeste na economia de mercado através da atuação do Estado na proposição de políticas públicas que potencializou a implantação de variados sistemas de objetos (SANTOS, 2002) que dinamizaram fluxos de toda ordem. Como exemplo podemos citar a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1955, seguido da construção da Barragem de Sobradinho em 1977. Ambas possibilitaram a garantia da oferta de energia para alavancar o desenvolvimento econômico do Nordeste. Poderíamos ainda citar diversas instituições cujos objetivos casariam perfeitamente com a lógica da fruticultura como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (1974), Banco do Nordeste do Brasil (1952).

Aliado a este fato, temos a existência de condições naturais precípuas para a consecução da fruticultura tais como a luminosidade, solos férteis, o curto período chuvoso e a paradoxal disponibilidade de recursos hídricos nos vales úmidos de importantes rios como o São Francisco, Açu e Jaguaribe.

A fruticultura como a grande aposta para a dinamização das economias sertanejas foi eleita, dentre outros fatores, pela possibilidade de se reproduzir em um espaço que congrega uma série de condições artificiais de abastecimento hídrico. Nesse sentido, a implantação dos perímetros irrigados públicos foi um dos principais sistemas técnicos agrícolas de artificialização da paisagem que possibilitou a criação de verdadeiros oásis no sertão (ELIAS, 2005).

Os perímetros nasceram no pleno apoio das políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) nas décadas de 1960 e 1970. A instalação dos projetos públicos possibilitou aos então colonos a oportunidade de desenvolver em pleno sertão culturas até então inimagináveis. Contudo, as dificuldades de manutenção decorrentes do crescimento abusivo dos custos de produção tornaram inviável a atividade para os pequenos produtores, aumentando a participação empresarial no setor.

O ponto decisivo para que as empresas associadas à fruticultura pudessem alçar vãos mais elevados foi à imposição do modelo hegemônico sob os pequenos colonos através da substituição destes por empresários atrelados à lógica de expansão da economia de mercado. Nesse novo modelo as empresas foram privilegiadas intensificando os conflitos sociais nas áreas de expansão da fruticultura. Como destaque, podemos citar o processo de expropriação dos trabalhadores rurais e o conseqüente aumento do assalariamento dos trabalhadores dando margem a um processo generalizado de flexibilização das relações de trabalho sob o marco da reestruturação produtiva.

A seguir destacaremos a expansão do emprego formal nas principais microrregiões, de acordo com a subdivisão estabelecida pelo IBGE, de desenvolvimento da fruticultura, a saber: Petrolina (PE); Juazeiro (BA); Mossoró e Vale do Açu (RN) e Baixo Jaguaribe (CE).

Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)

Situadas entre as margens do Rio São Francisco no sertão nordestino as microrregiões de Petrolina¹ (PE) e Juazeiro² (BA) formam as áreas mais tradicionais do desenvolvimento da fruticultura irrigada do Nordeste. A ocupação destas microrregiões foi marcada pela prática da agricultura da beira de rio, agricultura de chuva e os benefícios logísticos por ser ponto de entreposto nas rotas de gado que cruzavam o sertão.

Segundo Ramos (2006) podemos identificar três fases distintas da história territorial do submédio São Francisco. Na primeira fase no início do povoamento durante o século XIX as práticas agrícolas e o uso da irrigação eram dominadas pelas determinações da natureza e o uso de técnicas rudimentares. Havia, então, o domínio do meio natural e a realidade dos homens lentos.

Na segunda fase que vai do final do século XIX e início do século XX deu-se início a um povoamento mais intensivo onde o processo de urbanização das cidades como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) mostrava-se mais efetivo. Destaca-se ainda nesta fase, a instalação de uma diversidade de fixos, objetos geográficos que dinamizaram os fluxos regionais. Foi somente na terceira fase, no final do século XX, que pudemos identificar a composição do perfil que hoje caracteriza a região qual seja, a expansão da agricultura irrigada. Segundo Cavalcanti; Mota; Silva:

“A agricultura irrigada da Região do Vale do São Francisco teve origem no decorrer das décadas de 1960 e 1970, com os primeiros projetos públicos de irrigação instalados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Bebedouro e Mandacaru) e com os projetos hidroelétricos que objetivaram a construção da barragem de Sobradinho. Mas é nos anos 1980 que se define seu perfil como região dinâmica no contexto da denominada ‘modernização conservadora’ (MARTINE, 1987).” (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2006, p.119).

A consolidação do pólo irrigado Petrolina/Juazeiro como o mais dinâmico do Nordeste fez com que a fruticultura transforma-se em uma das atividades econômicas mais importantes da região. O que se tem hoje é uma moderna área de produção de frutas voltadas, sobretudo para a exportação onde destacam-se a produção de uva, manga, goiaba, coco e mamão. A partir dos dados da área plantada fornecidos pelo IBGE é possível ter uma demonstração dos principais produtos que compõem a estrutura produtiva das microrregiões analisadas.

Os dados do IBGE refletem a importância de determinados produtos na composição do quadro da especialização produtiva dando destaque para a produção de manga e uva. No caso da produção da uva as regiões de Petrolina e Juazeiro concentraram, em 2005, 93,13% (8.114) do total da área plantada no Nordeste.

Para a manga, as microrregiões juntas foram responsáveis por 36,45% (17.906 ha) do total da área plantada no Nordeste. Segundo Ramos (2006, p.170) “A escolha predominante pelo cultivo de mangas e uvas justifica-se como resposta a demandas longínquas, o mercado internacional. Neste ponto, a flexibilidade do calendário agrícola, decorrente do controle científico da lavoura, vem favorecendo a inserção e o destaque da região no cenário internacional com frutas *in natura*.”. A produção da manga e da uva representam as culturas que mais agregam tecnologias inovadoras em sua produção. Tanto que a maior parte dos

¹ A microrregião de Petrolina, Estado de Pernambuco é formada pelos municípios de: Afrânio. Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Terra Nova.

² A microrregião de Juazeiro na Bahia compreende os municípios de: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaça, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho.

produtores são grandes empresários ao contrário dos colonos que produzem produtos voltados para os mercados local e regional como o arroz, milho, feijão goiaba e coco (RAMOS,2006).

O processo de industrialização das uvas produzidas no pólo deram origem a um importante crescimento da produção de vinho em pleno semi-árido nordestino passando a concorrer no mercado nacional com os vinhos produzidos na região sul. A cultura da manga beneficia-se pela posição importante do Brasil no suprimento da manga no comércio internacional devido ao calendário agrícola privilegiado que ocupa importantes janelas do mercado na exportação da fruta.

Mossoró/Vale do Açu (RN)

As microrregiões de Mossoró³ e Vale do Açu⁴ estão localizadas no noroeste do Estado do Rio Grande do Norte fazendo divisa com a microrregião do Baixo Jaguaribe no Ceará. Suas características naturais assim como todas as regiões da fruticultura são dominadas pelos aspectos geoambientais da zona semi-árida.

Outra característica comum entre as regiões de produção frutícola é a presença de importantes bacias hidrográficas. O potencial hídrico das microrregiões de Mossoró e Vale do Açu é garantido pela bacia formada pelos rios Piranhas e Apodi, bem como a bacia do rio Mossoró com menor expressão. Os principais centros urbanos são os municípios de Mossoró com uma população, de acordo com Censo de 2000, de 213.841 mil habitantes e a segunda maior cidade do Estado e o município de Açu com 47.904 mil habitantes.

Dentre as principais culturas responsáveis pela ocupação dos espaços agrários no sertão do Rio Grande do Norte durante a segunda metade do século XX, destaca-se a produção do algodão. O cultivo do algodão vivenciou momentos de grande ascensão econômica, mas logo veio a sucumbir. Segundo Silva (2003), os motivos que levaram a desarticulação da economia algodoeira foi o aparecimento de pragas, queda dos preços e a falta de financiamento.

A estagnação causada pela decadência da atividade algodoeira foi gradativamente sendo substituída pelo clima de euforia propiciado pela valorização das terras devido a irrigação de seus solos férteis. É nesse momento que a agricultura irrigada cresceu significativamente. Hoje as microrregiões de Mossoró e do Vale do Açu são responsáveis por um dos principais pólos da fruticultura do Nordeste. O perfil produtivo do pólo é marcado pela produção das curcubitáceas (melão e melancia), bem como da produção da banana. Outras frutas também são produzidas no pólo como a manga, o mamão e a goiaba.

A microrregião de Mossoró abrigou uma das maiores empresas agroindustriais do Nordeste. A empresa alavancou o setor de industrialização da produção de frutas sendo uma das maiores empresas na fabricação de polpas de frutas. A empresa veio à falência no ano de 2002 e hoje sua extensa área de produção deu lugar a projetos de assentamentos rurais engendrando uma série de conflitos atinentes a concentração fundiária.

O desenvolvimento da agricultura irrigada provocou um aumento notável no número de grupos empresariais ligados ao setor da agropecuária. Na microrregião do Vale do Açu podemos encontrar uma das maiores empresas do mundo no setor da produção de frutas frescas. É a empresa multinacional Del Monte Fresh que atua na produção de banana para exportação. A chegada da empresa Del Monte tem provocado uma série de transformações nas relações de produção sendo responsável pela dinamização do mercado de trabalho sob moldes capitalista de exploração, pelo aquecimento do mercado de terras aprofundando a

³ Os municípios que compõem a microrregião de Mossoró são: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau.

⁴ A microrregião do Vale do Açu é formada pelos os municípios de Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael.

concentração fundiária e as questões associadas aos problemas ambientais como a contaminação dos rios agrotóxicos.

Baixo Jaguaribe (CE)

A microrregião do Baixo Jaguaribe⁵ localiza-se na região Nordeste do estado do Ceará sendo boa parte dos seus municípios⁶ fronteiriços com o estado do Rio Grande do Norte. Suas características geoambientais são dominadas pela influência da região semi-árida. Dentre os principais centros urbanos da microrregião destacam-se o município de Limoeiro do Norte com 49.620 mil habitantes e o município de Russas com 57.320 mil habitantes.

A microrregião do Baixo Jaguaribe passou por momentos de glória e ascensão, assim como de marasmos econômicos. Para Elias (2002, p.290) a região do Baixo Jaguaribe está entre as que mais tem interessado aos capitais hegemônicos atuantes na agropecuária do Estado”. Segundo Hidelbrando Soares (2000), a valorização da região do Baixo Jaguaribe só se tornou possível devido à presença de planícies aluviais, como a do Rio Jaguaribe, que possui variada riqueza dos elementos naturais, como os solos profundos e o fácil acesso à água. Todos estes fatores contribuíram também para uma maior expansão demográfica, pois como sabemos a ocupação do interior do Ceará foi influenciada pelas rotas do gado. Desta forma, as rotas que saíam de Pernambuco e Bahia seguiam o curso do rio, fazendo desta região um potencial da atividade pecuária extensiva.

Além da pecuária, alguns ciclos econômicos foram de extrema importância como o ciclo do algodão e da cera da carnaúba. Porém, a superação desses ciclos de menor composição orgânica do capital somente foi superado com o advento de políticas públicas específicas para o desenvolvimento agricultura da região. Essas políticas foram desenvolvidas especialmente por instituições que tinham como objetivo o desenvolvimento da região Nordeste, como foi o caso da SUDENE e do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Vale destacar também a participação do Banco do Nordeste, que teve e tem uma participação expressiva em termos de créditos bancários voltados para a agricultura.

O processo de adequação a agricultura científica na região foi responsável por uma completa reformulação em sua estrutura produtiva. Porém, a modernização da agricultura no Baixo Jaguaribe tem privilegiado determinadas áreas e culturas. Desse modo, os incentivos dados pelo Estado através da construção de grandes fixos (Barragem Castanhão, Canal da Integração, Porto do Pécem, Centec), aliados as características naturais e a proximidade dos grandes centros regionais (Fortaleza, Natal, Recife). Todos estes fatores contribuíram para a maior captação de recursos para região, o que acabou trazendo consigo empresas agrícolas que impuseram um novo padrão em sua estrutura produtiva.

A cultura mais importante na fruticultura desenvolvida na microrregião do Baixo Jaguaribe é representada pela produção do melão. Segundo os dados da produção agrícola municipal do IBGE, a microrregião analisada participou com 26,95% (3.059 ha) do total da área plantada do Nordeste. O melão é responsável por grande parte das exportações de produtos agropecuários no Ceará. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do estado somente o melão contribuiu no ano de 2004 com 67,43% do valor total das exortações de frutas no Ceará. Dito de outro modo, as exportações de melão somaram 16.743.81 US\$ do

⁵ O Laboratório de Estudos Agrários da Universidade Estadual do Ceará desenvolveu ao longo dos últimos anos uma série de pesquisas no âmbito da graduação e da pós-graduação sobre a microrregião do Baixo Jaguaribe. Destaca-se o projeto integrado de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado “Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe –CE” desenvolvido no período de 2004 a 2006.

⁶ A microrregião do Baixo Jaguaribe é formada pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

total de 24.828.81 US\$ de exportação de frutas do estado. Outra cultura que vem crescendo em importância é o abacaxi voltado para a exportação. Vale ressaltar que estas culturas de maior importância são produzidas, em sua maioria, pelas grandes empresas do setor agropecuário com destaque para a empresa multinacional Del Monte Fresh.

De acordo com o recorte temporal adotado na pesquisa que analisa os anos de 1985, 1995 e 2004, pudemos registrar um aumento significativo de empregos formais no setor da agropecuária nas regiões de produção da fruticultura. Os dados disponibilizados pela RAIS⁷/MTE para o recorte temporal utilizado revelam que no ano de 1985, fase da expansão da atividade dos projetos irrigados, o número de trabalhadores nas microrregiões analisadas era bastante inexpressivo. Contudo, no ano de 1995 foi possível detectar um aumento dez vezes maior em relação ao período anterior com a criação de aproximadamente vinte mil empregos formais.

Estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura			
	1985	1995	2004
Baixo Jaguaribe	52	956	4.458
Juazeiro	209	4.470	9.919
Mossoró	1.807	7.836	6.395
Petrolina	230	6.644	11.351
Vale do Açu	131	1.747	5.179
Total	2.429	21.653	37.302

Fonte: MTE/RAIS

No ano de 2004, o ritmo continuou crescente apontando para um acréscimo de mais de quinze mil empregos formais. O impacto desse crescimento para o mercado de trabalho agropecuário regional pode ser evidenciado quando relacionamos a relevância destas microrregiões da dinâmica do emprego em seus respectivos estados.

Na Bahia dentre as microrregiões que compõem o Estado, a microrregião de Juazeiro foi responsável por 12,48% (9.919) do total de empregos formais no setor da agropecuária do mesmo ocupando a terceira posição no ranking de microrregiões com maior estoque de postos de trabalho com vínculo formal no setor analisado. Tal colocação se repete em Pernambuco, onde a microrregião de Petrolina alcançou, também, a terceira posição com 19,57% (11.351) dos empregos formais na agropecuária.

No Rio Grande do Norte, as microrregiões de Mossoró e Vale do Açu polarizam a concentração dos empregos formais na agropecuária do Estado ocupando o primeiro e o segundo lugar com 27,85% (6.395) e 22,56% (5.179), respectivamente. Dessa forma, as microrregiões de desenvolvimento da fruticultura neste Estado são responsáveis por mais da metade do total de empregos formais no setor da agropecuária. Por último, no Ceará, temos um caso especial, pois a única microrregião que possui maior quantidade de empregos formais do que o Baixo Jaguaribe é justamente a microrregião que representa a Região

⁷ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo de periodicidade anual organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego que cobre todo o território nacional e propicia informações sobre o emprego formal tais como: número de estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos por quantidade de empregados, estoque de empregos formais e etc. A RAIS é de fundamental importância para a análise do mercado de trabalho já que cobre cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro.

Metropolitana de Fortaleza. Assim, temos com 27,82% (5.106) dos empregos formais com a microrregião de Fortaleza, seguido pelo Baixo Jaguaribe com 23,67% (4.458).

Desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal nas microrregiões de expansão da soja

Dando destaque a outro movimento de expansão da fronteira agrícola no Nordeste enfatiza-se a ocupação dos cerrados como a nova área de reprodução do modelo do agronegócio da soja que avança rumo aos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. O domínio dos cerrados ocupa cerca de 24% do território nacional. Localiza-se, como área core, no Planalto Central do Brasil estendendo, por diversas áreas caracterizadas por pontos de transição com os demais domínios morfoclimáticos. É o caso das áreas de cerrado no Nordeste que se encontram em pontos de transição com a caatinga.

De forma geral, o domínio dos cerrados oferece condições vantajosas à produção de grãos. Sendo assim, o cerrado oferece uma gama de possibilidades para a implantação de commodities como a soja devido à existência de inúmeras vantagens tais como: temperatura favorável, regularidade na distribuição das chuvas, luminosidade e topografia plana (chapadões).

Segundo Giordano (1999), as condições naturais favoráveis aliadas à atuação do Estado na proposição de políticas públicas trouxeram várias modificações no uso do território, principalmente porque tinham como âmagos a ocupação racional dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial através do financiamento com recursos públicos.

A história da soja no Brasil se confunde com a primazia do governo militar durante o período do “milagre econômico”. Uma das apostas do então governo foi o investimento em culturas que pudessem propiciar uma maior elevação das taxas de exportação. Contudo, foi na década de oitenta que o Brasil entrou definitivamente no comércio mundial de soja, minando a hegemonia norteamericana na exportação do produto.

O ponto de partida da expansão da sojicultura se deu no Estado do Rio Grande do Sul devido a grande influência dos migrantes europeus e asiáticos. A partir daí, a cultura da soja à medida que aumentava sua demanda no mercado internacional, passaria a ocupar papel central na pauta de exportação na balança comercial brasileira. O resultado do “boom” da soja foi a conseqüente expansão territorial das áreas de cultivo por diversas áreas dos cerrados.

Entre os primeiros focos de extrapolação da sojicultura estão os Estados de Santa Catarina e Paraná. Contudo, o local onde a atividade encontrou condições vantajosas para sua alocação foi na Região Centro-Oeste, pelo fato de ter sido esta uma das maiores fronteiras agrícolas do Brasil. Porém, outras fronteiras agrícolas se firmaram na segunda metade da década de 1980. Neste ínterim, destacaram-se as áreas de cerrado do Nordeste.

A Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura. Essa expansão da atividade está inserida num amplo processo de especialização produtiva do território como destaca Haesbaert:

“A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado da soja’) faz com que muitos denominam estas áreas como o ‘Novo’ Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio sulista) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.”(HAESBAERT, 2002, p.382)

De acordo com Giordano (1999), os principais motivos que atraíram produtores de soja para o Nordeste foram: preços crescentes das commodities nos mercados internacionais; preços acessíveis das terras; acúmulo de experiência na produção da soja por parte dos

produtores sulistas; presença de órgãos de pesquisa do Governo (EMBRAPA) dando suporte à produção e criando novas espécies de plantas adaptadas às condições naturais presentes no cerrado nordestino; demanda firme pela soja; subsídios repassados aos produtores na forma de crédito rural.

A seguir iremos enfatizar as principais áreas de desenvolvimento da produção da soja nos cerrados nordestinos através da análise das principais microrregiões de expansão do agronegócio no cerrado, quais sejam: Barreiras (BA), Gerais de Balsas (MA) e Alto Paranaíba Piauiense (PI).

Barreiras – BA

A microrregião de Barreiras⁸ situa-se no oeste da Bahia sendo um das áreas de maior abrangência do bioma cerrado do Estado. Foi na região de Barreiras onde foram dados os primeiros passos rumo à expansão da soja nos cerrados nordestinos. A descoberta de técnicas de correção dos solos disseminadas pela EMBRAPA abriu um grande potencial para o cultivo de grãos adaptados as condições edafo-climáticas dos cerrados no Nordeste.

A história econômica na região é marcada por sua posição secundária no avanço de atividades econômicas se comparado com as demais porções do estado da Bahia. Essa condição de filho bastardo possibilitou até, segundo Haesbaert (2002), uma série de movimentos separatistas e a idealização da criação do Estado do São Francisco. Contudo, como poderemos perceber adiante trata-se mais de interesses imersos em contradições culturais baseada no discurso das burguesias regionais interessadas em forjar um estado alienígena desconsiderando a verdadeira população nativa da região.

A economia da região evoluiu a passos curtos visto a lentidão do processo de ocupação que seguia o ritmo das navegações explorativas dos povoadores no Rio Grande e no Rio São Francisco que seguiam rumo ao Goiás. No final do século XIX, a região de Barreiras obteve uma maior crescimento quando da descoberta do valor econômico da extração da borracha da mangabeira e mais adiante, já no século XX, com a construção da segunda hidrelétrica do Estado.

Contudo, a crise enfrentada pela estagnação da extração da borracha aliada à desativação da hidrelétrica em 1964 contribuiu para que a região enfrentasse uma grave crise econômica. O que possibilitou a expectativa de uma volta do crescimento econômico foi justamente a construção na década de 1970, por parte do Governo Federal, da rodovia que passou a ligar Salvador à Brasília (BR 242) na década de 1970.

Os fluxos proporcionados pela construção da BR 242 permitiram um grande salto da região para que hoje ocupasse posição de destaque na produção agrícola regional e nacional. Dessa forma, a década de 1970 pode ser apontada como o período que marca a incorporação dos cerrados nordestinos no processo de expansão da fronteira agrícola subsidiada por inúmeros programas governamentais de apoio ao desenvolvimento da agricultura comercial. O panorama fruto da descoberta da vocação agrícola da região e das possibilidades de exploração comercial do plantio da soja possibilitaram a formação de um significativo movimento migratório de produtores oriundos de regiões tradicionais no plantio da soja principalmente do sul do país. Esse movimento foi intensificado devido a oferta de terras baratas, realidade inversa aos estados de origens dos migrantes, bem como das condições naturais favoráveis. O que se assistiu nesse período foi um movimento crescente da área plantada com soja.

O saldo do crescimento da área plantada (há de soja em Barreiras segundo dados da produção agrícola municipal do IBGE, passou dos 285.000 ha em 1990 para 721.800 há no

⁸ A microrregião de Barreira é formada pelos municípios de Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luiz Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério

ano de 2005, ou seja, um crescimento percentual de 153,26%. Para quantidade produzida, esse crescimento é ainda maior chegando ao patamar de um aumento superior a 1000%. Esse espantoso aumento da produção de soja na região atraiu diversos grupos empresariais nacionais e internacionais. Segundo estudos realizados pelo Banco do Nordeste em 1998 foram registradas na região do oeste da Bahia a presença de várias empresas dentre as quais podemos destacar: Cargill Agrícola S.A Santista Alimentos S.A (Empresa do Grupo Bunge); Ceval Alimentos S.A, Grupo Coparain e Agropecuária Parizotto S.A.

Estas empresas movimentam fluxos de comércio internacional através da exportação da soja, bem como das agroindústrias a montante e a jusante da produção. Vale destacar o aumento do potencial regional das atividades de beneficiamento da soja. Estas unidades industriais são responsáveis por desenvolver atividades de esmagamento da soja para a obtenção de produtos como: óleo refinado envasado, óleo de soja degomado e farelo de soja peletizado.

O aumento da produção do agronegócio da soja mobilizou também a necessidade de toda uma estrutura logística para o escoamento da produção. Segundo Fernandes (1998), a região de Barreiras está inserida no Corredor Nordeste de transporte multimodais. Seu eixo principal é formado pela BR -242, o Rio São Francisco e seus afluentes navegáveis e das ligações ferroviárias com os trechos Salgueiro-Recife, Juazeiro (Bahia)-Salvador e Missão Velha-Fortaleza (Ceará) e suas programadas até Petrolina/Juazeiro (Bahia), a BR-135 (para o Piauí) e a BR-020 (ligando a Brasília).

Como podemos perceber é indubitável que a lógica engendrada pelo agronegócio tem contribuído decisivamente na construção de uma nova etapa de expansão da agricultura moderna, responsável pela dinamização dos espaços agrícolas e urbanos determinando, assim, novas dinâmicas sócioespaciais na microrregião de Barreiras na Bahia.

Gerais de Balsas – MA

Firmando outro exemplo de intensificação do processo de ocupação dos cerrados nordestinos temos a microrregião de Gerais de Balsas⁹ localizada ao sul do Maranhão como uma das áreas de fronteira agrícola mais recente. Como grande pólo regional destaca-se o município de Balsas que concentra cerca de 60.163 mil habitantes segundo dados do IBGE para o último censo em 2000.

As características ambientais da região de Balsas relacionam-se diretamente com a presença do bioma cerrado com áreas de transição para a vegetação amazônica. É um área de solos férteis, ampla disponibilidade hídrica através do rio Balsas e apresenta características climáticas compatíveis com desenvolvimento da sojicultura. Cabe destacar o importante papel desempenhado pela EMBRAPA na pesquisa tecnológica de sementes adequadas as características edafo-climáticas dos cerrados o que explica, em muito, o sucesso desta cultura no atual quadro da estrutura produtiva regional. Contudo, antes da região experimentar um amplo processo de adequação ao modelo do agronegócio da soja, a economia da microrregião analisada resumia-se às atividades da agricultura de subsistência, rizicultura, atividade extrativa do babaçu e a pecuária extensiva nas áreas dos chapadões. A decadência destas atividades propiciou a existência de fluxos de emigração que contribuíram para o agravamento da estagnação econômica.

Foi somente a partir da década de 1970 indo se consolidar definitivamente em 1990, que a região passou a vivenciar um amplo processo de desenvolvimento de atividades voltadas para a economia de mercado, contribuindo para colocar o Maranhão como uma das fronteiras agrícolas mais dinâmicas compondo o arranjo produtivo da soja no cerrado nordestino. Como

⁹ A microrregião de Gerais de Balsas é formada pelos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Feira Nova do Maranhão, Riachão e Tasso Fragosso.

fato peculiar na intervenção do Estado no Nordeste os créditos bancários disponibilizados para os grandes e médios produtores foram repassados de forma contínua na tentativa de subsidiar a modernização da pecuária.

Contudo, foi com o investimento de capital oriundos dos migrantes sobretudo, dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo que o processo de ocupação produtiva da soja em Balsa deu-se de forma acelerada. Vale ressaltar que nesse processo a grilagem de terras, e os falsos títulos de propriedade eram e continuam sendo regra. As terras quando não obtidas de maneira ilegal são compradas a preços insignificantes.

A chegada das grandes empresas veio mudar essa realidade de forma paulatinamente, visto que depois das inúmeras vantagens locacionais que hoje permitem ao latifundiário um alto preço pelas terras, a dinâmica do mercado de terras apresentou um crescimento considerável.

O cultivo da soja tem crescido continuamente na microrregião, sua área plantada segundo Giordano (1999), considerando o pólo de Balsas que inclui 13 municípios, passou de 10 mil ha em 1985 para 157,9 mil ha em 1998. Em 2005, para a microrregião de Balsas, houve um registro do total de 238.552 ha de soja denotando que a região passa por um processo efetivo de incorporação da agricultura comercial.

Alto Paranaíba Piauiense –PI

A microrregião do Alto Paranaíba Piauiense¹⁰ localiza-se no sudoeste do Estado do Piauí. O centro urbano de maior expressão é o município de Uruçui que concentra, segundo Censo 2000, 17.011 mil habitantes. A microrregião configura-se como mais uma fronteira agrícola em expansão moldada pelos ditames do agronegócio em especial o da produção de grãos nos cerrados nordestinos. Do exposto sobre a microrregião de Balsas, que faz fronteira com a do Alto Paranaíba Piauiense, muita das características geoambientais e de sua formação sócio-econômica pode ser percebida na microrregião que ora analisamos.

Tal fato evidencia-se quando analisamos a história econômica da microrregião que foi marcada pela importância do complexo gado-algodão-agricultura de subsistência (MORAES, 2006). O cerrado abrange 46% do território piauiense ocupando grandes áreas do sudoeste do estado. Dessa forma, a região é posta como uma grande área de contraste com as superfícies semi-áridas dominadas pela depressão sertaneja.

Até o final da primeira metade do século XX a microrregião era considerada praticamente como ‘esquecida’ no sentido da própria dificuldade de comunicação e de infra-estrutura viária que fizesse sua ligação com os principais centros urbanos até então. Na década de 1960 e início da década de 1970 a construção da rodovia que liga Brasília ao Piauí contribuiu para o início do processo de ocupação produtiva do território do sudoeste piauiense. A densidade demográfica é um bom demonstrativo da brevidade do processo de ocupação do sul do Piauí. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, no ano de 2000 o município de Uruçui, núcleo urbano mais significativo da região, apresentava uma densidade demográfica de apenas 2,0 hab/ Km². Segundo Moraes:

“Os anos 1970, ainda titubeante, os 1980, com maior vigor, e os anos 1990 rompiam, definitivamente com o imperativo do destino pastoril e assumiam a idéia da vocação agrícola como mais uma feição da economia piauiense, mesmo sem alterações profundas na estrutura agrária e, principalmente, fundiária. Sem dúvida, isto se vincula ao processo de incorporação dos cerrados piauienses que, a partir do final dos anos 1980, ganharia visibilidade como uma nova frente de

¹⁰ A microrregião de Alto Paranaíba Piauiense é formada pelos municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçui

expansão do agronegócio do complexo carnes/grãos mais tarde largamente tratada como uma nova fronteira agrícola.” (MORAES, 2006, p.174-175)

O cenário esboçado pela produção da soja nos cerrados engendra uma série de novas relações desta porção do território piauiense com os fluxos da economia global. As empresas que se apropriam destes novos espaços da acumulação criam diversas territorialidades expressas na formação de uma nova paisagem agrícola, assim como, urbana. Neste sentido, cabe destacar a chegada de uma grande empresa, Bunge Alimentos, como a grande responsável por transformar as relações tanto no campo com a ampliação de grandes e médios produtores de soja que repassam sua produção para a empresa, como na cidade através do crescimento de estabelecimentos de comércio associados à esfera do consumo produtivo. Segundo Alves:

“Num sentido geral, a nova configuração urbana anunciada no sul do Piauí acompanha um modelo muito semelhante ao que se consolidou na formação espacial das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e também dos cerrados nordestinos, destacadamente os do oeste da Bahia, como Luís Eduardo Magalhães. Cidades originadas de pequenos núcleos habitados por produtores sulistas e que, em poucas décadas, se situam como importantes centros econômicos regionais, aceleradas pelo ritmo do capital. Elas nascem suprimindo fases, na medida em que surgem e imediatamente já incorporam o tempo do mercado. São concebidas não pelo e para o encontro das pessoas, mas, também para servir de saber à produção e à circulação de mercadorias.” (ALVES, 2006, p.247-248)

Diante do contexto supracitado, vale destacar, também, a expressiva migração dos sulistas, marca do desenvolvimento do agronegócio da soja nos cerrados nordestinos, na microrregião analisada. Foram os sulistas que trouxeram toda sua experiência do desenvolvimento da sojicultura que hoje exerce bastante influência no perfil agrícola da região. Podemos perceber o atual quadro da estrutura produtiva da microrregião quando analisamos as principais desenvolvidas. Segundo dados da produção agrícola municipal disponibilizados pelo IBGE, no ano de 2005, foram plantados na microrregião de Alto Parnaíba Piauiense 132.524 hectares de soja.

A microrregião de Alto Parnaíba Piauiense perde apenas para Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA) na área plantada de soja no Nordeste. Juntas elas concentram mais de 75% do total da área plantada de soja no Nordeste.

O estudo do mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de produção da soja possui uma dinâmica diferenciada, já que se trata de uma cultura em que, diferentemente da fruticultura, há uma substituição massiva de trabalhadores através da utilização de modernas máquinas em distintas fases de produção. O preparo do solo e a rapidez da colheita mecanizada faz com que a atividade da sojicultura seja uma das que menos necessita de mão de obra. Os rebatimentos do maior uso da técnica no processo produtivo pode ser notado na baixa relação emprego/hectare.

Apesar de pontuada as características que demandam um baixo número de empregos, sua inserção em economias antes restritas à agricultura de sequeiro, bem como a pecuária de pequeno porte, gerou novos delineamentos para a organização territorial do trabalho incrementando a área de atuação do capital empresarial no Nordeste.

Dito isto, vimos que embora a forte mecanização utilizada na produção de soja tenha impedido a realização de um maior fluxo de mão-de-obra rural, percebe-se que sua composição se dá de forma diferenciada levando a uma tendência à criação de novas funções

no mercado de trabalho local, bem como uma nova configuração na rede comercial e dos serviços ligados à expansão da commodity soja.

Os números relativos ao mercado de trabalho formal no setor da agropecuária nas regiões de expansão da soja nos revelam que durante o primeiro intervalo referente ao recorte temporal adotado, a geração de empregos das microrregiões da soja apresentou um crescimento pouco representativo. Porém, no segundo intervalo referente aos anos de 1995 a 2004 houve um aumento na taxa de geração de empregos chegando a mais que quintuplicar o número de empregos formais no setor da agropecuária então existentes. Este fato veio compor o quadro do cômputo final onde se registrou a criação de 9.401 novos empregos formais.

Estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja			
	1985	1995	2004
Alto Parnaíba Piauiense	112	74	1.031
Barreiras	138	1.252	6.723
Gerais de Balsas	16	356	1.913
<i>Total</i>	266	1.682	9.667

Fonte: MTE/RAIS

Nas áreas de expansão mais recente da sojicultura como a região de Balsas e Alto Parnaíba Piauiense, nota-se que embora a dinâmica propiciada pela produção de soja tenha demandado um número diminuto de mão-de-obra, estas áreas possuem uma representatividade expressiva em seus respectivos Estados. No exemplo de Balsas, no ano de 2004, a microrregião ocupou a segunda posição no ranking estadual com 18,97% (1.913) dos empregos formais no setor da agropecuária no Estado do Maranhão. Vale ressaltar que a diferença entre a primeira microrregião, Imperatriz, deu-se por uma diferença de apenas 41 empregos formais. Já no Piauí, a região de Alto Parnaíba Piauiense ocupou a segunda posição com 22,25% do total do Estado.

Nesse caso, também temos o caso registrado no Ceará onde a microrregião que congrega a capital do Estado apresentou número mais elevado de empregos formais no setor analisado. Os dados supracitados revelam a expansão recente em áreas onde a expansão de relações tipicamente capitalistas ainda se desenvolve de maneira tênue, denotando que o capital age de forma seletiva, mas sempre atento às movimentações na fronteira de expansão agrícola.

A leitura da dinâmica do emprego formal no setor da agropecuária em uma perspectiva conjunta permite uma melhor compreensão do grau de representatividade das áreas supracitadas na divisão territorial do trabalho no Nordeste. De acordo com os dados conjuntos das áreas da fruticultura e da soja percebe-se que estas regiões juntas foram responsáveis por um crescimento paulatino dos empregos formais no Nordeste. Os dados mais recentes representados pelo período que se estende de 1995 a 2004 mostram que as microrregiões analisadas concentraram 33,41% (23.634) do total de empregos formais criados no setor da agropecuária em todo o Nordeste.

Empregos formais no setor da agropecuária nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste									
				Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985	1995	2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alto Parnaíba	112	74	1.031						
Piauiense				-38	957	919	-33,93	1293,24	820,54
Baixo Jaguaribe	52	956	4.458	904	3.502	4.406	1738,46	366,32	8473,08
Barreiras	138	1.252	6.723	1.114	5.471	6.585	807,25	436,98	4771,74
Gerais de Balsas	16	356	1.913						
				340	1.557	1.897	2125,00	437,36	11856,25
Juazeiro	209	4.470	9.919	4.261	5.449	9.710	2038,76	121,90	4645,93
Mossoró	1.807	7.836	6.395	6.029	-1.441	4.588	333,65	-18,39	253,90
Petrolina	230	6.644	11.351	6.414	4.707	11.121	2788,70	70,85	4835,22
Vale do Açu	131	1.747	5.179	1.616	3.432	5.048	1233,59	196,45	3853,44
Total (Microrregiões)	2.695	23.335	46.969	20.640	23.634	44.274	765,86	101,28	1642,82
Nordeste									
	51.962	158.231	228.965	106.269	70.734	177.003	204,51	44,70	340,64

Fonte: MTE / RAIS

Conclusão

Diante do quadro apresentado torna-se claro que a região Nordeste passa por um momento crucial na definição de seu papel frente à economia capitalista nacional e internacional, onde os interesses exógenos ao lugar tendem a criar novas áreas de expansão do capital. Em consequência desse movimento do capital no território nordestino estende-se uma plêiade de processo que apontam para a maior complexificação das relações de trabalho visto que a reprodução do capital nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste traz à tona a existência de uma verdadeira dialética das relações de trabalho (OLIVEIRA, 1997) tendo de um lado a persistência de relações não capitalistas de trabalho na agricultura camponesa e do outro, como evidenciamos, a utilização da mão-de-obra formal onde a questão do assalariamento torna-se evidente.

Dessa forma, a compreensão do processo de transformação das relações de produção no campo torna-se assunto bastante denso devido à existência de quadros completamente distintos e contraditórios onde temos uma agricultura fortemente atrelada às relações tradicionais de trabalho, mas que também se torna palco, lócus da reprodução do agronegócio de exportação onde encontramos de um lado uma atividade que requer uma ampla gama de trabalhadores, como a fruticultura. Do outro lado, temos a produção da soja que ocorre com um grau de modernização do processo produtivo muito mais acentuado. Contudo, como ponto em comum, existe a exploração por qual passa a sociedade local historicamente castigada pela concentração dos meios de produção.

É neste cenário que surge uma nova faceta nas relações de trabalho no campo, onde podemos notar um aumento significativo de um contingente de trabalhadores assalariados sazonais, imersos na esteira da precarização não só das condições de trabalho, como também, precarizados territorialmente através da concentração da terra.

As repercussões dos processos anteriormente discutidos para o território podem ser evidenciadas com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho que está diretamente vinculada à ação do capital apoiado pelo Estado no desenvolvimento de atividades altamente

lucrativas numa gama cada vez mais ampla de subespaços econômicos anteriormente considerados hostis ao desenvolvimento econômico, como o caso do semi-árido e cerrados nordestinos.

Todas as dinâmicas apresentadas nos fazem refletir sobre uma série de desdobramentos para o entendimento do metabolismo societal do capital e sua expressão espacial. Dessa forma, torna-se extremamente necessário o entendimento de uma nova geografia do trabalho que esteja atenta ao caráter heterogêneo das relações de trabalho no campo, bem como ao quadro de aguçamento da precarização do trabalho fruto da complexização da divisão social e territorial do trabalho movido pelo processo histórico e autoritário de rapina dos meios de produção.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 258p.

ALVES, V. E. L. Os Cerrados Piauienses e sua Nova Lógica de Reprodução Capitalista. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 01, p. 211-235.

CASTRO, I. E. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). **Brasil**. Questões atuais da reorganização do território. 2 ed. Rio de Janeiro, 2002, p. 283-324.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D; PEQUENO, R. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p.19-75.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 429-461.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. Adélia A. de. **O território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territoriais. 2003. p. 315-340.

ELIAS, Denise (org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce)**. Fortaleza: Funece, 2002.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade Regional e Globalização**. 1999. 225f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Correa; Paulo Cesar Gomes. (Org.). **Brasil**. Questões atuais da reorganização do território. 2 ed. Rio de Janeiro, 2002, p. 367-415.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**. A Questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1980. 179p.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 565p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: UNICAMP, 2002. 1120p.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 01, p. 173-211.

- MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**. Bauru, v.2,n.22,p.19-23,mai.ago.,2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.185p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.São Paulo: Edusp, 2002.384p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XX. RJ: Record, 2001.473p.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. SP/RJ: Record, 2000.174p.
- SILVA, Melquisedec Moreira da. **As transformações na produção irrigada e as desigualdades no pólo Açu Mossoró**: Uma abordagem a partir da subzona de Mossoró – Região Produtora de frutas irrigadas do Rio Grande do Norte. 2003.118p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- SOARES, H.S. Elementos para uma geografia histórica do baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas** do Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: , p.5 - 10, 2000
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.3, número especial,p.1-24, ago, 2002.

POLÍTICA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO

*Emilia Moreira**

*Ivan Targino***

RESUMO

Este artigo procura analisar os avanços e desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Ele parte da discussão sobre a concepção de espaço e território na busca da construção do conceito de “Território de Esperança”. Em seguida resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização, aborda a política fundiária do Estado, evidenciando os seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005 e, por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”.

Palavras-chave: território; campo; semi-árido; política fundiária; assentamentos rurais.

* Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Pós-Doutorado na EHESS-Paris/França; Doutorado pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle. Paris França. erodat@hotmail.com

** Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB. Pós-Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Paris- França; Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne. Paris- França. ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Construindo o conceito de Território de Esperança: um processo inicial de reflexão

Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e os desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Parte-se da discussão sobre a concepção de espaço e território de forma a possibilitar a construção do conceito de “Território de Esperança”¹. Mais precisamente, tomou-se como base dessa construção a concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos. Segundo esse autor, o espaço é socialmente produzido, isto é, “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS, 1980: p.163), ou ainda, é “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996: p.71). Visto por este prisma, o espaço é compreendido na sua indissociabilidade com o tempo, indissociabilidade esta que se realiza, segundo Santos (1997), por intermédio das técnicas.

Assim sendo, o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico.

No que se refere ao território, seu conceito foi formulado ainda no século XVII pelas ciências naturais, a Botânica e a Zoologia, para designar a área de influência e de domínio de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Na Geografia, coube a Friedrich Ratzel, no final do século XIX, a primeira sistematização do conceito de território. Para ele, o território representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado.

Negligenciada durante muito tempo, a questão do território emerge na atualidade de forma vigorosa, na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global. A discussão, porém, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Numa tentativa de sistematização, Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas em três vertentes, por ele, consideradas como básicas: a jurídico-política, a cultural (ista) e a econômica.

Apesar dessa tentativa de agrupar as diferentes abordagens conceituais de território, o próprio Haesbaert admite sua multidimensionalidade conceitual. Nessa multidimensionalidade, porém, dois aspectos estão sempre presentes: as noções de apropriação e de dominação. Nessa direção, destacam-se, entre outras, a posição de Raffestin, a de Lefèbvre, a de Milton Santos e a do próprio Haesbaert.

Raffestin distingue “territórios concretos” de “territórios abstratos” ao diferenciar espaço de território. O espaço seria “a realidade material preexistente” e o território o produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (RAFFESTIN, 1993). Como tal, “se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1997: 40).

Lefèbvre distingue espaços dominados de espaços apropriados e considera que a apropriação e a dominação embora deveriam aparecer juntas, a história (a da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição (LEFÈBVRE, 1986) onde o dominante sempre ganha. Nesse sentido, segundo Haesbaert (1997), pode-se identificar no conceito de apropriação de Lefèbvre,

um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente ‘funcional’, e uma dimensão

¹ Não é pretensão deste artigo discutir em profundidade o conceito de “território de esperança”, mas tão somente enunciá-lo. Isto porque o mesmo deverá ser amplamente discutido no âmbito do projeto de pesquisa “Território(s) de Esperança” aprovado pelo CNPq para ser desenvolvido por Emília Moreira junto ao PPGG/UFPB.

simbólica, afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (HAESBAERT, 1997: 41).

Haesbaert, na sua obra *Des-territorialização e identidade – a rede gaúcha no Nordeste*, ao descrever o que Santos chamou de “saga de duas regiões que se encontram” (SANTOS, apud HAESBAERT, 1997: 11), prioriza o caráter político-cultural do território presente nas abordagens de Lefèbvre e Raffestin, sem perder de vista o viés econômico que o envolve.

Milton Santos (1980: 189) distingue, de modo muito amplo, território de espaço, sendo o território “imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força”, que não tem necessariamente a mesma extensão através da história, porém, num certo momento, “representa um dado fixo”. Já o espaço é o território:

encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (SANTOS, 1980:189).

Na Geografia Agrária brasileira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira também buscou em autores como Raffestin e Lefèbvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território. Para Oliveira, o território é concebido como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2002:74).

Assim sendo, o território constitui-se como um:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002:74-75).

Fernandes e Molina (2004) definem território “como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais”, sendo seu conceito “fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (53-54).

Sem negar a polissemia presente no termo território, considera-se, porém, a sua apreensão múltipla como a mais adequada. Isto na medida em que se entende a multiplicidade não como resultado da soma de idéias desagregadas, mas como a articulação de idéias que se fundem na busca da unidade, da totalidade. Assim, neste estudo, o território é entendido: a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do

espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido, concorda-se com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço, que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização, que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Essa forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária, permite, entre outros:

a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e, do outro, os camponeses, sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem terra;

b) delimitar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;

c) perceber formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território;

c) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;

d) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização, resultantes da luta entre capital e trabalho no campo.

Com base nesses pressupostos, entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986:281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

É com base neste enfoque que este trabalho está pautado. Ele resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização. Em seguida, aborda a política fundiária do Estado e seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005. Por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”. Para tanto, além de uma bibliografia de referência, foram utilizados dados colhidos na Superintendência Regional do Incra na Paraíba e informações obtidas junto aos agricultores, a representantes de ONGs e movimentos sociais através da pesquisa direta.

O semi-árido paraibano: identidade ambiental e configuração regional

A expressão “semi-árido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfílas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas.

Com essas características, são encontradas áreas da hinterlândia de todos os estados nordestinos (à exceção do Maranhão) e ainda o norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma superfície de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados. Trata-se do que se costumou designar de “região semi-árida do Nordeste”.

Para efeito de atuação do Estado brasileiro através de suas políticas públicas, várias delimitações do semi-árido nordestino têm sido efetuadas, via de regra, utilizando como suporte critérios naturais, tais como: pluviosidade (a isoietas de 800mm tem sido um dos indicadores mais utilizados para a delimitação regional), déficit hídrico, índice de aridez, risco de ocorrência de seca, etc. De acordo com cada critério ou conjunto de critérios usados, obtém-se um recorte regional diferenciado².

Evidentemente que a cada uma dessas delimitações realizadas corresponde uma região semi-árida na Paraíba. Para efeito deste estudo, porém, achou-se por bem utilizar o recorte regional efetuado pelo Governo do Estado, em 1997, no bojo do processo de construção de um plano de desenvolvimento estratégico estadual, uma vez que este levou em consideração não apenas critérios de ordem natural (baixos índices pluviométricos, irregularidade e frequência da ocorrência de secas) como social (as características das relações de produção) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1997). Como resultado, foram inseridos no semi-árido, os municípios que compõem as Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano e as Microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, o que corresponde a uma superfície de 43.555km², que equivalem a 77,3% do total do território estadual.

As subunidades espaciais contidas nesse recorte regional apresentam diversidades tanto do ponto de vista das condições naturais (ora correspondem a fossas tectônicas ora a brejos serranos, a superfícies elevadas aplainadas e a depressões; ora apresentam uma cobertura vegetal de caatinga hiperxerófila, ora hipoxerófila, com maior ou menor predomínio de cactáceas e bromeliáceas; em algumas áreas, predominam solos salinos, noutras, solos brunos não cálcicos, etc), como dos aspectos sociais e econômicos (formas de uso e ocupação do solo também diferenciadas, áreas mais ou menos povoadas, etc). Pode-se mesmo afirmar que o semi-árido na Paraíba, como de resto, todo semi-árido nordestino, é marcado pela pluralidade das características ambientais e sócio-econômicas.

O processo histórico de produção do território de exploração no semi-árido paraibano

É sabido que o processo de organização do espaço agrário do semi-árido paraibano foi comandado nos três primeiros séculos da colonização portuguesa pela exploração da pecuária. Esta atividade desenvolveu-se inicialmente na Zona da Mata, ligada à produção açucareira, uma vez que, além de alimento, fornecia-lhe a força motriz para girar as moendas e ainda era utilizada como meio de transporte fundamental para o aprovisionamento de madeira nos engenhos e para o transporte do açúcar até os portos de embarque (ANDRADE, 1986). O crescimento da atividade

² Recentemente, o Ministério da Integração Nacional, apoiado em vários estudos, realizou uma nova delimitação do semi-árido nordestino, visando possibilitar a aplicação de políticas públicas sobre o mesmo. A esse respeito pode-se consultar:
<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/redelimitacao.asp>

açucareira impôs a separação das duas atividades, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia.

A penetração do gado para o interior seguiu duas vias: a primeira de sentido leste-oeste seguiu o curso do rio Paraíba e a segunda procedente da Bahia adentrou o território de Pernambuco e na sequência o da Paraíba. Essa última via foi, de fato, a principal corrente de povoamento das regiões dos rios Piranhas e Piancó no sertão paraibano (MOREIRA e TARGINO, 1997:68-70).

Da mesma forma do verificado na região litorânea, a penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo. A reação do indígena sertanejo à sua transformação em cativo e pela defesa de suas terras deu origem à Confederação dos Cariris. Esta estendeu-se pelos sertões do Nordeste de 1680 a 1730, sendo considerada pelo historiador Irineo Joffily como "a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro"(1977). O saldo foi o extermínio desta população ou sua fuga do nosso território para terras que hoje compreendem o Estado do Rio Grande do Norte. Alguns historiadores chegam mesmo a atribuir a fraca contribuição nativa para a formação da sociedade sertaneja paraibana, à sua eliminação ou à sua expulsão promovida pela Confederação dos Cariris (MELLO, 1994:73-74).

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral (PRADO, 1958:45); c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro, embora, em determinados momentos, ela tenha regredido para o que Furtado (1959) chamou de pecuária de subsistência.

A combinação desses fatores organizacionais e as limitações impostas pelo quadro natural vão dar surgimento a um povoamento disperso ainda que contínuo. Só com a difusão da cultura do algodão³ a partir do final do século XVIII, com o crescimento da demanda desse produto resultante da consolidação da indústria têxtil na Inglaterra, é que vai se constituir o sistema gado-algodão que caracterizou o uso dos recursos de todo o semi-árido paraibano até recentemente.

De fato, a atividade primária de toda a região sertaneja vai estar organizada a partir do tripé: gado, algodão, lavouras alimentares. A forma de exploração das grandes propriedades pode ser resumida da seguinte maneira: o gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades; quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário.

As lavouras alimentares, por sua vez, eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores).

Vê-se, portanto, que, com a difusão do algodão, consolidam-se as relações de trabalho características do semi-árido, a saber, os sistemas de parceria e de arrendamento. Mesmo antes da

³ A cultura do algodão, produto já utilizado pelos índios, era também explorada enquanto produção de autoconsumo nos primeiros séculos da colonização portuguesa, com o objetivo de produzir tecidos grosseiros fabricados nos teares domésticos (TAKEYA, 1985:27).

abolição da escravatura, essas relações de trabalho já estavam em curso. Com isto, não se está afirmando que a escravidão não teve peso na organização produtiva e social da região⁴, mas tão somente que, em virtude das condições sociais, culturais e econômicas aí vigentes, aquelas relações de trabalho já eram bastante difundidas, o que permite o entendimento de que a sociedade ali instalada apresentava um grau de estratificação bem menos rígido do que aquele encontrado na sociedade açucareira.

Outro aspecto que merece realce é o predomínio de uma estrutura de propriedade marcada, desde o início do processo de ocupação regional, pela grande propriedade latifundiária. A pequena produção surge atrelada ao latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, relações de trabalho características da região (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Aprofundamento recente das contradições do “território de exploração” no semi-árido paraibano

A literatura situa a década de sessenta do século XX, como um marco temporal importante no processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse processo, foi fundamental a integração da agricultura com a indústria enquanto fornecedora de matérias-primas e absorvedora de insumos e equipamentos industriais. Para isso, contribuiu de forma significativa, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que disponibilizou os recursos para as inversões necessárias na agricultura (DELGADO: 1985).

No caso específico do sistema gado-algodão, tem-se que a cotonicultura esteve estreitamente ligada ao setor industrial desde a sua consolidação, uma vez que o algodão era cultivado tendo em vista a sua utilização pela indústria têxtil. Embora houvesse essa articulação, ela não se reverteu em impulso de mudanças no processo produtivo da lavoura do algodão. Ao contrário, as relações restringiam-se basicamente à área comercial, que, ao fornecer os recursos para o plantio e para os tratos culturais, garantia o aprovisionamento da matéria-prima para as unidades de beneficiamento instaladas em várias cidades do sertão (Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos, Piancó, etc.). As formas de financiamento e comercialização, particularmente a prática de venda do algodão na folha⁵, constituíam-se em mecanismos de extração do sobretrabalho agrícola.

Como já ressaltado anteriormente, o trabalho agrícola no interior das grandes propriedades estava estruturado em torno dos sistemas de moradia, de parceria e arrendamento, podendo ser encontradas as mais diferentes combinações: morador/parceiro, parceiros/arrendatários, parceiros ou arrendatários que possuíam moradores (no caso de arrendamentos de áreas maiores), etc.

As condições de trabalho e de vida no semi-árido, em anos normais de chuva, eram bem menos adversas do que aquelas existentes na zona canavieira, conforme atestam ANDRADE (1986) e CASTRO (1963). Na mesa do patrão, sentavam-se também os trabalhadores para comer o angu misturado com leite e com raspa de rapadura.

O padrão de organização agropecuária no semi-árido paraibano chega, portanto, à década de 70 sem sofrer grandes alterações a não ser pela introdução de novas raças de gado bovino (Gir e Nelore), mas mesmo assim de forma limitada. Na cotonicultura, as mudanças foram mínimas. Vale dizer que o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 60, não teve grandes repercussões no semi-árido, a não ser nos vales dos Rios do Peixe e Piranhas, onde foram instalados alguns projetos de irrigação públicos (São Gonçalo e Condado) e particulares, sobretudo nos municípios de Pombal, Jericó e São Bento. De fato, a grande mudança na agricultura regional vai ocorrer a partir de

⁴ Pesquisa realizada por Diana Galliza levanta evidências factuais que contestam a afirmação um tanto quanto difundida de que o trabalho escravo foi secundário na região sertaneja (GALLIZA:1986).

⁵ No momento de pagamento, ou seja, da colheita, o preço do algodão estava baixo. Fazia-se então a conversão do débito em cruzeiro para um débito em unidade física de algodão (Kg). Caso a produção não fosse suficiente para pagar o débito, no início do ano seguinte, o débito em algodão era convertido em débito monetário, aproveitando o preço em alta do produto. Desse modo, criava-se uma cadeia de endividamento continuado do produtor.

1985, com a disseminação do bicudo. Esta praga irá impor a quase completa extinção da cultura do algodão em todo o semi-árido paraibano. Para se ter uma idéia do que foi o impacto dessa praga na agricultura regional, basta ver o declínio experimentado pela área cultivada: entre 1990 e 2000, a redução da área plantada com algodão correspondeu a 99,8% na mesorregião do Sertão Paraibano e 97,6% na mesorregião da Borborema (TARGINO e MOREIRA, 2006). Com isso há uma quebra na estrutura organizacional da agricultura do semi-árido, uma vez que era essa cultura que garantia a viabilidade econômica da parceria e do arrendamento na região. Não só as relações de trabalho são afetadas, o criatório também vai ser afetado, agora sim, passando por um forte processo de modernização: a criação extensiva solta na caatinga é substituída por uma exploração mais racional com a ampliação do pasto plantado e do plantio da palma forrageira, havendo uma agressão significativa sobre a cobertura vegetal natural da Caatinga. A expansão do criatório nos novos moldes vai reforçar a tendência de liberação de mão-de-obra determinada pela redução do algodão.

Não bastassem esses fatores, a região foi afetada por sucessivos períodos de secas, que impuseram graves prejuízos à agropecuária regional. Nas duas últimas décadas do século XX, foram registradas secas em 1983, 1989-93, 1998-99. Em alguns municípios, a produção agrícola foi praticamente nula em 1998, a exemplo do que aconteceu em São Sebastião do Umbuzeiro. Particularmente afetada tem sido a produção pecuária cujo efetivo atual é bem inferior ao existente em 1985.

A disseminação da irrigação tem propiciado algumas mudanças nas relações de produção à medida que tem possibilitado o crescimento do assalariamento. Porém, tem-se observado também a persistência ou reutilização de antigas relações de produção como a parceria, sobretudo nos casos em que os requerimentos de mão-de-obra são elevados. Além disso, tem-se que parte dessas culturas irrigadas está fortemente atrelada ao segmento industrial, a exemplo da produção de tomate e de fumo.

Da interação desses fatores, resultou um intenso processo migratório no sentido campo-cidade. No quadro 1, estão apresentadas as taxas de crescimento das populações rural e urbana do semi-árido paraibano.

Quadro 1 - PARAÍBA- Taxas de crescimento da população rural (1980 – 1996) e estimativas do êxodo rural* (1991-1996), por microrregiões.

Meso e Microrregiões	Taxas de crescimento		Êxodo estimado 91/96	
	1980/91	1991/96	Freq. Ab.	Freq. Rel
MATA PARAIBANA	-0,7	-0,6	16.483	8,49
Litoral Norte	-0,9	-0,8	6.224	3,21
Litoral Sul	0,5	-0,2	2.523	1,3
João Pessoa	-0,4	0,7	1.006	0,52
Sapé	-1,4	-1,6	6.730	3,47
AGRESTE PARAIBANO	-1,0	-1,7	69.759	35,94
Curimataú Oriental	-1,2	-0,6	5.606	2,89
Brejo Paraibano	-1,4	-2,4	13.962	7,19
Campina Grande	-0,2	-1,0	10.392	5,35
Curimataú Ocidental	-1,5	-4,2	13.081	6,74
Esperança	-0,4	-1,2	2.908	1,5
Guarabira	-1,9	-1,5	8.832	4,55
Itabaiana	-1,0	-1,2	7.234	3,73
Umbuzeiro	-0,3	-2,0	7.743	3,99
BORBOREMA	-1,8	-2,4	26.748	13,78
Cariri Oriental	-0,7	-1,1	4.793	2,47
Cariri Ocidental	-2,5	-2,4	10.540	5,43
Seridó Ocidental	-3,0	-7,6	5.826	3
Seridó Oriental	-1,1	-1,7	5.590	2,88
SERTÃO PARAIBANO	-1,5	-2,8	81.129	41,79
Cajazeiras	-1,2	-1,7	11.795	6,08
Catolé do Rocha	-2,0	-2,6	15.718	8,1
Itaporanga	-1,5	-3,0	10.116	5,21
Patos	-2,7	-1,1	3.151	1,62
Piancó	1,7	-3,7	10.569	5,44
Sousa	-2,0	-2,1	13.274	6,84
Teixeira	-0,3	-3,2	16.507	8,5
PARAÍBA	-1,3	-1,9	194.119	100

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996

Nota: *A estimativa do êxodo rural (E*) é dada pela diferença entre a população rural estimada (P*) de acordo com a taxa de crescimento vegetativo menos a população rural recenseada (P):

$E^* = P^* - P$,

onde $P^* = P_0(1 + i)^n$, sendo i = taxa de crescimento vegetativo da população.

Da observação desses dados, podem ser ressaltados os seguintes aspectos: a) durante os anos oitenta, todas as microrregiões do semi-árido, à exceção da microrregião de Piancó, apresentavam taxas negativas de crescimento da população rural; b) essa tendência é reforçada na década de noventa, quando as maiores taxas negativas de crescimento são registradas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (-2,4% a.a. e -2,8% a.a., respectivamente), taxas bem superiores à média estadual que foi de -1,9% a.a.; c) o êxodo rural estimado nessas duas mesorregiões representava 55,5% do total do êxodo rural do estado estimado para o período 1991/96. Com efeito, das 194 mil pessoas que teriam deixado a área rural da Paraíba, 107 mil foram procedentes da zona semi-árida. Qual a destinação dessa população migrante?

Os dados relativos à população urbana mostram que os núcleos urbanos da zona semi-árida têm crescido a taxas superiores à taxa de crescimento vegetativo, denotando, portanto, que as cidades têm absorvido uma parte significativa da população que tem deixado o meio rural dessa região. Esse fato tem colocado dois problemas graves para a organização social e econômica do semi-árido. O primeiro está relacionado com a questão do emprego. Estudo sobre a estrutura sócio-econômica dos municípios paraibanos mostrou que a grande maioria dos municípios do Estado apresenta uma estrutura absolutamente frágil, incapaz de gerar oportunidades de

absorção produtiva para a maioria da sua população. Isso é verdade não só para as pequenas cidades, como também para as de porte médio (TARGINO e MOREIRA: 1998).

Esse aumento da população das cidades, dessa forma, tem contribuído para agudizar o problema da pobreza urbana transportando para as pequenas cidades e vilas o problema do desemprego e do subemprego que até pouco tempo era característico das cidades de portes médio e grande. Esse dado tem sobrecarregado a demanda por serviços públicos, particularmente os relativos à educação e saúde, que têm onerado de modo significativo as administrações municipais.

Essa situação de pobreza é confirmada quando se observa o nível de renda per capita dos municípios integrantes do semi-árido. De fato, a renda per capita mensal da maioria dos municípios do semi-árido situava-se, em 2000, entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00, renda muito inferior à média nacional que era de R\$ 297,23 (SANTANA, 2006). Esse quadro assume uma proporção ainda mais grave quando se observa que o índice de concentração da renda (Gini) está situado via de regra acima de 0,50, indicando um grau significativo de concentração.

O segundo problema colocado pela concentração da população diz respeito ao abastecimento de água. Mesmo nos anos normais de precipitação pluviométrica, não obstante a construção de vários açudes nas últimas décadas, eles não têm capacidade de atender a demanda crescente por água das populações urbanas, além de que, em alguns casos, a água apresenta restrições quanto a sua potabilidade. Nos anos de seca, a situação torna-se simplesmente caótica. O abastecimento através de carros-pipas, além de precário, representa uma carga considerável para as finanças municipais.

Na tentativa de superar os graves problemas que afetam a população rural na região semi-árida, tem se verificado um crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra e água, bem como em torno da formação/consolidação de redes de solidariedade. Rede de solidariedade é aqui entendida com base na idéia de “colaboração solidária” que vem sendo construída entre outros, pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores de Curitiba, PR, como:

uma estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como, uma transformação cultural, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo (MANCE, 1998)

Por sua vez, pressionado pela ação reivindicatória dos movimentos sociais ou pelas exigências de cumprimento de metas estabelecidas, o Estado, particularmente na segunda metade dos anos 90, executou medidas de política fundiária que resultaram na ampliação do número de assentamentos na região.

Luta pela terra e política fundiária: bases da construção do Território de Esperança no semi-árido paraibano

Até pouco tempo, a intervenção do Estado no campo fundiário da região semi-árida paraibana restringia-se aos projetos de colonização nos perímetros irrigados e à solução pontual de alguns conflitos eclodidos na microrregião do Curimataú. Isso reflete o fato da luta pela terra no estado ter se concentrado até meados dos anos 90, principalmente nas mesorregiões da Mata e do Agreste. Essa tendência pode ser explicada no mínimo por duas ordens de fatores: a primeira está relacionada ao fato do processo de modernização da agricultura, causa principal da expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais, ter se dado de forma muito restrita no semi-árido; a segunda é a atuação bem mais modesta dos movimentos sociais, particularmente da igreja católica (que

tem maior atuação no estado), e do movimento sindical na região semi-árida nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Como a ação fundiária do estado brasileiro tem se limitado a dar respostas pontuais à luta dos trabalhadores, ela é mais presente nas áreas onde os conflitos são mais agudos, conseqüentemente, onde a pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados é mais incisiva. Assim, tem-se que a grande maioria dos assentamentos do semi-árido paraibano foram criados a partir da segunda metade dos anos 90, em virtude de uma conjugação de fatores, tais como: a) uma presença mais atuante da CPT na região, possibilitando o crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; b) a crise da economia do semi-árido decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e das sucessivas secas que se abateram sobre a região, provocando a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num “bom negócio” para muitos proprietários, tendo estes disponibilizado suas terras para aquisição pelo Incra; c) a atuação da FETAG que, de forma burocrática, encaminhou vários pedidos de desapropriação que foram acolhidos pela Superintendência do Incra, que via nessas demandas uma forma de atender, burocraticamente, as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba.

Entre 1985 e 2005, foram instalados na região semi-árida da Paraíba 89 Projetos de Assentamento (PA's), sendo que destes, apenas 9, entre 1985 e 1995, o que representa apenas 10,1 % do total dos assentamentos criados no total do período. O maior número de PA's foi instalado a partir de 1996, com destaque para os anos compreendidos entre 1996 e 2002, quando foram implantados 71 PA's, isto é, o equivalente a 79,8 % do total.

Nos vinte anos estudados, 4.542 famílias foram assentadas pelo Incra. Desse total, apenas 577 (ou 12,7%), entre 1985 e 1995, e 3.714 (ou 81,8% do total), entre 1996 e 2002.

No tocante à área desapropriada para efeito de reforma agrária, no período de 1985 a 2005, excetuando-se as que foram adquiridas ou desapropriadas pelo Governo do Estado, através do Instituto de Terras da Paraíba (Interpa) e que não foram aqui consideradas, elas somam 138.231,3 hectares (ou 3,0% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas do semi-árido paraibano em 1995).

A distribuição geográfica dos assentamentos na região não é homogênea. Na Mesorregião do Sertão Paraibano, localizam-se 36; nas microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, 34 e; na Mesorregião da Borborema, coincidentemente a região com maiores restrições climáticas do estado, 19.

Em nível das microrregiões, a distribuição espacial dos PA's também ocorre de modo desigual, destacando-se as do Curimataú Oriental com 18 PA's, do Curimataú Ocidental com 16 e do Cariri Ocidental com 12. Com um menor número, distinguem-se as microrregiões do Seridó Ocidental e de Piancó, ambas com 2 assentamentos e a microrregião do Cariri Oriental com apenas 1 assentamento. A microrregião de Itaporanga é a única em todo o semi-árido paraibano que não possuía, até 2005, um único Projeto de Assentamento instalado.

No que toca à área desapropriada, ela variou pouco entre as grandes subunidades espaciais que compõem o semi-árido paraibano: 44.065,9 hectares na Mesorregião da Borborema, 45.213,2 hectares na Mesorregião do Sertão e 49.434,7 hectares no conjunto do Curimataú. Em relação à área desapropriada por microrregião, cinco se destacam, a saber: Curimataú Ocidental, Cariri Ocidental, Patos, Curimataú Oriental e Sousa. No outro extremo estão as microrregiões de Serra do Teixeira, de Catolé do Rocha e de Piancó.

Chama-se a atenção para o tamanho médio dos lotes que embora sejam bem maiores do que o tamanho médio dos lotes do estado, na sua maioria (69,7%), são menores que 25 hectares, isto é, são inferiores ao módulo rural definido pelo INCRA para o semi-árido; 25,8% possuem tamanho médio entre 25 e 49 hectares e apenas em três assentamentos (3,4% do total) o tamanho médio dos lotes é superior ao tamanho mínimo que alguns estudos identificam para uma unidade produtiva viável no semi-árido, em torno de 50 hectares.

Outro problema tão ou mais grave é a questão da água. Embora em alguns assentamentos haja açudes de médio porte, eles não têm capacidade para viabilizar um processo de irrigação envolvendo um maior número de famílias. Os poços que têm sido perfurados, por sua vez, destinam-se exclusivamente ao abastecimento de água potável. Nos anos de seca, a carência hídrica acarreta efeitos graves para a agricultura.

Outro fator limitante para o desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido é a presença de manchas significativas de solos salinos e/ou de baixa fertilidade natural.

Aos problemas elencados, que estão mais fortemente relacionados aos limites impostos pelo meio natural, somam-se aqueles relacionados à gestão e às condições econômicas e financeiras da produção. No tocante à limitação da gestão, destaca-se o fato de vários desses assentamentos terem sido criados por relações burocráticas estabelecidas entre o INCRA e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-PB), como ressaltado anteriormente, não tendo ocorrido processo de formação de uma consciência política e de práticas organizativas próprias da dinâmica da luta pela conquista da terra. No que diz respeito aos problemas de ordem econômica e financeira, podem ser lembrados: limitação do crédito de custeio e de investimento, falta de assistência técnica (a maior parte dos PA's criados nessa região o foram na fase final do Projeto Lumiar), produção agrícola restrita às culturas alimentares tradicionais, a inexistência de canais eficientes de comercialização da produção, práticas reduzidas de diversificação das atividades econômicas etc.

Agricultura camponesa reformada: limites e desafios à construção de Território(s) de Esperança

No Brasil, o universo camponês tem sido ampliado particularmente na segunda metade do século XX, através da multiplicação de assentamentos e do número de famílias assentadas pela política fundiária do Estado⁶. Essa nova forma de organização da produção e do trabalho daí resultante é aqui entendida como agricultura camponesa reformada.

A partir de 1980, um número significativo de pesquisas tem sido realizado, buscando estudar a dinâmica interna e externa desses assentamentos rurais. No que tange à dinâmica interna, a quase totalidade dessas pesquisas confirmam a melhoria das condições de vida da população assentada, expressa através da elevação da renda familiar, do acesso à infraestrutura básica, tal como a moradia, a água, a energia elétrica, a melhoria do padrão alimentar etc. (FAO/PNUD, 1992; NETO e BAMAT, 1998; MEDEIROS et al., 2002; HEREDIA et al., 2001; BERGAMASCO et al., 2002). Em relação à dinâmica externa, diversos estudos salientam a importância dos assentamentos para a economia dos municípios, particularmente para a dinamização do comércio, das feiras livres, da circulação, dos transportes e da vida social (CAMARGO, 1994; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001a; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001b).

Apesar de tais constatações, os estudos também se referem às sérias dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar reformada, no plano da viabilidade econômica, social e política de sustentação (MOREIRA e TARGINO, 2003; BERGAMASCO et al. 2002). O grau de dificuldade varia de caso a caso a depender de uma série de fatores, tais como:

a) a origem do assentamento - Os assentamentos surgem em função da luta de resistência, da luta de ocupação e/ou em função da oferta de terra. Essas diferentes origens são

⁶ Em que pese o reconhecimento de que a política fundiária implementada pelo Governo Federal não constitui um processo de reforma agrária, no sentido mais restrito do termo, uma vez que não tem implicado em mudanças profundas na organização agrária nacional, mas antes, um conjunto de iniciativas voltadas basicamente para a resolução de conflitos, a expressão é utilizada no trabalho como sinônimo do processo de redistribuição fundiária. Não se deve esquecer que as limitações da política agrária brasileira envolvem, inclusive, problemas como carência na infraestrutura social e produtiva dos Projetos de Assentamento, não distribuição dos títulos de terra e, até mesmo, no mais dos casos, a não demarcação dos lotes. Essas constatações reforçam o argumento da inexistência de um verdadeiro processo de reforma agrária no país (ALENTEJANO, 2002).

importantes na determinação não só da construção de “território(os) de esperança” como da viabilização do empreendimento. No caso dos assentamentos surgidos a partir de luta de resistência, não se verifica grande modificação nas condições de reprodução dos trabalhadores. Os que já detinham a condição de produtor agrícola e, conseqüentemente, já reuniam as condições mínimas de existência enquanto produtores familiares, pela via da luta, eliminam um dos entraves que limitava o pleno desenvolvimento de sua condição de produtores agrícolas, qual seja o pleno direito à terra. A luta de ocupação produz, via de regra, mudanças significativas na paisagem rural: a instalação dos acampamentos, a produção de roçados como forma de ocupação em áreas tradicionalmente monocultoras ou consagradas à pecuária, a construção de agrovilas depois da desapropriação, etc. Tais mudanças, dentre outras, originam rapidamente uma nova paisagem, expressão concreta de um novo território produzido e produtor de novos padrões de convivência social e de relações de produção, ou seja, de novos processos de produção das condições materiais de sobrevivência e de produção de subjetividades. No entanto, como em todas as experiências humanas, o novo território não significa um rompimento radical com o passado. O vivido produz novas referências, que orientam novas práticas de manutenção ou de mudança, alimentando a capacidade de criar situações novas ou de reproduzir novos limites. Contudo, por paradoxal que seja, a lógica da dependência muitas vezes permanece. A lógica de reivindicar direitos frente ao Estado que deve ser o “provedor de todas as faltas”, retira de cena a questão de qual é a medida da responsabilidade dos assentados de lutar para ter condições de fazer a terra produzir. Em alguns assentamentos, corre-se o risco de reduzir a luta à conquista da terra e cobrar do Estado tudo o que falta. Supera-se a dependência frente ao patrão e cria-se a dependência frente aos funcionários públicos, às vezes muito a gosto desses últimos. Nesses casos, a possibilidade dos assentados de exercitarem a capacidade de planejamento do seu próprio desenvolvimento e se tornarem sujeitos plenos do processo perde-se;

b) a assistência técnica - A ausência ou a precariedade de assistência técnica eficiente e comprometida com a luta dos trabalhadores, de modo a interiorizar nos PA's uma “educação rural” efetiva, tem se constituído num dos obstáculos à sustentabilidade econômica dos assentamentos. O acesso ao crédito sem acompanhamento técnico ou com orientação equivocada (tanto na elaboração dos projetos quanto na implementação dos mesmos) tem, via de regra, resultado em situação de endividamento por parte de grande número de assentados. A este problema soma-se a descontinuidade da assistência técnica prestada aos PA's. Vale ressaltar o caso do Projeto Lumiar, cujos técnicos foram responsáveis pela elaboração de vários projetos de investimento que não puderam acompanhar nem contribuir para sua consolidação, uma vez que, quando estes foram aprovados e os recursos liberados, o Lumiar já tinha sido desativado. Essa dificuldade de acompanhamento técnico permanente tem prejudicado fortemente os projetos, sobretudo os de bovinocultura e de fruticultura de sequeiro. Essa situação requer uma urgente revisão da política de assistência técnica incorporada ao PRONAF;

c) os canais de comercialização - A ausência quase absoluta de canais alternativos de comercialização, à exceção de algumas experiências isoladas, tem contribuído não só para a permanência do sistema de “atravessador” como, em alguns casos, para a sua expansão dentro dos próprios assentamentos, através do surgimento da figura do “atravessador assentado”. Verifica-se, em alguns casos, o desenvolvimento de um processo de produção na forma de franquia atrelado a um processo de comercialização dependente de setores agroindustriais, sobretudo no que se refere à produção de aves. As últimas medidas tomadas pela CONAB, permitindo a aquisição de produtos da agricultura familiar,⁷ provavelmente terá impactos significativos nas condições de sustentação desse segmento da agricultura nacional;

d) o processo de gestão dos assentamentos - Segundo Moreira, Targino e Ieno Neto (2000), o processo de gestão implementado nos assentamentos, após a conquista da terra, particularmente naqueles fora da influência do MST e da CPT, é marcado: por uma verticaliza-

ção da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente; pela influência decisiva das políticas públicas no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa; pelo abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família; por uma transformação gradativa das assembleias em instâncias formalmente homologatórias das decisões tomadas pela direção das associações; por uma tendência à “perpetuação” das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente e; pelo atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais. O sistema de cooperativa instalado nos assentamentos vinculados ao MST chama também a atenção na medida em que pela forma de implantação, tem levado, em muitos casos, ao endividamento dos assentados e à sua divisão interna.

Pode-se citar ainda como dificuldades a serem superadas pelos assentamentos: o baixo grau de capitalização inicial; a disseminação do protestantismo, provocando cisões no interior das comunidades assentadas; a permanência de uma visão assistencialista por parte dos trabalhadores; a persistência de uma agricultura com baixo índice de diversificação e de incorporação tecnológica, etc.

No que se refere à agricultura camponesa não reformada, as dificuldades de sustentação também se dão no plano da viabilidade econômica, social e política. No caso específico do semi-árido, essas dificuldades são agravadas em virtude das restrições impostas pelas condições naturais. Problemas como os relativos ao crédito, à assistência técnica, à comercialização, à pressão sobre a terra, resultante da constituição de novas famílias com o casamento dos filhos, verificados nos assentamentos, também lhe são comuns. A isto soma-se sua vulnerabilidade frente à fome de terra do latifúndio, sobretudo nos períodos de seca quando as dificuldades de sobrevivência das pequenas unidades produtivas ampliam-se, resultando na sua compra por grandes proprietários (TARGINO e MOREIRA; 1985).

Caminhos para a consolidação dos territórios de esperança

Apesar das dificuldades mencionadas, vários caminhos têm sido buscados pelos pequenos produtores, com o apoio de entidades, de movimentos sociais e ONGs, para a sua superação. Dentre estes, podem ser citados:

a) as formas de alternativas de “convivência com o semi-árido”.

A busca de alternativas de convivência com o semi-árido, mobilizando energias sociais para o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade tem implicado notadamente na adoção do paradigma da agroecologia, em olhar a natureza a partir de suas potencialidades, em buscar a otimização do uso da água e o uso intensivo da biodiversidade nativa e/ou localmente adaptada às condições ambientais de semi-aridez (AS-PTA-PB), bem como a adoção de “tecnologias alternativas” ou “apropriadas”. Nesse sentido, destaca-se, na direção da agroecologia, o reflorestamento, o uso de adubos orgânicos e outros biofertilizantes, além de defensivos alternativos como a manipueira, a urina de vaca, as plantas atrativas de insetos em substituição aos defensivos químicos, difundidos largamente na pequena produção agrícola. Na linha do manejo dos recursos hídricos, distinguem-se as barragens subterrâneas, as cisternas de placa, os poços, os tanques de pedra, as passagens molhadas e, recentemente, a disseminação da mandala⁸. Esta tecnologia destaca-se pela sua singularidade. Trata-se de uma no-

⁸ O criador desta tecnologia foi Willy Pessoa, um paraibano, que trabalhava no Sebrae como consultor de desenvolvimento sustentável. Pioneiro dessa experiência, patenteou este projeto inovador no mercado, criando a Agência Mandalla DHSA - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPE) - que tem por objetivo incentivar processos de desenvolvimento sustentável facilitando a aplicação e a disseminação de tecnologias sociais.

va alternativa de organização da produção voltada para a agricultura familiar, onde se utiliza um modelo de irrigação inovador em que canteiros concêntricos com várias culturas integradas são desenvolvidos em torno de um centro d'água denominado o coração da mandala. Trata-se de um projeto holístico de produção e sustentabilidade ambiental⁹. Apesar das vantagens apresentadas, alguns pontos críticos podem ser detectados, tais como: i) para uma mandala poder operar com plena capacidade é necessário que a fonte de abastecimento de água seja assegurada, o que nem sempre tem ocorrido. Assim, existem limitações quanto ao local de sua implantação; ii) o custo com energia (seja elétrica ou a diesel) é bastante alto, o que compromete, parcialmente, a lucratividade do sistema; sobretudo quando a fonte de abastecimento d'água é distante do local onde se situa a mandala¹⁰. iii) os canais de comercialização da produção devem ser assegurados para que haja garantia de continuidade do fluxo de renda, por um lado, e não haja perda de produção, por outro lado, uma vez que os produtos obtidos não são armazenáveis; ii) também foi constatado que a grande diversidade de culturas praticada, tanto pode ser uma vantagem como uma desvantagem, à medida que não assegura uma quantidade de produtos requerida pela demanda.

b) o intercâmbio do saber camponês

Esse intercâmbio tem se concretizado através de encontros¹¹ de “dias de campo” e de “troca de experiências” promovidos pelos movimentos sociais (particularmente a CPT e o MST) e pelas ONGs, sobretudo as ligadas à Articulação do Semi-árido (ASA), tais como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC) e o Pólo Sindical da Borborema. De acordo com Oliveira (2005:101), os intercâmbios de experiências

são práticas educativas voltadas à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento construído numa área temática específica. Inicialmente utilizados apenas como recurso metodológico, os intercâmbios de experiência, como espaço educativo, têm demonstrado grande riqueza de conhecimento, resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. Eles têm como núcleo pedagógico a dimensão do testemunho. Em Pedagogia do Oprimido, Freire escreve que o testemunho é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução. Isso tem se comprovado a partir da mudança de comportamento daqueles que têm participado dos intercâmbios.

Esses momentos têm se constituído em espaços de valorização do saber camponês, de fortalecimento da circulação de informações, da construção e consolidação da consciência política, não só do pequeno produtor assentado como do pequeno produtor proprietário, arrendatário e parceiro tanto do semi-árido como do Agreste e da Zona da Mata da Paraíba. O êxito dessas trocas de saberes acha-se relacionado, sem dúvida, à existência de um processo organizativo local, ao interesse dos que delas participam, ao conhecimento da realidade presente entre os pares e à arte do “aprender fazendo” que elas comportam.

⁹ No estado da Paraíba estão em vigor cerca de 62 mandalas e 6 spins⁹, beneficiando 13 municípios e cerca de 225 famílias. Os municípios do semi-árido onde há mandalas são: Aparecida, Coxixola, São João do Tigre, Boa Vista, Sossego, Cuité, Vieirópolis, Aparecida e Cajazeiras. As primeiras mandalas foram implantadas no assentamento Acauã, situado no semi-árido, no município de Aparecida, Mesorregião do Sertão Paraibano ainda na fase de teste do projeto.

¹⁰ Dada a escassez de água e ao custo de energia necessário à sua manutenção, as mandalas do Assentamento Acauã acham-se atualmente desativadas. Só recentemente, através de negociação com o Governo do Estado é que o projeto tem sido retomado.

¹¹ Encontro de Trabalhadores Assentados da Região Semi-Árida, Encontros de Agroecologia,

Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante que tem uma realidade parecida, vendo quais são as possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem. Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. (OLIVEIRA, 2005:103)

c) a experiência dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS)

Esta experiência teve início ainda na década de 70, do século XX, como uma forma de superação da dependência histórica dos agricultores e agricultoras familiares em relação aos patrões, aos políticos ou ao Estado para obtenção de sementes, e para dispor das mesmas nos períodos de plantio. A esse objetivo inicial foi adicionado o de preservação da diversidade biogenética, ameaçada pelo processo de oligopolização do mercado de sementes. Ela baseia-se na idéia da criação e disseminação de sementes chamadas “crioulas” ou tradicionais, também conhecidas como “sementes da paixão”, que passam de agricultor para agricultor. Sobre o Banco de Sementes, a Caritas Nordeste II, assim se exprime:

Para formar um Banco de Sementes não existe regra, pois cada comunidade tem sua dinâmica própria. No entanto, existem alguns passos que são essenciais para implementação dessa proposta. O primeiro é sensibilizar a comunidade sobre a importância e os benefícios do BCS. Para isso, os agricultores podem visitar uma comunidade que já tem experiência com esse trabalho. Em seguida, são feitas a aquisição e a distribuição das sementes tradicionais (sementes derivadas de espécies vegetais sem a utilização de agrotóxico e que constituem a base alimentar dos agricultores familiares há centenas de anos). Em Alagoas, as sementes estão sendo adquiridas dos povos indígenas Kuiopanká. Uma parte da safra é utilizada para a alimentação das famílias, a outra é armazenada no banco comunitário, para ser usada no próximo plantio. As sementes geralmente são armazenadas em garrafas peti e silos de cinco, práticas essas que variam de acordo com a organização de cada comunidade. Além da questão produtiva, o Banco Comunitário de Sementes constitui um importante espaço de discussão política, no qual a comunidade reflete sobre suas necessidades, problemas e lutas, na busca de uma maior qualidade de vida (2006)

Na Paraíba, existem mais de 200 experiências comunitárias dessa natureza. Elas contam com o apoio e incentivo de diversas organizações de ação comunitária, a exemplo da Cáritas Brasileira Regional NE2, através dos seus programas Convivência com o Semi-Árido (PCSA) e Economia Popular Solidária (EPS).

A experiência dos BCS, além de se constituir numa alternativa para que os pequenos produtores do semi-árido enfrentem os longos períodos de estiagem e garantam a alimentação das famílias, tem contribuído para o estabelecimento de laços de solidariedade entre as famílias camponesas e para a manutenção e a conservação do patrimônio genético do semi-árido como expressa a Carta de Soledade, publicada pela ASA durante a “Primeira Festa Estadual das Sementes da Paixão”.

Prática herdada, desde há muito, dos nossos avós, os estoques de sementes, guardadas pelas famílias, permitem a manutenção e conservação do patrimônio genético do semi-árido e seu livre acesso e uso, garantindo autonomia em relação às sementes. A experiência dos bancos

de sementes comunitários (BSC) tem contribuído de forma determinante sendo um estoque de reserva de caráter comunitário e coletivo, estabelecendo laços de solidariedade entre as famílias. Por meio desses bancos, as famílias sócias garantem sementes de qualidade diversificadas e na hora certa para o plantio, livrando-se dos riscos da insegurança alimentar em razão da perda do ano agrícola (ASA-PB, 2004)

A expansão de redes de solidariedade, através das “sementes da paixão”, vão na contramão da política de “modernização agrícola” dominante, constituindo uma forma de resistência camponesa à subordinação à lógica capitalista de produção.

c) as feiras agroecológicas

Mais recentemente, vem se expandindo uma forma alternativa de comercialização solidária, através das feiras agroecológicas. Nelas, o produtor assentado comercializa diretamente sua produção. Estas feiras constituem “um espaço de comercialização de produtos agropecuários primários, agroindustriais e artesanais”, um “espaço de construção educativa e solidária entre agricultores e consumidores” que tem como objetivo “a construção participativa num mercado justo”. Com base nesses princípios, essas feiras estão se disseminando do litoral ao sertão do estado da Paraíba, transformando-se num referencial “enquanto experiência exitosa de comercialização coletiva com pequenos agricultores do estado” (OLIVEIRA, 2005: 89). Essa prática tem como base a autogestão. Segundo Melo Neto (2005:92),

autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e a liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e sobretudo o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo.

Outros aspectos como a inexistência da figura do patrão, a autonomia do trabalhador, o empoderamento, “enquanto tomada de consciência do poder interior que cada pessoa traz consigo e que pode ser potencializado através de uma ação coletiva” (OLIVEIRA, 2005:92), estão na base da autogestão.

À autogestão somam-se outros aspectos singulares dessa experiência:

- a partilha do conhecimento em todas as etapas do processo que vai desde a produção, o transporte dos produtos, a estruturação das barracas no local de realização da feira até a comercialização.
Enquanto na economia capitalista não é permitido aos concorrentes descobrir os segredos da produção, os trabalhadores dos empreendimentos solidários fazem exatamente o contrário. Ficam normalmente satisfeitos de “ensinar” alguma técnica nova aos demais companheiros, tanto dentro do grupo como também para com outros grupos (OLIVEIRA, 2005:97);
- a valorização do papel da mulher e dos jovens no trabalho, pois há uma participação crescente das mulheres e dos jovens nas feiras, o que tem possibilitado o surgimento de novas lideranças e a formação de grupos no interior dos assentamentos com especializações, como o grupo de mulheres voltadas para a produção de medicamentos caseiros e para o cultivo de plantas medicinais;
- a valorização do meio ambiente. Esta exprime-se através dos cuidados com a Natureza despertada através do processo educativo desencadeado com a reconversão do processo produtivo agrícola tradicional para o agroecológico e com a busca de alternativas de preservação/conservação do meio natural através de práticas de reflorestamento, de resgate de espécies vegetais nativas, de contenção de processos erosivos etc.;
- a prática educativa da economia solidária. A participação nos encontros tem permitido o crescimento da consciência política exercitada em diversas instâncias que vão desde as organizações locais até as manifestações político-partidárias.

Em suma, essas diferentes experiências apontam para o crescimento e a consolidação das formas de organização popular dos pequenos produtores rurais assentados ou não e de trabalhadores sem terra. Essa dinâmica tem permitido, no semi-árido paraibano, um movimento ascendente da participação camponesa em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em Associações de Pequenos Produtores, nos movimentos sociais, com destaque para a CPT e para o MST e em ONGs. Esse processo tem tido impactos na política local.

Considerações finais

A ocupação e a estruturação do semi-árido paraibano foram presididas pelo monopólio da propriedade fundiária, pela exploração da pecuária extensiva e pelo cultivo do algodão, constituindo o que ficou conhecido na literatura como sistema gado-algodão. A estrutura aí implantada, embora menos desigual do que a da zona canavieira, não deixou de ser regida pela exploração do trabalho, extraído sob as formas da renda trabalho, renda produto e renda dinheiro, dependendo da predominância das relações de trabalho caracterizada como parceria, arrendamento e assalariamento, respectivamente. A constituição desse território de exploração permaneceu praticamente intocada até o final do século XX. O surgimento de movimentos messiânicos e do cangaceirismo foram reações pontuais que não chegaram a abalar de forma sistêmica os alicerces dos territórios de exploração estabelecidos no interior do semi-árido.

As rupturas mais sistemáticas foram registradas no final do século XX, com o surgimento dos movimentos sociais mais organizados expressos através da presença da CPT, do MST e até mesmo do movimento sindical. A reação dos trabalhadores à estrutura de exploração, sustentada pelos diferentes movimentos sociais, encontrou um macro-ambiente favorável: desorganização da cotonicultura e conseqüente redução do preço da terra, ascensão da cultura agro-ecológica, implementação da política fundiária por parte do governo federal. Como resultado da conjugação desses fatores tem-se a conquista da terra com a implantação de projetos de assentamento, que apesar de tímida representa o primeiro golpe desferido na estrutura fundiária do semi-árido.

A conquista da terra tem sido acompanhada de formas de organização popular que, apesar de ainda frágeis, vêm possibilitado a experimentação de processos tecnológicos e organizativos que têm contribuído para o fortalecimento tanto das pequenas unidades de produção reformadas quanto das pequenas unidades de produção não reformadas. Fortalecimento que se manifesta em diferentes planos (econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais), permitindo que se veja nessas áreas o surgimento de bases para a constituição de territórios de esperança, onde a vida não seja comandada pelos nós da exploração, mas seja construída pelos laços de solidariedade, anunciando que outras formas societárias são possíveis. Mais do que anunciando, construindo a utopia de uma sociedade solidária tanto em relação com a geração presente quanto com as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Brasil. In **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.
- ASA-PB. **Carta de Soledade**, 2004.
- http://www.aspta.org.br/publique/media/Carta_politica_Festa_Semente_Paixao.pdf). Acesso em 10/08/2006.

- BERGAMASCO, S. M. P. P. et al.. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo**. Campinas: Relatório de pesquisa, 2002.
- CAMARGO, Regina. **Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra**: do resgate da discussão ao estudo de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba. João Pessoa: UFPB Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporanea**: una introduccion a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARITAS BRASILEIRA – NE2. Bancos comunitários de sementes. In <http://www.caritasne2.org.br/>. Acesso em 20/10/2006.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Ícone / Editora Unicamp, 1985.
- FAO/PNUD. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) **Por uma educação do campo**. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo No. 5. 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GALLIZA, Diana. *As economias açucareira e criatória no Nordeste à época colonial*. In **Revista do IHGP**. João Pessoa: Volume 24, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Plano de desenvolvimento sustentável. João Pessoa, SEPLAN, 1997.
- GUATTARI, F. e ROLNICK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** – a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa, 2001 (mimeo)
- IENO NETO, G., BAMAT, T.(coord.) Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- INCRA. **Relação das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba**. INCRA-PB: 2006.
- JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3a. Ed. Paris :1986.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes** – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. In CEPAT – Informa, Ano 4, N.46, pg. 10-19, 1998. Disponível em www.milenium.com.br/mance/rede.htm
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relatório de Pesquisa, 2002.

- MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: A União Editora, 1994.
- MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, José Brendan, MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Impactos dos assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste**. João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. CPDA, UFRJ/NuAP-Museu Nacional, 2001a.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na Zona da Mata paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livres. In ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de e GLAVANIS, Pandeli Michel (org). **Globalização e ajuste estrutural: aspectos sócio-econômicos**. João Pessoa, Editora Universitária, 2001b.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In Revista do Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária. **Série Estudos n. 3** Presidente Prudente, julho de 2000. p. 45-57.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo:Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Rosângela Alves. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, J. B., MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- PRADO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1958.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, M. de O. **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006 (no prelo).
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2^a ed. , 1997.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. S. Paulo: Hucitec, 4^a ed., 1996.
- _____. Prefácio. In: HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. EDUFF, Niterói: 1997. São Paulo: Hucitec, 4^a ed., 1996.
- SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. In **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales n. 93 , Barcelona, julho de 2001.
- TAKEYA, D. M. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília **Transformação do espaço agrário paraibano e conflitos de terra**. João Pessoa, CME/UFPB, Texto para Discussão n. 53,. 1985. 23 p.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Municipalização das políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba. João Pessoa, CME/UFPB, **Série Relatórios de Pesquisa**, nº 8, 1998.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. In CAMPOS, F. L.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G. **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

*Silvana Cristina Costa Correia**

*Emilia Moreira***

*Ivan Targino****

RESUMO

Identificar e caracterizar diferentes formas de organização da produção e do trabalho na agricultura familiar à luz da discussão sobre espaço, trabalho e campesinato, constitui o objetivo deste artigo. O estudo pautou-se na análise bibliográfica, em informações secundárias e na pesquisa direta. A área investigada é o município de Nova Floresta-PB. A partir da discussão dos conceitos de espaço, trabalho e campesinato, resgatou-se o processo de formação do espaço agrário regional e municipal, caracterizou-se o espaço agrário municipal e analisou-se as características da organização da produção e do trabalho em unidades agrícolas familiares. Constatou-se forte influência do meio na determinação da pauta de produção, bem como diferentes padrões de influência da extensão rural e do Estado e a presença de experiências exitosas. No plano do trabalho confirmou-se a predominância do trabalho familiar, a existência de tarefas diferenciadas segundo o sexo e a presença do assalariamento no seio do campesinato.

Palavras-chave: espaço; trabalho; campesinato.

* Estudante do curso de Geografia da UFPB; bolsista do PIBIC. silvanageoufpb@yahoo.com.br

** Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Pós-Doutorado na EHES-Paris/França; Doutorado pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle, Paris França. erodat@hotmail.com

*** Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB. Pós-Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne, Paris- França; Doutorado pela Universidade de Paris I – Sorbonne, Paris- França. ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo é um dos produtos da pesquisa “Terra de produção, Terra de Trabalho e Terra de Vida”, desenvolvida com o apoio do CNPq. Identificar e caracterizar as diferentes formas de organização da produção e do trabalho em unidades de produção camponesa à luz da discussão sobre espaço, trabalho e campesinato, constitui o seu objetivo. O estudo pautou-se na análise bibliográfica, em informações secundárias fornecidas pelo IBGE e no trabalho de campo. A área objeto de investigação foi o município de Nova Floresta, situado no estado da Paraíba-Brasil, mais precisamente, na região do Curimataú. Esta região corresponde a uma porção do território estadual localizada à retaguarda da escarpa oriental da Borborema, marcada por duas principais unidades morfológicas: os brejos serranos e a depressão tectônica do Curimataú. As duas fisionomias da paisagem regional, uma seca e de domínio da caatinga, e outra verde de domínio serrano, acham-se bem representadas no município sendo a primeira correspondente a seu trecho meridional e a segunda dominante na sua porção setentrional.

Sobre Espaço, Campesinato e Trabalho: algumas notas

O estudo aqui apresentado pauta-se na concepção de espaço social presente nas obras de Lefebvre (1976), Santos (1986; 1997a; 1997b) e Moreira (1982; 2006). Este seria “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS. 1980: p.163). Esta compreensão de espaço evidencia a importância da natureza natural no processo de sua constituição. Como afirma Ruy Moreira (1982), apesar da primeira natureza não ser o espaço geográfico, não existe, no entanto, espaço geográfico sem ela. A natureza primeira constitui a matéria-prima, que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico. O espaço, portanto é fruto de uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza modificada por esse mesmo trabalho. Como bem o diz Santos, “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço” (SANTOS. 1986.p.163).

Santos ainda acrescenta, contrariando as formulações kantianas, onde tempo e espaço são separados, constituindo uma simples intuição, que “o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social” (1986: p. 206) devido ao processo histórico, ao fato da relação espaço-tempo ser o resultado de que cada período da história, configurado através do modo de produção, vai produzir um espaço específico expresso pela organização da sociedade. Assim sendo, o espaço geográfico é algo dinâmico, é a expressão da sociedade em movimento. É nesse sentido que buscamos entender o espaço geográfico: como algo vivo, inacabado, em processo constante de transformação.

Em virtude do rural constituir, do ponto de vista do “*locus*”, o foco do nosso “olhar”, bem como por ser a pequena unidade de produção, o objeto de nossa investigação e ainda pela atualidade do tema, achamos por bem realizar uma breve revisão da literatura sobre a questão camponesa. Do ponto de vista teórico-conceitual o resgate pautou-se no quadro da discussão sobre o lugar do campesinato no processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e apoiou-se em autores clássicos e contemporâneos.

Karl Marx (1988), a partir dos estudos realizados sobre a Inglaterra, concluiu que à medida em que o sistema capitalista avança, a propriedade camponesa tende a desaparecer, passando a ser substituída pela exploração capitalista. Na Inglaterra este processo foi longo e cruel tendo se iniciado no final do século XV e início do XVI e se concretizado no século XIX. Nele, o campesinato foi aos poucos sendo destruído, suas terras foram transformadas em áreas de pastagem, em campos de caça e de plantações.

No item do Capital que trata da acumulação primitiva Marx (1975) afirma que o processo histórico do capitalismo constitui o elemento principal da separação entre o trabalhador e os meios de produção.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1988: p. 830).

Assim, na medida em que a produção capitalista se torna independente, a tendência não é somente produzir, mas reproduzir essa separação em escala cada vez maior.

Segundo essa leitura unilinear das proposições de Marx, o desenvolvimento do capitalismo no campo subentenderia o desaparecimento do campesinato como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva.

Essa visão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi adotada por Lênin¹, que também defendeu a tese da dissolução do campesinato (LÊNIN, 1982), porém foi posteriormente por ele revista quando apresentou as duas vias possíveis para esse desenvolvimento: a via prussiana e a via americana (TEPICHT, 1973).

Karl Kautsky (1986), também contribuiu para a discussão sobre a permanência da produção familiar através da difusão da idéia de que as cooperativas e a ação do Estado, poderiam favorecer os pequenos produtores.

Foi, porém com a publicação dos Grundrisse (MARX, 1977), que o debate ganhou novos contornos. A extinção da pequena produção já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista na agricultura, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação (TARGINO e MOREIRA, 2007).

Chayanov, por sua vez, ao precisar que a pequena produção tem condições de se manter mesmo em uma economia de mercado, dado ao fato dela organizar-se com base na lógica da reprodução da unidade camponesa que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e de produção, rejeita a tese do fim do campesinato e contribui para reforçar a tese da sua permanência.

No Brasil, a noção de campesinato predominou nas discussões sobre o campo até o final dos anos sessenta do século XX, guardando consigo a marca da resistência na luta pela terra, do compromisso social, do esforço dos trabalhadores pela obtenção dos seus direitos. O surgimento das Ligas Camponesas, fortemente influenciada pelas lideranças dos partidos comunista e socialista, e sua luta contra a exploração do trabalho no campo (fim do cambão) e pela reforma agrária, foi fundamental para conferir essa direção ao debate.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política. É o momento das ‘Ligas Camponesas’, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2002).

Com o golpe militar e a política de modernização tecnológica da agricultura desenvolvida pelos governos que se seguiram, emerge a noção de “pequena produção”. Este novo conceito inscrevia-se no cenário histórico-político brasileiro não mais pela identidade construída nas lutas para reconhecimento dos direitos, mas por,

supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. A adoção de tal

¹ Particularmente na obra “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

perspectiva contribui para a despolitização do tema da questão agrária (PORTO e SIQUEIRA apud MARQUES, 2002).

Dado ao fato do conceito de “pequeno produtor”, ao contrário do conceito de “camponês”, não ser suficiente para exprimir as especificidades dessa categoria social no âmbito da discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo verificado no campo brasileiro nos anos setenta do século XX², alguns estudiosos da Economia e da Sociologia, a exemplo de José Graziano da Silva e José de Souza Martins, passaram a usar os dois conceitos de forma articulada (MARQUES, 2002). Apoiado nos pressupostos leninistas, Silva (1982) defendia a tese da extinção do campesinato e da sua substituição por trabalhadores assalariados e pequenos e grandes capitalistas. Martins (1981), por sua vez, inspirado nos pressupostos da acumulação primitiva continuada de Rosa de Luxemburgo, defendia a tese da permanência do campesinato e da sua recriação no interior da agricultura capitalista. Essas duas concepções conduziram, a partir de então, o debate sobre a questão agrária brasileira.

A crescente complexidade da questão agrária brasileira verificada nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, e a emergência de novos atores sociais e novos movimentos sociais no campo (barrageiros, seringueiros, sem terra), contribuiu para um redirecionamento da discussão da questão agrária.

Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos (PORTO e SIQUEIRA apud MARQUES, 2002).

No início da década de 90, com a tese de doutorado de Ricardo Abramovay (1992) e trabalhos publicados por José Eli Veiga (1991), emergiu no Brasil o processo de construção de uma nova síntese teórica denominada de “agricultura familiar”. Para diferenciar o agricultor familiar do camponês os autores mencionados apresentam como argumentos: a integração ao mercado, o papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas e a incorporação tecnológica.

Segundo Fernandes (2001: p. 29-30) os teóricos da agricultura familiar sustentam a tese de que o produtor familiar é aquele “que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado (...). Desse modo toda agricultura camponesa é familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. “Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal” (FERNANDES, 2001: p. 30).

Para Abramovay, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar (MARQUES, 2002).

Fernandes (2002) chama a atenção para dois aspectos importantes do debate e da utilização dos conceitos aqui apresentados. Em primeiro lugar ele destaca o fato de que,

² Desenvolvimento este pautado na incorporação tecnológica, no acesso ao crédito bancário e nas diferentes formas de inserção no mercado.

apesar de muitos trabalhos acadêmicos utilizarem o conceito de agricultor familiar, isto não representa a perda do *status* teórico do conceito de camponês. Para ele, “uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito” (FERNANDES, 2002). Em segundo lugar, ele ressalta que observando atentamente os trabalhos acadêmicos pode-se verificar que, enquanto os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não utilizam o conceito de camponês, os que usam o conceito de camponês, comumente também o designam de agricultores familiares, não como um conceito em si, mas como condição de organização do trabalho. Afirma também que ao se trabalhar com o conceito de camponês pode-se utilizar sem problemas as expressões pequeno produtor e pequeno agricultor.

Emilia Moreira (2007), num debate realizado como Grupo de Estudo por ela coordenado, corrobora essa assertiva e acrescenta que não são as expressões usadas que determinam o *status* teórico do conceito, mas o fundamento teórico que o norteia. Daí a necessidade de demarcar-se bem o que Fernandes (2002) denomina de “território teórico” para que as equivalências conceituais fiquem bem claras.

É com base nesses pressupostos que fundamentamos este estudo. Nele, utilizamos o termo camponês como equivalente de pequeno produtor, pequeno agricultor e agricultor familiar. O termo pequeno produtor ou pequeno agricultor por nós utilizado não tem cunho pejorativo. Ele refere-se ao fato do agricultor ter acesso legal ou precário a pequenas parcelas de terra³. Usamos a expressão agricultor familiar, na medida em que se considera a organização do trabalho na unidade produtiva camponesa como de base familiar, forma de organização esta, presente no campo desde os primórdios da história da humanidade. O termo camponês ou seus equivalentes também foram usados independentemente do nível de integração desse camponês ao mercado, da utilização ou não de tecnologias modernas, de sua inserção ou não nas políticas públicas do Governo, ou da sua condição de produtor (proprietário, parceiro, posseiro, arrendatário, etc). Do mesmo modo utilizou-se as expressões pequena produção, pequenas unidades produtivas ou de produção.

Do ponto de vista teórico-conceitual, entendemos que os prognósticos da destruição, dissolução do campesinato previsto pela teoria marxista na sua abordagem da questão agrária no desenvolvimento capitalista não se concretizou no Brasil porque, no nosso país, como afirma Fernandes (2002), “sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária”.

No que se refere ao tema trabalho, categoria importante para este estudo, sabe-se que apesar do tema sempre ter estado presente na geografia, raramente ele foi tratado com clareza nem se construiu em torno do mesmo um *corpus* teórico-conceitual-explicativo como ocorre, por exemplo, na sociologia. Outros campos acadêmicos também possuem uma área de atuação relacionada ao trabalho tais como a história, a antropologia, a economia, a psicologia, a medicina e o direito. A questão que está posta e que é discutida por Moreira (2002) refere-se justamente ao que seria uma geografia do trabalho, qual seria seu perfil, seus temas, suas categorias de mediação teórica e suas tarefas. Para responder a estes questionamentos Moreira propõe o “estudo analítico das respostas já existentes na própria história intelectual da geografia” (2002: p. 20).

Numa tentativa de resgate da questão do trabalho através da história atual da geografia Moreira salienta que Pierre George é sem dúvida a fonte principal de referência bibliográfica

³ Limitamos neste estudo o tamanho de 50 hectares para o que denominamos de pequena unidade de produção agrícola, dadas as especificidades da estrutura fundiária estadual. Esta dimensão pode variar, porém de estado para estado e até de subunidade regional para outra em função das características da distribuição da propriedade fundiária e dos critérios de escala utilizados pelos estudiosos para nortear suas pesquisas. Estudo recente realizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira considera como pequenos estabelecimentos na escala de análise nacional, as unidades de produção menores de 200 hectares (OLIVEIRA,)

sobre o tema, sendo possivelmente o único geógrafo que propõe e usa a geografia do trabalho como nome e tema embora sua obra tenha muito mais a ver com uma sociologia das ocupações e com uma economia do emprego.

Depois de Pierre George, segundo Moreira (2002), os diferentes geógrafos que trataram do tema trabalho seguiram duas linhas de análises: a relação homem-meio e a relação sociedade - espaço. Na primeira, o trabalho é considerado como sendo o ato transformador do homem que intervém na natureza visando o atendimento das suas necessidades de sobrevivência. Este enfoque está presente nos conceitos lablachianos de gênero de vida e habitat e no conceito recente de meio técnico-científico-informacional de Milton Santos. Na segunda, o trabalho é entendido como “o ato instituinte da organização das sociedades, como totalidades territorialmente estruturadas na história” (MOREIRA, 2002: p.20). São muitos os estudos no âmbito da geografia que caminham nesta direção podendo-se citar autores como Brunhes, Sorre, Pierre George e Milton Santos sendo estes estudos entendidos por Moreira como um “mix” de uma sociologia espacial e uma economia espacial.

Dois pontos de abordagem comuns estão presentes nesses enfoques: a) o trabalho como elemento mediador entre o homem e o mundo; b) o trabalho como força-de-trabalho.

O tema do trabalho na Geografia passa atualmente por uma nova transformação, ou seja, desaparece como forma e aparece como conteúdo tanto na relação homem-meio, quanto na relação sociedade-espaço (MOREIRA, 2002).

Analisando os problemas relativos à abordagem do trabalho Moreira (2002) chama a atenção para alguns aspectos: a) o fato de se confundir inicialmente o tema do trabalho com o da indústria; b) as mudanças introduzidas na teoria do trabalho ao longo do tempo; c) a vinculação do trabalho ao valor pela teoria social clássica, que embora inclua “o chamado trabalho improdutivo dos trabalhadores do terciário, não produtor de mais – valor” (p.21), exclui os segmentos dos trabalhadores constituídos por camponeses, garimpeiros, pescadores e indígenas que são vistos como “extratos sociais residuais na economia política do capitalismo, porque produtores de renda da terra” (p.21); d) a teoria social atual procura entender o tema do trabalho através de um duplo sentido: como redutor, quando o trabalho é tido como sinônimo do emprego e o processo de trabalho vira mecanismo de regulação, e como dilatador, quando o conceito abrange os segmentos sociais tradicionalmente excluídos. Em ambos os casos, segundo Moreira, a teoria social atual afasta-se tanto da teoria clássica como da teoria do valor trabalho. Para o autor há a necessidade de encontrar, dentre as categorias econômicas,

qual(is) teriam a universalidade analítica suficiente para dar conta de uma multiplicidade de categorias sociais do trabalho que vai do campesinato e das comunidades indígenas ao operariado fabril, reunindo estudos que vão da luta pela terra e ao domínio do território ao salário justo, superando as distinções analíticas da teoria clássica (2002:p.21).

No plano da geografia, Ruy Moreira propõe algumas teses para uma geografia do trabalho ponderando que não se trata de tentar criar mais uma subdivisão da geografia, mas a tentativa de demonstrar de que modo o tema do trabalho pode ser investigado pelas categorias da paisagem, do território e do espaço (MOREIRA, 2002). Nesse sentido ele afirma que as categorias que devem ser levadas em consideração são as do metabolismo, do excedente e do primado das esferas econômicas enquanto referências estruturantes gerais do discurso, os conteúdos atuantes por dentro e por meio das categorias geográficas.

O metabolismo pode ser ambiental (relação homem-meio) e espacial (relação sociedade-espaço) um ocorrendo dentro do outro. É através do metabolismo que, segundo Moreira, “o homem faz-se a si mesmo, ao tempo que faz a sociedade e a história, hominizando-se pelo trabalho” (2002:p. 21).

É no metabolismo ambiental onde o trabalho ocorre primeiro por meio de uma relação de troca de matéria e energia passada entre o homem e as formas da natureza. Como bem resume Marx,

o trabalho é antes de tudo um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem representa nisso, diante da natureza, o papel de uma potência natural. A força de que seu corpo é dotado, braços e pernas, cabeça e mãos colocam-na em movimento para utilizar matérias em forma útil à sua vida (MARX, 1999 apud MOREIRA, 2002: p. 20).

Já o metabolismo espacial, constitui uma relação de troca entre o homem e os próprios homens através do processo de trabalho.

Não se trata de dois planos distintos e separados, pois, mas de dois distintos momentos de um mesmo movimento: o processo histórico da hominização do homem pelo próprio homem através do processo do trabalho (MOREIRA. 2002.p. 22).

No metabolismo homem-meio, o homem cria-se a si mesmo um ser naturalmente e socialmente em tempos iguais pela transformação da história natural em social. Já o metabolismo sociedade-espço, é o processo que regula e normativa os intercâmbios humanos a partir da cooperação intra-natural igualmente, aos termos da reprodutibilidade das relações de produção de Henri Lefevbre, bem como do espaço como instância estrutural, de Milton Santos em que “a sociedade produz-se ao produzir o seu espaço” e “o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço”.

Segundo Ruy Moreira, o fio condutor da geografia do trabalho é justamente o salto de qualidade do reino da necessidade para o reino da liberdade, ou seja, o modo como os metabolismos em função do trabalho atuam e se concretizam. A geografia do trabalho segue à direção dos metabolismos (relação homem-meio, intra - natural, sendo igual ao reino da necessidade; e a relação sociedade-espço, intra-social, sendo igual ao reino da liberdade). Ou seja, a geografia do trabalho pesquisa o processo da hominização do homem pelo próprio homem através da concretização do trabalho desde a forma intra-natural que corresponde a relação homem-meio, início do metabolismo ambiental considerado como reino da necessidade, até as forma de regulação espacial, ou seja, da relação sociedade-espço que é considerado como reino de liberdade (MOREIRA, 2002).

Neste caso, o autor afirma que existem tipos distintos de categorias histórico-concretas da geografia do trabalho: a naturização; a (des)naturização; a (des)terreação e a (des)territorialização do homem. A categoria econômica central é o excedente que se diferencia no contexto histórico de acordo com o modo de produção. Como diz Ruy Moreira:

É assim no modo de produção germânico, antigo, asiático, feudal, escravista e nas diferentes etapas do modo de produção capitalista (mercantil, industrial, e rentista-financeira), distintos por suas formas de excedente e pelos desenhos de suas paisagens (MOREIRA.2002, p.22).

Ruy Moreira considera a paisagem como a categoria teórico-metodológica chave da geografia do trabalho, porque segundo ele,

“cada forma de sociedade se revela no modo do entrelaçamento da paisagem com o território e o espaço contextualmente correspondentes a cada qual no tempo” (...) “a paisagem é o nível do aparecimento fenomênico das relações de domínio do território nascidas dos recortes do espaço” (MOREIRA. 2002 p.22).

A representação cartográfica é considerada como o principal recurso de análise, uma necessidade da Geografia do Trabalho. O seu elo estruturante, na sociedade do capitalismo

avançado, é a centralidade fabril e na sociedade capitalista rentista dos nossos dias, é a centralidade da financeirização.

É ainda Ruy Moreira quem afirma que os temas da geografia do trabalho são a ação sindical, a camelotagem, o trabalho informal, o desemprego e outro qualquer de veio mais tradicional. Todos eles devem ser apreendidos através e nos termos e limites da centralidade seja fabril ou rentista.

Thomaz Júnior, referindo-se aos estudos relativos ao trabalho, considera importante que os geógrafos por meio de suas pesquisas, demonstrem ser possível compreender tanto as formas de existência fragmentada do trabalho quanto, conseqüentemente, as cisões nas vias de comunicação entre elas, como forma de apontar o restabelecimento da "leitura" orgânica do trabalho. Para este autor, os geógrafos devem "apelar sempre para o mundo do trabalho real, e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, pois na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital" (THOMAZ JÚNIOR, 2002). Ainda segundo este autor,

é no interior do processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que podemos reconhecer o conteúdo do metabolismo social do capital, que faz com que sociedade e natureza e as mediações que governam essa relação dialética sejam "lidas" pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual. Ora mais ênfase à relação homem-meio, ora à organização espacial, a tecitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Assim, a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

É com base nesses pressupostos que pretendemos fazer uma breve incursão no âmbito do nosso estudo no mundo do trabalho rural. Nossa preocupação é a de, através da nossa pesquisa sobre a organização da produção e do trabalho nas pequenas unidades produtivas agropecuárias de um município paraibano, tentar, entre outros, desvendar os elementos que envolvem a trama das relações de trabalho no interior das mesmas e os metabolismos ambientais e espaciais que nelas se configuram.

O espaço agrário no município de Nova Floresta-PB : da ocupação inicial à organização atual

A ocupação do espaço agrário das microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental da Paraíba acha-se historicamente relacionada às atividades agrícola e pecuária. Trata-se de uma região ocupada inicialmente com base em pequenas unidades agrícolas voltadas para a produção de alimentos, complementada pela pecuária. Sua ocupação efetiva relaciona-se, como de resto em todo semi-árido paraibano, à expansão da atividade algodoeira.

Da primeira metade do século XX, até meados dos anos 70 do mesmo século, além do algodão, outra forma de uso de recursos se expandiu na região, motivada pelos altos preços no mercado internacional: o sisal. Até 1970, algodão e sisal partilharam o espaço agrário regional com a policultura alimentar e a criação de gado, disputando porções desse espaço.

À crise da produção de sisal iniciada nos anos 60 do século XX, advinda com a queda de preços do produto no mercado internacional em virtude da concorrência com o fio sintético e com o sisal africano, foi agravada com os sucessivos períodos de seca vivenciados pela

região. A isto se somou, na segunda metade dos anos 80 do século XX, a crise do algodão, promovida pela expansão da praga do bicudo (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esses fatos terão repercussões sobre a estrutura fundiária, as relações de trabalho e emprego e as formas de uso dos recursos.

a) perfil da estrutura fundiária de Nova Floresta

No contexto da organização agrária estadual, a estrutura fundiária de Nova Floresta é caracterizada por uma alta concentração⁴, com índice de Gini* da ordem de 0,744. Os estabelecimentos com menos de 5 hectares representam 76,7% do total, mas a área por eles ocupada equivale a apenas 13% da área agrícola total. Somente 9 estabelecimentos são maiores de 100 e menores de 500 hectares, porém ocupam quase a metade da área agrícola municipal (45,5%).

A fragmentação da propriedade da terra por motivo de herança e devido a crise do sisal que descapitalizou parte dos maiores proprietários, é responsável pela multiplicação dos pequenos estabelecimentos.

Com a queda do preço do sisal veio a pulverização das grandes propriedades que foram ficando para herdeiros que não tinham vocação agrícola e foram vendendo as grandes propriedades em áreas menores.
(depoimento do agrônomo da Emater Audivam Azevedo da Silva. Nova Floresta, 14 de maio de 2006).

Até dezembro de 2005, a estrutura fundiária municipal só havia sofrido uma intervenção governamental com a criação de um Assentamento com base nos critérios do Banco da Terra.

b) A organização da produção agropecuária

Com relação à organização da produção agropecuária, alguns aspectos se destacam: a) a persistência da produção do sisal mesmo que apenas como mancha residual; b) a introdução de novas culturas no conjunto das combinações agrícolas regionais; c) a forma diferenciada de organização da produção na área de “serra” e na área de “caatinga”.

O sisal não saiu totalmente do cenário agrícola de Nova Floresta. Todavia, a sua importância tanto em termos de área plantada, como em termos de quantidade produzida declinou fortemente (de 1990 a 2004, observa-se uma retração de 91,4% na área plantada e de 93,1% na quantidade produzida).

O algodão foi praticamente erradicado no município. Em contrapartida, outros produtos tais como a castanha de caju e atualmente, o maracujá, passaram a compor a pauta da produção agrícola municipal. O feijão, a mandioca e outras frutas como a manga e a laranja, constituem os produtos alimentares tradicionais. A atividade pecuária é diversificada e o rebanho é pequeno. À exceção do rebanho bovino, a produção animal apresentou um desempenho positivo no período.

c) A organização do trabalho

No município de Nova Floresta o trabalho na agricultura é predominantemente familiar. Os dados do censo agropecuário de 1995-96, constataam que os responsáveis e membros não remunerados da família representam 76% do pessoal ocupado na agricultura municipal. O trabalho assalariado, que durante o período áureo do sisal teve grande importância no cenário agrícola regional, na atualidade representa muito pouco: os empregados assalariados representam 16,4% do total do pessoal ocupado no agro municipal (IBGE, 1995-1996).

⁴ No Estado da Paraíba pode-se considerar a concentração da terra alta quando o índice de Gini situa-se entre 0,7 e 0,8 e muito alta quando supera 0,8.

No que se refere aos produtores rurais, predominam os proprietários, que representam 65,8% do total dos produtores agrícolas do município. Segue em ordem de importância a parceria e o arrendamento com respectivamente 17,5% e 15,6% do total dos produtores (IBGE, 1995-1996).

d) A base técnica da produção agropecuária

Nova Floresta apresenta um baixíssimo nível de tratorização. Em 1995, o censo agropecuário identificou apenas 4 tratores no município e nenhum arado ou colheitadeira. A utilização de fertilizantes, de corretivos de solo e o controle de pragas são realizados por um número significativo de estabelecimentos. A assistência técnica é prestada principalmente pelos técnicos e agrônomos da Emater.

Agricultura camponesa: organização da produção e do trabalho

Apesar de ocupar uma área mais restrita, é inegável a importância da pequena unidade de produção agrícola na organização agrária do município de Nova Floresta. Essa importância pode ser demonstrada, entre outros, através de dois indicadores básicos: a capacidade de investimento e a geração de emprego. De fato, em 1995, do total de investimentos feitos pela agropecuária municipal, 65,7% foram realizados pelos estabelecimentos menores de 10 hectares. Em 1996, os estabelecimentos com menos de 5 hectares absorviam 64,0% do total da mão-de-obra ocupada na agricultura. Se considerarmos os estabelecimentos até menos de 10 hectares, esse percentual passa para 75,1%. Enquanto isso, os estabelecimentos com 100 hectares e mais absorviam apenas 4,7% da mão-de-obra ocupada no setor.

Os pequenos estabelecimentos distribuem-se pelas áreas serrana e seca do município. Entre essas duas áreas pode-se identificar uma terceira, de transição, que apresenta tanto aspectos de umidade como de semi-aridez. Eles formam comunidades e não têm um nome que os identifique individualmente. É o nome da comunidade que define a localização do estabelecimento. Cada comunidade é composta por 40 a cinquenta unidades produtivas.

a) a organização da produção

Do ponto de vista da organização da produção, as pequenas unidades produtivas estão atualmente voltadas para a fruticultura, principalmente para a produção de maracujá, do cajueiro anão precoce e da graviola. Além dessas lavouras o pequeno produtor cultiva feijão, milho, mandioca, abóbora, alguns ainda produzem sisal, palma e capim.

Há uma diferença na pauta dos produtos agrícolas cultivados nas duas áreas, condicionada fundamentalmente pelas condições de solo e clima. Na região serrana, cultiva-se principalmente o maracujá, o feijão carioca, o milho, e o cajueiro anão precoce⁵. Na região da caatinga, distingue-se o feijão macassar, como “a vocação agrícola da região”⁶ além do milho, do caju, do maracujá, da pinha e do sisal. A água existente é proveniente de tanques naturais represados, pequenos barreiros e poços tubulares. No caso de água para o consumo humano, utiliza-se a de cisterna. Na área de transição, predomina a atividade pecuária, a produção de grãos e a fruticultura também praticada predominantemente em pequenas unidades produtivas.

O maracujá é o produto de maior destaque nas combinações agrícolas, sobretudo na região serrana, onde se produz um maracujá irrigado de melhor qualidade.

A terra aqui é boa. Mas, as terra da serra é melhor. Lá, dá de tudo que a gente planta. Aqui a gente só planta: gerimum, melancia, mandioca, algodão, palma, capim, a pinha, o feijão macassar, que é a salvação da gente e crio um gadinho. Sim, a gente planta o maracujá, tombém. Só que

⁵ Este tipo de cajueiro recebe este nome de anão, por apresentar porte baixo, ser precoce (começa a produzir no sexto mês e tem duas safras por ano) sendo este, um forte concorrente do cajueiro tradicional ou pé-franco que só começa a produzir após 3 anos, tendo apenas uma safra por ano.

⁶ Afirmação feita pelo engenheiro agrônomo da Emater Audivam e comprovada em campo.

aqui ele não é tão bom como lá na serra (depoimento do pequeno agricultor da região semi-árida Pedro Guedes de Lima. Nova Floresta, 14 de maio de 2006)

Na região de caatinga, por não existir reserva de água, a produção é menor, o maracujá é de sequeiro e verifica-se uma notável diminuição no peso da fruta.

O método de irrigação utilizado no cultivo do maracujá na área serrana é denominado de “xique-xique”. Utiliza-se uma mangueira que acompanha a fileira de plantas e que tem um pequeno orifício, por onde a água passa e cai em forma de gotejamento. O agricultor, por questão de economia, pode fazer apenas duas ou três irrigações semanais e a planta fica sempre molhada.

O cajueiro pré-franco, o cajueiro anão precoce e a graviola também são plantados na região de serra onde a produção é mais intensa devido à maior fertilidade do solo e à irrigação.

A preparação da terra para o plantio é feita entre janeiro e fevereiro (para as culturas tradicionais como o feijão, o milho e a mandioca) e obedece as seguintes etapas: a) a limpa do solo, utilizando instrumentos agrícolas como o enxadeco para o corte do mato e trator para remoção de resíduos e; b) a “risca”, utilizando tração animal (usam muito o trabalho do boi), para “alinhar” o solo, facilitando o trabalho do agricultor, que encontra a terra “preparada”, economizando seu tempo para o cultivo. Utiliza-se a grade niveladora, devido o solo ser bastante arenoso, não sendo agredido por este processo. A capinadeira (também denominada de cultivador), o boi, e os instrumentos de trabalho menores regra geral pertencem aos agricultores. O trator com a grade é alugado a outros produtores mais bem situados economicamente. Em julho de 2007, a hora do aluguel do trator variava entre R\$30,00 e R\$35,00.

O feijão depois de colhido passa pelo beneficiamento (separação do grão da casca) que tradicionalmente era feito de forma manual e hoje é realizado predominantemente com a utilização da máquina debulhadeira. A máquina debulhadeira é acoplada ao trator, possibilitando o seu transporte para todas as propriedades. Ela é alugada segundo o sistema de “conga”, ou seja, com base num sistema onde de cada 100kg de feijão debulhado, 4kg ou 5 kg (4% ou 5%) é pago pelo agricultor ao proprietário da máquina. Do mesmo modo que o trator, são poucos os agricultores de cada região que detêm a posse de instrumentos de trabalho mais robustos como o trator e a debulhadeira, o que cria uma certa dependência dos produtores menos capitalizados em relação aos mais capitalizados..

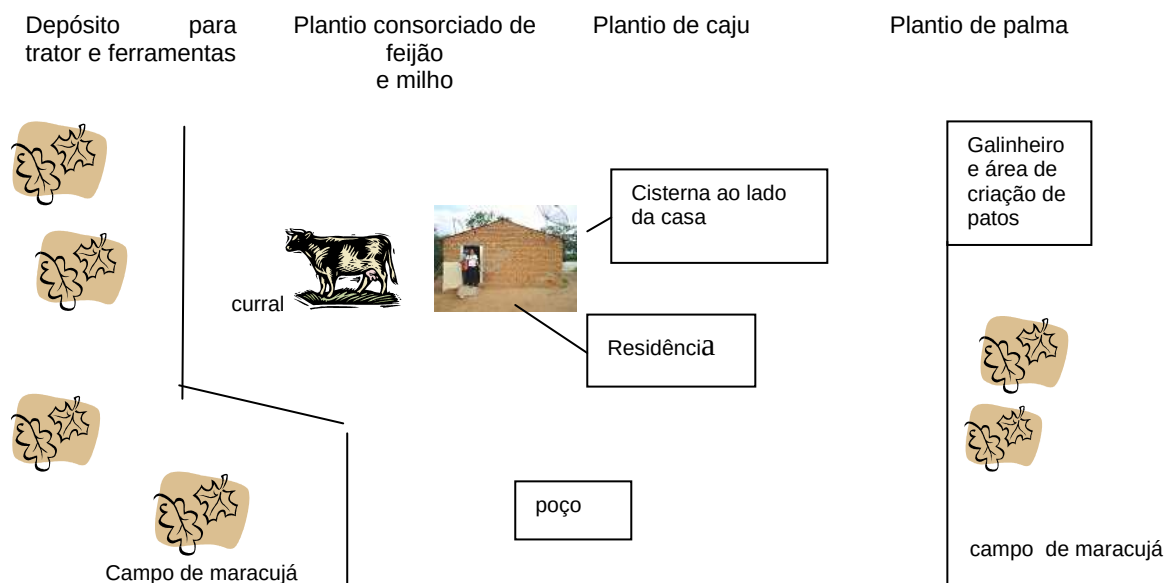
No debulhamento pelo processo manual, o agricultor bate com uma vara na vargem e passa o feijão de um recipiente (balde, lata, etc.) para o outro, criando um sistema natural de ventilação. Esse processo manual é pouco utilizado pelos agricultores hoje em dia, devido sua demora na separação dos grãos da vargem.

O acompanhamento e a assistência técnica de parte dos pequenos produtores são realizados pela Emater local e está na dependência da receptividade do agricultor e das condições oferecidas pelo órgão para sua efetivação. Segundo um dos engenheiros entrevistados, tem sido feito um trabalho para ampliar a receptividade dos pequenos produtores à assistência técnica e com isso tem aumentado a ação da Emater junto aos mesmos. A orientação técnica é voltada para a correção do PH do solo, através do uso do calcário, e para o uso de agrotóxicos.

É pequeno o uso de agrotóxico pelos pequenos produtores do município. Nas visitas realizadas observou-se que poucos usam adubo, em alguns casos usa-se o esterco e pratica-se a correção do solo. O produto químico mais utilizado é o formicida, para o combate às formigas. É comum os agricultores adquirirem formicidas e medicamentos para os animais em lojas de produtos agropecuários ou através de “mangaeiros” e seguirem a orientação do vendedor.

Em relação à criação de gado, o pequeno produtor de Nova Floresta possui sempre uma cabeça de gado com o objetivo de usá-la como transporte puxando a carroça ou a capinadeira e, às vezes, uma vaca de leite para o consumo da família e até para auferir uma renda maior através da comercialização do leite. É importante a criação de aves, de porco, a presença de animais de tração, de ovelhas e até a criação de preás. Uma das formas de organização interna dos pequenos estabelecimentos é demonstrada através do croquis abaixo.

Croquis 1 – Exemplo da forma de exploração de um pequeno estabelecimento em Nova Floresta



Croquis elaborado por Silvana Cristina Costa Correia e Emilia Moreira

A produção destina-se em parte ao consumo e em parte à comercialização. O feijão é tanto comercializado como em parte guardado para o plantio da próxima safra e para o consumo da família. O milho é em sua maior parte destinado a ração animal; a mandioca é beneficiada e a farinha é quase toda destinada ao consumo; os animais de pequeno porte, e a produção de ovos são usados para o consumo da família. Alguns vendem ovos e outros também comercializam o leite, os bezerro ou uma ovelha quando há uma necessidade. O feijão macaçar na região da caatinga e o maracujá na região serrana são as principais fontes de renda monetária. As frutas em geral e a castanha de caju também tem como principal finalidade a comercialização. Esta é efetuada através do atravessador, que determina o preço.

Os atravessadores são do próprio município ou de municípios vizinhos. No caso do maracujá existem dois grandes comerciantes que adquirem a produção dos agricultores do município para revender na Ceasa de Campina Grande e em Natal. Saem caminhões cheios de sacos de maracujá pelo menos duas vezes por semana para esses municípios. O kg do maracujá custa R\$0,70. A castanha de caju é vendida também a atravessadores e o caju para uma fábrica de polpa de frutas existente no município de Jaçanã (RN). A pinha é na sua maior parte escoada para Natal. É vendida em caixas, a R\$10,00 com 80 pinhas grandes e a R\$5,00 com 200 pinhas pequenas.

Alguns pequenos agricultores mencionaram como segunda ocupação a de “atravessador”, uma vez que comprem frutas dos outros agricultores e revendem para a fábrica de polpa de Jaçanã. Alguns possuem um pequeno comércio (bodega) para completar a renda da família.

A ausência de uma organização voltada para a comercialização justifica o fato dos produtores não terem um maior poder de barganha junto aos atravessadores. A tentativa de vender diretamente à Ceasa não tem dado certo. Isto porque já existem atravessadores que vendem o produto em quantidade e com regularidade o que não é possível para o pequeno produtor. Além disso, depois de pago o frete para o transporte da mercadoria quando o agricultor chega na Ceasa o preço que consegue acaba sendo o mesmo ou mais baixo do que aquele obtido na venda no sítio.

Segundo o engenheiro agrônomo da Emater entrevistado, a superação do problema da comercialização da produção passa necessariamente pela organização dos produtores, que ainda é muito frágil no município.

No que se refere à comercialização da produção do leite esta é dificultada pela inexistência de um pólo de resfriamento. Os agricultores consideram mais importante comercializar o leite *in natura*, porque 1kg de queijo concentra 10 litros de leite e ambos são vendidos a R\$ 8,00, ficando assim totalmente perdido o trabalho realizado na fabricação do queijo.

Entre os pequenos produtores entrevistados uma experiência diferenciada e exitosa chamou a atenção. Trata-se de uma família que tem um filho estudando agronomia e que resolveu investir na produção horticultora com sua contribuição técnica. Adquiriu um terreno de 600 metros quadrados na zona urbana e com financiamento de R\$6.000,00 do PRONAF (2 mil de custeio e 4 mil de investimento) obtido em 2005, implantou uma produção estruturada em canteiros de coentro (carro-chefe da produção), cebolinha, alface, beterraba, cenoura, escarola, couve, pimentão, hortelã, rúcula, espinafre e pimenta de cheiro que abastece atualmente a feira de três municípios (Nova Floresta e Cuité na Paraíba e Jaçanã no Rio Grande do Norte). O sistema de produção é semi-orgânico e irrigado através do sistema de micro-aspersão; é feita regularmente a análise de solo e sua recomposição de modo a manter seu nível de fertilidade. A comercialização da produção é feita diretamente ao consumidor no próprio Canteiro e nas feiras livres. Em julho de 2007 a área de cultivo já havia sido ampliada através da aquisição de mais 800 metros quadrados de terreno que já estão cultivados. O primeiro custeio -PRONAF foi pago e reativado um segundo para 2007. O canteiro sustenta atualmente três famílias (pai, filhos e genros com seus filhos). Além deste caso dois outros projetos do Pronaf (um voltado para a produção de frango e outro para a produção do maracujá) também apresentam resultados significativos.

b) A organização do trabalho

Como já foi anteriormente mencionado a maioria dos pequenos produtores rurais de Nova Floresta são proprietários de suas terras ou cultivam uma terra cedida por um parente utilizando a mão-de-obra familiar. Regra geral todos os membros da família trabalham, mas há uma divisão de tarefas por sexo e idade. Cabem aos homens e aos jovens as tarefas mais pesadas (derrubada do mato, destoca, encoivramento, gradagem e o risco). As mulheres e as crianças ajudam no plantio e na colheita, vão buscar água no poço, cuidam dos animais e da casa, varrem o “terreiro da casa”.

É muito comum o sistema de parceria em virtude seja do tamanho pequeno da terra para garantir o sustento da família o que leva o agricultor a trabalhar noutra terra pagando uma renda, ou ao fato do pequeno agricultor, não tendo condições financeiras de contratar trabalhadores assalariados nem de ampliar sua área de seu cultivo, ceder a terra no sistema de parceria para dividir os custos e garantir uma maior produção. Um dos agricultores entrevistados reside e produz em 18 hectares de terra cedida pelo pai e juntamente com um irmão trabalha como parceiro noutra terra de 3 hectares pertencente a um agricultor de uma comunidade vizinha, pagando a renda com 20% da produção do milho e do feijão cultivado.

Além dessas formas de relação de trabalho é comum a contratação do trabalho assalariado como complemento da força de trabalho familiar na maioria dos pequenos estabelecimentos em algumas das etapas do processo produtivo, como a limpa, o plantio e a colheita. O agricultor contrata por diária, cujo valor, em julho de 2007, era de R\$10,00. As contratações baseiam-se em acordos verbais não sendo comum, o trabalho com carteira assinada.

As contratações para o plantio do feijão se dão entre fevereiro e março, período chuvoso, para a limpa e tratos culturais, entre abril e maio e para a colheita de maio a junho.

É necessário frisar que as pequenas unidades de produção agrícolas, utilizam poucos trabalhadores temporários (2 a 3 em média segundo os entrevistados), sobretudo, em razão da pequena dimensão da área cultivada, o que dá condições quase que suficiente para manter somente o trabalho familiar.

Outra forma de trabalho foi encontrada entre os pequenos produtores do município. Trata-se do que Oliveira denomina de “trabalho acessório”.

É o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa (OLIVEIRA. 1990 p.69).

Esta forma de trabalho é aquela onde o pequeno proprietário além de trabalhar em sua unidade de produção complementa sua renda se assalariando. Ele pode executar esta atividade acessória porque sua jornada de trabalho como pequeno produtor não é rígida, podendo organizar o seu tempo de trabalho de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados em sua propriedade, se encontrando às vezes, em momentos de muito trabalho, sobretudo, no inverno, e momentos de pouco trabalho no verão. É justamente no verão em que o agricultor com muito tempo livre e enfrentando períodos críticos de seca se assalaria em busca de uma renda complementar. O salário recebido é pago em forma de diária que varia segundo o tipo de atividade de R\$10, 00 (dominante) a R\$ 25,00. Alguns são contratados para capinar terra usando sua capinadeira e seu boi, principalmente nos estabelecimentos que não possuem animal de trabalho. Nesse caso a diária é de R\$15,00.

Em suma, observou-se no interior da agricultura camponesa uma pluralidade e uma combinação de várias formas de trabalho que vão desde o trabalho a familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado e ao trabalho “acessório”.

c) A visibilidade das políticas públicas

Duas políticas públicas têm visibilidade no campo do município estudado: o PRONAF e o COOPERAR. O PRONAF é uma política pública com ações voltadas para o campo criada pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, tendo sido incorporada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 1999. O seu objetivo é elevar a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos agricultores familiares, por duas linhas: o custeio e o investimento. A primeira atua sobre a unidade produtiva e suas relações com o mercado e a segunda, visa a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares. Este programa possui várias linhas de crédito para auxílio ao agricultor rural.

No que diz respeito a política pública do Cooperar, esta surgiu no ano de 1997, fazendo parte de um Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), através de um convênio com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial. O Cooperar possui como alvo à execução e o controle de ações direcionadas a proporcionar a infra-estrutura social e econômica básica das comunidades mais pobres do meio rural, bem como criar oportunidades de geração de renda e emprego para as camadas mais pobres do meio agrícola, visando combater a pobreza rural e suas conseqüências.

É possível visualizar os resultados da ação dessas duas políticas na pequena produção agrícola de Nova Floresta. Por exemplo, no que diz respeito à infra-estrutura rural, verificou-se a disseminação da eletrificação na maior parte das unidades produtivas visitadas. Nos pequenos estabelecimentos, foram encontradas cisternas de placas patrocinadas tanto pela política pública do Pronaf, como pelo projeto Cooperar e pela prefeitura. Existem várias Associações de produtores no município que funcionam basicamente em torno dos Projetos do Cooperar. Uma das Comunidades rurais visitadas, denominada de Boi Morto, possui um sistema de abastecimento d'água, construído em janeiro de 2005, pela Associação Comunitária dos Trabalhadores Unidos (ACOTUN), através deste Programa.

A política do Pronaf-PB, passou por mudanças significativas durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo no que diz respeito às linhas de crédito já existentes, e também pela criação de novas linhas de créditos, visando facilitar assim, o acesso à terra e ao seu manejo pelo pequeno camponês. Mas, constatamos que apesar das mudanças, a questão do acesso ao crédito continua sendo burocrática e dificultosa. Segundo o técnico da Emater entrevistado, verifica-se, apesar das mudanças introduzidas no Pronaf, a persistência de dificuldades antigas como, por exemplo, a chegada do crédito tardio, com o agricultor muitas vezes, recebendo o crédito ou sementes após o período de chuvas. Isso exige que ele ou se limite a usar as sementes que restaram da última safra, ou então tenha que recorrer a outras saídas, como trabalhar de meeiro, terceiro, ou se assalariando em outras propriedades. Isto sem falar, que para viabilizar a produção o pequeno produtor pode recorrer a empréstimos pessoais, se endividando, o que pode culminar com a perda da terra e sua migração para a zona urbana.

Considerações finais

A importância da agricultura camponesa para o desenvolvimento rural do município de Nova Floresta, dá sustentação a tese da persistência do campesinato, embora não nos moldes tradicionais. Afirma-se essa permanência uma vez que os elementos básicos da agricultura camponesa estão aí presentes, quais sejam: a) a família constitui-se tanto uma unidade de consumo como de produção; b) predomina o trabalho familiar; c) a organização da produção não visa fundamentalmente a obtenção do lucro, tal como na empresa capitalista, mas a garantia de sobrevivência da família. Para tal, vários mecanismos são utilizados tais como: a pluriatividade; o trabalho acessório; a utilização de políticas públicas, tais como a política agrária, a política social e a política agrícola; a interação com mecanismos de mercado particularmente no que diz respeito ao processo de comercialização. A permanência do campesinato não significa, no entanto, uma rigidez da forma de produção camponesa. Pois percebe-se a introdução de mudanças tanto nos aspectos econômicos, como visto acima, quanto nos aspectos sociais e culturais. Outro dado que merece destaque é a importância da agricultura camponesa na organização do espaço agrário municipal. Em Nova Floresta, as formas de organização da produção e do trabalho camponês se refletem na paisagem imprimindo-lhe individualidade no contexto da realidade local e regional.

Bibliografia

- CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1985.
- IBGE. Censo agropecuário da Paraíba, 1995-96.
- IBGE. Produção agrícola Municipal, 1990-2004.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Anais**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002. Cd-Rom.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-58**. México: Siglo Veintiuno, 1977.
- MOREIRA, Emilia. A natureza do espaço paraibano. João Pessoa: **Texto didático**, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3ª. Ed. São Paulo: Ática. 1990.
- TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emilia. Pequena produção agropecuária e política pública: o caso do programa do leite em São Sebastião de Umbuzeiro-PB. In **Anais**. VII Encontro Nacional da Anpege. Niterói, set. 2007.
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.
- THOMAZ JUNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.